

plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

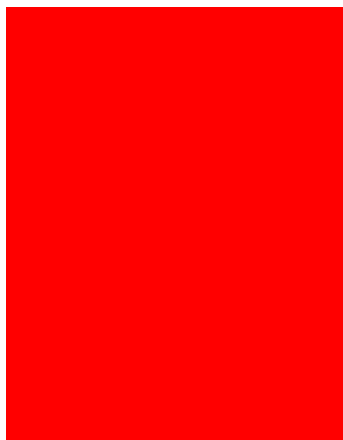
v.24 n° 2 | ISSN 2176-8099 | segundo semestre de 2017

revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP

24

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa.Dra.Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Equipe Editorial - Revista Plural v. 24, n. 2

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Fernando Antônio Pinheiro, Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva

André Campos Rocha, Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian, Brenda Rolemberg, Cristhiane Falchetti, Danilo Mendes Piaia, João Filipe Araujo Cruz, Letícia Simões Gomes, Luiz Vicente Justino Jácomo, Marcello Giovanni Pocaí Stella, Marcus Campos, Mauricio Piatti Lages, Paula Carvalho, Pedro Paulo Martins Serra, Ugo Urbano Casares Rivetti, William Santana Santos.

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Livia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Revisão de texto: Comissão Executiva da *Plural*

Capa: Hendrik Hondius, “*Nova Totius Terrarum Orbis Geographica ac Hydrographica Tabula*” (1631)

Financiamento: CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Publicação eletrônica semestral referente ao 2º semestre de 2017. Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 24, n. 2, 2017 (publicado em fevereiro de 2018).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia

2. Ciências Sociais

SUMÁRIO



Dossiê

Relações Internacionais: objeto e fronteira das ciências sociais?

Apresentação

Relações Internacionais: objeto e fronteira das ciências sociais?	5
Maria Caramenz Carlotto	

Artigos

O conceito de Estado para os estudos realistas das relações internacionais: uma análise sobre a obra <i>A política entre as nações</i> de Hans Morgenthau	16
Tatiana Berringer	

A construção da nação na América Latina, um processo interrompido: bloqueios internos e externos	38
Carlos Serrano Ferreira e Wilson Vieira	

Elementos para uma Sociologia das Relações Internacionais: o campo dos diplomatas e o Estado como metacampo	65
Leandro Garcez Targa	

A importância da América Latina para a recentralização asiática no sistema-mundo	86
Bernardo Salgado Rodrigues e Carlos Eduardo da Rosa Martins	

Brexit na perspectiva do Path Dependency	114
Giorgio Romano Schutte	

Tradução

Estratégia geopolítica e hegemonia de classe: para uma análise materialista-histórica de política externa	135
Bastiaan van Apeldoorn	
Tradução de Caio Bugiato	

Resenha

Uma resenha de *O Sistema-Mundo Moderno IV: liberalismo centrista triunfa, 1789-1914*161

Isis Campos Camarinha

Resenha

Acontecimento: uma viagem guiada por Žižek. 175

Guilherme Figueredo Benzaquen

Entrevista

A singularidade das práticas culturais181

Entrevista com Bernard Lahire

Realizada por Enio Passiani, Julio Souto Salom e Gabriele dos Anjos

Tradução

Novas direções na Sociologia da Arte 200

Howard Becker

Tradução de Franklin Lopes

Artigos

Artes plásticas sob o crivo da formação: a discussão sobre forma e processo social em Gilda de Mello e Souza e Rodrigo Naves207

Rafael Marino

Feiras de cerveja – vias de construção do “artesanal” 229

Lilian Verena Hoenigsberg Krohn

Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica 253

Morgane Laure Reina

Bolivianos em São Paulo: territórios e alteridade 276

Fábio M. Serrano Pucci e Maura P. Bicudo Vêras

Lista de pareceristas *ad hoc*

Lista de pareceristas *ad hoc* do volume 24 300

Relações Internacionais: objeto e fronteira das ciências sociais?

International Relations: object and frontier of the Social Sciences?

Maria Caramez Carlotto^a

O objetivo geral do presente dossiê, como o título sugere – “Relações Internacionais: objeto ou fronteira das ciências sociais?” –, é explorar as tensões teóricas e metodológicas no tratamento do “internacional” entre as Relações Internacionais, como disciplina, os ensaios interdisciplinares que apontam para a consolidação de novas áreas, como a Economia Política Internacional, e outras ciências sociais consolidadas, em especial a Sociologia. A motivação de endereçar este problema específico em um dossiê no Brasil é dupla.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que, nos últimos anos, tem crescido o diálogo entre as ciências sociais, em particular a Sociologia, e outras tradições disciplinares e interdisciplinares que pensam o internacional, como as Relações Internacionais e a Economia Política Internacional. Expressão importante disso é o crescimento das publicações que tematizam justamente esse diálogo. Sem sermos exaustivos, podemos citar nessa linha, por exemplo, o volume organizado por Mathias Albert e Lena Hilkermeier, na *The New International Relations Series* da Routledge, intitulado *Observing International Relations: Niklas Luhmann and World Politics* (2003). Ou ainda, na mesma série, a coletânea de Rebeca Adler-Nissen, *Bourdieu in International Relations: Rethinking Key Concepts in International Relations* (2013). Adler-Nissen, que é autora, ainda, do artigo *On a Field Trip with Bourdieu* (2011), caminha na mesma direção dos influentes trabalhos de Didier Bigo como *Bourdieu and International Relations: Power of Practices and Practices of Power* (2011) e *Security, IR [International Relations] and Anthropology: Encounters, Misunderstanding and Possible Collaborations* (2014).

Ainda nessa fronteira da sociologia contemporânea, encontram-se os esforços de Bruno Latour para se aproximar do campo das Relações Internacionais, tal como explícito em artigos como *Some Advantages of the Notion of “Critical Zone” for Geopolitics* (2014) e *‘Onus Orbis Terrarum’: About a Possible Shift in the Definition of Sovereignty* (2016), ou ainda, na entrevista *Bruno Latour*

a Professora da Universidade Federal do ABC e membro do grupo de pesquisa Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia, sediado no Instituto de Estudos Avançados da USP.

encounters International Relations, publicada em 2017 no *Millenium: Journal of International Studies*. Também vale lembrar o recém lançado *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics* (2017). Por fim, podemos citar todo um conjunto de sociólogos que passaram a orientar seus trabalhos justamente para o tema do internacional, em diálogo explícito ou implícito com o campo das Relações Internacionais (CAMPBELL, 2009; DEZALAY & GARTH, 1998, 2002 e 2006; GUILHOT, 2005; FOURCADE, 2006; MARTIN, METZGER E PIERRE, 2006; entre outros).

Mas, para além do florescimento desse diálogo teórico-metodológico em âmbito internacional, o presente dossiê encontra sua motivação na crescente consolidação da disciplina de Relações Internacionais no Brasil, que ainda requer um balanço mais aprofundado quanto aos seus impactos para o campo nacional das Ciências Sociais como um todo.

Apesar de parecer, hoje, uma área bastante consolidada, as Relações Internacionais, como disciplina acadêmica, só ganharam densidade no país nas últimas duas décadas. Um marco fundamental desse processo foi o aumento significativo do número de cursos de graduação no tema a partir dos anos 1990. De fato, com exceção do curso da UnB, criado em 1974, todos os demais cursos de graduação em Relações Internacionais atualmente existentes no país só surgiram a partir da segunda metade dos anos 1990. Em 2016, segundo dados oficiais do Ministério da Educação, eram 95 cursos de Relações Internacionais em funcionamento no país, o que mostra um crescimento expressivo em duas décadas.

No âmbito da pós-graduação, a evolução é ainda mais recente. Depois da criação dos programas de pós-graduação da UnB e da PUC-Rio na década de 1980, as pós-graduações em Relações Internacionais só voltaram a surgir pós anos 2000. Atualmente, existem 11 programas de pós-graduação da área no país, o que significa que a subárea de Relações Internacionais, hoje vinculada ao comitê de Ciência Política da CAPES, cresce a uma velocidade maior do que a média da pós-graduação nacional. Esse desenvolvimento institucional e acadêmico ganha novos contornos e desdobramentos com a recente criação de cursos interdisciplinares – portanto, com mais autonomia em relação à Ciência Política do que as Relações Internacionais – também voltados à pesquisa sobre “o internacional”. São exemplos desse desdobramento o Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial, da UFRJ, e o Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC, que começa a funcionar em 2018 com mestrado e doutorado e vinculado ao comitê interdisciplinar da CAPES.

O desenvolvimento da área de Relações Internacionais no Brasil teve, ainda, dois marcos importantes. Primeiro, a criação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em setembro de 2005, que simboliza a consolidação de uma comunidade de pesquisa com relativa autonomia. Segundo, o projeto de lei nº 8.777 de novembro de 2017 “que dispõe sobre o exercício da profissão de bacharel em Relações Internacionais e autoriza a criação dos respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais dos profissionais em Relações Internacionais”. Apesar de ainda enfrentar resistência da própria comunidade de pesquisa na área,¹ o projeto de regulamentação da profissão é um indício importante do fortalecimento das Relações Internacionais, como subárea das Ciências Sociais, no país. Pesquisas recentes apontam, ainda, que essa afirmação das Relações Internacionais, que se traduz no aumento e na afirmação da sua comunidade epistêmica, é comum também a outros países da América Latina (VILLA ET AL., 2017, p. 227).

Para contextualizar melhor essa dupla motivação do presente dossiê – qual seja, a intensificação do diálogo entre as diferentes abordagens disciplinares e interdisciplinares que se dedicam à pesquisa do internacional e o recente esforço de consolidação da disciplina de Relações Internacionais no Brasil – é preciso recuperar, em linhas gerais, a história intelectual e institucional dessa área.

As disciplinas constitutivas das Ciências Sociais modernas – em especial, a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia e a Economia – emergiram, como se sabe, já no quadro histórico dos Estados Nacionais e no âmbito das universidades de pesquisa, como instituições centrais do Estado-nação moderno. Embora a dimensão internacional tenha, desde sempre, integrado o escopo de preocupação dessas disciplinas, nenhuma delas tomou o internacional como objeto privilegiado de investigação. As Relações Internacionais, que têm essa pretensão, são, por sua vez, a mais tardia das disciplinas que constituem as Ciências Sociais contemporâneas.

1 O maior indício disso é o fato de que a ABRI posicionou-se contrariamente ao projeto. Interessante notar que a oposição não é exatamente ao esforço de regulamentação da profissão de internacionalista, mas ao momento em que isso está sendo proposto. Segundo a nota da associação: “Embora agradecendo a todas e todos que se envolveram na elaboração, apresentação e tramitação do referido Projeto de Lei por seu interesse pela nossa área de atividade, a ABRI entende que, pelo menos nesse momento, a referida regulamentação prejudicará o desenvolvimento da área no Brasil, ao invés de beneficiá-la. Em que pese o amplo desenvolvimento, no Brasil, da formação em Relações Internacionais, nos níveis de graduação e de pós-graduação, o campo de atividades das profissionais e dos profissionais da área ainda está em constituição. (...) A ABRI teme, assim, que, apesar das boas intenções que levaram ao Projeto de Lei nº 8777/2017, uma regulamentação das atividades esteja em desconexão com o atual estágio de desenvolvimento da área de Relações Internacionais nos mercados de trabalho público e privado, e acabe por limitar, ao invés de estimular, as oportunidades de atuação profissional em Relações Internacionais” (ABRI, 2017).

A sua historiografia clássica, pensada de uma perspectiva endógena, enfatiza a importância dos embates teóricos e dos problemas científicos que levaram ao desenvolvimento intelectual da disciplina, visto, dessa perspectiva, como uma necessidade histórica ligada ao próprio progresso da Razão (FOUCAULT, 2010). Segundo essa visão específica, ganha destaque a inflexão supostamente antinormativa que está na origem da crítica do idealismo liberal pelo “realismo”, até hoje uma das correntes hegemônicas da disciplina (VILLA ET AL., 2017). No entanto, partindo de um enquadramento teórico mais crítico-institucional, trabalhos recentes como *The discipline of Western Supremacy*, terceiro volume da trilogia *Modes of Foreign Relations and Political Economy* (2014), de Kees van der Pijl, e *The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation and the 1954 Conference*, organizado pelo francês Nicolas Guilhot (2011), têm enfatizado outras dimensões da história da disciplina, como o fato da sua origem se ligar diretamente aos esforços dos governos inglês, no pós-Primeira Guerra, e norte-americano, no pós-Segunda Guerra, para consolidar uma *expertise* acadêmica que analisasse, orientasse e legitimasse a política externa dessas potências (GUILHOT, 2011; PIJL, 2014).

Kees van der Pijl, partindo de um escopo histórico mais amplo que remete à *Pax Britannica* do século XIX e que tem na Revolução de 1917 a sua grande inflexão, desenvolve uma abordagem bastante crítica dos pressupostos “impensados” da teoria hegemônica de Relações Internacionais. Citando explicitamente Bourdieu e sua crítica às ciências que assumem como necessidades históricas o que na verdade são arbitrários sociais, Pijl constrói toda uma crítica à naturalização, por parte dos teóricos hegemônicos de Relações Internacionais, de um modo historicamente dado de relações exteriores, marcadas por “um complexo de Estados-soberanos sob a tutela de uma autodenominada ‘comunidade internacional’ sediada em Londres ou Washington” (PIJL, 2014, p. vi). Essa construção teórica específica – que pressupõe como “natural” a organização do sistema internacional ligado à origem do capitalismo e do imperialismo inglês e norte-americano – é o que leva Pijl a considerar tanto as vertentes hegemônicas da teoria de Relações Internacionais quanto o campo teórico que se estrutura a partir delas como uma forma de ideologia que pode ser melhor compreendida, na verdade, como a disciplina – no duplo sentido do termo – da supremacia ocidental (PIJL, 2014).

Já a coletânea organizada por Guilhot (2011) parte de um recorte histórico mais circunscrito e uma perspectiva crítica mais nuançada para, porém, chegar a conclusões muito próximas das de Pijl sobre o caráter ideológico e politicamente útil da teoria estruturante do campo de Relações Internacionais. O volume concentra-se

na atuação da Fundação Rockefeller no pós-Segunda Guerra Mundial para reconfigurar o campo acadêmico das Ciências Sociais, a partir da consolidação de uma disciplina voltada exclusivamente à tarefa de pensar “cientificamente” o político, e, dentro dela, em particular as relações exteriores. A história institucional da Ciência Política já tinha sido trabalhada por Guilhot em *The Democracy Makers* (2005), que persegue algumas pistas da pesquisa do seu orientador, Yves Dezalay, sobre as dinâmicas de exportação/importação de saberes de Estado entre as academias norte e latino-americanas a partir dos anos 1950 (DEZALAY & GARTH, 2002). Ao analisar o papel da Fundação Rockefeller no financiamento de um esforço organizado para consolidar um campo disciplinar próprio para pensar as Relações Internacionais – que tem na Conferência sobre Política Internacional de maio de 1954 seu marco fundamental –, Guilhot e seus colaboradores vão mostrar, por sua vez, como as Relações Internacionais, em particular na sua vertente “realista”, se consolidaram como uma disciplina norte-americana, que contribui para dinâmicas de poder complexas entre elites profissionais voltadas à gestão do Estado, grupos de interesse e classes sociais (GUILHOT, 2011).

Essa nova historiografia crítica que tem se fortalecido recentemente, antes de enfraquecer a disciplina de Relações Internacionais, pode contribuir, na verdade, para um importante giro reflexivo que possibilite aos seus praticantes pensar criticamente seus fundamentos teóricos, metodológicos, históricos e institucionais para, a partir disso, conquistar capacidade analítica, objetividade e autonomia. É dentro desse movimento que se deve entender a referida ampliação do debate das Relações Internacionais com outras disciplinas das Ciências Sociais. Nessa chave, esses diálogos aparecem como uma tentativa de recuperar e complexificar os fundamentos teórico-metodológicos da disciplina. Embora esse movimento de diálogo não seja propriamente novo, como o demonstra tanto a teoria crítica quanto o construtivismo em Relações Internacionais nos anos 1980, ele claramente ganha nova densidade contemporaneamente, como sugerem os trabalhos que citamos acima e outros que aparecem como referências nos textos do presente dossiê.

Esse movimento contemporâneo do campo das Relações Internacionais, ligado tanto ao fortalecimento da historiografia crítica das Relações Internacionais quanto aos novos diálogos teóricos que ela potencializa, se confronta com dois outros desdobramentos.

Por um lado, tem-se o já mencionado desenvolvimento da subárea de Economia Política Internacional (EPI) que, pelo seu caráter interdisciplinar, sempre foi mais aberta ao diálogo com outras perspectivas teórico-metodológicas e menos seduzida pela necessidade de afirmação do monopólio disciplinar sobre a temática

do internacional (SIMÉANT, 2015). Mas a história da gênese da Economia Política Internacional também está sujeita a embates. A visão mais tradicional e consolidada atribui o surgimento da área às mudanças do sistema internacional nos anos 1970, a partir do colapso do acordo de Bretton Woods, que organizava o sistema internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, em particular no âmbito financeiro. Essas mudanças na institucionalidade política do sistema internacional seriam inseparáveis das transformações econômicas concomitantes, descritas mais tarde como a emergência do neoliberalismo ou, simplesmente, como o advento da globalização que reconfiguram as relações de poder em âmbito internacional. O reconhecimento da interdependência estrutural entre economia e política, que passa a marcar o desenvolvimento do sistema internacional a partir dos anos 1970, seria assim o pressuposto teórico essencial da EPI tanto na sua vertente inglesa quanto norte-americana, não obstante suas diferenças internas (BLYTH, 2009; COHEN, 2007; 2008).

Essa narrativa específica sobre o surgimento da EPI tem sido, no entanto, objeto de críticas por parte daqueles que reconhecem a área como tributária, na verdade, de estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na periferia, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a teoria da dependência, na América Latina, e os estudos sobre imperialismo e colonização na África e na Ásia. Para esses autores, a ideia de que a EPI surge nos anos 1970 a partir do estudo da crise de Bretton Woods é, na verdade, bastante eurocêntrica. Seja como for, a área de Economia Política Internacional tem se institucionalizado recentemente, ganhando novas revistas, novos programas de pós-graduação e novas associações científicas como a Sociedade de Economia Política Latino-americana (SEPLA), criada no México em 2005; a International Initiative for the Promotion of Political Economy (IIPPE) do Reino Unido, criada em 2006; e a World Association for Political Economy (WAPE), sediada na China, também de 2006.

Por outro lado, esse aprofundamento da internacionalização econômica e a intensificação dos fluxos internacionais em âmbito cultural, demográfico e político, também obrigaram as demais disciplinas da Ciências Sociais a incorporar a dimensão internacional no âmbito dos seus fenômenos e teorias, o que gerou o desenvolvimento de subcampos específicos de estudo, como, por exemplo, a política internacional e comparada, a antropologia das migrações, a economia internacional e, particularmente, a sociologia das Relações Internacionais. Uma busca simples na plataforma *Scielo* por artigos publicados no país usando “internacional” como palavra-chave ilustra esse desenvolvimento. Considerando apenas a sociologia, por exemplo, veremos que, em 2001, apenas 9 artigos traziam “internacional” como

palavra-chave, enquanto que em 2015, 40 trabalhos seguiam essa classificação. A mesma tendência se observa em outras disciplinas como a ciência política, a antropologia e a economia.

É nesse contexto de profusão de abordagens disciplinares e interdisciplinares sobre o internacional e suas diferentes dimensões que emergem os debates teóricos e metodológicos que o presente dossiê pretende abordar. De fato, os três primeiros textos que compõem o presente dossiê têm, como objetivo, apresentar cada uma dessas três abordagens principais: as Relações Internacionais, sobretudo na sua tradição clássica; a Economia Política Internacional, na sua vertente latino-americana; e a Sociologia das Relações Internacionais, uma área que começa a ganhar densidade no Brasil e em outros contextos nacionais.

O primeiro desses textos, *O conceito de Estado para os estudos realistas das Relações Internacionais: uma análise sobre a obra “A política entre as nações” de Hans Morgenthau*, de Tatiana Berringer, procura analisar, justamente, a forma como a tradição realista, até hoje uma das correntes teóricas estruturantes do campo das Relações Internacionais, pensa o conceito de Estado e, mais especificamente, de Estado-nação, unidade de análise essencial para a disciplina de Relações Internacionais como um todo. Reconhecendo, justamente, que a teoria de Relações Internacionais deixou um dos seus conceitos essenciais – o conceito de Estado – “impensado”, Berringer vai reconstruir como um dos teóricos fundadores da Escola Realista, Hans Morgenthau, pensava não só o Estado, mas também a nação, recuperando suas influências essenciais e mostrando como, desde a sua origem, a disciplina de Relações Internacionais está em diálogo com outras ciências sociais, em particular, no caso, a Teoria Política Clássica de Maquiavel a Weber.

No texto seguinte, intitulado *A construção da nação na América Latina, um processo interrompido: bloqueios internos e externos*, Carlos Serrano Ferreira e Wilson Vieira reconstroem, através de uma análise do processo interrompido de afirmação das nações latino-americanas, esquemas conceituais absolutamente essenciais para a área de Economia Política Internacional, em que o tema da nação é inseparável do desafio do desenvolvimento. Os autores recorrem ao pensamento latino-americano, em particular à teoria da dependência, para sistematizar hipóteses sobre os bloqueios internos e externos à construção nacional na região. Ao fazer isso, os autores conseguem explicitar alguns pressupostos essenciais do pensamento latino-americano em Economia Política Internacional. É importante frisar que eles acabam se voltando também para o problema do Estado mas, agora, pensado de uma perspectiva bastante distinta, segundo a qual o problema da sobe-

rania nacional é menos geopolítico e mais econômico-social. Esvanece-se, assim, o binômio segurança-defesa e ganha destaque o problema do desenvolvimento da dependência econômica como inseparável da dominação política.

Por fim, o artigo *Elementos para uma sociologia das Relações Internacionais*, de Leandro Targa, traz uma tentativa de síntese teórica do que seria uma sociologia do internacional. Inspirando-se numa leitura bourdieusiana, Targa vai sistematizar, justamente, os pressupostos que mais afastam a Sociologia das Relações Internacionais de uma abordagem de Relações Internacionais *stricto sensu* e de Economia Política Internacional: a concepção de Estado. Não por acaso, a sociologia do Estado de Bourdieu, que vem ganhando densidade desde a publicação póstuma do seu curso sobre o Estado no Collège de France (BOURDIEU, 2012) é a referência principal de Targa. Para a perspectiva sociológica sistematizada pelo autor, o Estado, como gênese de categorias essenciais de apreensão e classificação do mundo, permanece como o grande “impensado” nos principais trabalhos que tematizam o nacional e, por conseguinte, o internacional. Em suma, ao não pensar criticamente o Estado, esses trabalhos acabam “aplicando ao Estado um pensamento de Estado” (BOURDIEU, 2012, p. 13).

Vistos em conjunto, portanto, esses três artigos permitem ao leitor contrastar três perspectivas disciplinares distintas sobre o conceito estruturante do campo de estudos de Relações Internacionais, a saber: o Estado e, em particular, o Estado nacional. Os artigos evidenciam como as Relações Internacionais, a Economia Política Internacional e a Sociologia definem o Estado, que problemas cada uma dessas matrizes é capaz de formular nesse bojo, o estilo de abordagem que elas desenvolvem, o tipo de linguagem e estrutura conceitual que elas projetam e o seu potencial analítico específico.

Ainda no âmbito dos artigos inéditos, o dossiê traz outras duas contribuições sobre temas bastante atuais. A primeira delas é um artigo sobre a ascensão asiática, particularmente chinesa, e o seu impacto sobre a América Latina. A segunda, uma reconstrução histórico-analítica de um dos eventos mais impactantes dos últimos anos em Relações Internacionais, o chamado *Brexit*, ou seja, a decisão do Reino Unido de sair da mais profunda experiência de integração regional e construção de poder supranacional vigente, a União Europeia. Apesar de tratarem de temas completamente distintos, os dois textos estabelecem um diálogo muito interessante sobre um problema essencial para qualquer ciência social: a concepção de história.

Em *A importância da América Latina para a recentralização asiática do sistema-mundo*, Bernardo Salgado Rodrigues e Carlos Eduardo Martins mobilizam a análise histórica estrutural, em uma perspectiva de longa duração, para

desnaturalizar alguns pressupostos da visão histórica ocidental sobre o sistema internacional, a economia mundial e a nossa própria noção de “mundo”. O artigo torna-se mais elucidativo quando lido à luz da resenha, que integra o presente dossiê, sobre o quarto volume de *O sistema mundo moderno* e *o liberalismo-centrista*, de Immanuel Wallerstein. Nesse volume, Wallerstein vai analisar, de uma perspectiva macrossociológica, a história intelectual do pensamento “ocidental” que estrutura todo o debate que estamos tentando endereçar neste dossiê.

Já no texto *Brexit na perspectiva do Path-dependency*, Giorgio Romano também desenvolve um argumento histórico, mas a partir de uma concepção quase que oposta: ao invés de buscar as estruturas históricas que se revelam na longa duração, o autor vai tentar recuperar os eventos determinantes que mudam o curso das trajetórias históricas no médio e curto prazos. Numa tentativa de explicar o *Brexit*, o autor dialoga com as análises hegemônicas que interpretam esse evento apenas como um efeito conjuntural da crise de 2008, e que o entendiam como o prenúncio do desmonte da União Europeia, a partir da saída de outros países. Seu objetivo é mostrar que o *Brexit* se torna, na verdade, mais inteligível à luz da história do engajamento ambíguo do Reino Unido com o processo de integração europeu desde a sua origem, nos anos 1950, o que torna a decisão mais um capítulo da excepcionalidade britânica, fazendo com que seja menos provável a sua replicação.

O dossiê traz, ainda, a tradução de um artigo de Bastian van Apeldoorn intitulado *Estratégia geopolítica e hegemonia de classe: para uma análise materialista-histórica de política externa*. Como o título sugere, trata-se da apresentação do que seria uma perspectiva marxista das Relações Internacionais. Publicar o texto em separado faz sentido justamente porque o marxismo é a única perspectiva teórica que atravessa, com uma presença importante, as três áreas do presente dossiê: a disciplina de Relações Internacionais, a subárea de Economia Política Internacional e a Sociologia.

Este dossiê não pretende mapear todo o debate teórico-metodológico existente, hoje, no campo de estudos das Relações Internacionais. Também não pretende mapear as rápidas transformações que têm afetado esse campo, tanto na sua dimensão teórica quanto institucional. Ele pretende, antes, iniciar uma reflexão sobre esses temas, chamando a atenção para a importância de ler, reflexivamente, as disputas teóricas e metodológicas que cercam, hoje, as Relações Internacionais como objeto e como fronteira das ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRI. “Posicionamento da diretoria da ABRI sobre o Projeto de Lei Nº 8777/2017”. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 29 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.abri.org.br/>.
- ADLER-NISSEN, Rebecca. *Bourdieu in International Relations: Rethinking Key Concepts in International Relations*. Londres: Routledge, 2013.
- ALBERT, Mathias & HILKERMEIER, Lena (orgs.). *Observing International Relations: Niklas Luhmann and World Politics*. Londres: Routledge, 2003.
- BIGO, Didier. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. *International Political Sociology*, v. 5, p. 225–258, 2011.
- . “Security, IR and Anthropology: Encounters, Misunderstanding and Possible Collaborations”. In: MARK, Catarina (ed.). *The Anthropology of Security*. Londres: Palgrave, 2014, p. 189-205.
- BLYTH, Mark (ed.). *Routledge Handbook of International Political Economy (IPE)*. Londres: Routledge, 2009.
- BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (orgs.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *Sur L’État*. Cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Raisons d’agir, 2012.
- CAMPBELL, John L. “What Do Sociologists Bring to International Political Economy?”. In: BLYTH, Mark (ed.). *Routledge Handbook of International Political Economy (IPE)*. Londres: Routledge, 2012, p. 260-273.
- COHEN, Benjamin. The Transatlantic Divide: Why are American and British IPE so Different?. *Review of International Political Economy*, v. 14, n. 2, p. 197–219, 2007.
- . *International Political Economy: An Intellectual History*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- DELAZAY, Yves & GARTH, Bryant. Le ‘Washington consensus’. Contribution à une sociologie de l’hégémonie du neoliberalisme”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121-122, p. 3-22, 1998.
- . Les usages nationaux d’une science ‘globale’: la diffusion de nouveaux paradigmes économiques comme stratégie hégémonique et enjeu domestique dans les champs nationaux de reproduction des élites d’État. *Sociologie du Travail*, v. 48, p. 308-29, 2006.
- . *La mondialization des guerres de palais*. Paris: Seuil, 2002.
- FOUCAULT, Michael. *L’archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 2010.

- FOURCADE, Marion. The construction of a global profession: the transnationalization of economics. *American Journal of Sociology*, v. 11, n. 1, p. 145-194, 2006.
- GUILHOT, Nicolas (org.). *The Invention of International Relations Theory*. Nova York: Columbia University Press, 2011.
- . *The Democracy Makers: Human Rights and International Order*. Nova York: Columbia University Press, 2005.
- LATOUR, Bruno. *Onus Orbis Terrarum: About a Possible Shift in the Definition of Sovereignty*. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 44, n. 3, p. 305-320, 2016.
- . Some Advantages of the Notion of “Critical Zone” for Geopolitics. *Procedia: Earth and Planetary Science*, p. 1-4, 2014.
- MARTIN, Dominique; METZGER, Jean-Luc & PIERRE, Philippe. The sociology of globalization. Theoretical and methodological reflections. *International Sociology*, v. 21, n. 4, p. 499-521, 2006.
- PIJL, Kees van der. *The discipline of Western Supremacy*. Londres: Pluto Press, 2014.
- SIMÉANT, J. (org.). *Guide de l'enquête globale en sciences sociales*. Paris: CNRS Editions, 2015.
- VILLA, Rafael; TICKNER, Arlene; SOUZA, Carolina; MÁSMELA, Yamile. Comunidades de Relações Internacionais na América Latina: uma análise das tendências a partir do TRIP 2014. *Revista Carta Internacional*, v. 12, n.1, p. 224-256, 2017.

O conceito de Estado para os estudos realistas das relações internacionais: uma análise sobre a obra *A política entre as nações* de Hans Morgenthau¹

The concept of State for International Relations Studies: an analysis on Politics Among Nations, by Hans Morgenthau

Tatiana Berringer^a

Resumo Este artigo analisa o conceito de Estado utilizado pela corrente realista dos estudos de relações internacionais, abordagem considerada hegemônica nessa área de estudos das ciências sociais, em geral, e da ciência política, em particular. Analisamos como essa categoria foi tratada por Hans Morgenthau, um dos principais autores dessa corrente, na sua obra *A política entre as nações*. Verificamos uma forte influência do pensamento de Weber, Maquiavel e Hobbes, mas inferimos que Morgenthau não se preocupou em definir claramente o conceito de Estado-nação, e que utilizou concepções divergentes na ciência política — pluralistas e elitistas —, o que leva a uma inconsistência teórica.

Palavras-chave Hans Morgenthau; Estado; Nação; Relações Internacionais.

Abstract This article examines the concept of State as it has been used by the realist stream in the international relations studies, approach considered as hegemonic in this area of the Social Sciences, in general, and of the Political Science, in particular. We analyze how this category was treated by Hans Morgenthau, one of the leading authors of this stream, in his book *Politics Among Nations*. We observe a strong influence of the works of Weber, Maquiavel and Hobbes, but also deduce that Morgenthau was not concerned to establish a clear definition of the concept of State-nation and that he turned to divergent concepts in the Political Science – pluralists and elitists –, which conducts to a theoretical inconsistency.

Keywords Hans Morgenthau; State; Nation; International Relations.

¹ Este artigo foi extraído de minha dissertação de mestrado, defendida em 2011: BERRINGER, Tatiana. *Estado e relações internacionais: uma comparação entre Hans Morgenthau e Nicos Poulantzas*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

^a Professora de Relações Internacionais da UFABC.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o conceito de Estado utilizado pela corrente realista dos estudos de relações internacionais, abordagem considerada hegemônica nessa área das ciências sociais, em geral, e da ciência política, em particular. Investigamos como essa categoria foi tratada por Hans Morgenthau, um dos principais autores realistas, ao lado de E. H. Carr e George Kennan. Escolhemos como material de nosso estudo o livro *A política entre as nações*² publicado em 1948, quando o professor da Chicago University e assessor do Departamento de Estado já vivia nos Estados Unidos (GRIFFITHS, 2004).

De origem alemã e de família judia, Hans Morgenthau tornou-se um refugiado do nazismo alemão, tendo vivido alguns anos na Espanha e a maior parte do tempo nos Estados Unidos. Sob forte influência intelectual de Max Weber, Morgenthau buscava criticar o liberalismo racional e o pensamento kantiano, até então hegemônicos nas relações internacionais. O ponto de partida da filosofia realista desse autor era definir a natureza humana nas suas diferentes dimensões (biológica, racional e espiritual). Ele acreditava que a política subordinava a economia e a religião e era autônoma, pois a questão do poder estaria separada das questões racionais e morais (GRIFFITHS, 2004).

A política entre as nações foi uma tentativa de construção de uma teoria empírica da política internacional, que buscava investigar os padrões recorrentes das ações entre os Estados ao longo da história, tendo como síntese a luta pelo poder. Segundo Morgenthau, a política externa e a política doméstica são distintas em grau, e não em qualidade, devido às realidades e legitimidades adversas no âmbito nacional e internacional dada a existência e a inexistência dos Estados.

Para ele, as relações internacionais são relações de disputas de poder entre os Estados em um ambiente essencialmente anárquico. Como cada unidade soberana busca satisfazer seu interesse nacional e não há uma entidade que detenha o monopólio legítimo da força no sistema internacional — como um Estado mundial — capaz de instaurar a paz e a ordem entre os Estados, permanece a guerra de todos contra todos, que equivaleria ao estado de natureza hobbesiano. Os Estados se encontram frequentemente no preparo de — investindo em armamento e segurança — ou no envolvimento direto em conflitos. Por isso, a guerra é o principal elemento da política internacional, segundo a perspectiva realista.

2 Há seis edições desta obra que foram revisitadas pelo autor ao longo de sua vida, sendo que a sexta e última foi revisada por Kenneth Thompson a partir de textos e artigos deixados em vida por Morgenthau. Essa edição foi publicada em 1980. Utilizamos a tradução da sexta edição de Oswaldo Biato, editada no Brasil em 2003.

Morgenthau afirma que as atividades econômicas, humanitárias e culturais nem sempre correspondem à política internacional e uma atividade só deve ser caracterizada como política quando corresponder a uma luta por poder, cuja finalidade seria controlar a política de outras nações (MORGENTHAU, 2003, p. 50). Segundo ele, toda atividade política dispõe de três padrões básicos: aumentar, conservar ou demonstrar poder. Nesse sentido, nas relações internacionais estes padrões correspondem a três políticas internacionais típicas: manutenção do *status quo*, imperialismo e política de prestígio (MORGENTHAU, 2003, p. 88), as quais explicitaremos adiante.

Em suma, para o realismo, as relações internacionais são relações entre Estados-nação que se desenvolvem à sombra da guerra e se manifestam através dos canais simbólicos. Esses canais se personificam em duas figuras-chave das relações internacionais: o diplomata e o soldado. A disputa pelo poder entre as nações se limita tanto pela dimensão moral e pelo direito internacional quanto pela balança de equilíbrio de poder entre as nações. Segundo Fred Halliday:

À primeira vista, não é óbvio que existe um problema sobre a definição do Estado nas relações internacionais, pela simples razão de que a distinção operacional é implícita e não convencionalmente sujeita à extensa análise teórica ou empírica. Na verdade, é paradoxal que um conceito tão central à toda a disciplina tenha escapado de uma discussão como esse o fez. Podem ser encontradas muitas discussões sobre a guerra, a soberania, as instituições e assim por diante, mas pode-se procurar em vão nos livros por discussões semelhantes sobre o Estado. Os teóricos das relações internacionais supõem que nós sabemos o que ele é [...]. Assim o “Estado” (Grã-Bretanha, Rússia, América, etc...) abrange em forma conceitual o que é percebido visivelmente no mapa político – o país como um todo e tudo que está dentro dele: o território, o governo, o povo e a sociedade (HALLIDAY, 1999, p. 91).

Concordamos com a análise de Halliday de que não houve uma preocupação dos estudos teóricos de relações internacionais em definir claramente o conceito de Estado utilizado por esta corrente teórica.³ Desconhecemos um trabalho que

³ O único debate que encontramos sobre o Estado e as relações internacionais está na revista *Review of International Relations* e se intitula: “Forum Introduction - Is the state a person?”. Nos artigos, Jackson, Wendt, e Wight discutem se o Estado realmente existe, se é uma construção social, ou uma estrutura.

sistematize o que os realistas entendem por Estado.⁴ Por isso, buscamos investigar a concepção dessa categoria utilizada nessa obra de Hans Morgenthau.

Em *A política entre as nações*, o autor realista concebe o Estado e a nação como entidades análogas, expressas pelo termo “Estado-nação”. Na verdade, até mesmo coerentemente com o título da obra, a nação é a categoria fundamental de análise. Neste artigo, investigamos o conceito de Estado-nação utilizado pelo autor e buscamos entender quais as influências teóricas das ciências sociais que influenciaram esse autor na sua definição. Dividimos o presente artigo em duas partes: na primeira, reconstituímos sistematicamente o conceito de Estado e de soberania em Morgenthau, na segunda, tratamos a ideia de nação e dos termos correlatos como poder nacional, identidade nacional, moral nacional e nacionalismo.

MORGENTHAU E O ESTADO

Em *A política entre as nações*, importante obra de Hans Morgenthau, a concepção de Estado só é propriamente apresentada no capítulo XXIX, dedicado ao Estado Mundial. Nesta passagem, o Estado-nação é apresentado como ilustração da distinção entre a política doméstica e as relações internacionais. Trata-se da diferença entre uma sociedade governada por leis e por um aparato coercitivo e, de outro lado, uma sociedade anárquica, no sentido da ausência de um poder central. Isto é: para definir as relações internacionais, a descrição do ambiente nacional foi utilizada como padrão comparativo, como fica explícito nas citações abaixo:

As sociedades nacionais devem sua paz e sua ordem à existência de um Estado que, dotado de poder supremo dentro do território nacional, mantém a referida paz e ordem. Essa, aliás, era a doutrina de Hobbes, defensor da ideia de que, sem Estado, as sociedades nacionais se pareceriam com o cenário internacional, e a guerra “de cada homem contra cada homem” constituiria a condição universal da humanidade (MORGENTHAU, 2003, p. 905).

4 Destacamos que o Estado se mantém enquanto categoria analítica fundamental no neorrealismo, versão renovada do realismo. Segundo Waltz, o principal autor neorrealista, o cenário internacional aproximar-se-ia do modelo metafórico de uma *sinuca*, na qual os Estados seriam *bolas de bilhar*, maciças e indivisíveis, colidindo em busca de segurança. Em *Man, State, and War*, de 1959, o autor apresenta a indivisibilidade como condição de observação dos Estados em meio ao sistema internacional, associando-os a *caixas-pretas* ou *bolas de bilhar*.

A tese se baseia na analogia com as sociedades nacionais. Cabe-nos, portanto, como tarefa inicial, descobrir como a paz e a ordem são mantidas nas sociedades nacionais (MORGENTHAU, 2003, p. 906).

A distinção entre a paz nacional e a instabilidade do cenário internacional deve-se, segundo o autor, ao Estado, que é o fator responsável por manter a paz e a ordem nas sociedades nacionais, de modo que a única forma de salvar o mundo da sua autodestruição seria por meio da instituição de um Estado mundial.

Morgenthau desenvolve o capítulo apresentando melhor a concepção de Estado-nação, que se baseia nas três condições que levam o Estado a manter a paz e a ordem das sociedades nacionais. São elas: o “poder avassalador”, as “lealdades supra-seccionais” e a “expectativa de justiça”. Segundo ele, os indivíduos não têm a pretensão e nem a capacidade de romper com a paz nacional por dois motivos: 1) o poder avassalador do Estado coage as tentativas de rompimento com a ordem por parte dos indivíduos; 2) os cidadãos são mais leais à nação do que a qualquer outro grupo no interior da sociedade nacional.

O “poder avassalador” é o que permite que a sociedade preserve a paz dentro do território nacional, pois garante a contenção de qualquer ação que perturbe a paz. Ele se manifesta através do monopólio legítimo da força organizada, tal como Max Weber (1999) define o Estado. Trata-se do poder de coerção e coação (dissuasão). Ou seja, a própria existência do poder do Estado já implica uma pressão social — coação — capaz de dissuadir as perturbações coletivas à organização compulsória daquela sociedade. As ações coletivas são dissuadidas devido à mera existência da força física organizada na sociedade, em outras palavras, o aparato estatal exerce uma pressão orgânica em relação às perturbações coletivas por conta da possibilidade do uso da força para contê-las. A pressão da sociedade para a manutenção da paz no ambiente nacional inibe as transgressões de grupos para com a nação e coloca o desafio aos grupos dissidentes de serem pressionados a construir uma sociedade mais integrada e merecedora de lealdades superiores às daquela sociedade.

De acordo com Morgenthau, o Estado não se mantém apartado dos conflitos intergrupais, pelo contrário, ele está sempre pronto para exterminá-los com o uso da força, uma vez que as disputas de classes, religiões, raças e regiões podem resultar em revoluções, golpes de Estado ou guerras civis que ameaçam a sua própria sobrevivência. A “força avassaladora” se localiza acima dos conflitos entre os grupos de interesse da sociedade e atua conforme a lei visando à paz entre os indivíduos. O Estado atua contra as transgressões para que nenhum indivíduo

quebre o pacto social firmado entre todos os membros da nação (MORGENTHAU, 2003, p. 913-915). Nesse sentido:

A violência organizada de que dispõem as sociedades nacionais é de certo modo neutra em relação às reivindicações conflitantes dos grupos sociais, na medida em que estes permaneçam dentro dos limites da lei e recorram somente aos meios pacíficos de ação (MORGENTHAU, 2003, p. 913).

Até esse ponto, como já dissemos, o conceito de Estado apresentado por Morgenthau baseia-se no conceito de Estado moderno de Max Weber. Para ambos, o Estado é uma “relação de dominação de homens sobre homens” (WEBER, 1999, v. 2, p. 526), em que os homens dominados se submetem à autoridade contínua dos dominadores. A obediência dos súditos é condicionada pelo medo — da nação inimiga ou de indivíduos poderosos — ou pela esperança de uma recompensa — interesse material ou prestígio social. Weber não definiu os Estados em termos de fins que, segundo ele, têm sido, historicamente, muito variados, mas em termos de meios: o uso da força física e da criação bem sucedida de um monopólio da violência legítima. Segundo o sociólogo:

[...] devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território — a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado —, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física (WEBER, 1972, p. 56).

Nesse sentido, o Estado é uma instituição e uma associação de indivíduos dotada de legitimidade para o uso da força.

Para Morgenthau, “[...] Na realidade, o Estado não passa de outro nome para a organização compulsória da sociedade” (MORGENTHAU, 2003, p. 915). É uma ordem legal que determina a utilização da força visando à manutenção da paz social. Ao Estado é conferida a capacidade jurídica, legislativa e executiva da nação. Ele dispõe das instituições necessárias para dinamizar e efetivar as leis, a governabilidade e as mudanças sociais.

[...] 1) O Estado propicia a continuidade legal da sociedade nacional, o que permite ao indivíduo sentir a nação como algo contínuo, no tempo e no espaço, como se fosse uma personalidade em cujo nome os homens agem, que exige e recebe serviços e concede benefícios, e em relação ao qual é possível sentir lealdades que

normalmente são dirigidas somente a poucos outros grupos sociais, com exceção da família e da igreja. 2) O Estado proporciona a maioria dos órgãos institucionais e processa as mudanças sociais. 3) O Estado dispõe dos órgãos necessários para a implementação compulsória de suas leis (MORGENTHAU, 2003, p. 916).

Para esse autor realista, as lealdades supranacionais estão ligadas ao fato de que as comunidades nacionais, apesar de serem compostas por uma pluralidade de grupos sociais, alguns inclusive antagônicos entre si, unificam-se pelo sentimento nacional, caracterizado como lealdades suprasseccionais. Pois, mesmo que as demandas de um grupo de interesse oponham e excluam a efetivação das demandas do grupo adversário, os cidadãos são convencidos de que a nação é superior a esses conflitos. As entidades nacionais estão, portanto, acima das demais categorias grupais: econômicas, religiosas e partidárias.

Na verdade, segundo o autor, as divergências entre os grupos são atenuadas devido ao fato de que um mesmo indivíduo que participa de vários grupos e deve lealdade a todos não pode destruir um adversário de um grupo X que seja seu companheiro em outro grupo Y. Por exemplo, A pode ser inimigo de B economicamente, mas ambos podem pertencer à mesma comunidade religiosa ou política, entrecruzamento entre indivíduos e grupos no interior da sociedade nacional que implica em uma redução dos conflitos sociais. Segundo Morgenthau (2003, p. 909):

[...] A e B não são apenas membros de grupos econômicos que se opõem, nem têm somente filiações políticas idênticas, para não falarmos de todos os demais agrupamentos sociais a que pertençam como ainda, por definição, são igualmente membros da mesma sociedade nacional. Compartilham a mesma língua, os mesmos costumes, as mesmas reminiscências históricas, a mesma filosofia social e política fundamental, os mesmos símbolos nacionais. Eles leem os mesmos jornais, ouvem os mesmos programas radiofônicos, obedecem aos mesmos feriados e cultuam os mesmos heróis. Acima de tudo, eles comparam a sua própria nação com as demais e desse modo passam a compreender que têm muito mais em comum entre si do que com os membros dos outros países.

Na interpretação desse autor, portanto, os vínculos nacionais representam para os indivíduos de uma mesma comunidade nacional muito mais do que as divergências entre os grupos sociais; o pertencimento à comunidade nacional faz como que seus membros mantenham autorrespeito entre si. Apesar dos constantes conflitos, os indivíduos evitam medidas que ameacem a coesão interna do país, limitam-se

aos meios permitidos pela comunidade nacional. Desta forma, a lealdade à nação torna-se um compromisso incontestável para todos os cidadãos, pois estes acreditam que a lealdade para com a nação resulta em benefícios incalculáveis para todos. Os indivíduos confiam ao Estado a capacidade política e o poder supremo para que este instaure a ordem e a paz dentro do território nacional e também a proteja do inimigo externo. O perigo do inimigo externo é fonte de temor de todos os indivíduos e, por isso, não permite nenhuma forma de ação que possa ameaçar a soberania nacional (MORGENTHAU, 2003, p. 907-911).

[...] Somente permanecendo fiel à nação, apegando-se a ela como se fora o manancial de todos os bens terrestres e identificando-se completamente com ela, é que alguém poderá experimentar em si próprio a segurança de pertencer a uma comunidade, a exaltação do orgulho nacional, os triunfos da Pátria na competição com as demais nações. Essa proteção contra a ameaça de destruição vinda do exterior e contra o impulso de ruptura, que pode surgir no seio da comunidade, constitui a preocupação constante de todos os indivíduos. Do mesmo modo, a lealdade para com a nação representa o engajamento supremo de todos os cidadãos. Nada que possa representar uma ameaça à integridade da nação deverá ser tolerado. Quaisquer interesses, ideias e lealdades que possam não ser compatíveis com a preocupação pela unidade da nação têm de ser relegados a um segundo plano de prioridades (MORGENTHAU, 2003, p. 910).

A expectativa de justiça está ligada à crença de que as reivindicações sociais, mesmo sendo contraditórias, têm a possibilidade de serem parcialmente satisfeitas ou ao menos escutadas pelos representantes políticos. Ou seja, todos os grupos podem submeter seus reclamos à política nacional através da opinião pública, das eleições, dos conselhos ou quaisquer outros mecanismos. A expectativa de justiça contempla dois níveis articulados: os princípios gerais da nação e os interesses dos grupos particulares. Em relação aos interesses gerais da nação, a expectativa diz respeito às questões que correspondem ao bem comum da sociedade — democracia, justiça, igualdade, liberdade e paz social. No entanto, estes mesmos princípios com os quais todos concordam podem tornar-se fontes de conflitos entre grupos descontentes. Portanto, a sociedade deve garantir a voz aos grupos particulares, todos os grupos devem contar com a oportunidade de acesso à justiça. Ou seja, os grupos devem utilizar os mecanismos pacíficos a fim de serem ouvidos e reconhecidos pela sociedade (MORGENTHAU, 2003, p. 911-913).

É nesse ponto que entra em jogo o complexo mecanismo de transformação social, que reconhece a todos os grupos uma oportunidade de submeter as suas reivindicações de justiça à arbitragem da opinião pública, das eleições, das votações parlamentares, de conselhos revisores e mecanismos similares. [...] Tais mecanismos guiam os pleitos conflitantes dos grupos sociais, por meio de canais pacíficos, dando-lhes a oportunidade de serem ouvidos e de disputarem com os seus concorrentes o reconhecimento da sociedade, dentro das normas que sujeitam a todos (MORGENTHAU, 2003, p. 912-913).

Em suma, até aqui, para Morgenthau, o Estado é o aparato coercivo capaz de destruir o estado de natureza, onde reina a luta de todos contra todos, e instituir a paz e a ordem dentro das fronteiras nacionais, tal como defende Hobbes. O Estado é a concretização do poder central, soberano, e é através dele que a comunidade nacional atua internacionalmente. O Leviatã — o Estado — se coloca acima dos diferentes grupos sociais que conservam interesses antagônicos (MORGENTHAU, 2003, p. 917).

O conceito de Estado utilizado por Morgenthau diferencia-se, segundo ele, tanto da doutrina liberal do século XIX, quanto do marxismo. Segundo o autor realista, para a doutrina liberal a violência organizada da sociedade era completamente neutra, e para o marxismo é uma ferramenta com a qual a classe dominante mantém o seu domínio sobre as classes exploradas. Para Morgenthau, o emprego da força estatal não é completamente neutro, pois o Estado preocupa-se em favorecer o *status quo* sob o qual emergiu.

[...] A doutrina liberal do século XIX mantinha que a violência organizada da sociedade era completamente neutra, pairando acima do turbilhão de interesses conflitantes, sempre apta a implementar a lei contra quem quer que a violasse. Contra essa doutrina, o marxismo sustenta que a violência organizada da sociedade nada mais é do que a arma com a qual as classes governantes mantêm o seu domínio sobre as massas exploradas. Na realidade, a organização compulsória da sociedade não pode ser completamente neutra, uma vez que, como já vimos, não é totalmente neutra a ordem legal que ela implementa, nem pode deixar de favorecer o *status quo* ao qual ela deve a sua existência. Uma vez desafiado, o *status quo* pode contar com o apoio da organização compulsória da sociedade (MORGENTHAU, 2003, p. 913-914).

De acordo com o autor, “[...] o poder do Estado é essencial, mas não suficiente, para manter a paz das sociedades nacionais” (MORGENTHAU, 2003, p. 918). A prova de tal insuficiência seria o elevado número de guerras civis. Segundo o autor, no período de 1480 a 1941, 28% dos conflitos foram guerras civis, como a Guerra das Rosas na Grã-Bretanha, a Guerra dos Trinta anos na Alemanha, a Rebelião de Taipung na China, entre outras. Tendo em vista tal realidade, Morgenthau acaba por dispensar o conceito de Estado de Hobbes, para quem há uma separação entre sociedade e Estado, metaforizada na ideia do Leviatã. Vejamos um trecho do autor:

A frequência e o poder destruidor dos conflitos civis demonstram que a existência do Estado não assegura automaticamente a preservação da paz doméstica, e a razão disto reside na própria natureza do Estado. O Estado não resulta da criação artificial de uma convenção constitucional, concebida sobre a imagem de alguns princípios abstratos de governo, e que seja suscetível de ser sobreposta a qualquer sociedade que possa existir. Pelo contrário, Estado é parte integrante da sociedade de que ele se formou, motivo por que ele prospera ou decai, na medida em que essa sociedade progride ou degenera. O Estado, longe de ser separado da sociedade, é criado pela sociedade (MORGENTHAU, 2003, p. 918-919).

Encontramos mais reflexões sobre a concepção de Estado de Morgenthau em outros capítulos e trechos de *A política entre as nações*, como a discussão sobre soberania e sobre o poder nacional. Segundo ele, o Estado emergiu a partir do estabelecimento da fronteira territorial nos meados do século XVI. Com ele, deu-se a centralização do poder e da autoridade legislativa. Para esta tese, a teoria legal da soberania solapou a teoria do Estado medieval e delegou o poder de direito e de fato ao monarca. O príncipe ou o monarca suplantaram o papel de autoridade do imperador, do papa e dos senhores feudais. A centralização do poder no soberano tornou-se superior a quaisquer outras forças no interior do território nacional, e os indivíduos passaram a ver no poder real a única fonte de poder com capacidade legislativa e administrativa. Nesse contexto, os demais reis se viram impedidos de exercer funções políticas nos territórios alheios, exceto quando o rei local os permitisse agir politicamente dentro do seu território ou em caso de vitória de guerra.⁵

5 Vale a pena dizer que Morgenthau dedica um capítulo para a definição de soberania e este conceito não é tratado como padrão comparativo entre o ambiente doméstico e o ambiente internacional.

A soberania caracteriza a nação, em termos legais, como a recipientária da lealdade extrema do indivíduo, como a força social mais forte, como a autoridade suprema que edita e faz cumprir as leis para o cidadão individual (MORGENTHAU, 2003, p. 604).

A doutrina da soberania [...] concedeu ao Estado democrático nacional, com a concepção da soberania popular, uma poderosa arma política (MORGENTHAU, 2003, p. 568).

Mas a soberania também garante ao Estado autonomia frente ao direito internacional. Neste, as regras são criadas a partir de um consenso entre os Estados, e as leis são compulsórias somente às nações que as consentiram. O direito internacional torna-se ambíguo por reconhecer a soberania estatal, fazendo com que o Estado não reconheça uma autoridade legislativa superior a ele. Da mesma forma, delega autoridade suprema judiciária e executiva a qual se manifesta na “impenetrabilidade” da nação, ou seja, nenhum outro Estado pode realizar atos governamentais naquele território, assim como nenhum Estado pode obrigar um país a se submeter a um processo judicial ou a um tribunal internacional. A soberania estatal pressupõe um direito internacional que corresponda a uma ordem fraca e descentralizada.

Para Morgenthau, a soberania é condicionada pela preexistência de um sistema múltiplo de Estados-nação. Ele considera que há três princípios fundamentais do direito internacional que equivalem a ela: independência, igualdade e unanimidade. Para o autor, independência significa que não há autoridade acima do Estado, fica delegado a cada nação definir os seus assuntos internos e externos, salvo naqueles domínios limitados por tratado ou pelo próprio direito internacional. Portanto, todas as nações devem respeitar este direito. A igualdade remete à ideia de insubordinação entre as entidades nacionais, sendo que entre os Estados independentes não há relação hierárquica entre elas. A unanimidade diz respeito à função legislativa, as nações são iguais independentemente do poder, tamanho e população para votarem e se manifestarem nos colegiados internacionais e na elaboração de normas e tratados entre os Estados.

A soberania é uma autoridade suprema, portanto, indivisível. Não se pode confundir soberania com independência política, militar, econômica e tecnológica. Segundo a concepção de Hans Morgenthau, o Panamá é uma nação soberana da mesma forma que os Estados Unidos, pois a desigualdade e a dependência entre os Estados não têm relevância para a soberania legal das nações. É quase impossível

que as nações dependentes executem políticas externas e domésticas independentes, contudo, isso não afeta a sua capacidade de legislação e de aplicação das leis no território nacional (MORGENTHAU, 2003, p. 576-577).

Morgenthau considera, portanto, que a organização da sociedade internacional em Estados-nação é um produto da história, de maneira que pode vir a ser substituída por novas formas. Quando o Estado é incapaz de garantir a sobrevivência da nação, ou a coesão da comunidade nacional, as sociedades nacionais se desintegram e formam outras unidades.

[...] a conexão contemporânea entre o interesse e a nação constitui um produto da história, motivo por que está destinado a desaparecer no curso da mesma história. Nada na posição realista, invalida a presunção de que a presente divisão do mundo político em estados-nação será um dia substituído por unidades de maiores dimensões de natureza muito diferentes e mais consentâneas com as potencialidades técnicas e exigências morais do mundo contemporâneo (MORGENTHAU, 2003, p. 19).

Segundo o autor, a bipolaridade de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria resultou em uma extrema desigualdade entre estes Estados-potência e os demais Estados, que orbitaram em suas áreas de influência, de tal maneira que a igualdade de soberania entre os Estados se viu solapada. Os Estados fracos se tornaram simples microestados que orbitam em torno dos dois gigantes. A sentença abaixo citada explicita esta análise:

No plano internacional não seria exagero dizer que a própria estrutura das relações internacionais – tal como refletida em instituições políticas, procedimentos diplomáticos e ajustes legais – vem tendendo a distanciar-se da realidade da política internacional e tornar-se irrelevante para a mesma (MORGENTHAU, 2003, p. 12).

Ou seja, a estrutura legal e institucional que pressupõe a existência de múltiplos Estados-nação soberanos já não corresponde mais à ordem internacional, que agora é permeada pela interdependência entre as nações:

A moderna circunstância da interdependência, exige uma ordem política que tome tal fato em consideração, enquanto que, na realidade, a superestrutura legal e institucional de olhos no século XIX, ainda presume a existência de uma

multiplicidade de estados-nação autossuficientes, estanques e soberanos (MORGENTHAU, 2003, p. 12).

Nesse ponto vemos que Morgenthau se aproxima das teses nas quais houve uma alteração do papel do Estado, dada as mudanças estruturais dos anos 1970 e 1980. Isso fica ainda mais explícito quando ele discorre sobre a questão nacional e o “universalismo nacionalista”, conforme veremos a seguir. No próximo item reconstruímos o que o autor entende por nação e os termos correlatos a essa ideia como moral nacional, interesse nacional, etc. Nosso objetivo foi entender se Estado-nação era um binômio com equivalência ou complementariedade categórica e como a ideia de nação foi apresentada pelo realismo nos estudos teóricos de relações internacionais.

MORGENTHAU E A NAÇÃO

Para Morgenthau, a nação constrói um sentimento de lealdade superior às que possam existir nela com qualquer outra força. O indivíduo sente-se parte da nação em função da identidade nacional, que institui a ligação do indivíduo com o poder da nação no cenário internacional. Desse modo, o cidadão passou a sentir o poder nacional como algo que lhe pertencesse. Não há uma vontade dos indivíduos de quebrarem a paz nacional, pois conferem à nação uma lealdade superior em relação aos demais grupos sociais.

Como vimos, para Morgenthau, os cidadãos compartilham símbolos e identidades nacionais – língua, costumes, história, bandeira, culto a heróis, feriados – que estão acima das identidades dos grupos econômicos, políticos e religiosos. A identidade nacional envolve os membros da comunidade nacional e cria a percepção de que há elementos que os unifica nacionalmente quando comparado a outras nações. Com isso, identificam o estrangeiro como “o outro”, que além de se encontrar fora das fronteiras nacionais, dispõe de diferentes características simbólicas e políticas. Por isso, o sentimento nacional influencia o pensamento e a ação de cada cidadão criando laços entre os compatriotas e a sensação de pertencimento a esta comunidade nacional, bem como transfere a cada membro, além da sensação de segurança, o sentimento de poder. Os indivíduos se sentem partícipes e dotados do poder que o Estado demonstra diante das demais nações.

Uma nação como tal não é, obviamente, uma coisa empírica. Uma nação como tal não pode ser vista. O que pode ser observado de um modo empírico são exclusivamente os indivíduos que formam uma nação. Isto é o que nos permite dizer

que uma nação é uma abstração de uma quantidade de indivíduos que dispõem de certas características em comum, e que são essas características que os transformam em membros da mesma nação. Além de ser membro de uma nação e de pensar, sentir e agir dentro dessa condição, o indivíduo pode pertencer a uma igreja, a uma classe econômica e social, a um partido político ou a uma família, e pode, assim, pensar, sentir e agir como integrante dessas mesmas categorias. [...] Assim sendo, quando falamos em termos empíricos do poder político ou da política externa de uma determinada nação, só poderemos estar designando o poder ou a política externa de certos indivíduos que pertencem à mesma nação (MORGENTHAU, 2003, p. 199-200).

Para Morgenthau, a emergência da nação, tal qual descrita acima, se deu a partir do século XIX, com as guerras napoleônicas. O nacionalismo suplantou as relações de coletividade estabelecidas no passado: sanguíneas, religiosas ou de lealdade ao senhor feudal. Pois antes das guerras napoleônicas somente alguns grupos se identificavam com a política externa de seu país, a qual não era uma política nacional e sim uma política de natureza monárquica. O nacionalismo moderno envolveu as massas, principalmente as classes trabalhadoras, nas políticas externas e nas guerras nacionais.

Até a Primeira Guerra Mundial, não se poderia falar em identificação de toda a população com o poder e a política dos seus Estados. Neste conflito, até mesmo os partidos socialistas europeus declararam apoio à guerra.

As forças supranacionais, tais como as religiões universais, o humanitarismo, o cosmopolitismo e todos os demais vínculos pessoais, instituições e organizações que congregam os indivíduos dentro de limites nacionais, são hoje infinitamente mais fracas que as forças que vinculam os povos dentro de uma determinada fronteira nacional e os separam do resto da humanidade (MORGENTHAU, 2003, p. 604).

Há uma predominância da moral nacional, que é o que motiva as ações dos homens no cenário internacional. O indivíduo, por exemplo, recua diante da moral universal de respeito à vida quando pensa em matar um adversário da sua nação, acredita que, com isso, está cumprindo a sua missão de resguardar os interesses nacionais do seu Estado.

Para Morgenthau, os movimentos nacionais tradicionais do século XIX correspondiam: 1) aos conflitos entre uma nacionalidade e o domínio estrangeiro,

ou melhor, a luta das nações oprimidas pela independência e a constituição de um Estado próprio;⁶ 2) e aos conflitos nacionais entre distintas potências sobre a colonização das demais nações.

Já no século XX, o objetivo do nacionalismo teria sido alterado, resultando no que ele denominou de “universalismo nacionalista”. Na Guerra Fria, o capitalismo e o socialismo teriam se tornado as bússolas pelas quais as superpotências definiam e legitimavam suas ações. Logo, a busca de padrões e costumes de uma nação pelas demais nações que integravam o bloco de países de acordo com a divisão bipolar do sistema internacional teria permitido que o nacionalismo se convertesse em uma religião secular, cuja missão seria a salvação da humanidade. É como se as sociedades nacionais de outros Estados passassem a ser fiéis e a se sentirem parte da nação e do poderio norte-americano ou soviético. Com isso, agregou-se aos instrumentos da política externa, além da diplomacia e da força militar, a propaganda psicológica, a partir das quais os Estados-potência buscariam promover seus interesses.

Para Morgenthau, a competição entre as duas filosofias políticas e entre seus respectivos sistemas econômicos e sociais teria tornado o prestígio o principal instrumento da política externa de cada potência. A guerra política entre Estados Unidos e União Soviética requeria a propaganda política para destruir o seu inimigo. A ajuda externa do Plano Marshall e o Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua) demonstrava a superioridade econômica e tecnológica das duas potências antagônicas.

Com isso, o autor assume que há relação entre a política doméstica e a política externa gerada pelo papel que a propaganda política passou a exercer na política externa dos Estados, pois “o resultado de uma eleição ou de uma guerra civil poderia determinar o curso futuro da política externa de um país” (MORGENTHAU, 2003, p. 609). Durante a Guerra Fria, a vitória eleitoral de um partido comunista levaria aquele Estado a se alinhar à União Soviética, assim como o contrário levaria o país a se alinhar aos Estados Unidos ou a manter-se neutro.

Enquanto o nacionalismo (do século XIX, T.B) quer uma nação em um Estado e nada mais, o universalismo nacionalista de nossa era reivindica para uma nação e um Estado o direito de impor as suas próprias avaliações e padrões de ação sobre todas as outras nações (MORGENTHAU, 2003, p. 606).

6 É importante lembrar que após a Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, muitas nações da Ásia e da África se tornaram Estados independentes. Então, para além das disputas entre as superpotências, o nacionalismo ainda correspondia ao nacionalismo de nação oprimida.

Para o pensamento realista, o poder político é o meio para alcançar os objetivos da nação e o interesse nacional diz respeito à luta pelo poder entre as nações. Segundo Morgenthau, poder não se refere ao poder cultural ou ao poder do homem sobre a natureza. É o “[...] controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens” (MORGENTHAU, 2003, p. 199), mais especificamente, o controle das autoridades públicas e entre elas e o povo. A relação de dominação existe quando os dominados se submetem à obediência em função da expectativa de benefícios, do receio de desvantagens e do respeito ou amor aos indivíduos e instituições. A dominação pode ser exercitada por meio de ordens, ameaças, autoridade ou carisma (MORGENTHAU, 2003, p. 51-52). Pois, “[...] a tendência a dominar constitui um componente de todas as associações humanas, desde a família, passando pelas associações estudantis e profissionais e pelas organizações políticas locais, até o Estado” (MORGENTHAU, 2003, p. 64). Em todos os agrupamentos políticos, e principalmente nas nações, a vida política é uma disputa contínua pelo poder. Nas eleições, nas assembleias legislativas, nos tribunais e na administração, os homens procuram manter o poder sobre outros homens.⁷

Poder político não equivale à força, apesar da força militar ser o maior elemento de poder de uma nação. É verdade também que a utilização da força ou quaisquer outros instrumentos de poder demonstram que a nação carece de prestígio e carisma. Na guerra, o poder político é substituído pelo militar. Por isso, os preparativos militares devem sobrepor-se ao uso efetivo das armas e, com isso, dissuadir as demais nações, tornando assim desnecessária a utilização da força. “No campo da política internacional, a força armada, como ameaça ou potencialidade, representa o fator material mais importante na construção do poder político de uma nação” (MORGENTHAU, 2003, p. 52).

Cabe mencionar, no entanto, que, segundo Morgenthau, o poder da política externa de um Estado não corresponde efetivamente ao poder de todos os indivíduos da nação. Para ele, o poder nacional é exercido e conduzido por um pequeno

7 Para a definição de poder, Morgenthau resgata, entre outros, Max Weber. Toda a influência de Weber no pensamento morgenthaliano não é explícita em *A política entre as nações*. Apesar de Weber ser a sua principal fonte, Morgenthau só utiliza uma citação do sociólogo. Segundo Morgenthau, o realismo parte do conceito-chave de interesse definido como poder, para ele o poder é a essência da política. Ele resgata a célebre frase de Tucídides: “a identidade de interesses é o mais seguro dos vínculos, seja entre Estados, seja entre indivíduos” (*apud* MORGENTHAU, 2003, p. 17). Segundo Weber, “[...] por política entenderemos, consequentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (WEBER, 1972, p. 56). Todo político aspira ao poder, quer em função dos fins ou em função do próprio desejo pelo poder e do prestígio que ele confere (WEBER, 1972, p. 57). Para esses autores, o poder é definido como o controle do homem sobre a mente e as ações do homem, e a política abrange todas as relações humanas, principalmente, o Estado.

grupo de representantes do Estado no cenário internacional, especificamente aqueles que falam e negociam em nome desse Estado — diplomatas e chefes de governo (MORGENTHAU, 2003, p. 199-204). Para o autor, isso se deve ao fato de que mesmo dentro da comunidade nacional, o poder é exercido por um pequeno grupo de cidadãos, e “A grande massa da população se comporta muito mais como objeto do poder do que como seu agente” (MORGENTHAU, 2003, p. 202). Para ele, o povo raciocina em termos de ganhos imediatos e concepções morais e legais acerca do bem e do mal, e não dispõe de capacidade política e intelectual para representar a nação.

A identificação do indivíduo com o poder nacional é de alguma maneira uma compensação da insatisfação dos desejos individuais no interior da fronteira nacional, é um processo que envolve não apenas a classe média e os funcionários administrativos como também a classe trabalhadora. A isto se acrescenta que a verdadeira natureza da política deve se esconder em justificativas éticas, legais, biológicas e racionalizações ideológicas. Ou seja, o político deve disfarçar a realidade⁸ para que os indivíduos comuns não percebam os interesses de poder que envolvem as escolhas de política externa. E ainda, “O poder, quando dissimulado por ideologias e buscado em nome e para o bem da nação, torna-se um bem para cuja consecução todos os cidadãos devem lutar” (MORGENTHAU, 2003, p. 203).

Para poder organizar um povo atrás da política externa do governo e arregimentar todas as energias e recursos nacionais em apoio do mesmo, o porta-voz da referida nação, em vez de clamar por mais poder, terá de apelar para necessidades biológicas, como a existência nacional, e para princípios morais, como a justiça (MORGENTHAU, 2003, p. 178).

Segundo ele, o diplomata precisa avaliar corretamente suas escolhas e se planejar segundo o “interesse nacional” e, ao mesmo tempo, precisa da aprovação popular sobre as suas decisões políticas. A aceitação popular reflete diretamente no moral e no poder da nação perante as demais. O poder nacional é constituído por diversos elementos, entre eles: a geografia, recursos naturais, capacidade industrial, força militar, a índole e o moral nacional. As duas últimas, o moral e a índole nacional, têm um peso decisivo nas escolhas das políticas externas: elas dependem do apoio popular e do envolvimento da sociedade nacional na política

8 Morgenthau utiliza uma citação do marxista Karl Mannheim em uma nota de rodapé na página 173 para definir ideologia enquanto falsa consciência — enganação da realidade.

internacional. Diferentemente dos demais elementos que configuram o poder nacional, não são fatores materiais que as determinam.

O moral nacional só é colocado à prova em tempos de guerra quando a sobrevivência da nação está em jogo, e ele é rompido, entre outras situações, em função de uma insatisfação popular muito grande em relação ao governo, como o número de perdas humanas em uma guerra. O governante depende da unidade dos grupos nacionais para dar seguimento à sua política externa, quanto mais ligados os indivíduos estiverem com os negócios estrangeiros, melhores condições de elevar o moral nacional são colocadas ao governante. Qualquer país marcado por divisões de classes, raças e etnias terá o seu moral nacional abalado. Ele é o grau de determinação no qual a nação apoia a sua política externa, está imbricado a todas as atividades nacionais. O moral nacional influencia a escolha e a ação da política externa: se uma parcela da população se sente demasiadamente privada dos seus direitos, tenderá a rebaixar o seu moral nacional, e isso dificultará a tomada de decisões do estadista. Portanto, quanto mais ligados os indivíduos estiverem com as ações do seu governo, melhores serão as condições de elevação do moral nacional. Isso deve ser alcançado democraticamente, através da livre interação da população, pois reside na qualidade do governo e na capacidade de representação dos interesses e aspirações do seu povo em matéria de política internacional.

[...] o moral nacional influencia a determinação com a qual o governo põe em prática a sua política externa. Qualquer segmento da população que se sinta privada permanentemente de seus direitos e de participação plena na vida da nação tenderá a ficar com um moral nacional mais baixo e se tornará menos “patriótica” do que aqueles que não padecem da mesma incapacitação. [...] Sempre que divergências profundas dividem um povo, o apoio popular que pode ser angariado em favor de uma política externa será sempre precário. Na realidade, será pequeno mesmo se o sucesso ou fracasso da referida política externa tiver um efeito direto sobre a disputa interna (MORGENTHAU, 2003, p. 268).

Da mesma forma, a índole nacional está ligada ao poder e ao nacionalismo. A índole nacional corresponde às qualidades vitais e determinantes da nação, aquelas com as quais a nação é reconhecida e lembrada por toda a população mundial. São exemplos de índole nacional, para Morgenthau: a disciplina dos alemães, a iniciativa dos norte-americanos, a força e persistência dos russos, o bom senso dos britânicos e o individualismo dos franceses.

A índole nacional não pode deixar de ter impacto sobre o poder nacional. Todos os que na guerra e na paz, agem em nome da nação, formulam, executam, ou apoiam as suas políticas; os que elegendo ou sendo eleitos, moldam a opinião pública, produzem e consomem — todos trazem consigo, em maior ou menor grau, a marca dessas qualidades intelectuais e morais que integram a índole nacional. (MORGENTHAU, 2003, p. 259)

Entretanto, o autor adverte que o nacionalismo não pode se tornar um misticismo político. Pois ao colocar à nação a necessidade de um poder para protegê-la e estimular o seu desenvolvimento, a nação passa a precisar do Estado, da mesma forma que o Estado precisa da nação para manter e expandir o seu poder. O ideal do nacionalismo torna-se, portanto, o Estado-nação (MORGENTHAU, 2003, p. 311). Para ele, quando o nacionalismo é “sobreinfluenciado” pela índole nacional, resultado de um excesso intelectual e político do sentimento nacional, ele se degenera e acaba se tornando uma religião. Nesse caso, “[...] a comunidade nacional e o Estado se transformam em entidades sobre-humanas, à parte e acima de seus membros individuais, além de credores de lealdade absoluta” (MORGENTHAU, 2003, p. 311).

A superestima das qualidades de sua própria nação, que é uma das características de todo nacionalismo, faz com que o conceito da raça superior leve a índole nacional até a idolatria. A raça superior, graças à qualidade suprema de sua índole nacional, vê-se destinada a governar o mundo. Em virtude de suas próprias qualidades, ela tem o poder potencial de exercer o domínio sobre todo mundo (MORGENTHAU, 2003, p. 312).

Em suma, esse nacionalismo exacerbado pode levar a uma política de racismo, sobre a qual a identidade nacional e a sua valoração passam a ser sinônimo de uma raça, e essa raça, identificada como superior às demais raças e nações, como foi, por exemplo, o nazismo. Nesse sentido, vemos que Morgenthau não tem um tratamento acrítico às diferentes formas e usos do nacionalismo, apesar de ter considerado que o binômio Estado-nação poderia ter se tornado obsoleto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscamos analisar como os estudos realistas de relações internacionais não produziram necessariamente uma disciplina autônoma da ciência política e das ciências sociais. Em *A política entre as nações*, Hans Morgenthau efetua uma transposição da teoria política clássica e contemporânea

para o ambiente internacional: o autor pretende entender as relações internacionais a partir de uma comparação com a teoria política clássica. Apesar do Estado-nação ser a categoria analítica fundamental para a teoria realista das relações internacionais, Morgenthau não se preocupou em definir antes o Estado, para então analisar como este atua no cenário internacional; buscou somente entender a função que o Estado exerce dentro das sociedades nacionais para pensar a questão da guerra e da paz internacional. Nesse ponto, os estudos realistas poderiam se fortalecer ao estabelecer um diálogo maior com as teorias sociais contemporâneas, em especial o debate sobre Estado, políticas públicas e a economia política internacional.

A concepção superficial de Estado usada por Morgenthau acabou produzindo nos demais autores da corrente realista uma visão estreita sobre essa categoria. Waltz (1979) chegou a comparar o Estado a uma bola de bilhar, uma estrutura homogênea e maciça. Os realistas tratam a política externa e a política doméstica separadamente, como se a política de defesa, a política industrial e a diplomacia não tivessem relações entre si, não fossem, em alguns casos, um todo contínuo.

Hans Morgenthau não admite a relação entre Estado, nação e capitalismo. A concepção de soberania é apartada da capacidade política, econômica e financeira dos Estados; trata-se de um conceito legal, baseado no direito internacional. Há uma confusão entre a ideia de soberania e a emergência dos Estados e da nação. Segundo ele, o nacionalismo está ligado às guerras napoleônicas, no início do século XIX, e a emergência das soberanias é anterior a esse processo, em meados do século XVI, mas ambas teriam dado origem a uma mesma estrutura, o Estado-nação. Entendemos que Morgenthau não distingue os “tipos” de Estado, por isso, os Estados absolutistas, capitalistas, imperialistas e dependentes recebem o mesmo tratamento. Ademais, ao aceitar que teria se configurado um “nacionalismo universalista” em torno do poder dos Estados Unidos ou que os Estados teriam se tornado obsoletos, dada a interdependência e a vulnerabilidade criadas pelo avanço das armas nucleares durante a Guerra Fria, demonstra a debilidade conceitual dessa categoria de análise.

Para nós, Morgenthau não definiu com clareza o principal objeto de partida do seu estudo da política internacional. Ele se apropria de concepções divergentes entre si. Quando versou sobre a política interna, sobre o Estado nacional, recorreu às concepções pluralistas que defendem os múltiplos pertencimentos e interesses dos indivíduos e grupos dentro da nação e a influência destes grupos nas decisões políticas. Porém, quando versou sobre a política externa, Morgenthau recorreu à concepção elitista, defensora de uma minoria ativa, que dirige uma massa amorfa, uma sociedade dividida entre governantes e governados. Além disso, os Estados

aparecem como entidades soberanas e iguais no cenário internacional mesmo diante das desigualdades internacionais existentes entre Estados dominados (fracos) e Estados imperialistas (potências). Acreditamos que seja importante considerar a relação de poder entre as nações a partir das relações de dominação e desigualdades entre os Estados e tendo como ponto de partida a imbricação entre política doméstica e política externa. Para isso, é preciso se apoiar sobre uma concepção de Estado que trate das múltiplas determinações (econômicas, políticas e sociais), do papel e da função dessa estrutura jurídico-política tanto para a questão nacional como para a política externa. Trata-se de analisar as íntimas e complexas relações entre o cenário nacional e internacional para compreender as relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGOSAIBI, Ghazi A. R. The theory of international relations: Hans Morgenthau and his critics. *Background*, Vol. 8, nº 4, p. 221-256, Feb. 1965.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- HELLNER, Mark A. The use and abuse of Hobbes: the state of nature in international relations. *Polity*, Palgrave Macmillan Journals, vol. 13, nº 1, p. 21-31, 1980.
- HOFFMAN, Stanley. “An American social science – international relations”. In: LINKLATER, Andrew (editor). *International relations: critical concepts in political science*. London and New York: Routledge, 2001, p. 77-98.
- JACKSON, Patrick Thaddeus. Forum Introduction Is the state a person? Why should we care? *Review of International Studies*, British International Studies Association, nº. 30, p. 255-258, 2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações – a luta pela poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.
- _____. Another “great debate”: the national interest of the United States. *The American Political Science Review*, vol. 46, nº 4, American Political Science Association, p. 961-988, Dec. 1952a.
- _____. What is the national interest of United States? *Annals of American Academy of Political and Social Science*, vol. 282, p. 1-7, Jul. 1952b.

- REICHWEIN, Alexander. Rethinking the Roots of Realism: Morgenthau's German Years. Paper to be presented at the *50th Annual Convention of the ISA*, 15-18 February, New York.
- TURNER, Stephen. "Morgenthau as a Weberian". In: MAZUR, G. O. (ed.). *One Hundred Year Commemoration to the Life of Hans Morgenthau (1904-2004)*. New York: Semenenko Foundation, 2004.
- WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. California: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- . *Ciência e política – Duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.

A construção da nação na América Latina, um processo interrompido: bloqueios internos e externos

The construction of the nation in Latin America, an interrupted process: internal and external blockades

Carlos Serrano Ferreira^a e Wilson Vieira^b

Resumo O objeto deste trabalho é a análise da relação entre os projetos de construção da nação e as tentativas de superação do subdesenvolvimento na América Latina diante dos desafios colocados pelas transformações na economia mundial no período 1970-2010, apresentando os bloqueios internos e externos. Os objetivos são: i) estudar a inserção dependente latino-americana como caso exemplar das Relações Internacionais enquanto ciência de fronteira; ii) compreender os motivos das dificuldades de se construir a nação e superar o subdesenvolvimento na América Latina, principalmente a partir da década de 1970, dadas as transformações da economia mundial sob a hegemonia dos EUA e a manutenção de estruturas internas de dependência; iii) mostrar que o pensamento de Celso Furtado, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a economia política do sistema-mundo são ferramentas válidas de explicação dessas dificuldades, ao colocarem o papel da hegemonia dos EUA para a compreensão do que ocorre na América Latina nesse período; iv) mostrar a partir de Ruy Mauro Marini os limites da burguesia latino-americana na consolidação da nação. A hipótese de trabalho é que os projetos de construção da nação na América Latina sofrem dificuldades cada vez maiores, dados os sucessivos golpes de Estado e as transformações da economia mundial sob o comando norte-americano, e o aprofundamento do caráter dependente da burguesia regional.

Palavras-chave pensamento de Celso Furtado; Teoria Marxista da Dependência; economia política do sistema-mundo; nação; desenvolvimento da América Latina.

a Cientista político, vice-coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEHC/UFRJ) e doutorando em Ciência Política pelo ISCSP da Universidade de Lisboa.

b Economista, professor do Instituto de Economia da UFRJ, pesquisador do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC) da UFRJ e do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) da UFRJ.

Abstract *The purpose of this paper is to analyze the relationship between the nation's construction projects and the attempts to overcome underdevelopment in Latin America in the face of the challenges posed by the transformations in the world economy in the period 1970-2010, presenting the internal and external blocks. The objectives are: (i) to study the Latin American dependent insertion as an exemplary case of International Relations as frontier science; (ii) to understand the reasons for the difficulties of building the nation and overcoming underdevelopment in Latin America, especially since the 1970s, given the transformations of the world economy under US hegemony and the maintenance of internal structures of dependency; iii) to show that Celso Furtado's thinking, the Marxist Dependency Theory (TMD), and the political economy of the world-system are valid tools for explaining these difficulties by placing the role of US hegemony as fundamental to understand what happens in Latin America in this period; iv) to show from the work of Ruy Mauro Marini, the limits of Latin American bourgeoisie on the consolidation of the nation. The working hypothesis is that the construction projects of the nation in Latin America are increasingly difficult to achieve, given the successive coup d'état and the transformations of the world economy under US command, and the deepening of the dependent character of the regional bourgeoisie.*

Keywords *Celso Furtado's thought; Marxist Theory of Dependency; political economy of the world-system; nation; development of Latin America*

1. INTRODUÇÃO

O objeto deste trabalho é a relação entre os projetos de construção da nação e as tentativas de superação do subdesenvolvimento na América Latina diante dos desafios colocados pelas transformações na economia mundial no período 1970-2010, apresentando os bloqueios internos e externos. Esta questão se inscreve diretamente nas preocupações temáticas do campo das Relações Internacionais. O problema nacional, de construção em diversas realidades e entidades estatais de diferentes naturezas, ligou-se desde o princípio ao próprio sistema internacional. A certidão de nascimento do mesmo, Vestfália, é a consagração da soberania nacional.

A construção do Estado-nação na Europa Ocidental produziu, ao mesmo tempo, um espaço interno de relações de poder, mas também criou o campo das Relações Internacionais. As diferentes conformações da relação entre Estado e Nação dão a tônica prática de diferenças entre entidades estatais nacionais, entidades pluri-nacionais – como os impérios Autro-Húngaro, Otomano e Russo – e nações sem Estado nas Relações Internacionais. Essa dialética entre Estados e Nações gera alguns dos desafios centrais do cenário contemporâneo, como a questão palestina,

e marca a política externa de potências centrais – como o separatismo para o Estado Espanhol e a Federação Russa.

Também no âmbito teórico, essa dialética está no centro da disciplina das Relações Internacionais. Apesar de haver um consenso geral acerca do papel central do Estado nas relações internacionais, o debate entre as diversas correntes e perspectivas se centram, entre outras coisas, na discussão sobre o campo de autonomia da soberania nacional frente a forças não-estatais e não-nacionais, como os grandes conglomerados transnacionais.

Acreditamos que esta questão nos países dependentes latino-americanos é exacerbada. De fato, a realidade destes demonstra claramente o caráter das Relações Internacionais enquanto fronteira das ciências sociais, talvez como nenhum outro exemplo. A inserção internacional da região conformou e foi conformada ao mesmo tempo pelo processo de consolidação e de obstrução à construção do Estado-nação. Não se entenderá jamais os limites à atuação soberana internacionalmente – que a dependência nega em conteúdo, mas afirma na forma – que esses países possuem estruturalmente, sem apontar e estudar essa inserção na fronteira com outros campos das ciências humanas, como a ciência política, a economia e a sociologia. As características internas desses Estados são determinadas pela sua posição internacional e, dialeticamente, esta é reforçada pelas características internas. Não se entende a inserção dependente regional – e inclusive suas dificuldades de integração interestatal – sem entender o papel da estrutura de poder construída pela burguesia dependente que, sendo associada, explica, por sua vez, o próprio caráter dependente e os limites estruturais internos de desenvolvimento em cada entidade estatal da região.

Frente a isto, os nossos objetivos são: i) estudar a inserção dependente latino-americana como caso exemplar das Relações Internacionais enquanto ciência de fronteira das ciências sociais; ii) compreender os motivos das dificuldades de se construir a nação e superar o subdesenvolvimento na América Latina, principalmente a partir da década de 1970, dadas as transformações da economia mundial sob a hegemonia dos EUA e a manutenção de estruturas internas de dependência; iii) mostrar que o pensamento de Celso Furtado, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a economia política do sistema-mundo são ferramentas válidas de explicação dessas dificuldades, ao colocarem o papel da hegemonia dos EUA para a compreensão do que ocorre na América Latina nesse período; iv) mostrar, a partir de Ruy Mauro Marini, os limites da burguesia latino-americana na consolidação da nação. Nossa hipótese é de que os projetos de construção de nação na América Latina, fortemente atrelados aos projetos de superação do subde-

envolvimento comandados pelo Estado e iniciados, de maneira geral, a partir da década de 1930 e intensificados na década de 1950, sofrem dificuldades cada vez maiores para serem concretizados, dados os sucessivos golpes de Estado a partir de 1964, a mudança da política dos EUA para a América Latina, as transformações da economia mundial sob o comando norte-americano e o aprofundamento do caráter dependente da burguesia regional.

1.1 O CARÁTER DA NAÇÃO E DOS NACIONALISMOS

Para atingirmos esses objetivos, adotamos uma metodologia de análise que observa a construção da nação a partir da abordagem modernista, segundo a qual

[...] a nação e o nacionalismo tal como hoje concebemos são produtos da Revolução Francesa, sem nenhum paralelo antes de 1789, por ser um projeto coletivo e por não ter existido antes dessa época uma ideologia segundo a qual o povo soberano compartilha uma história e uma cultura comuns, as quais se devem lealdade e grandes sacrifícios (VIEIRA, 2010, p. 18).

Também consideramos essa abordagem como a mais adequada para o nosso estudo porque

[...] após a Segunda Guerra Mundial, dentro do período que analisamos, a nação é concebida dentro dos valores da Revolução Francesa (autodeterminação, democracia, cidadania, direitos) e é a “terra prometida” do mundo libertado do jugo colonial das potências imperialistas europeias. Além disso, o caminho para a nação dentro dos moldes supracitados também passaria pela industrialização, desenvolvimento econômico (situação dos países centrais). Na América Latina, dada uma situação diferente, por serem países independentes politicamente, mas dependentes economicamente, a afirmação de seus países como nações plenas necessariamente passaria por tal caminho econômico (VIEIRA, 2010, p. 32).

Essa abordagem se baseia nos estudos de Eric Hobsbawm (1991), Benedict Anderson (1989) e Ernest Gellner (1993).

Contudo, a nação não é apenas uma construção subjetiva, ainda que articulada por um projeto político nacionalista. Há uma realidade objetiva, material, sob a qual esse processo se ergue e se impõe – através de mecanismos coercitivos e ideológicos – a partir de imposições político-administrativas dos nascentes Estados-Nacionais burgueses. Isto se torna perceptível nos exemplos históricos

onde a centralização estatal foi incapaz de articular a fusão das existências proto-nacionais das identidades localistas em uma versão amalgamada superior de nação, como os impérios Austro-Húngaro e Russo ou o Estado Espanhol. No primeiro caso, a incapacidade levou ao seu esfacelamento após a derrota na Primeira Guerra Mundial. No segundo, apenas sob a hegemonia proletária na Revolução Bolchevique se pôde construir uma forma de convivência entre as nacionalidades, que se esmigalhou com o processo de restauração capitalista. E, no último caso, levou à existência permanente de múltiplas nacionalidades, mantidas sob controle por forte repressão, primeiro pela monarquia, depois pelo franquismo, e que na crise atual volta a apresentar tendências desagregadoras, em particular no caso catalão. A fraqueza das tendências centrípetas levou à consolidação de identidades nacionais alternativas que, à exceção de choques externos (caso austro-húngaro) ou abalos internos (caso czarista e tardosoviético), foram incapazes de construir seu próprio Estado-Nacional.

Há que se entender essa dialética entre nação e Estado-Nacional, que envolve uma relação entre fatores objetivos e subjetivos dessa construção, e que só podem ser explicados pelos agentes político-sociais, de classe, que a dirigem. Nesse sentido, o aporte mais desenvolvido é a análise leninista de interpretação da questão nacional, pois refletirá a partir de uma realidade distinta daquela analisada nos bem-sucedidos casos da Europa Ocidental, e será mais útil para o entendimento dos limites do processo no restante da periferia global. Ela é resumida no trabalho de Stalin, *O Marxismo e o problema nacional* (1913), publicado no Brasil em coletânea do mesmo autor sobre o tema (STALIN, 1979). Apesar das ponderações feitas por Michael Löwy (2011), há ampla aceitação de que este livro reflete a concepção do conjunto dos marxistas revolucionários russos organizados no Partido Bolchevique, montado sob influência direta de Lênin.

Nesta obra, Stalin distingue materialmente Estado e Nação. Isto é importante pois, ao ter em vista os casos europeus orientais, ele pôde apresentar a autonomia desses dois entes distintos, que os casos de formação e fusão dessas duas realidades no Estado-Nacional europeu ocidental não permitiram aos outros analistas. E, ao afirmar a historicidade da nação, ele se distancia de perspectivas românticas a-históricas do tipo herderiano.

Que é nação?

Uma nação é, antes de tudo, uma comunidade [...] não é comunidade racial ou tribal, mas uma comunidade de homens formada historicamente. [...] não é, pois, um conglomerado acidental e efêmero, mas uma comunidade estável de homens.

Nem toda comunidade estável de homens constitui, porém, uma nação. A Áustria e a Rússia são também comunidades estáveis e, não obstante, ninguém as qualifica de nações. O que distingue uma comunidade nacional de uma comunidade estatal? (STALIN, 1979, p. 5)

Antes de se prosseguir e responder a essa questão, deve se chamar a atenção para essa imprescindível distinção entre comunidade nacional e comunidade estatal no caso latino-americano, onde distintas realidades coexistem. De um lado, a região centro-americana, uma nacionalidade dividida em seis comunidades estatais (MORENO, 2009), e a América Espanhola, que se fragmentou nos processos de independência por debilidade de sua classe dominante, conformando nacionalidades distintas, “embora semicolonizadas pelo imperialismo norte-americano” (MORENO, 2009, p. 75) e travadas no processo de realização completa de sua comunidade nacional pelas barreiras da dependência. O Brasil, apesar de manter intacta sua comunidade estatal desde a independência (1822), apenas inicia então a construção da nação (com um movimento que tenta afirmar a nação brasileira em oposição a Portugal), reforçada pela Revolução de 1930, e que ainda continua, mas permanece inacabada.

Retornando às elaborações bolcheviques, a nação é “uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura” (STALIN, 1979, p. 7), e só a existência de todos esses traços ao mesmo tempo estabelece uma nação, ainda que um traço distintivo principal se destaque em cada caso.

Convergindo com as elaborações de Hobsbawm, Anderson e Gellner, Stalin afirma que

A nação não é somente uma categoria histórica, mas uma categoria histórica de uma época determinada, da época do capitalismo ascensional. O processo de liquidação do feudalismo e do desenvolvimento do capitalismo é, ao mesmo tempo, o processo de agrupamento dos homens em nações. Assim acontecem as coisas, por exemplo, na Europa Ocidental [...].

A formação de nações representava ali, porém, e concomitantemente, sua transformação em Estados Nacionais independentes. As nações inglesa, francesa etc. são, por sua vez, os Estados inglês, francês, etc. [...] (STALIN, 1979, p. 13)

Contudo, como já referido, no caso da Europa Oriental as coisas se deram de maneira diferente, e “no Oriente se formam Estados multinacionais, Estados formados por várias nacionalidades” (STALIN, 1979, p. 13). Stalin apresenta uma explicação material para isto:

Este modo peculiar de formação de Estados só podia existir nas condições de um feudalismo não liquidado, nas condições de um capitalismo debilmente desenvolvido, em que nacionalidades relegadas a um segundo plano não tinham conseguido ainda consolidar-se economicamente para formar nações completas. (STALIN, 1979, p. 13)

Esta será a chave-explicativa que utilizará o marxista catalão e dirigente do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista), Andreu Nin, para explicar a realidade espanhola e o movimento de emancipação nacional:

Quando a criação dos grandes Estados correspondeu ao desenvolvimento capitalista e o favoreceu, se constitui um fato progressivo. A formação do Estado alemão, a unidade italiana, para citar apenas dois casos típicos, nos oferecem um exemplo eloquente. Quando a formação dos grandes Estados precede o desenvolvimento capitalista, ou seja, quando se constituem antes que as relações feudais estejam superadas pelas relações burguesas, a unidade resultante é uma unidade regressiva, despótica, de tipo asiático, que atravanca o desenvolvimento das forças produtivas ao invés de favorecê-lo. Por este motivo a luta pela emancipação nacional adquiriu nestes países um caráter tão agudo e uma importância tão enorme como fator revolucionário (NIN, 1935, em livre tradução).

Uma situação parecida se processou mesmo no caso dos Estados Unidos, que para consolidar sua formação enquanto nação e Estado-Nacional precisou de,

[...] entre outras coisas, duas revoluções para completar a tarefa. A revolução colonial, que coroou a primeira etapa de progresso, deu ao povo americano instituições políticas mais avançadas que as de qualquer outro lugar do velho mundo e aplainou o caminho para a rápida expansão econômica. De toda maneira, depois de haver conquistado a independência nacional, os EUA tiveram ainda de conquistar a independência econômica dentro do mundo capitalista. A diferença econômica entre esse país e as nações do ocidente da Europa limitou-se à primeira metade do século XIX e encerrou-se virtualmente com o triunfo do

capitalismo industrial do Norte sobre os poderes escravistas, na guerra civil. Não foi necessário muito tempo para que os Estados Unidos superassem a Europa Ocidental (NOVACK, 1988, p. 25).

A história latino-americana seguiu os passos estadunidenses na primeira das revoluções – a anticolonial – adquirindo sua independência política. Contudo, e aqui está a explicação oferecida pela TMD, a independência econômica nunca foi alcançada, devido à inserção histórica dependente do país na economia mundial, o que levou a que não se desenvolvesse – ou quando surgisse, fosse extremamente débil – um setor burguês industrial independente, anti-imperialista, como do Norte dos EUA. Desta maneira, na América Latina, o “Sul” – os setores escravistas e dependentes – venceu o Norte. Por isso, mesmo quando tardiamente se dá o processo de industrialização, a burguesia que emerge mantém esta característica dependente, nascendo deformada e incapaz organicamente de conformar seu próprio espaço territorial econômico independente. Pois “há de existir ainda um vínculo econômico interno que solde num todo único as diversas partes da nação” (STALIN, 1979, p. 6). Contudo, a burguesia dependente não consegue realizar esta soldagem, vinculada que está aos espaços econômicos externos, imperialistas, como se verá à frente.

Sob os limites internos se erguerão limites externos ao desenvolvimento das nações latino-americanas. Curiosamente, como ironia da história, serão os EUA que, se articulando com essa burguesia dependente, atuarão ao longo do século XX para impedir a emergência de um movimento nacionalista popular, que se enfrentará não só com o imperialismo, mas com sua própria burguesia dependente e estéril.

1.2 ESTRUTURA DO ARTIGO

A partir dessa abordagem, procedemos nossa análise da seguinte maneira: exporemos sucintamente as transformações da economia mundial sob a hegemonia dos EUA no século XX e início do XXI, dentro da abordagem da economia política do sistema-mundo; depois, a partir dessa reflexão, analisaremos os limites internos históricos e externos à construção da nação e o desenvolvimento da América Latina no período 1970-2010; por fim, teceremos breves considerações finais.

2. A HEGEMONIA DOS EUA E AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA MUNDIAL (1970-2010)

2.1 ANTECEDENTES

A fim de melhor compreendermos as transformações da economia mundial sob a hegemonia dos EUA no período compreendido entre 1970 e 2010, é necessário que façamos um breve relato a partir do final do século XIX, início do chamado “longo século XX”, quando se inicia a hegemonia dos EUA, segundo Arrighi (1996).

Na reflexão de Arrighi (1996, p. 30-31), as hegemonias mundiais surgiram a partir de situações de caos sistêmico:

Historicamente, os Estados que aproveitaram com êxito essa oportunidade fizeram-no reconstituindo o sistema mundial em bases novas e mais amplas, restabelecendo assim uma certa medida de cooperação interestatal. Em outras palavras, as hegemonias mundiais não “ascenderam” e “declinaram” num sistema mundial que se tenha expandido independentemente, com base numa estrutura invariável, definida desta ou daquela maneira. Ao contrário, o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos.

Essas reestruturações são um fenômeno característico do moderno sistema de governo, que emergiu da decadência e eventual desintegração do sistema de governo da Europa medieval.

As funções de governo mundial foram exercidas pelo Reino Unido até o fim do século XIX. De 1870 até a década de 1930 observamos o período da crise sinalizadora (Primeira Grande Depressão de 1873-1896) até a crise terminal do regime britânico de acumulação, com sua perda do controle do equilíbrio de poder europeu e, depois, do equilíbrio global. Nessas perdas, a ascensão da Alemanha à condição de potência mundial foi um fato decisivo. Segundo Arrighi (1996, p. 59):

Ao mesmo tempo, a capacidade do Reino Unido de ocupar o centro da economia mundial capitalista foi minada pela emergência de uma nova economia nacional, de riqueza, dimensões e recursos maiores que os seus. Tratava-se dos Estados Unidos, que evoluíram para tornar-se uma espécie de “buraco negro”, dotado de um poder de atração de mão-de-obra, capital e espírito de iniciativa da Europa com que o Reino Unido, e menos ainda as nações menos ricas e poderosas,

tinham poucas chances de competir. Os desafios alemão e norte-americano ao poderio mundial britânico fortaleceram-se mutuamente, comprometeram a capacidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal e acabaram levando a uma nova luta pela supremacia mundial, com uma violência e morbidez sem precedentes.

Nessa disputa pela hegemonia, na qual podem ser incluídas a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, os EUA vencem, dado que primeiro conduziram o sistema estatal à restauração dos princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália¹ e posteriormente reformularam o sistema que haviam restabelecido.

Tais restauração e reformulação passaram pela concessão a todos os povos do direito à autodeterminação, ao mesmo tempo em que a provisão da subsistência a todos os cidadãos tornou-se o objetivo fundamental perseguido pelos membros do sistema interestatal. Segundo Arrighi (1996, p. 67):

Em comparação com o imperialismo de livre comércio, as instituições da hegemonia norte-americana restringiram consideravelmente os direitos e poderes de as nações soberanas organizarem relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como lhes aprouvesse. Os governos nacionais têm estado menos livres do que nunca para perseguir seus objetivos por meio da guerra, da expansão territorial e, em grau menor, mas ainda assim significativo, das violações dos direitos civis e humanos de seus cidadãos.

A ONU e as organizações de Bretton Woods, apesar do uso instrumental e da atrofia parcial no momento de expansão máxima da hegemonia mundial norte-americana, não implicaram em um retorno às estratégias e estruturas da hegemonia mundial britânica, pois o “mundo livre” pregado pelos EUA tanto foi uma negação quanto um prolongamento do imperialismo britânico de livre comércio. Ou seja, o imperialismo norte-americano se baseou não em conquistas territoriais externas fundamentalmente, mas em poder de influência através da ideologia do “mundo livre”. E o livre comércio constituiu (e constitui) uma estratégia de negociação intergovernamental (bilateral e multilateral) sobre a liberalização do comércio com o objetivo básico de abrir as portas das outras

1 O Sistema de Vestfália foi instituído em 1648 após o fim da guerra de independência das Províncias Unidas em relação à Espanha, instituindo o atual sistema de organização dos Estados e de relação entre eles. Veja-se Arrighi (1996) e Tilly (1996).

nações aos produtos e às empresas norte-americanos.² Também observamos, até 1973, os anos dourados do capitalismo, dentro da estratégia maior de combate à expansão do socialismo.

Contudo, a arquitetura traçada a partir de Bretton Woods começou a ser modificada nos anos de 1968-73. Nas palavras de Arrighi (1996, p. 310):

A crise iminente do regime norte-americano foi assinalada entre 1968 e 1973, em três esferas distintas e estreitamente relacionadas. Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. A crise teve uma deterioração rápida e, em 1973, o governo norte-americano havia recuado em todas as frentes.

Os fatos acima denotam a dinâmica da crise sinalizadora do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, dada a situação de rápida expansão do comércio e da produção mundiais que intensificou as pressões competitivas sobre os principais agentes da expansão e, conseqüentemente, provocou o declínio dos lucros do capital. Também mostram como as crises militar e de legitimidade do poder mundial dos EUA expressaram a incapacidade de seu aparato militar-industrial de lidar com a descolonização do mundo e a conseqüente emergência do Terceiro Mundo e seu movimento de países não alinhados (BANDUNG, 1955). Tais dificuldades aumentaram com o esfriamento das paixões anticomunistas e a domesticação do poderio soviético. Segundo Arrighi (1996, p. 332): “A razão principal foi que a plena soberania dos países do Terceiro Mundo constituía uma ameaça latente e crescente ao poderio mundial norte-americano, potencialmente muito mais séria do que o próprio poder soviético. Esse desafio era econômico e político”.³

2 Sobre a política externa norte-americana, ver Anderson (2015).

3 Sobre o Terceiro Mundo, Arrighi (1996) afirma que, em termos *econômicos*, sua importância estratégica cresceu como reservatório de recursos minerais e humanos prontos para atender às necessidades presentes e futuras do Primeiro Mundo, dada a grande pressão sobre as reservas mundiais de insumos primários, dentro de um contexto de recomposição da Europa e do Japão à imagem dos EUA, e a corrida armamentista permanente. Porém, em termos *políticos*, a luta pelo exercício de plenos direitos de soberania dos países do Terceiro Mundo reduziu (em alguns casos eliminou) o uso dos insumos primários desses países por empresas do mundo desenvolvido capitalista.

Segundo Arrighi (1996), podemos afirmar que o período entre 1930 e meados da década de 1970 pode ser definido como o compreendido entre a crise terminal do regime britânico e a crise sinalizadora do regime norte-americano, explicitada a partir de 1968.

2.2 A CRISE DA HEGEMONIA DOS EUA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

No restante da década de 1970, apesar da crise sinalizadora, as estratégias de poder norte-americanas se caracterizam pelo desprezo básico pelas funções de governo mundial, acarretando em uma desestabilização ainda maior do que restara da ordem mundial pós-Segunda Guerra Mundial e em um declínio acentuado do poder e prestígio norte-americanos durante a Revolução Iraniana e a crise de reféns de 1980.

Observamos até 1978 uma política monetária norte-americana frouxa, que incitou o capital a manter a expansão material da economia capitalista centrada nos EUA, mesmo que ela tenha se transformado na causa primária do aumento dos custos, riscos e incertezas para o capital das corporações, em geral, e das empresas norte-americanas, em particular. Tal fato explica porque apenas uma fração da liquidez criada se transformou em novos meios de comércio e produção e a maior fração se transformou em eurodólares e petrodólares.

A partir de 1978, o governo dos EUA passa a adotar política monetária rígida a fim de se acomodar com a comunidade financeira cosmopolita (que cada vez mais buscava ficar fora do controle das autoridades monetárias em mercados fora da Europa). O resultado foi a *belle époque* da era Reagan (semelhante à Grã-Bretanha eduardiana, à Holanda dos chinós e à Espanha da era dos genoveses), prenúncio do declínio econômico. Quatro medidas acompanharam a redução da oferta monetária norte-americana:

- I) elevação das taxas de juros bem acima do índice de inflação corrente, como marco inicial da competição agressiva do governo norte-americano pelo capital circulante mundial;
- II) grande impulso de “desregulamentação”;
- III) início, no governo Reagan, de uma das mais espetaculares expansões do endividamento do Estado na história mundial (apesar de eleito com a promessa de equilibrar o orçamento);
- IV) escalada da Guerra Fria com a URSS e exibições de poderio militar contra países inamistosos do Terceiro Mundo (Granada, Líbia, Panamá e Iraque).

Como em todas as expansões financeiras anteriores, o endividamento do Estado se associou a uma escalada da luta interestatal pelo poder.⁴

Então, dados todos os fatores acima relacionados, entende-se porque, no final da década de 1970, o governo dos EUA abandona a estratégia de confronto com as altas finanças privadas, embutida no *New Deal*, e busca ajuda por todos os meios disponíveis para recuperar a vantagem na luta global pelo poder. Os resultados foram: i) lucros acima das expectativas; ii) países do Terceiro Mundo colocados numa situação econômico-financeira muito difícil devido às políticas restritivas norte-americanas, as altas taxas de juros e a desregulamentação; iii) prenúncio da crise terminal.

Observamos, desde então, o aumento da frequência das crises econômicas oriundas de ataques especulativos e hipertrofia do sistema financeiro, como observado nas crises do México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998), Brasil (1999), Argentina (2001) e EUA (2008),⁵ sendo que esta última ainda trouxe consequências negativas à economia mundial, inclusive com reflexos no país que mais cresceu nos últimos anos, a China. Arrighi (1996) já afirmava que tais situações poderiam ocorrer, dado que vivemos uma situação de caos sistêmico, em que há um processo de transição hegemônica, no qual o sistema de governo, a cada situação dessas, move-se “para frente” e “para trás” ao mesmo tempo, porém, com uma situação inédita: aceleração do ritmo da história capitalista. Segundo Arrighi (1996, p. 80):

Esse movimento duplo e simultâneo, para frente e para trás, também parece caracterizar a atual conjuntura. A diferença em relação aos períodos anteriores de transições hegemônicas é que a escala e a complexidade do moderno sistema mundial já se tornaram tão vastas que deixam pouca margem para novos aumentos. O duplo movimento e a concomitante turbulência podem estar produzindo, portanto, não uma nova reconstituição do moderno sistema de governo em bases mais amplas, porém sua metamorfose num sistema totalmente diferente, que revitaliza um ou outro aspecto dos modos de dominação do começo da modernidade ou mesmo pré-modernos.

4 Segundo Arrighi (1996, p. 328): “E foi a competição pelo capital circulante, ocasionada por essa escalada mais recente na luta interestatal pelo poder, que, mais uma vez, parafraseando Weber, criou as melhores oportunidades para o capitalismo ocidental desfrutar de mais um ‘momento maravilhoso’ de riqueza e poder sem precedentes”.

5 Sobre o caos sistêmico e crise de hegemonia americana, ver Arrighi e Silver (1999) e Wallerstein (2003).

3. A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA (1970-2010)

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE LONGA DURAÇÃO

Os projetos de construção da nação na América Latina foram fortemente atrelados aos projetos de desenvolvimento comandados pelo Estado e iniciados em geral a partir da década de 1930 e intensificados na década de 1950. Isto pode ser afirmado no sentido de que a nação só existe se conquista um espaço econômico interno próprio, algo que as nações latino-americanas nunca alcançaram devido à dependência.

Tendo em vista a questão da conformação nacional, vamos apresentar rapidamente alguns dos argumentos de Ruy Mauro Marini em seu artigo clássico *Dialética da Dependência*, de 1973. Aqui, Marini aponta as características do desenvolvimento capitalista *sui generis* latino-americano, “que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2005, p. 138). Este caráter peculiar foi engendrado já na etapa da economia agrário-exportadora, mas se ampliará e deixará sua particularidade de ser derivada da insuficiência para ser marcada fundamentalmente pela distorção no capitalismo industrial dependente latino-americano. A constatação essencial é que o “atraso” latino-americano não é um atraso, um “desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas [mas] aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas avançadas” (MARINI, 2005, p. 138).

Ao contrário das economias industriais da Europa Ocidental, que desenvolveram primeiro o espaço econômico interno de sua nação, atraindo os excedentes gerados externamente,

[...] a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa

construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas (MARINI, 2005, p. 140).

Essa trajetória explica, ao mesmo tempo, a extrema desarticulação e os bloqueios para a integração latino-americana, bem como as dificuldades de conformação de um espaço econômico interno e, sendo assim, da conclusão do processo de formação da nação. É a partir de então que

[...] as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido de desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações [seria melhor, entre Estados] formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2005, p. 141).

A afirmação de que a superação da dependência só pode se dar pela superação das relações de produção que a criam (capitalistas) se coaduna com o entendimento da TMD de que o desenvolvimento latino-americano só é possível com uma revolução socialista. Por conclusão lógica, a realização final das nações latino-americanas só se torna possível no socialismo. Para entender isso, desenvolveremos no ponto seguinte os limites históricos das tentativas de desenvolvimento sem ruptura com o capitalismo, e o papel que os Estados Unidos desempenharam no entrave político-militar-ideológico-econômico a ele. Antes, é preciso explicar por que se torna impossível que as nações latino-americanas sigam o modelo americano de superação da dependência. Isto se explica por dois elementos que tornam inviável um movimento de libertação nacional dirigido pelas burguesias dependentes latino-americanas.

3.1.1 LIMITES A UM MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL BURGUEÊS NA AMÉRICA LATINA

A nação é transpassada pela luta de classes. No caso das nações oprimidas, no entanto, muitas vezes suas burguesias precisam, em sua luta para conformar seu espaço nacional, apelar às suas classes trabalhadoras, para assim poderem superar “a poderosíssima resistência que lhes é oposta pelas camadas dirigentes das nações dominantes” (STALIN, 1979, p. 14). Assim se processou em países da Europa Oriental, no final do século XIX e início do XX. A burguesia era o ator principal e, para ela, o problema central era o mercado, isto é, “assegurar ‘seu’ próprio mercado ‘nacional’. O mercado é a primeira escola em que a burguesia aprende o nacionalismo” (STALIN, 1979, p. 14). Contudo, isto nunca se detém em um problema econômico, mas se soma a problemas políticos, como de opressão ao idioma, restrições ao direito ao voto, etc. Em sua luta,

A burguesia da nação oprimida, que se vê acossada por toda parte, entra naturalmente em ação. Apela para ‘os de baixo de seu país’ e principia a falar de ‘pátria’, ao pretender fazer da sua própria causa a causa de todo o povo. [...] E ‘os de baixo’ nem sempre permanecem surdos aos seus apelos, e se agrupam em torno de sua bandeira: é que a repressão de cima também os afeta, provocando o seu descontentamento.

Assim começa o movimento nacional (STALIN, 1979, p. 15).

Assim se deu na Europa Oriental entre tchecos, croatas, ucranianos, etc., nem sempre vitoriosos, e nos EUA. Contudo, isto ocorreu na América Latina apenas parcialmente: adquirindo um caráter próximo no processo de independência política, mas muito mitigado nos primeiros passos de industrialização no século XX, e desaparecendo posteriormente. Isto se deve às características da burguesia dependente, sem iniciativa própria, que retira seus privilégios não da conformação de um espaço econômico próprio, mas em associação com o capital internacional.

Porém, também se deve à debilidade do movimento nacional sob uma possível direção hegemônica burguesa, pois “a força do movimento nacional é determinada pelo grau da participação que nele têm as extensas camadas da nação do proletariado e dos camponeses” (STALIN, 1979, p. 15). A marca central da dependência é a impossibilidade da construção de um mercado de consumo interno e, por isso, de articulações progressistas entre a burguesia e as massas proletárias e camponesas, pois a dinamicidade da primeira se dá pela superexploração da força de trabalho.

Estes elementos se articulam, pois há

separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2005, p. 162).

Ou seja, o mercado consumidor da produção dos países dependentes está nos países centrais, sendo coadjuvado pelo consumo de luxo da burguesia dependente e de uma capa reduzida de alta classe média que se forma às expensas e parasitariamente à primeira. Restará aos proletários e camponeses um consumo de subsistência, espremido até níveis inumanos. Isto se dá pois, entre as duas formas de exploração do sistema capitalista – a que se baseia no aumento da força produtiva do trabalho e a que se baseia na maior exploração do trabalho –, a América Latina se inscreve principalmente na segunda (MARTINS, 2011).

Desta forma, não há espaço para a construção de um mercado interno nacional, pois a burguesia dependente não pode criá-lo, integrada que está ao mercado dos países imperialistas. Por isso, da mesma forma que na Rússia cem anos atrás, a tarefa histórica de construção de um mercado nacional e, assim, do último traço central que impede a emergência das nações latino-americanas, não recai mais na burguesia, mas sim no proletariado. Já não se dá mais nos marcos de uma revolução burguesa, mas de uma revolução socialista.

3.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DIRETOS (1930-1970)

Esses projetos de superação do subdesenvolvimento, que tinham como caminho a industrialização através do planejamento estatal, tiveram início com a eclosão da Grande Depressão a partir da crise de 1929 nos EUA, levando as economias latino-americanas, de base primário-exportadora pró-cíclica, cujo centro dinâmico é definido no centro capitalista demandante dos bens primários, a sofrer fortemente seus reflexos. Tal situação levou-as (principalmente as maiores: Argentina, Brasil e México) a se voltarem para dentro e a priorizarem um Processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI ou PSI) que, em um primeiro momento, foi de caráter restringido, isto é, com predominância da produção de bens de consumo não duráveis, tendo, com isso, de depender de exportações de bens primários para obter divisas a fim de importar os bens de consumo duráveis e os bens de produção (máquinas e equipamentos, que inicial-

mente não foram difíceis de serem obtidos, dado que boa parte era adquirida de empresas falidas dos países centrais devido à Grande Depressão).⁶

Em uma segunda fase, a partir da década de 1950, observamos a intensificação da ISI com o início da industrialização pesada, que até o início da década de 1970 (em especial no Brasil) atingiu o objetivo de desenvolver uma indústria de bens de consumo duráveis e iniciar o desenvolvimento da indústria de bens de capital (ou bens de produção), contando, principalmente no caso da primeira, com grande participação de empresas transnacionais, indo ao encontro do processo de expansão das empresas transnacionais do centro, sob a liderança dos EUA, cuja hegemonia se encontrava em seu auge.

Contudo, se as reflexões sobre o subdesenvolvimento elaboradas a partir do final da década de 1940 com a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), sob a liderança de Raúl Prebisch, inovaram na reflexão – com os conceitos “relação centro-periferia”, “deterioração dos termos de troca”, dentre outros, para diagnosticar a situação de subdesenvolvimento da América Latina e propor a industrialização a partir do planejamento estatal com vistas a superar a condição periférica da região –, ainda assim pouco levaram em conta o papel da hegemonia dos EUA nesse processo, que poderia auxiliá-lo ou obstaculizá-lo, como também podemos observar nas reflexões de Furtado no período 1950-1964.

Esse quadro muda a partir da década de 1960, principalmente após o golpe civil-militar de 1964 (com papel central dos EUA), nova conjuntura que será examinada por Furtado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966),⁷ mais especificamente no capítulo “Obstáculos Externos ao Desenvolvimento”, o qual analisaremos em seguida.

Segundo Furtado (1966), os obstáculos externos derivam da Guerra Fria, a qual levou a um esforço de definição das áreas de influência dos EUA e da URSS. Nesse processo, os EUA propuseram para a sua área de influência (onde a América Latina estava inserida):

I) Sob *Eisenhower*: “*contenção*” da URSS. O pensamento e ação do governo pressupunham que a URSS não somente explorava a revolução mundial, como era a sua criadora;

6 Sobre o início da ISI e do desenvolvimentismo no Brasil, ver Bielschowsky (2000) e Fonseca (2004).

7 Utilizamos a edição de 1968.

II) *Doutrina formulada pelos técnicos do MIT*,⁸ sob a liderança de W. W. Rostow (entre o final da década de 1950 e o início da de 1960): os objetivos da política exterior dos EUA seriam melhor alcançados através de uma bem orientada “ajuda externa” aos países subdesenvolvidos, a fim de se alcançar o desenvolvimento e eliminar os riscos de instabilidade social. O *resultado prático* se deu com a *Aliança para o Progresso* (APP),⁹ criticada posteriormente pelo *establishment* norte-americano com a argumentação de que o próprio desenvolvimento, mesmo orientado de fora, cria instabilidade social, pois atinge a estrutura social e a ordem religiosa;

III) *Na década de 1960, na esteira da crítica à APP, passou-se a defender a ideia de que não se poderia perder de vista o objetivo da política dos EUA, isto é, de conservar integrada a sua esfera de influência, sendo o desenvolvimento de algum país um meio para alcançá-la.* A ajuda teria que ser destinada aos grupos de elite desses países que estivessem empenhados em conservá-los fora do comunismo e do controle soviético. E dentro desses países, *se fosse necessário, as forças militares e policiais poderiam ser usadas para assegurar a estabilidade durante a implantação de programas nos moldes da APP.*

Portanto, o problema fundamental dos EUA na segunda metade do século XX é o da sua “segurança” e o da América Latina é o do seu “desenvolvimento”, dos caminhos de construção da nação. São objetivos conflitivos, não à primeira vista, mas em uma análise mais aprofundada, na qual não pode ser deixado de lado o papel das empresas privadas norte-americanas.¹⁰ Segundo Furtado (1968, p. 42, grifos colocados):

A partir do momento em que se define a “segurança” dos Estados Unidos como incluindo a *manutenção do status quo social na região latino-americana*, é perfeitamente claro que *a autonomia dos países dessa região* (admitindo-se que os povos e os Estados da América Latina não se confundem com ocasionais estruturas de poder) *para superintender o próprio desenvolvimento fica reduzida a pouca coisa.* Está implícita nessa doutrina que as decisões de caráter fundamental deverão ser tomadas num plano mais alto, provavelmente no

8 Observadas em Rostow (1961) e Millikan e Blackmer (1963).

9 Resposta limitada ao desafio da Revolução Cubana (1959).

10 Isso se constitui em grande novidade na construção do diagnóstico estagnacionista de Furtado, que ele aprofundará nas décadas de 1970 e 1980 e que denomina de transnacionalização do capital, antecipando um dos elementos da análise da mundialização do capital.

centro político da esfera de influência, ou em algum órgão “supranacional”, cujo poder efetivo constitui simples delegação daquele centro político. [...] [Nesse processo], cabe às *empresas privadas norte-americanas um papel básico no desenvolvimento latino-americano e que a execução da política de “ajuda” dos Estados Unidos deve ser principalmente por intermédio dessas empresas.* [...]. Acordos de “garantia” vêm sendo assinados com governos latino-americanos pelos quais as empresas privadas norte-americanas, que atuam em determinado país, passam a gozar de situação privilegiada relativamente a idênticas empresas que operam em território dos Estados Unidos.

Logo, a construção da nação corre riscos, como Furtado, numa crítica à tecnocracia (aprofundada na década de 1980), afirma:

Esse “projeto” de desenvolvimento regional, tendente a tornar obsoleta a ideia de nacionalidade como principal força política na América Latina, apresenta muito atrativo para importantes setores das classes dirigentes locais, que veem aí uma fórmula hábil para esvaziar o “nacionalismo”, ao qual atribuem grande responsabilidade pela presente inquietação social. Em realidade, se se consegue subtrair ao Estado grande parte de suas funções substantivas na orientação do processo de desenvolvimento econômico e social, seria de esperar que a atual “fermentação” política, que caracteriza muitos dos países latino-americanos, tenda a reduzir-se, passando os governos a atuar principalmente *no plano “técnico”* (FURTADO, 1968, p. 44, grifos colocados).

O autor, aprofundando sua análise, mostra que implantar esse projeto nas condições históricas da América Latina na segunda metade da década de 1960 seria inviável, pelas seguintes razões:

- I) a penetração de grandes consórcios, de elevada inflexibilidade administrativa e grande poder financeiro, tende a provocar desequilíbrios estruturais de difícil correção, tais como: maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápido aumento do desemprego aberto e disfarçado;
- II) a redução da capacidade de controle dos Estados nacionais nesse processo leva à acentuação da concentração de atividades econômicas em determinadas subáreas, com o consequente agravamento das disparidades de níveis de vida entre grupos sociais e áreas geográficas;

III) resultado último: aumento real ou potencial das tensões sociais na região com uma resposta essencialmente repressiva por parte do Estado.

Apesar desse diagnóstico desafiador, Furtado acredita na construção da nação sob a liderança do Estado, porém acrescida do que pode ser o início da defesa da radicalização da democracia nesse processo (que ele desenvolveria com mais ênfase na década de 1980):

O desenvolvimento econômico, nas difíceis condições que enfrenta presentemente a América Latina, requer uma atitude cooperativa de grandes massas de população e a participação ativa de importantes setores dessa população. É por esta razão que as tarefas mais difíceis são de caráter político e não técnico. Uma difícil ação política deverá ser realizada, e isto somente será possível com apoio nos atuais centros do poder político nacional. Ao contrário do que se pretende veicular, o princípio da nacionalidade é vital na atual fase do desenvolvimento latino-americano. Toda autêntica política de desenvolvimento retira sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideais de uma coletividade. E se uma coletividade não dispõe de órgãos políticos capacitados para interpretar suas legítimas aspirações, não está aparelhada para empreender as tarefas do desenvolvimento. Destarte, o princípio da nacionalidade é hoje, ainda mais do que no passado, de extraordinária funcionalidade. Toda medida que se venha a tomar no sentido de enfraquecer os Estados latino-americanos como centros políticos capazes de interpretar as aspirações nacionais e de aglutinar as populações em torno de ideais comuns, terá como resultado limitar as possibilidades de desenvolvimento da região. Assim, a integração econômica latino-americana somente se justifica se for concebida como definição de política comum entre Estados nacionais, e não como articulação entre grandes empresas estrangeiras que operam na região (FURTADO, 1968, p. 46, grifos colocados).

Também nesse período destacamos Ruy Mauro Marini (da TMD), com *Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil* (publicado primeiro em espanhol em 1966 e em português em 2000),¹¹ no qual chama a atenção para um processo de industrialização brasileiro cada vez mais subordinado ao imperialismo dos EUA, sendo subimperialista sobre os demais países:

11 Utilizamos a edição de 2014 da editora Insular.

um centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave (MARINI, 2014, p. 127).

3.3 A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA DIANTE DA CRISE DA HEGEMONIA DOS EUA (1970-2010)

Apesar da crise da hegemonia dos EUA a partir da década de 1970, como observamos no item anterior, a América Latina, dado o movimento de mundialização e financeirização do capital, enfrenta dificuldades cada vez maiores para concretizar seus processos de industrialização inseridos na Terceira Revolução Industrial, outro passo importante no caminho fundamental para a superação do subdesenvolvimento e concretização de seus projetos de construção de nação. Observa-se isto em Marini (2000),¹² ao mostrar as consequências da globalização¹³ para os países dependentes de maneira mais específica, como podemos observar nos pontos do texto que destacamos abaixo (cf. MARINI, 2000, p. 282-284):

- I) os países desenvolvidos possuem imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que é o que torna possível a inovação técnica, constituindo-se em um monopólio tecnológico e, por conseguinte, fator de agravamento da condição dependente dos países periféricos;
- II) os países centrais controlam a transferência de atividades industriais sobre os países periféricos, tanto por sua capacidade tecnológica como de investimento, atuando: a) pela transferência prioritária aos países dependentes de indústrias menos intensivas em conhecimento; b) pela dispersão entre os diferentes países periféricos das etapas da produção de mercadorias a fim de impedir o surgimento de economias nacionalmente integradas;

12 Publicado primeiro em espanhol em 1997.

13 Segundo Marini (2000, p. 269): “O processo mundial em que ingressamos a partir da década de 80 e que se convencionou chamar de globalização caracteriza-se pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país”. Ele ainda destaca quatro aspectos nesse processo (cf. MARINI, 2000, p. 270-272): i) a grande magnitude da população envolvida; ii) a aceleração do tempo histórico; iii) a enorme capacidade de produção que está em jogo; iv) a profundidade e a rapidez dessas transformações.

- III) o resultado dessas ações pode ser observado na divisão internacional do trabalho no nível da produção, na qual os países dependentes regressam ao lugar da divisão internacional do trabalho que ocupavam no século XIX, quando vendiam bens primários para o centro e dele compravam bens manufaturados, mas agora com a utilização de métodos de gestão plenamente capitalistas;
- IV) a globalização produz, com essa “nova” divisão internacional do trabalho, desníveis crescentes em matéria de saber e de capacitação técnica na mão de obra;
- V) a partir do que foi exposto acima, o autor conclui que a globalização contribui para o agravamento da dependência;
- VI) para enfrentar tal situação, a solução passa por uma revolução democrática radical, contando com a aliança de trabalhadores do centro e do mundo dependente.

Celso Furtado, observando na década de 1970 que a economia brasileira não continuou estagnada, mas voltou a crescer no período 1968-73, denominado de “milagre” econômico brasileiro, reavalia suas reflexões e inova em sua teoria: elabora o termo “modernização”, mantido entre aspas porque não se trata de um processo que leve ao desenvolvimento econômico, mas sim que traz crescimento econômico sem superar a situação de subdesenvolvimento,¹⁴ dado que se trata de importação de tecnologia dos países centrais nem sempre adequada à realidade periférica da América Latina, além de imitação por parte das classes médias dos países latino-americanos do padrão de consumo das suas congêneres nos países centrais.¹⁵

Dentro dessas reflexões de Furtado, destacamos *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), que pode ser considerado seu livro mais interdisciplinar, onde reforça os aspectos culturais e sociais da “modernização” e da dependência, como observamos abaixo:

- I) as estruturas sociais internas na periferia são importantes para a compreensão da industrialização dependente;
- II) a “modernização” também significou *ocidentalização*, isto é, destruição de valores culturais em vários países da periferia sem uma substituição adequada;

¹⁴ Como visto, tal posição é defendida pela TMD com mais veemência.

¹⁵ Para mais detalhes, ver Furtado (1972; 1974; 1976; 1978).

III) apesar do quadro negativo na periferia, Furtado (1978, p. 114-116) vê possibilidades de superação:

A luta contra a dependência passa, portanto, por um esforço para modificar a conformação global do sistema. Que se esteja atualmente discutindo essa questão – mais precisamente: que a conformação global do sistema haja sido questionada – é clara indicação de que a relação de forças se está modificando a favor dos países dependentes. Certo: em grande parte dos países periféricos, as relações externas de dependência estão introjetadas nas estruturas de dominação social. Mas, conforme já observamos, isso não impede a emergência de estruturas de poder tecnoburocrático capazes de explorar a nova situação que se está formando. [...] Dentre os recursos de poder em que se assenta a chamada ordem econômica internacional têm particular relevância: a) o controle da tecnologia, b) o controle das finanças, c) o controle dos mercados, d) o controle do acesso às fontes de recursos não renováveis, e e) o controle do acesso à mão de obra barata. Esses recursos, reunidos em quantidades ponderáveis e/ou combinados em doses diversas, originam posições de força, que ocupam os Estados ou os grandes grupos econômicos na luta pela apropriação do excedente gerado pela economia internacional. Essas posições de força são de peso diferente e em seu relacionamento tendem a ordenar-se, produzindo uma estrutura. A luta contra a dependência não é outra coisa senão um esforço de países periféricos para modificar essa estrutura. Coligações de países permitem ocasionalmente obter a massa crítica requerida para o controle de um recurso, ou articular combinações de recursos de alta eficácia na geração de poder.

Outra reflexão importante do autor se encontra em *O Capitalismo Global* (1998), no qual analisa os efeitos da globalização nos países periféricos (em especial no Brasil), que levam ao aumento da dependência (mantendo o subdesenvolvimento) e propõe alternativas para o enfrentamento dessa situação, como observamos a seguir.

Destacamos primeiramente em sua análise a observação de que as classes dominantes conformaram o modelo de organização societária dentro dos limites ditados pela classe operária (que adquiriram crescente importância como absorvedora do fluxo de produção). Porém, com a globalização, vive-se nova fase dessa luta, em que a organização da atividade produtiva tende a ser planejada em escala multinacional, prejudicando o poder de negociação das classes trabalhadoras,

reduzindo, portanto, o alcance da ação reguladora dos Estados Nacionais em que se apoiavam as organizações sindicais.

Para Furtado, os novos desafios são de caráter social e não basicamente econômico, exigindo-se imaginação política e utopia. Portanto, para superar o subdesenvolvimento num contexto de globalização, certas condições devem ser cumpridas por qualquer país periférico:

- I) grau de autonomia nas decisões que limite o mais possível a drenagem para o exterior do potencial de investimento;
- II) estruturas de poder que dificultem a reprodução do padrão de consumo dos países ricos e assegurar um nível relativamente alto de investimento no fator humano, abrindo caminho à homogeneização social;
- III) certo grau de descentralização de decisões empresariais para que se possa adotar um sistema de incentivos que assegure o uso do potencial produtivo;
- IV) segundo Furtado (1998, p. 54): “estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder”;

Porém, para que tais objetivos logrem êxito, é fundamental o exercício de forte vontade política apoiada em amplo consenso social.

Por fim, vale destacar como sistematização dessa reflexão de Furtado, a sua afirmação de que o desafio posto no início do século XXI é o de mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos, da preservação ecológica e com forte participação das sociedades civis (cf. FURTADO, 1998, p. 64).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que discutimos neste trabalho, podemos afirmar que, apesar da crise da hegemonia dos EUA, observamos ainda um quadro muito difícil para a América Latina concretizar seus projetos de desenvolvimento e construção da nação, dada a dependência do centro capitalista, tanto tecnológica como culturalmente. Agravando este quadro, tem-se a debilidade das direções proletárias em afirmar um projeto hegemônico alternativo à burguesia dependente, que articulasse um projeto socialista à libertação nacional e à ruptura com o imperialismo e a dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: UFRJ; Contraponto, [1999] 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- FONSECA, Pedro César Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa e Debate – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, São Paulo, v. 15, n. 2 (26), 2004, p. 225-256.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1966] 1968.
- _____. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, [1983] 1993.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1990] 1991.
- LÖWY, Michael. O sonho naufragado: a Revolução de Outubro e a questão nacional. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 7, mar. 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”. In: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1966] 2014, p. 73-161.
- _____. “Dialética da dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.
- _____. “Processo e tendências da globalização capitalista”. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, [1997] 2000, p. 269-295.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MILLIKAN, Max F.; BLACKMER, Donald L. M. (Orgs.). *Nações em desenvolvimento: a sua evolução e a política americana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- MORENO, Nahuel. América Central: seis países, uma nacionalidade, uma revolução. *Marxismo Vivo*, São Paulo, n. 21, 2009.
- NIN, Andreu. *Els moviments d'emancipació nacional*. Barcelona: Edicions Proa, 1935.
- NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. São Paulo: Rabisco, 1988.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- STALIN, Josef. *O marxismo e o problema nacional e colonial*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da USP, [1992] 1996.
- VIEIRA, Wilson. O subdesenvolvimento diante da mundialização do capital: uma análise comparativa do pensamento de Celso Furtado e da teoria da dependência. *Anais do I Encontro de Economia Política Internacional (ENEPI)*, realizado de 11 a 13 de maio de 2016, no Rio de Janeiro-RJ.
- . *A construção da nação no pensamento de Celso Furtado*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2010.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Decline of American power: the U. S. in a chaotic world*. New York: The New Press, 2006.

Elementos para uma Sociologia das Relações Internacionais: o campo dos diplomatas e o Estado como metacampo

*Elements for a Sociology of International Relations:
the field of diplomats and the state as metafield*

Leandro Garcez Targa^a

Resumo As metodologias de pesquisa que analisam as relações sociais em âmbito local podem ser as mesmas que pensam as relações sociais em âmbito global. Este princípio epistemológico é a base para o entendimento (e para a proposta de superação) das lacunas geradas pela produção de conhecimento das Relações Internacionais, disciplina que reivindica, com sucesso, o monopólio da análise sobre “o internacional” no campo acadêmico. É a partir desta ideia que o presente artigo se propõe a apresentar elementos que contribuam para a construção e consolidação de uma “sociologia das relações internacionais”. Este texto é um fragmento de tese de doutorado recentemente finalizada sobre o campo dos diplomatas brasileiros. Apresentamos aqui a definição bourdieusiana de Estado como metacampo e um esboço da definição de campo das relações internacionais. A partir disso, sugerimos um exercício inicial para pensar o que pode ser uma sociologia das relações internacionais, propondo assim a abertura para futuras pesquisas.

Palavras-chave Sociologia das relações internacionais, sociologia de Bourdieu, Estado como metacampo, campo das relações internacionais, campo dos diplomatas.

Abstract *The research methodologies that analyze social relations at the local level may be the same as those that think the social relations at the global level. This epistemological principle is the basis for understanding (and for the proposal to overcome) the gaps generated by the knowledge production of International Relations, discipline which successfully claims the monopoly of analysis on “the international” in the academic field. It is from this idea that the present article intends to present elements that contribute to the construction and consolidation of a “sociology of international relations”. This text is a fragment of the recently completed doctoral thesis on the field of Brazilian diplomats. Here we present the Bourdieusian definition*

a Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Contato: leandro.g.targa@gmail.com.

of State as a metafield and the sketch of the definition of the field of international relations. From this, we suggest an initial exercise to think what can be a sociology of international relations, thus proposing the opening for future research.

Keywords *Sociology of international relations, Sociology of Bourdieu, State as metafield, field of International Relations, field of diplomats.*

INTRODUÇÃO

A partir da perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, desenvolvemos uma pesquisa que teve como objetivo geral realizar um estudo relacional sobre a ação dos diplomatas brasileiros no período de governo dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), ou seja, entre os anos de 1995 e 2010. A definição do recorte temporal já identifica o principal objetivo específico da pesquisa: entender a dinâmica de ação dos diplomatas a partir de sua relação com o processo de alternância entre os dois governos citados. Ainda, definimos, como estratégia de pesquisa, fazer essa análise a partir de um “jogo jogado” pelos diplomatas, as ações relacionadas ao processo de seleção e formação de novos diplomatas. Isso nos levou ao Instituto Rio Branco (IRBr), instituição ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) que detém o monopólio de seleção e formação dos diplomatas brasileiros.¹

Para desenvolver a pesquisa, uma das bases e principais referências teóricas na perspectiva da teoria bourdiesiana que utilizamos foi a definição do autor acerca do conceito de Estado. Entendemos que a definição de Bourdieu de Estado inaugura uma perspectiva nova para o que comumente denominamos de análises das “relações internacionais”. Esta nova perspectiva ainda é pouco explorada quando se trata de estudos sobre os diplomatas, especialmente os brasileiros. Por isso, na medida em que fomos desenvolvendo a pesquisa, percebemos que aliar a teoria bourdiesiana ao estudo de diplomatas significava se valer de instrumental teórico não convencional para a análise de um objeto de pesquisa reivindicado principalmente pela disciplina das Relações Internacionais.

Esta área de produção de conhecimento acadêmico vem crescendo de maneira rápida e se fortalecendo nas últimas décadas, reivindicando o monopólio da expli-

1 Este artigo apresenta uma parte de minha tese de doutorado intitulada “Os diplomatas brasileiros sob a perspectiva relacional: o campo dos diplomatas e o campo político” (TARGA, 2017). Agradeço à Fapesp pelo financiamento desta pesquisa e aos integrantes do Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças (NESEFi-UFSCar), em especial ao professor Roberto Grün, orientador deste trabalho, por todo suporte e apoio para realização desta pesquisa. Agradeço também à Professora Maria Caraméz Carlotto a leitura atenta e as importantes contribuições a este artigo.

cação sobre “o internacional”. Porém, entendemos que as já tradicionais teorias das Relações Internacionais apresentam limitações em suas análises que podem ser superadas pela sociologia bourdiesiana. Partimos do princípio de que as mesmas metodologias de pesquisa que analisam as relações sociais em um âmbito local podem ser utilizadas para pensar relações sociais mundializadas (SIMÉANT, 2015). Por isso, começamos a entrever a possibilidade de que nossa pesquisa poderia apresentar elementos que contribuam para o desenvolvimento de uma “sociologia das relações internacionais”, a partir do ponto de vista da análise do campo dos diplomatas.

A metodologia de análise relacional de Bourdieu sobre o mundo social conceitualiza os indivíduos como “agentes” na medida em que parte do princípio de que estes produzem e, ao mesmo tempo, são produzidos pelos espaços sociais – as estruturas sociais – das quais fazem parte. Estes indivíduos (a partir de agora denominados neste trabalho como agentes) agem em espaços relacionais entendidos não como instituições, mas como “campos”. Estes agentes entram em disputas para impor uns aos outros, principalmente por meio de violência simbólica, os princípios de visão e divisão do mundo social que possuem, o que significa reconhecer que eles lutam para exercer a dominação simbólica no campo do qual fazem parte. Fazem isso através do uso de seus recursos materiais e simbólicos, que Bourdieu intitula “capitais”. Estas disputas influenciam, portanto, a constituição de elementos do campo dos agentes e são a base da sua ação social. São as estruturas estruturadas inculcadas nos agentes que possuem o potencial de serem estruturas estruturantes do campo, ou seja, o “*habitus*”.

Estes e outros instrumentos conceituais da teoria bourdiesiana, associados à metodologia estatística de análise de dados denominada Análise Geométrica de Dados (AGD), pavimentaram o caminho escolhido para desenvolvermos a pesquisa que, portanto, pode ser classificada como um exercício de sociologia relacional, sociologia da reprodução social ou sociologia bourdiesiana. Dadas as dimensões deste artigo, esses elementos da teoria bourdiesiana não poderão ser melhor definidos e explicitados aqui. Contudo, no decorrer da pesquisa já realizada (TARGA, 2017), estes elementos foram testados e aplicados empiricamente. Segundo o arcabouço teórico adotado, estes elementos não podem ser tomados como conceitos estritamente teóricos de análise do mundo social. Uma condição para a adoção da teoria bourdiesiana em pesquisas acadêmicas é a de que o pesquisador encontre nesses conceitos as pré-noções teóricas necessárias para o desenho da pesquisa, conceitos que, portanto, apenas terão validade a partir da pesquisa empírica, num exercício de adaptação da teoria à empiria e não o contrário:

Gostaria de submeter a uma elaboração e a um controle metódicos o sistema de conceitos que guiou minhas pesquisas e que outorga coerência teórica a trabalhos dedicados a objetos muito diversos na aparência, sem, no entanto, ceder à tentação de transformá-los em axiomas prematuramente, o que poderia tirar desse corpo de conceitos produzido para e pela prática científica a margem de incerteza que constitui frequentemente a virtude heurística (BOURDIEU, 2003b, p. 38).

Com esse arcabouço teórico, partimos, então, do pressuposto de que os diplomatas são agentes do campo dos diplomatas, o que significa dizer que não constituem um grupo homogêneo quanto às suas ações e formas de pensar. São agentes que compartilham o mesmo *habitus* do campo dos diplomatas e que, por isso, estão em constante disputa pela dominação simbólica das ações que conduzem este mesmo campo. Contudo, esse pressuposto, como exigência do arcabouço teórico citado anteriormente, foi testado durante a pesquisa empírica da mesma forma que nossa hipótese inicial de trabalho: a dinâmica de disputas internas do campo, apesar de ter um alto grau de autonomia, principalmente no que se refere ao processo de seleção e treinamento de novos diplomatas, apresenta a interferência de um fator externo importante para entendermos a sua lógica de funcionamento, qual seja, a ação do campo político.

Utilizamos a metodologia da análise prosopográfica dos agentes do campo, associada às ferramentas de análise estatística da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) como maneira de realização do estudo proposto. Entendemos que o método estatístico da AGD (da qual a ACM é uma das componentes) se mostra uma importante ferramenta de auxílio a pesquisas na perspectiva de estudos bourdiesianos. Esse instrumento de pesquisa ajuda o pesquisador a formular análises sobre as ações dos agentes do campo de maneira tanto multidimensional quanto relacional, trabalhando, ao mesmo tempo, o agente (e seus capitais), o campo (a estrutura) e o elemento que os une, o *habitus*. O uso da AGD é a forma de, na prática, o pesquisador conseguir combinar a construção objetiva de análise quantitativa de dados e informações estatísticas com a noção teórica de campo inserido em um espaço social geral.

Vários são os estudos que apontam para a independência e autonomia da ação dos diplomatas em relação ao “jogo jogado” no campo político, trazendo a ideia de “insulamento do Itamaraty” sobre a formulação e execução da política externa brasileira (OLIVEIRA, 2011; NEVES, 2003; FIGUEIRA, 2010a; FIGUEIRA, 2010b; FARIA, 2008, entre outros). Porém, a pesquisa mostrou que a alternância de poder no executivo federal no período focado pelos estudos representou interferência no

campo dos diplomatas. As eleições de 2002 representaram a ascensão do “baixo clero” do campo político brasileiro e, conseqüentemente, uma redefinição da ordem simbólica no campo do poder (GRÜN, 2012). Coube a este trabalho uma avaliação do impacto desta redefinição em uma parte do campo do poder, o campo dos diplomatas. Mostramos ainda que o campo dos diplomatas é parte integrante do campo político, e que a ideia de “insulamento do Itamaraty” é uma das noções morais do campo que foram objetivadas na pesquisa, componente do processo de construção de autonomia dos agentes em relação aos “de fora” do campo. Entendemos também que esta estratégia do campo dos diplomatas vem sendo bem sucedida na medida em que o “insulamento do Itamaraty” é tema presente em muitos trabalhos acadêmicos e jornalísticos, quase sempre um conceito inquestionado, mostrando que é grande a influência da lógica de funcionamento do campo dos diplomatas sob outros campos, como o acadêmico e o jornalístico.

Procuramos utilizar como referências bibliográficas trabalhos que apresentam abordagens conceitualmente diferente, podemos dizer contra hegemônicas, dos diplomatas e de outros objetos de pesquisa tradicionalmente vinculados à disciplina das Relações Internacionais. Para isso, encontramos importantes referências estrangeiras (BOURDIEU, 2002, DEZALAY E GARTH, 2002; SIMÉANT, 2015; SAPIRO, 2013; BIGO, 2011; ADLER-NISSEN, 2011; LEANDER, 2011; MERAND, 2008; SABINE, 2008; POUPONNEAU, 2015), das quais algumas são abordagens internacionalistas que utilizam Bourdieu em suas pesquisas. No Brasil, encontramos principalmente duas autoras que apresentam um olhar sobre os diplomatas diferente dos internacionalistas, Gobo (2016) e Moura (2000, 2006 e 2007). Há outras pesquisas brasileiras que também apresentam pontos de vista alternativos aos das Relações Internacionais sobre os diplomatas, como as de Monteiro (2007), Batista (2010), Lima (2005), Oliveira (2011), Góes Filho (2003), Tomass (2001), Balbino (2005) e Silva (2005). Porém nenhum desses trabalhos nacionais se apresenta com o propósito que estamos denominando de “sociologia das relações internacionais”. Isso mostra que essa perspectiva de pesquisa é um campo ainda a ser explorado, já que o arcabouço teórico bourdiesiano – principalmente a noção de Estado como metacampo – é pouco utilizado pelos pesquisadores que procuram superar os limites das tradicionais abordagens das Relações Internacionais para estudar relações sociais internacionalizadas.

Neste texto, procuramos destacar os elementos que entendemos que podem contribuir para o debate acerca da produção de conhecimento sobre “o internacional” em pesquisas nas Ciências Sociais, especificamente o desenvolvimento da sociologia das relações internacionais. Para isso, abordaremos aqui principalmente

a noção de Estado na teoria bourdiesiana. Como já mencionado, é a partir desta noção que vislumbramos a maior contribuição desta maneira contraintuitiva de estudo sobre temas que envolvem relações sociais em âmbitos internacionalizados. Além desta noção de Estado, apontaremos também para elementos da pesquisa sobre os diplomatas que a caracterizam como um estudo sobre o campo dos diplomatas, agentes que são produto da relação entre os Estados e o processo de normatização das relações sociais em âmbitos internacionalizados.

OUTRA METODOLOGIA PARA ANALISAR “O INTERNACIONAL”

As relações comerciais e políticas do Estado brasileiro com outros países e órgãos internacionais vêm sendo objeto de estudos de trabalhos acadêmicos ligados principalmente às áreas das Ciências Sociais, Direito, Relações Internacionais e Economia, sobretudo depois da metade dos anos 1970 (MIYAMOTO, 1999; FIGUEIRA, 2010a; FARIA, 2008; GOBO, 2010; CERVO E BUENO, 2002). Os recentes estudos sobre a política externa brasileira chamam a atenção, por um lado, para o contexto internacional de redefinição da ordem política e econômica mundial com a atenuação da polarização leste/oeste no período conhecido como “guerra fria” e, por outro, para o contexto nacional dos recentes dezesseis anos de mandato dos ex-presidentes FHC e Lula, os quais representam a alternância dos dois principais partidos políticos em disputa pelo poder executivo nacional desde o curto período de reabertura política do país e promulgação da Constituição de 1988 (SALES, 2007).

Contudo, observamos ainda poucos trabalhos sobre a política externa e o campo de ação dos diplomatas brasileiros a partir da perspectiva teórica da sociologia em geral, e de Pierre Bourdieu, em particular. Existem alguns trabalhos com esta temática e perspectiva teórica, porém sobre o contexto de outros países, poucos sobre o contexto brasileiro. Entendemos que as ferramentas teóricas de pesquisa de Bourdieu (como campo e *habitus*) podem ser usadas para analisar precisamente dinâmicas sociais contemporâneas que envolvam, por exemplo, a discussão da relação entre o campo político, o campo do poder e o campo dos diplomatas.

Adler-Nissen (2011), Bigo (2011) e Leander (2011) concordam quanto aos avanços que a utilização da perspectiva teórica bourdiesiana pode trazer às análises sobre relações internacionais. A partir da perspectiva de pesquisa bourdiesiana é possível diagnosticar um dos principais problemas dos estudos internacionalistas contemporâneos: a relação fraca entre teoria, metodologia e pesquisa empírica. Os atuais trabalhos de relações internacionais têm sido organizados a partir da oposição entre trabalhos empiristas-objetivistas (os dominantes no campo) *versus* construtivistas, que negligenciam o mais básico conhecimento de como práticas

sociais são construídas para além das vontades racionalizadas dos indivíduos (BIGO, 2011). Um olhar bourdiesiano sobre “o internacional” vira as teorias tradicionais de relações internacionais de cabeça para baixo (ADLER-NISSEN, 2011). Por exemplo, enquanto os neorrealistas afirmam que o sistema internacional é anárquico, um olhar bourdiesiano dirá que é hierarquizado. Outro exemplo, a Escola Inglesa defende que “Estados párias e Estados falidos” podem ser vistos como estando fora da sociedade internacional, relegados ao mais abstrato sistema internacional, com interações menos densas. Porém, uma abordagem bourdiesiana argumentaria que processos de exclusão são intrínsecos a sociedades internacionais. Estados só se tornam “párias” através de sua interação intensa com o resto do mundo. Afirmar Adler-Nissen que, embora isso possa parecer um argumento construtivista sobre características sociais de políticas internacionais, a teoria bourdiesiana não faz parte da corrente construtivista na teoria das relações internacionais. Anarquia não é o que o Estado faz porque o campo internacional já está estruturado pela própria relação histórica que os Estados possuem. A marginalização de alguns Estados, grupos ou indivíduos pode ser explicada pelas mudanças de padrões de formas culturais e simbólicas de dominação e de competição por poder e prestígio (ADLER-NISSEN, 2011).

A IMPORTÂNCIA DA NOÇÃO DE CAMPO APLICADA À DEFINIÇÃO DE ESTADO PARA ESTUDAR AS RELAÇÕES SOCIAIS INTERNACIONALIZADAS

A inspiração para trabalhos que utilizam a perspectiva bourdiesiana em análises sobre relações sociais internacionalizadas começa pela compreensão da ideia de Estado como campo (BIGO, 2011; ADLER-NISSEN, 2011).² Para entendermos a noção de campo aplicada ao Estado, principalmente para se entender como o Estado é um campo peculiar se comparado a outros campos sociais, é necessário levar em consideração o alerta que Bourdieu faz quando se pretende fazer uma sociologia do Estado. Pensar o Estado é aplicar categorizações ao Estado que são produzidas pelo próprio Estado, principalmente através da escola. O Estado

2 Apesar de tratar indiretamente do Estado em boa parte de sua obra, foi apenas no começo dos anos 1980 que a palavra “Estado” apareceu nos escritos acadêmicos de Bourdieu. Em 1984, em “*Homo academicus*”, o autor definiu Estado como a “instância oficial, reconhecida como legítima, isto é, como detentora do monopólio da violência simbólica legítima”. Mais tarde, em 1989, publicou “A nobreza de Estado”, quando assumiu de vez “o Estado” como conceito em sua obra. Em 1993 publicou “A miséria do mundo”, quando o conceito foi mais frequentemente utilizado (BOURDIEU, 2014, p. 490). Dez anos após sua morte, em 2012, foi lançado o livro “Sobre o Estado: curso no *Collège de France* (1989-92)”, coletânea de transcrições de aulas de Bourdieu sobre este tema, e que traz a linha de pensamento do autor sobre a gênese e formação do “metacampo Estado” e suas implicações na vida social.

“produz e impõe as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, inclusive ao próprio Estado” (BOURDIEU, 2011a). Estamos sempre correndo o risco de sermos pensados por um Estado que acreditamos pensar. O Estado se pensa através daqueles que se esforçam para pensá-lo. Para analisar o Estado, portanto, é necessário se colocar em questão todos os pressupostos e todas as pré-construções inscritas na realidade social que se trata de analisar, e no próprio pensamento dos analistas desta realidade.

O Estado é um grande produtor simbólico: os agentes do Estado são produtores de “problemas sociais”, os quais, muitas vezes, as ciências sociais ratificam, transformando-os em problemas sociológicos. Bourdieu vai buscar em Durkheim e Hegel a noção de que o Estado funciona como uma burocracia dotada de representação do interesse coletivo e universal. O autor indica que grande parte dos estudos sobre o Estado reproduzem o Estado e o constroem, sobretudo os estudos dos juristas dos séculos XVI e XVII. Para as Ciências Sociais terem se construído ao longo da história como independentes das pressões e demandas sociais (o que lhes garantiu o caminho em direção à “cientificidade”) elas precisaram do Estado. Mas, por isso, correm o risco constante de serem submissas ao próprio Estado e suas demandas.

“O Estado é um x (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente” (BOURDIEU, 2011a, p. 97, grifo meu). Bourdieu recorre a Max Weber³ em uma das definições mais consagradas e amplamente utilizadas em pesquisas acadêmicas sobre o Estado no intuito de chamar a atenção para o fato de que a especificidade do Estado não é a acumulação de violência física legítima mas, antes, está posta na monopolização da legítima violência simbólica.

O Estado é uma instituição que se encarna nas estruturas sociais e mentais da população correspondente, dando a aparência de “natural” às ações resultantes de longos e complexos processos e dinâmicas de disputas. Um exemplo disso é o das “reformas ortográficas” que acontecem de tempos em tempos em vários países: mudanças promovidas pelo Estado a uma maneira das pessoas se relacionarem com a linguagem do dia a dia. Nestes momentos, não é raro encontrar opiniões de críticos ortodoxos da ortografia que classificam as mudanças impostas pelo Estado como um atentado à maneira “natural” de se relacionar com a linguagem. Porém, suas críticas não levam em conta que, em algum tempo passado, esta maneira que

3 Cf. Weber (1999).

classificam como “natural” de se relacionar com a linguagem foi formulada pelo próprio Estado. É uma ação proveniente do Estado sendo tratada como “natural” pelos indivíduos. “As coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural” (BOURDIEU, 2011a, p. 95). Neste ponto, entendemos o Estado como um instrumento de consolidação de características culturais no dia a dia dos indivíduos, transformando em “natural” atitudes arbitrárias, fruto de disputas historicamente contextualizadas. Em outras palavras, o Estado tem o poder de conferir o status de “natural” às visões e divisões de mundo, hierarquias sociais construídas historicamente através de conflitos e lutas entre agentes.

O Estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital: capital da força física ou instrumentos de coerção, capital econômico, capital de informação, capital simbólico. Esta concentração transforma o Estado no produtor de uma espécie específica de capital, um metacapital, o capital propriamente de Estado, com poder sobre os outros tipos de capitais e seus detentores. Isso permite que o Estado exerça um poder sobre os diversos campos sociais e as diferentes espécies de capitais. Por isso, o funcionamento do Estado está intrinsecamente relacionado à dinâmica de funcionamento do campo do poder: “espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução” (BOURDIEU, 2011a).

Entender o Estado como campo significa entender, como estratégia de pesquisa, a necessidade da reconstrução da gênese do Estado, momento que pode trazer à tona os processos que determinaram os rumos do Estado, ou a ação do Estado. Para isso, Bourdieu retoma estudos de Tilly, Weber e Elias sobre o vínculo da gênese dos Estados pela via do domínio da violência física, em um primeiro momento, e do capital econômico, pela cobrança de impostos para se fazer a guerra, em um segundo momento. Esse processo, aos poucos, transformou o capital econômico em capital simbólico do príncipe (haja vista a resistência que se relata ao pagamento dos impostos, seguida de sanções do Estado aos cidadãos). Paulatinamente, os impostos deixaram de se tornar atos de extorsão do príncipe para se tornarem necessários para a coletividade. Esta foi a transformação do Estado dinástico em Estado “impessoal”, que corresponde ao nascimento do nacionalismo ou do valor unitário de território nacional.

Contudo, as fraudes fiscais mostram que a legitimidade dos impostos não é dada. O domínio do capital da força física e do capital econômico se transforma em domínio do capital de informação, que é uma dimensão do capital cultural. O Estado concentra as informações, as analisa e as redistribui, realiza uma unificação teórica baseada no recenseamento e na estatística, seja pela contabilidade nacional, seja pela objetivação cartográfica do território nacional, seja pelo uso da escrita e acumulação do conhecimento através dos arquivos do Estado. O Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar os códigos (linguísticos, jurídicos, métricos) e homogeneizar as formas de comunicação burocrática e oficial. Desta forma, o Estado molda as estruturas mentais, e impõe princípios de divisão comuns, ou seja, formas de pensar que estão para o “pensamento culto” assim como as formas primitivas de classificação de Durkheim e Mauss estão para o “pensamento selvagem” (BOURDIEU, 2011a). Isso contribui para classificarmos o Estado comumente como identidade nacional, uma verdadeira religião cívica – destaque para o papel da escola e a universalização da educação, no século XIX, no processo de domínio simbólico do Estado.

A cultura é prática tão profunda dos símbolos patrióticos que todo questionamento crítico sobre suas funções e seu funcionamento tende a ser percebido como traição e sacrilégio. A unificação cultural e linguística é acompanhada pela imposição da língua e da cultura dominantes e pela rejeição de todas as outras. Contudo, a exigência da universalização não é acompanhada pela universalização do acesso aos meios de satisfazê-la, favorecendo tanto a monopolização do universal por alguns quanto a exclusão de todos os outros, de certa forma mutilados de sua “humanidade cívica”. Desta forma, o Estado é também definido como sendo o espaço social legítimo que concentra capital simbólico, com potencial de distribuição deste pelos agentes a partir do resultado das disputas entre eles.

A ação do Estado está associada à concentração de capital simbólico de autoridade reconhecida. Capital simbólico é a forma que todo e qualquer tipo de capital – social, econômico, físico – assume quando é percebido pelos agentes sociais ao ponto de poderem entendê-lo (percebê-lo) e reconhecê-lo, atribuindo-lhes valor (BOURDIEU, 2011a). Neste ponto, o Estado é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico, pois é ele que dispõe de meios para impor e inculcar princípios duráveis de visão e divisão de acordo com suas próprias estruturas. O capital jurídico é a forma objetivada e codificada do capital simbólico. A gênese do Estado passa pela concentração do capital simbólico antes difuso, apoiado apenas em um reconhecimento coletivo, de títulos de nobreza, por

exemplo, para um capital simbólico objetivado, codificado, delegado e garantido pelo Estado, portanto, burocratizado.

O reconhecimento da legitimidade do Estado não é um ato consciente e esclarecido individual. O reconhecimento é enraizado nas estruturas incorporadas pelo indivíduo (*habitus*), tornadas inconscientes como, por exemplo, as que organizam os ritmos temporais, calendários e divisão das horas. É este fato que explica a facilidade com que os dominantes impõem sua dominação. Nesse sentido, dominar o Estado significa a possibilidade de impor a dominação simbólica sobre práticas sociais enraizadas. A legitimidade do Estado se constrói a partir de tomadas de opinião. O Estado não tem a necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado, basta manter a produção de estruturas cognitivas incorporadas que estejam em concordância com estruturas objetivas que produzam a submissão à ordem estabelecida. Portanto, para entender a dimensão simbólica do efeito do Estado (principalmente o efeito universal), é preciso entender o funcionamento específico do microcosmo burocrático.

Desta forma, Bourdieu associa como indissociáveis a construção do monopólio estatal da violência física e simbólica e a dinâmica do campo de lutas pelo monopólio das vantagens vinculadas a este monopólio. O domínio do capital estatal pela “nobreza de Estado” representa o domínio da universalização que o Estado promove através do monopólio que exerce. Nesse sentido, as disputas internas ao campo do poder, ou seja, as disputas em torno do controle simbólico do Estado, pelo controle do capital estatal, significam dominar os mecanismos de imposição simbólica sobre as práticas sociais amplamente enraizadas por todos os agentes que estão sob a influência daquele Estado. Bourdieu usa a metáfora do metacampo para descrever o Estado como um *locus* onde diferentes elites (ou grupos dirigentes) provenientes de diferentes campos sociais confluem para disputar o controle do acesso às regras e práticas de conversões de capitais e elas mesmas converterem as diferentes formas de capital que acumularam em capital simbólico de dominação. O Estado deve ser visto então como um campo criador e monopolizador de violência simbólica.

A relação entre as instituições, os espaços sociais, os campos, que formam o Estado e o efeito do Estado como metacampo e detentor de um metacapital podem ser entendidos a partir da ideia de que o Estado é o produtor e, ao mesmo tempo produto, de um processo dialético: de um lado, os campos relativamente autônomos nos quais as sociedades estão organizadas e, de outro, a emergência de um espaço que concentra os poderes sobre esses últimos e em que as lutas são lutas entre os próprios campos. “A construção do Estado como metacampo, como

poder de construção de todos os campos, [passa pela] construção de cada um dos campos. (...) constrói-se o Estado como instância metacampo contribuindo para a constituição dos campos” (BOURDIEU, 2014, p. 271). Portanto, para entender a construção e condução do Estado se faz necessário entender a construção e condução dos campos – mais ou menos autônomos – que formam este Estado, sem deixar de ter em perspectiva que estes subcampos também são conduzidos e construídos por este Estado na forma de metacampo.

Grande parte das pesquisas tradicionalmente vinculadas à produção de conhecimento hegemônico da disciplina de Relações Internacionais rejeita a ideia de que o Estado não é um ator. Contudo, a sociologia de Bourdieu, entendendo o Estado como campo (metacampo), passa a pesquisar sobre quem atua dentro do metacampo Estado, por exemplo, qual é a elite dominante, como se configura essa disputa (BIGO, 2011; ADLER-NISSEN, 2011). O Estado é o resultado de lutas, por isso, não é um campo composto por agentes homogêneo e unitários, ou seja, para essa perspectiva, o Estado não é uma entidade singular.

UM ESBOÇO DE DEFINIÇÃO DO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A partir da noção de campo aplicada à definição de Estado, internacionalistas repensaram suas definições de pesquisa e propuseram novas questões para análise. Entendendo que o Estado é coerentemente moldado de acordo com os subcampos sociais que os forma, Bigo (2011) lembra ainda que as lógicas liberais e capitalistas promovem trocas transnacionais de poder simbólico com a criação de valores internacionais e internacionalizados que interferem também na dinâmica dos Estados nacionais, ou seja, dos campos do poder local, especialmente com a “circulação internacional de ideias” (BOURDIEU E WACQUANT, 2001; BOURDIEU, 2002). A partir disso, Bigo (2011) levanta questões como: existe um campo do poder global? E, se existir, de que forma este interfere nos campos do poder locais para a disputa e condução dos Estados? Este campo do poder global possui o formato de cada campo local ou molda o campo local? Qual a fronteira entre o local e o global na formação do campo do poder que disputam os Estados?

Adler-Nissen (2011) descreve as relações internacionais entre Estados a partir da noção de campo ao afirmar que, no encontro e relação entre Estados, um único Estado não consegue estruturar o significado das interações sociais feitas. Desta forma, a autora define o que, segundo ela, seria o “campo da diplomacia”: quando representantes nacionais se encontram, seja em um contexto bilateral ou multilateral, o Estado não é mais o campo de poder estruturante e dominante da vida social. Ao invés disso, segundo a autora, existe um campo distinto onde

esses encontros acontecem e que estruturam suas posições. Lutas particulares emergiriam neste campo da diplomacia quando representantes nacionais se encontram, lutas que, porém, são relativamente autônomas em relação às lutas internas dos Estados.

Neste contexto, a autora define “diplomacia” como a gestão de relações entre Estados soberanos. A diplomacia, portanto, se desenvolveria em um campo específico, no campo da diplomacia, diferente dos campos dos Estados nacionais, porém estruturado por e estruturante destes campos representados pelos Estados nacionais. De acordo com esta linha de pensamento, Bigo (2011) argumenta que este campo (que o autor prefere denominar de “campo transnacional”) existe apenas através dos campos nacionais e não como um “nível superior”, com sua própria personalidade e características. O que existem são campos sociais locais com relações estendidas para além das fronteiras nacionais.

O que os autores nos sugerem é que a noção de campo de Bourdieu seja extrapolada para além dos limites e fronteiras dos Estados nacionais.⁴ A partir dessa ideia, Bigo e Adler-Nissen descrevem características diferentes deste campo de relações entre Estados, características que, ao nosso olhar, se complementam. Por isso, fizemos o trabalho de definir este espaço de ação internacional dos Estados a partir das definições complementares destes dois autores. Esta é uma análise que parte dos trabalhos de Bigo e Adler-Nissen, contudo, devido ao seu produto representar uma intersecção entre os trabalhos dos dois autores, não chamaremos este campo que estamos definindo nem de “campo da diplomacia” (como em Adler-Nissen), nem de “campo transnacional” (como em Bigo), e sim de “campo das relações internacionais”.

Esse campo pode ser pensado em analogia à ideia de Estado como metacampo, ou seja, como um campo transversal aos campos sociais que dele participam, um campo estruturante e estruturado por estes campos sociais e suas relações. Assim, concebemos o campo das relações internacionais como um metacampo: transversal aos Estados que participam dele, um campo estruturante e ao mesmo tempo estruturado por estes Estados e suas relações.

O campo das relações internacionais é o espaço de interação entre Estados. Esta interação acontece em diversos âmbitos, através de diversos agentes que atuam nos campos sociais locais com relações estendidas para além das fronteiras nacionais como, por exemplo, o campo das finanças globais, o das leis internacio-

4 Outros autores, como Sapiro (2013), Dezalay e Garth (2002) e Siméant (2015), também apontam em seus trabalhos para a necessidade de incorporar à noção de campo um aspecto que vá além das análises de âmbito local das relações sociais.

nais, o da guerra, o da produção científica acadêmica, o das religiões etc. Estes campos se relacionam entre si e possuem ao menos um ponto em comum, a relação entre eles através dos campos do poder locais, que disputam o monopólio do controle dos diversos Estados.

É neste ponto que se encontra o campo dos diplomatas. O campo dos diplomatas está presente, mesmo que não exclusivamente, na relação entre o aparato político-burocrático dos Estados com os outros campos de interação entre os Estados e com o metacampo das relações internacionais. Enquanto esses campos vão se desenvolvendo de maneira relativamente autônoma, em suas relações eles normalmente contam com ações do campo dos diplomatas, ou seja, possuem neles a ação de agentes responsáveis pela gestão oficializada das relações político-burocráticas entre Estados nacionais, reconhecidas e legitimadas socialmente.

No campo das relações internacionais, os campos dos diplomatas de cada Estado são apenas mais um dos campos sociais que nele atuam, porém, diferentemente dos outros campos, os campos dos diplomatas são aqueles que possuem a legitimidade reconhecida de representação e gestão dos “interesses do Estado”, portanto, são os campos que estão presentes, mais ou menos intensamente, nas ações dos outros campos de interação entre Estados. Consequentemente, as ações dos campos dos diplomatas ajudam a estruturar o que acontece nos outros campos de interação entre Estados, ao mesmo tempo em que são estruturados por eles. Existem também ações do campo das relações internacionais que se desenvolvem à margem de qualquer relação com o campo dos diplomatas como, por exemplo, as ações de organizações criminosas internacionais que funcionam simbolicamente em oposição ao Estado, por isso caracterizadas como “criminosas”.

Nesse ponto, é importante entender como os universos nacional e internacional se conectam na dinâmica de ação do campo das relações internacionais. Esta conexão acontece a partir da ação de agentes que funcionam como verdadeiros tradutores de valores internacionais em nacionais e vice-versa. Esses agentes praticam importação e exportação de capital simbólico, usados internamente no campo de disputa em que atuam, interferindo na dinâmica de funcionamento dos Estados, no campo de poder nacional e, ao mesmo tempo, no campo das relações internacionais. São agentes que praticam papel duplo e sabem jogar os diferentes jogos, nacionais e internacionais. Essa ideia sustenta o conceito de “circulação internacional de ideias”, a qual nos remete à existência de um complexo movimento de importação e exportação de valores e concepções de Estado que circulam entre campos do poder local. Essa dinâmica é análoga à dinâmica dos campos: agentes

em constante disputa pelo domínio simbólico do campo, nesse caso, o campo das relações internacionais.

As maneiras pelas quais os Estados são conduzidos são também o produto dessas disputas em âmbito internacional. Por se tratarem de concepções de Estado criadas em contextos sócio-histórico-material-cultural específicos, para serem importadas e exportadas com sucesso, pressupõem que existam homologias estruturais entre a origem e o destino das ideias exportadas/importadas, assim como possíveis adaptações a serem feitas em relação à ideia importada. Por isso, esta circulação internacional de ideias possui dois aspectos principais: as adaptações de contexto do importador em relação à coisa importada e as homologias estruturais existentes entre importadores e exportadores. Estes dois aspectos são produtos da ação de agentes que funcionam como “pontes” entre as realidades importadoras e importadas, entre as realidades exportadoras e exportadas. Para que essas homologias estruturais existam, assim como para que essas adaptações de contexto sejam feitas, é necessária a existência atuante de agentes que as executem. Estes agentes as fazem em um contexto de disputa interna de seus próprios campos, nas quais a importação do capital social se torna fonte de recursos reconvertida em capital simbólico para uso nas disputas internas ao campo⁵.

Alguns campos que compõem o aparato político-burocrático dos Estados nacionais, como o campo dos diplomatas, são chaves para entender um dos processos que denotam a conexão entre a lógica nacional e internacional: o processo de legitimação simbólica de profissionais da política através da conversão a valores do campo das relações internacionais. Por exemplo, a formação de redes internacionais de lógicas jurídicas, lógicas de segurança militar, lógicas de seguridade social, lógicas de funcionamento de mercados etc. Estas lógicas são muitas vezes criadas pela hibridização internacional da burocracia do Estado através da ação profissional de agentes públicos e privados, como a atuação dos agentes dos poderes executivo (como os diplomatas) e do poder judiciário (como magistrados e advogados), assim como agentes do mercado (como executivos e empresários). Esse processo está fazendo, por exemplo, com que políticos profissionais que focam em ações apenas internas aos Estados fiquem para trás nas disputas do campo do poder.

5 Existem trabalhos que descrevem e analisam a atuação desses agentes. Um dos mais completos é Dezalay e Garth (2002), sobre os agentes do direito e da economia em alguns Estados latino-americanos nos anos da década de 1990, entre eles o Brasil. Outro trabalho, mais específico, sobre a atuação de agentes ligados a movimentos associativistas de magistrados brasileiros pode ser visto em Targa (2010).

De acordo com as teorias das Relações Internacionais, as fontes de poder dos Estados passam pelas suas dimensões estruturais, definidas pelo seu poderio militar, tamanho da economia, posição geopolítica, expertise de negociação, atratividades culturais entre outros. Tendo em mente a perspectiva de análise bourdiesiana, partiríamos da ideia de que os agentes do campo das relações internacionais se mobilizam em torno do acúmulo de capitais que vão compor o capital simbólico do campo das relações internacionais e, conseqüentemente, determinar a hierarquia desse campo. Estes capitais podem ser de tipo militar, econômico, territorial, diplomático e cultural. Todos esses capitais seriam fontes de reconversão para formarem o que podemos chamar de capital simbólico internacional. Isso significaria dizer que estes capitais são aceitos e valorizados pelos participantes do “jogo jogado” no campo das relações internacionais, portanto, são características legitimadas de poder nesse campo.

Contudo, esse trabalho de identificação do capital simbólico do campo das relações internacionais precisa passar por um processo maior de análise teórica e, principalmente, empírica. Para entender como esse processo de legitimação e reconversão dos capitais acontece, deve-se examinar os microprocessos ao longo do tempo que legitimam os poderes e contribuem para fazer as ordens sócio-históricas parecerem inevitáveis e naturais. Por isso, a análise do campo das relações internacionais deve passar pelo estudo de sua gênese e formação, que passa por estudos sobre as relações historicamente construídas entre os campos de poder locais desde, por exemplo, suas relações de colonizações e fluxos econômicos mercantis até chegar nas ações contemporâneas das mídias internacionais, ONGs e cortes internacionais de justiça. Aliás, esses últimos são importantes agentes que nas últimas décadas se inseriram definitivamente no campo das relações internacionais ao ponto de conseguirem mudar as regras e desafiar as estruturas historicamente consolidadas do campo.

Contudo, partimos do princípio de que o campo das relações internacionais, assim como o metacampo do Estado, geralmente reproduz desigualdades sem exercer violência física aparente, ou seja, através de violência simbólica. Isso se reflete na atuação da produção de trabalhos acadêmicos que são parte integrante desta reprodução de violência simbólica internacional, como nos deixa claro o conceito de circulação internacional das ideias, visto anteriormente. As pesquisas e atuações de agentes do campo acadêmico muitas vezes reproduzem essa violência simbólica na medida em que, de maneira implícita ou explícita, se tornam instrumentos das disputas do campo das relações internacionais, ajudando a manter ou transformar uma determinada organização hierárquica global específica.

CONCLUSÃO

Na pesquisa da qual este artigo é uma parte, entre outros objetivos específicos, procuramos dar os primeiros passos no sentido do entendimento da maneira pela qual se apresenta um pressuposto espaço social internacionalizado, começar a definir suas características e, principalmente, lançar reflexão sobre a influência que este possui sobre o campo dos diplomatas. Para isso, retomamos a ideia de Siméant (2015) quando questiona o fato de uma disciplina, as Relações Internacionais, reivindicar o monopólio da interpretação sobre “o internacional”. A autora propõe a não diferenciação entre a ciência social que trata sobre “o internacional” e “o local”. O objetivo de Siméant é mostrar que as mesmas ferramentas de pesquisa que tratam das relações sociais numa escala local também podem ser usadas para analisar as relações sociais em escala internacional. Podemos dizer que essa ideia está presente no sentido de se fazer uma “sociologia das relações internacionais”. Trata-se de adotarmos metodologias de pesquisa que não façam diferenciação entre análises e práticas sociais realizadas em escala nacional e internacional, ou seja, trata-se de entendermos as conexões entre os jogos jogados pelos agentes dos campos em âmbito local e global ao mesmo tempo, partindo do princípio de que estes jogos não são ações limitadas por fronteiras artificialmente estabelecidas por análises teóricas que não conseguem enxergar suas conexões.

Uma das maneiras de compreender a lógica de funcionamento de um campo é procurar entender as características de seu capital simbólico próprio. Neste artigo, para entender preliminarmente o que corresponderia ao capital simbólico do campo das relações internacionais, recorreremos à produção de conhecimento de teorias da disciplina das Relações Internacionais. Contudo, este trabalho de identificação do capital simbólico do campo das relações internacionais precisa passar por um processo mais exaustivo de pesquisa, tanto teórica quanto, principalmente, empírica.

Este texto não se propõe a fazer um debate crítico sobre as teorias e pesquisas realizadas, hoje, na disciplina de Relações Internacionais. Embora entendamos ser importante nos inserirmos em uma agenda de pesquisa de sociologia da ciência aplicada à produção de conhecimento das Relações Internacionais, esse esforço não coube nos objetivos deste trabalho. Contudo, se faz fundamental pontuar que, pela perspectiva bourdiesiana, o Estado não pode ser um “ator racional” detentor do “interesse nacional”. É um metacampo, produtor do metacapital estatal em constante disputa por agentes de diferentes campos sociais que formam o Estado, como já descrito anteriormente. Grande parte das pesquisas tradicionalmente vinculadas à disciplina de Relações Internacionais, sobretudo as que compõem

a parte hegemônica da disciplina, rejeita a ideia de que o Estado não possa ser considerado um ator. Entendemos que a maneira com que se conceitua o Estado é determinante para a forma com que se analisa as relações sociais internacionalizadas.

Com a perspectiva sociológica bourdiesiana, compreendendo o Estado a partir da noção de campo, passamos a ter à disposição das análises sobre “o internacional” um método de pesquisa relacional e multidimensional que versa sobre as dinâmicas de ação que determinam o que é o Estado: conjunto de grupos dirigentes (elites) dominantes e dominados e suas disputas historicamente localizadas. O Estado é feito a partir de lutas, por isso, não é um campo composto por agentes homogêneos e unitários. O Estado não é uma instituição com sentido único, uniforme e singular, mas um campo, ou melhor, um metacampo de luta.

Esse cenário é indicativo de como é negligenciado o entendimento das práticas sociais que emergem, persistem e constroem o comportamento dos agentes, contribuindo para definir sua imaginação e crenças individuais (LEANDER, 2011). Isso se deve, principalmente, à adoção de procedimentos metodológicos de análise das “relações internacionais” que estabelecem uma distinção entre as práticas sociais em âmbito nacional e internacional, criando um deslocamento teórico e artificial entre “o local” e “o global”, o qual impede que tenhamos análises mais precisas sobre essas práticas sociais internacionalizadas. A preferência pela metodologia relacional de Bourdieu (que enfatiza o estudo simultâneo da estrutura e do indivíduo) pode fazer o pesquisador fugir de algumas armadilhas que estudos das Relações Internacionais trazem consigo, tais como a essencialização e o ahistoricismo; um falso dualismo entre construtivismo e pesquisa empírica; e uma oposição absoluta entre o coletivo e o individual. As ferramentas de análise campo e *habitus*, que são tanto sociais quanto individuais, são úteis para os pesquisadores fugirem dessas armadilhas (BIGO, 2011).

Ao mesmo tempo, no que se refere a análises sobre “o internacional”, é importante a não universalização de instrumentos de pesquisa, como o próprio conceito de campo ou o de *habitus*. Como afirmamos anteriormente, esses são instrumentos metodológicos que só existem na imaginação do pesquisador e precisam ser constantemente testados na prática da pesquisa. De acordo com o objeto de análise, os instrumentos devem ser adaptados à realidade pesquisada. Conceitos como violência simbólica, campo e *habitus* não são ahistóricos, devem ser identificados e especificados. Por isso, estudos feitos a partir da perspectiva sociológica defendida neste artigo pressupõem um preciso e minucioso exame do objeto, com pesquisas empíricas extensas que mobilizem análises de discursos,

prosopografias, entrevistas, etnografias, análises de dados estatísticos e análises sobre formação histórica dos diferentes tipos de capitais utilizados pelos agentes dos campos estudados.

Embutida na necessidade de maiores estudos sobre o campo das relações internacionais, está a importância em avançarmos sobre os benefícios de pesquisa que a proposta metodológica bourdiesiana apresenta para os atuais debates teóricos da disciplina das Relações Internacionais. Sendo assim, pretendemos neste texto fazer parte de um exercício inicial de sociologia das relações internacionais, assim como propor a abertura de portas para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER-NISSEN, R. On a Field Trip with Bourdieu. *International Political Sociology*, vol. 5, p. 327-330, 2011.
- BALBINO, V. R. *Diplomata: substantivo comum de dois gêneros* – um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília-DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
- BATISTA, D. N. *Habitus Diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos do regime militar (1964-1985)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- BIGO, D. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. *International Political Sociology*, vol. 5, p. 225-258, 2011.
- BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 5, p. 3-8, 2002.
- _____. “Trabalhos e projetos”. In: ORTIZ, Renato (Org.), *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d’Água, 2003b.
- _____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papius, 2011a.
- _____. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011b.
- _____. *Sobre o Estado: Curso no Collège de France 1989-1992*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, P. E WACQUANT, L. Neoliberal Newspeak: Notes on the New Planetary Vulgate. *Radical Philosophy*, vol. 105, p. 2-5, 2001.
- CERVO, A. E BUENO, C. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- DELAZAY, Y. E GARTH, B. *The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

- FARIA, C. A. P. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, São Paulo, vol. 51, n. 2, p. 80-97, 2008.
- FIGUEIRA, A. C. R. Mudando de rumo: um debate acerca do padrão decisório em política externa no Brasil. *7º Encontro da ABCP*, Recife-PE, 2010a.
- . Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. *Revista Brasileira de Política Internacional*, São Paulo, vol. 53, n. 2, p. 5-22, 2010b.
- GOBO, K. O Ministério das Relações Exteriores pelos seus atores: uma análise sobre o insulamento burocrático. *34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Caxambu-MG, 2010.
- . *Noblesse d'État: do campo ao habitus da diplomacia brasileira*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2016.
- GÓES FILHO, P. *O Clube das Nações: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- GRÜN, R. A vingança do baixo clero: o desafio ao “PiG” e o conflito cultural no tratamento da crise financeira. *36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Águas de Lindóia-SP, 2012.
- LEANDER, A. The Promises, Problems, and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations. *International Political Sociology*, vol. 5, p. 294–313, 2011.
- LIMA, V. L. A. R. (2005). *A inserção do negro na carreira de diplomata: ação afirmativa para o Instituto Rio Branco*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- MERAND, F. Les institutionnalistes (américains) devraient-ils lire les sociologues (français)? *Politique européenne*, n. 25, p. 23-51, 2008.
- MIYAMOTO, S. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12, pp. 83-98, junho 1999.
- MONTEIRO, M. M. *À sombra do Barão: Por uma sociologia da carreira diplomática brasileira*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- MOURA, C. P. Herança e Metamorfose: a Construção Social de dois Rio Branco. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 81-102, 2000.
- . O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco. *Cena Internacional*, ano 8, n. 1, p. 20-34, 2006.

- _____. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- NEVES, J. A. C. O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA. *Contexto Internacional*, vol. 25, n. 1, p. 103-138, janeiro/junho 2003.
- OLIVEIRA, R. R. *O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira*. Posicionamento dos senadores frente as negociações para a formação da ALCA (1994-2005). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2011.
- OLIVEIRA, A. P. C. *Diplomatas Negros(as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e Trajetória de Diplomatas (ex-bolsistas)*. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.
- POUPONNEAU, F. La politique française de non-prolifération nucléaire: de la division du travail diplomatique. P.I.E. Peter Lang: Bruxelles, 2015.
- SABINE, S. Avons-nous besoin d'une sociologie des relations internationales pour analyser l'intégration européenne ?, *Politique européenne*, n. 25, p. 193-216, 2008.
- SALES, C. R. *Relações Internacionais e política externa do Brasil nos governos FHC e Lula*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.
- SAPIRO, G. Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 200, p. 70-85, 2013.
- SILVA, C. A. V. *O vestibular para embaixador e os quartos-secretários: estudo sobre o concurso de admissão à carreira diplomática*. Dissertação (Mestrado em Diplomacia). Instituto Rio Branco, Brasília, DF, 2005.
- SIMEANT, J. (Org.). *Guide de l'enquête globale en sciences sociales*. Paris: CNRS Editions, 2015.
- TARGA, L. G. *A politização do direito na magistratura: ativismo jurídico via associativismo de juízes, uma análise da AJD e da militância pelos direitos humanos*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2010.
- TOMASS, L. M. *Diferença e igualdade entre Estados: uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

A importância da América Latina para a recentralização asiática no sistema-mundo

The importance of Latin America for the Asian recentralization in the world-system

Bernardo Salgado Rodrigues^a e Carlos Eduardo da Rosa Martins^b

Resumo O presente artigo busca delinear e debater a hipótese da importância latino-americana para a recentralização asiática – ou reorientalização – no sistema-mundo. A partir da perspectiva da longa duração, busca-se apresentar a dualidade de um sistema-mundo milenar centrado na Ásia e a ascensão de um sistema-mundo europeu no século XVI. Assim, a periferização asiática diante do apogeu do sistema-mundo capitalista europeu a partir da Revolução Industrial começa a ser revertida no final do século XX, cujo eixo gravitacional é recentralizado para o sudeste asiático, influenciado pela China. No contexto do século XXI, a importância da América Latina neste processo se faz presente, constatada a partir da crescente presença chinesa nas relações políticas, econômicas e comerciais com os países latino-americanos.

Palavras-Chave América Latina; China; reorientalização; sistema-mundo.

Abstract *The present article seeks to delineate and debate the hypothesis of the Latin American importance for the Asian recentralization – or reorientalization – in the world-system. From the longue durée (the long term theory), it seeks to present the duality of a millenary world-system centered on Asia and the rise of an European world-system in the sixteenth century. Thus, the Asian peripherization before the apogee of the European capitalist world-system from the Industrial Revolution begins to be reversed in the late twentieth century, whose gravitational axis is rescentralized to Southeast Asia, influenced by China. In the context of the twentieth first century, the importance of Latin America in this process is present, evidenced by the growing Chinese presence in political, economic and commercial relations with Latin American countries.*

Keywords Latin America; China; reorientalization; World-System.

a Doutorando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

b Professor do curso de pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ e coordenador do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC/UFRJ)

INTRODUÇÃO

O crescimento econômico da China tem provocado mudanças econômicas e geopolíticas no sistema-mundo. A partir do século XXI, constata-se a presença e influência da China nos países latino-americanos e, concomitantemente, uma maior participação dos países latino-americanos na pauta da agenda política e econômica chinesa. Seja através da análise do fluxo comercial, dos empréstimos e investimentos, das alianças estratégicas, há inúmeras evidências que ratificam a importância da América Latina para a recentralização asiática lastreada pela China.

O presente artigo busca delinear e debater a hipótese da importância latino-americana para a recentralização asiática – ou reorientalização – no sistema-mundo. A partir da perspectiva da longa duração, busca-se definir a dualidade de um sistema-mundo milenar centrado na Ásia e a ascensão de um sistema-mundo europeu. Assim, a periferização asiática diante do apogeu do sistema-mundo capitalista europeu a partir da Revolução Industrial começa a ser revertida no final do século XX, cujo eixo gravitacional é recentralizado para o sudeste asiático, influenciado pela China. No contexto do século XXI, a importância da América Latina neste processo se faz presente, constatada a partir da crescente presença chinesa nas relações políticas, econômicas e comerciais com os países latino-americanos.

O trabalho dividido-se em duas partes: na primeira, discute-se a visão do sistema-mundo milenar baseado no protagonismo asiático, a importância da América Latina para a formação do sistema-mundo europeu e algumas hipóteses para a perda da centralidade asiática no sistema-mundo. Na segunda parte, são apresentadas as constatações empíricas e metodológicas da nova ascensão asiática no século XXI, definindo-se a importância da América Latina no processo de reorientalização no sistema-mundo. Desse modo, partindo da premissa da ascensão/recentralização chinesa no sistema-mundo, busca-se ratificar o papel latino-americano neste processo, da mesma forma que são impostos novos dilemas estruturais para os países da região, com impactos sobre a agenda do desenvolvimento.

1. ÁSIA E AMÉRICA LATINA: O SISTEMA-MUNDO NA LONGA DURAÇÃO

1.1 O PROTAGONISMO ASIÁTICO NO SISTEMA-MUNDO MILENAR

A visão de um sistema mundo milenar é, em parte, uma crítica a uma visão eurocêntrica da formação do sistema-mundo moderno, baseada nas obras de Wallerstein. No livro *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*, Janet Abu-Lughod descreve uma intensiva rede de trocas comerciais

eurasiana, que constituiu um sistema-mundo que antecedeu o europeu em mais de cem anos, datado do século XIII. Assim, mais do que a preponderância europeia como o estopim do sistema mundial moderno, “*the fall of the East*” precedeu “*the Rise of the West*” (ABU-LUGHOD, 1989, p. 338), resultando numa mudança hegemônica do Oriente para o Ocidente no próprio estabelecimento do sistema-mundo europeu e, portanto, não se constituindo num novo, moderno sistema-mundo, e sim dando-se a continuação e evolução do sistema como um todo. Da mesma forma, discorrem Frank (1993; 1998) e Arrighi (2008).

No livro *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?*, Andre Gunder Frank e Barry K. Gills lançam a tese do *one world-system*, segundo a qual o sistema mundial contemporâneo possui pelo menos cinco mil anos (FRANK; GILLS, 1993, p.3-4), com origem na arcaica economia Afro-Eurasiana. Ao combater o eurocentrismo¹² a partir de uma história mundial humanocêntrica (FRANK; GILLS, 1993, p. 11) que busca deslegitimar os estudos históricos clássicos eurocêntricos referentes ao sistema-mundo, esses dois autores afirmam que os períodos antigos e medievais mantêm as mesmas características que Wallerstein apontou para a era pós-1500 de formação do sistema-mundo europeu: exploração e transferência de valor das periferias para o núcleo central do sistema, o imperativo da acumulação incessante de capital, alternância de períodos (cerca de 200 anos cada) de expansão e contração, e as rivalidades e sucessões hegemônicas (FRANK; GILLS, 1993, p. 6-7; p. 301).

Our use of the term hegemon-rivalry refers to the political-economic predominance by a center of accumulation, which alternates with periods of rivalry among several such centers of accumulation. Therefore, we argue that hegemon-rivalry has also characterized the world-system for thousands of years (FRANK; GILLS, 1993, p. 8).

Para os autores, todas as estruturas, processos e eventos históricos devem ser estudados como parte de um único processo, um único sistema-mundo. A partir de uma perspectiva histórico-mundial na qual todas as zonas da Eurásia antiga são analisadas com base na sua participação num processo econômico universal,

-
- 1 “We suggest that there is a common river and unity of history in a single world-system and that it is multicultural in origin and expression, which has been systematically distorted by Eurocentrism” (FRANK; GILLS, 1993, p.17).
 - 2 “For all of them, the rise of Europe was a unique ‘miracle’ and not a product of history and shifts within the world (system)” (FRANK; GILLS, 1993, p.27).

verifica-se que “*Europe was ever ‘marginal’ and West Asia ever ‘central’*” (FRANK; GILLS, 1993, p. 22). A própria conexão de Veneza e Gênova na Europa medieval com o Império Bizantino, as Cruzadas, as ligações entre a Europa e o mundo islâmico, o interesse nas Grandes Navegações ratificam a hipótese de que o centro do sistema se localizava no Oriente. “*From a world-system perspective medieval Europe was socially, politically, and economically quite backward or less developed in comparison with the contemporary cores in the world-system, all of which lay to the East*” (FRANK; GILLS, 1993, p. 24).

Em outros termos, a compreensão do sistema-mundo não é uma prioridade única e exclusiva da Europa; é uma metodologia aplicada “*much further in space and time*” (FRANK; GILLS, 1993, p. 30), cujas bases e características se assentam na acumulação cumulativa de capitais, nas trocas comerciais, na transferência de excedentes e na influência cultural, política, militar entre as suas partes.

What we seek to establish is that a process of accumulation existed in a world economic system long before the emergence of the “capitalist modern world-system” and that rhythms of expansion and contraction in this world-system/economy have a continuity, which long predate (FRANK; GILLS, 1993, p.37).

Parte considerável da herança cultural e científica europeia possui influência da milenar sociedade chinesa. De todas as civilizações dos tempos pré-modernos, nenhuma possuía um nível tão avançado quanto a sociedade chinesa:

Huge libraries existed from early on. Printing by movable type had already appeared in eleventh-century China, and soon large numbers of books were in existence. Trade and industry, stimulated by the canal-building and population pressures, were equally sophisticated. Chinese cities were much larger than their equivalents in medieval Europe, and Chinese trade routes as extensive. Paper money had earlier expedited the flow of commerce and the growth of markets. By the later decades of the eleventh century there existed an enormous iron industry in north China, producing around 125,000 tons per annum, chiefly for military and governmental use—the army of over a million men was, for example, an enormous market for iron goods. It is worth remarking that this production figure was far larger than the British iron output in the early stages of the Industrial Revolution, seven centuries later! The Chinese were also probably the first to invent true gunpowder; and cannons were used by the Ming to overthrow their Mongol rulers in the late fourteenth century (KENNEDY, 1987, p. 6).

A ênfase que se busca delinear é pautada na economia global centrada na preponderância da China e da Ásia no sistema-mundo milenar, que possui certas tendências e características gerais e se constitui numa dinâmica e estrutura de todo o sistema econômico mundial, ao longo do tempo e do espaço, e não somente uma parte desse todo, o sistema-mundo europeu. A centralidade chinesa se devia a sua maior produtividade absoluta e relativa na indústria, agricultura, transportes e comércio. *“China’s even greater, indeed the world economy’s greatest, productivity, competitiveness, and centrality were reflected in its most favorable balance of trade”* (FRANK, 1998, p. 127)

Em outros termos, autores como Frank (1998), Abu-Lughod (1989) e Arrighi (2008), com suas específicas análises e interpretações, buscaram delinear que o “moderno sistema-mundo capitalista” não foi uma reinvenção, mas a continuação do mesmo sistema-mundo anterior, no qual o protagonismo e a centralidade do Leste Asiático na economia mundial durou até, pelo menos, meados de 1800, convivendo conjuntamente com a ascensão do sistema-mundo europeu.

So one of my early purposes in the present book is to show first that there already was an ongoing world economy before the Europeans had much to do and say in it. There are two naturally derivative points: One is to show that Asia, and especially China and India, but also Southeast Asia and West Asia, were more active and the first three also more important to this world economy than Europe was until about 1800 (FRANK, 1998, p. xxiv).

As críticas de Frank (1998) ao eurocentrismo nas formulações do sistema-mundo se baseiam nestas prerrogativas, nas evidências de que a Europa não se expandiu e “incorporou” o resto do mundo em sua “economia-mundo/sistema europeu”. Ao invés disso, a Europa tardiamente juntou, ou pelo menos cimentou os laços anteriormente mais frouxos, de uma já existente economia mundial do sistema. Portanto, a partir de uma perspectiva global, a Ásia, e não a Europa, foi o centro do sistema e protagonista na maior parte da história moderna.

1.2 A AMÉRICA LATINA NA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA-MUNDO EUROPEU

A formação do sistema-mundo europeu pode ser visualizada como a gênese histórica do capitalismo e o processo de criação das condições para a extração da mais-valia, consistindo num processo de acumulação de riquezas ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVIII que possibilitou as grandes transformações econômicas da Revolução Industrial. Um dos fatores para que essa concentração

fosse possível foi a descoberta do Novo Mundo e de suas imensas riquezas no final do século XV. Assim, as descobertas dos territórios americanos foram basilares, uma vez que a extração de prata e ouro de seu território consistiu numa etapa importante para o processo de acumulação primitiva e posterior formação do sistema-mundo capitalista europeu.

A acumulação primitiva de capital é tratada por muitos pesquisadores como a gênese do modo de produção capitalista. Parte desse processo possui relação intrínseca com o sistema colonial nas Américas a partir do século XVI, que muito contribuiu com diversos fatores. Na visão de Maurice Dobb, o sentido da noção de acumulação primitiva anterior à produção capitalista deveria ser interpretado, em primeiro lugar,

como uma acumulação de valores de capital – de títulos a bens existentes e que se acumulam primordialmente para fins de especulação – e, em segundo, como acumulação em mãos de uma classe que, por virtude de sua posição especial na sociedade, é capaz de transformar esses títulos guardados em meios reais de produção (DOBB, 1976, p. 220).

O próprio autor aponta a influência na história da acumulação do aumento da quantidade de metais preciosos no século XVI. Em sua visão, para que no início se pudesse investir na indústria, dever-se-ia possuir como requisitos básicos reservas abundantes em mão-de-obra e acesso fácil a suprimentos de matérias-primas, juntamente com a produção de ferramentas e maquinaria. “Sem essas condições, o investimento industrial teria inevitavelmente sido frustrado e detido qualquer progresso maior, por mais esplêndidas que se tivessem tornado a riqueza e a posição da burguesia anteriormente” (DOBB, 1976, p. 226).

Nesse contexto, a América desempenha um papel vital para a formação desse tipo de capital e, conseqüentemente, para a formação do sistema-mundo europeu, onde

as descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, (...) são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2008, p. 864).

O sistema colonial, dessa maneira, fez com que prosperasse o comércio e a navegação, de modo que as sociedades que possuíam o monopólio eram poderosas alavancas de concentração de capital, cujas colônias ultramarinas “asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital” (MARX, 2008, p. 867). Assim, o papel preponderante que principalmente a América Latina desempenhou para a acumulação primitiva nesse período é essencial para se compreender a conflagração do sistema-mundo europeu e a gênese do modo de produção capitalista.

Desta forma, Macleod afirma que

uma das principais questões provocadas pelo influxo dos metais preciosos americanos é: qual foi seu papel na criação de um “sistema mundial” europeu? Muitos autores acreditaram que a prata americana, ela mesma um resultado da expansão europeia dos primeiros tempos, forneceu mais tarde a energia ou o lubrificante para a transmissão a uma grande parte do mundo de uma estrutura capitalista imposta pela Europa. (...) a *carrera de Indias* constituiu, num sentido mais geral, uma parte muito grande do complexo de fatores que resultaram no surgimento do capitalismo, na revolução industrial e na hegemonia da Europa no mundo inteiro (MACLEOD, 2012, p. 390).

Assim, tem-se uma relação dialética: a América desempenhou um papel relevante na gênese da economia capitalista mundial e na formação do sistema mundial europeu – principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, a qual se desenvolveu em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional – assim como auxiliou – indiretamente – no início da perda da centralidade do sistema mundo na região do Sudeste Asiático, cujo eixo gravitacional passou a ser a Europa e o Atlântico.

1.3 A PERDA DO PROTAGONISMO ASIÁTICO

As contendas no âmbito da teoria do sistema-mundo fomentam debates acerca da origem das diferentes formações econômicas, sociais e políticas no sistema-mundo, privilegiando o aspecto temporal e espacial da construção material em durações diferenciadas.

Seja através da análise de Wallerstein acerca da crise terminal do sistema-mundo tal qual estabelecido desde sua formação, de Arrighi com a crise do

processo de acumulação específico e a constatação das quatro cidades-Estados que compõem os ciclos sistêmicos, ou de Gunder Frank com a redefinição da China como centro do mundo num único sistema-mundo, que nasce há cinco mil anos na Mesopotâmia, com a Rota da Seda, o fundamental numa análise histórica do sistema-mundo é a busca para além do jornalístico, do tempo presente, é a análise de aspectos do passado que possuem relação com as características do tempo presente.

Nesses termos, compreende-se que a história da Europa deve ser uma história dentre outras, um processo específico em que diversos sistemas convivem conjuntamente, sendo o sistema europeu apenas mais um elemento dessa dinâmica; assim, é essencial se modificar a visão da história, a partir de uma metodologia de esvaziamento da centralidade da concepção de mundo da Europa, tornando-a o que ela realmente é, uma visão de história regional.

Entretanto, é inegável que, simultaneamente à ascensão do sistema-mundo europeu, há uma perda do protagonismo milenar da Ásia no sistema mundo, cujo moderno sistema mundial é moldado – mas não formado – pelo mundo europeu, a partir da construção da economia anglo-americana.

Sucintamente, podem ser delineadas algumas hipóteses acerca da perda do protagonismo asiático, do porquê da perda de centralidade do Oriente e do alcance da hegemonia Ocidental no sistema mundo, sobretudo a partir de 1400 até 1750, período no qual a Ásia começa a perder força, abrindo espaço para a expansão europeia.

- 1) A Ásia limitou o mercado interno como prioritário, com prioridades demográficas e territoriais, uma vez que poderia gerar desemprego em massa;
- 2) o enorme aumento da população asiática, com tecnologias intensivas em mão-de-obra, que desencorajaria tecnologias poupadoras de mão-de-obra e inovações tecnológicas, assim como os problemas sócio-políticos referentes a essa grande população;
- 3) a proibição, por parte do império chinês, da construção de navios de grande porte, a partir de uma decisão político-estratégica de contenção das pressões territoriais mongóis no norte do país, cuja outrora avançada frota chinesa seria considerada custosa e dispensável, fazendo com que a China decidisse virar suas costas para o mundo (KENNEDY, 1987, p.7);
- 4) as humilhações sofridas pelos chineses na Guerra do Ópio, como a abertura obrigatória de portos, privilégios ingleses no comércio com a China, indenizações de guerra e perda da posse da ilha de Hong Kong para os britânicos;

- 5) substituição das redes comerciais asiáticas por redes americanas, afetando o Império Otomano e a Índia, uma vez que a América passa a ganhar cada vez mais protagonismo nos circuitos mercantis;
- 6) substituição de importações manufatureiras oriundas sobretudo da Inglaterra, berço da Revolução Industrial que modificou as relações econômico-comerciais no sistema-mundo;
- 7) a ampliação das redes de crédito na Europa, com maior circulação de fluxos monetários (oriundos, inclusive, da prata americana), cujas rendas coloniais baixaram o custo de produção europeu;
- 8) a maior capacidade europeia de se projetar no mundo através da capacidade ilimitada de expansão territorial e de capital.

Todos esses fatores foram elementos, instrumentos da inversão e transferência de protagonismo asiático para o eixo atlantista. Assim, concomitantemente a um momento específico de fraqueza dos asiáticos, houve o fortalecimento dos europeus (FRANK, 1998, p. 258), cuja “força militar real, mais do que a artilharia metafórica das mercadorias baratas, foi a chave para a subjugação do Oriente ao Ocidente” (ARRIGHI, 2008, p. 89).

A falta de envolvimento na expansão ultramarina, nos novos fluxos comerciais, na Revolução Industrial e na corrida armamentista à moda europeia tornou a China e todo o sistema asiático-oriental vulneráveis ao massacre militar, econômico e político das potências europeias em expansão. Quando houve o massacre, tornou-se inevitável a incorporação subordinada da Ásia oriental ao sistema europeu globalizante (ARRIGHI, 2008, p. 342).

2. A RECENTRALIZAÇÃO ASIÁTICA NO SÉCULO XXI E A IMPORTÂNCIA DA AMÉRICA LATINA

2.1 “REORIENTALIZAÇÃO” DO SISTEMA MUNDO

No início do século XXI um novo período no sistema-mundo se inicia. Novo século e nova fase sistêmica que tem na centralização asiática a sua característica mais importante.

Por mais de um século, desde a Primeira Revolução Industrial até as crises do petróleo na década de 1970, o Atlântico norte vem se configurando como o principal motor da economia global. Entre 1870 e 1972, a Europa e a América do Norte responderam por aproximadamente dois terços do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Entretanto, no período de 2002 a 2012, esse valor foi

reduzido para 36%, enquanto a participação dos países do leste e sudeste asiático chegou a 44% (WORLD BANK, 2013). Esses números evidenciam o deslocamento do centro de gravidade da produção mundial e prenunciam alterações na dinâmica de poder, na distribuição da renda e na lógica de conformação das cadeias globais de valor.

As transformações verificadas na estrutura industrial chinesa são decorrentes da articulação de políticas governamentais, a qual pode ser tomada como um dos fatores determinantes de sua estratégia contemporânea de desenvolvimento. O ciclo de expansão dos investimentos estatais da China ao longo dos anos 1990 foi acompanhado por uma estratégia industrial em que o governo selecionou 120 grupos empresariais para formar um *national team* em setores de importância estratégica (MEDEIROS, 2006).³

Atualmente, a China corresponde a um centro cíclico regional, fazendo da expansão do seu mercado interno um polo de expansão para a economia regional e global. Em outros termos, pauta sua estratégia de desenvolvimento na busca de uma inserção internacional, conhecida como *going global*. A partir dessa estratégia, foram elaboradas diretrizes para o investimento externo, que podem ser resumidas em três principais objetivos: acessar recursos naturais escassos no país, fomentar a industrialização e o desenvolvimento tecnológico das empresas nacionais, e aumentar a competitividade das empresas chinesas por meio da promoção de marcas no exterior e da construção de uma rede global de produção e fornecimento (COELHO; MASIERO; CASEIRO, 2015).

Essa nova inserção internacional chinesa suscitou diversos estudos e novas postulações teóricas. Em 2004, Joshua Cooper Ramo publicou um livro intitulado *The Beijing Consensus*, popularizando o termo “Consenso de Pequim”. A fim de compreender o modelo de desenvolvimento que a China estaria implementando a partir de uma série de reformas econômicas ao longo dos anos com sucesso, esta estratégia estaria sujeita à emulação pelos outros Estados em desenvolvimento e, implicitamente, teria um forte elemento contra-hegemônico (VADELL, 2011).

De outro lado, alguns teóricos afirmam que as relações entre a China e os demais países em desenvolvimento apontam para uma complementaridade comercial dinamizada pela expansão comercial e financeira chinesa, pelo crescimento

3 Diversos centros de tecnologia foram desenvolvidos. Foram estabelecidas dezenas de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico (como as em Dalian, Tiajin, Fuzhou, Beijing, Shanghai) especialmente concebidas para formarem polos de crescimento voltados para a economia como um todo. Estas zonas passaram a receber massivos investimentos do governo em infraestrutura e muitas criaram parques industriais em alta tecnologia.

mundial e pela elevação dos preços das commodities e dos recursos energéticos. Ou seja, essa nova relação Norte-Sul, assimétrica e complementar entre a China e algumas regiões em desenvolvimento, como é o caso dos países da América Latina, denomina-se como Consenso do Pacífico,⁴ que não pretende descrever o funcionamento ou as características de um modelo de desenvolvimento específico, mas um tipo de relacionamento Norte-Sul na sua fase comercial-financeira, cujo desenvolvimento é uma consequência direta das transformações globais, da ascensão chinesa e das próprias características do seu desenvolvimento (VADELL, 2011).

A ressurgência do gigante asiático pretende acelerar a integração da economia global, mas ao seu modo e a seu ritmo. Isso implica desenvolver e aumentar as relações comerciais e financeiras com outras regiões, realizando uma nova configuração na geografia da economia política internacional. Para Arrighi, este fato deve-se não à convergência para o caminho ocidental⁵ de uso intensivo de capital e de elevado consumo de energia, oriundo da Revolução Industrial, mas à fusão entre esse caminho e o caminho asiático, através da Revolução Industrial, que faz uso intensivo de mão-de-obra e poupa energia, tendo uma capacidade distributiva que criou a possibilidade de difundir os benefícios do milagre da produção (via Revolução Industrial) para a vasta maioria da população mundial (ARRIGHI, 2008, p. 51-52).

4 Segundo Vaddell (2011, p. 72-3), as características mais salientes desse novo Consenso do Pacífico seriam: "(i) o CP [Consenso do Pacífico] abre as margens de manobra política para países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. O envolvimento da China na América Latina, mas também na África, no século XXI, apresenta-se como uma nova opção para os estados do 'Sul', em contraposição aos constrangimentos rígidos do CW [Consenso de Washington]. Seja mediante novas possibilidades de comércio, seja em investimentos na área de infraestrutura e nas indústrias extrativas ou com ajudas financeiras para quitar dívidas externas. (ii) A interdependência crescente entre a RPC [República Popular da China] e os países em desenvolvimento não se apresenta, no curto prazo, como uma ameaça para os EUA, e isso vale sobretudo para o hemisfério ocidental. Não obstante, os Estados Unidos têm se preocupado com a presença chinesa na região e têm pressionado para deixar clara essa relação. [...] (iii) Em terceiro lugar, a China tem como objetivo manter e promover a estabilidade nas mais diversas regiões para, dessa maneira, garantir a segurança nos investimentos e os contratos das relações comerciais (RATLIFF, 2009). (iv) Em quarto lugar, a RPC está surgindo como uma nova possibilidade de financiamento para os países com problemas financeiros da América do Sul. A diferença mais saliente em relação ao modelo de empréstimos das instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial é que a RPC não impõe condicionalidades políticas em troca de investimentos e ajuda. [...] (v) Finalmente, uma característica interessante do padrão de relacionamento do CP é a estratégia bilateral de negociação, seja nas assinaturas dos TLC [Tratados de Livre Comércio] com três países da região, seja na negociação com os países membros do Mercosul."

5 Para um grupo crescente de estudiosos, o ressurgimento econômico da China – seja qual for o resultado social final – deu origem a uma nova consciência de que há uma diferença histórica mundial fundamental entre os processos de formação do mercado e os processos de desenvolvimento capitalista. Faz parte dessa nova consciência a descoberta (ou redescoberta) de que, durante o século XVIII, o comércio e o mercado eram mais desenvolvidos na Ásia oriental em geral, e na China em particular, do que na Europa (ARRIGHI, 2008, p. 40).

Ainda, a constatação do excepcional dinamismo do Leste Asiático deveria ser analisada como o produto de um único processo do sistema-mundo numa perspectiva de longa (500 anos), média (150 anos) e curta (50 anos) duração (ARRIGHI; HAMASHITA; SELDEN, 2003), que permitiria buscar conexões entre a ascensão atual e a ulterior posição na vanguarda do desenvolvimento mundial, anterior à ascensão do sistema-mundo europeu. Somente através da herança histórica da região se pode analisar a reorientalização no sistema mundo, no qual “the historical parameters of the East Asian region [...] have shaped and continue to shape both regional outcomes and the nature of interactions linking East Asia and the global political economy” (ARRIGHI; HAMASHITA; SELDEN, 2003, p.15).

Em suma, Arrighi resume de forma categórica a recentralização econômico-política do sistema mundial centralizado na Ásia oriental:

Todo o sistema de relações interestatais da Ásia oriental vêm se caracterizando por uma dinâmica de longo prazo que contrasta intensamente com a dinâmica ocidental [...]. Essa dinâmica diferente resultou na amplamente reconhecida primazia chinesa na formação do Estado e da economia nacional durante o século XVIII e no início do XIX. Mas também criou condições para a posterior incorporação subordinada do sistema da Ásia Oriental à estrutura do sistema europeu globalizante. Essa incorporação subordinada transformou, mas não destruiu, o sistema regional preexistente de relações internacionais. E, mais importante, contribui também para a transformação contínua do próprio sistema ocidental incorporador. O resultado foi uma formação político-econômica híbrida, que criou um ambiente especialmente favorável para o renascimento econômico da Ásia oriental (ARRIGHI, 2008, p. 321).

Pode-se constatar que a expansão da Ásia oriental também é reflexo da turbulência global, que preparou o palco para o seu desenrolar (ARRIGHI, 2008, p.159); ou seja, nos termos utilizados por Arrighi, a outrora hegemonia estadunidense no sistema internacional perdeu credibilidade, tornando-se uma pura dominação, uma “dominação sem hegemonia” decorrente da “crise terminal” dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2008, p.161; p. 185).

As tentativas dos Estados Unidos de provocar o maior de todos os ajustes espaciais, transformando-se em Estado mundial, saíram pela culatra. Em vez de criar um Estado mundial, eles criaram um mercado mundial de volume e densidade sem precedentes, no qual a região dotada do maior suprimento de mão-de-obra

barata e de alta qualidade leva vantagem competitiva decisiva. Não é por acaso histórico que essa região é a Ásia oriental (ARRIGHI, 2008, p. 370).

Concomitantemente, o gradualismo das reformas e do planejamento estatal chinês desde a Revolução Cultural, a reforma com “características chinesas”, o projeto nacional de desenvolvimento baseado no “interesse nacional” chinês (seja pela via interpretativa do “socialismo de mercado” ou do “capitalismo de Estado”), as aberturas econômicas graduais e controladas, o “desenvolvimento não-capitalista baseado no mercado”, a não subserviência aos preceitos do Consenso de Washington, a “ascensão” ou “coexistência pacífica”, a dinamização político-econômica com seu entorno estratégico asiático, a política externa convergente com as etapas de desenvolvimento da política interna, dentre outros fatores, são possíveis causas para uma compreensão do ressurgimento do Oriente e, em particular, da China, no sistema mundial no século XXI.

2.2 AS RELAÇÕES SINO-LATINOAMERICANAS NO SÉCULO XXI

No sistema-mundo, uma economia que cresce a taxas de 10% ao ano ao longo de duas décadas influencia a economia mundial, alterando preços e deslocando fluxos de comércio e de investimento. Recentemente, verifica-se a constatação do interesse chinês na evolução de suas relações exteriores com a América Latina que, consequentemente, influencia tanto a região como um todo como o país asiático.

Em termos específicos de relações de política exterior para com a América Latina, o líder chinês Yang Shangkun expressou, em sua visita ao continente nos anos 1990, o que assinalou como “quatro princípios” latentes para tal aliança: que ambas as partes estabeleceriam relações cooperativas amigáveis com base nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica;⁶ que tanto o comércio bilateral quanto a cooperação econômica e tecnológica deveriam ser expandidos com visto ao interesse mútuo; que ambas as partes respeitassem os valores e tradições culturais de cada um; e, finalmente, que empreendessem esforços conjuntos visando lograr uma nova ordem política e econômica internacional, mais multipolar, consultiva e menos assimétrica (TSAI; LIU, 2012, p. 292-293). Desde meados da década de 1990 até a atualidade, diversos estadistas chineses reafirmaram a importância

6 Os Cinco Princípios constituem eixos norteadores fundamentais para a política externa chinesa. São eles: respeito mútuo pela soberania e integridade das outras nações; não-agressão mútua; não-interferência mútua nos assuntos internos de cada país; equidade e cooperação em prol do benefício mútuo; e, finalmente, coexistência pacífica (ZHANG, 2012, p. 59-61).

da América Latina para a estratégia de política externa da China, cujos interesses econômicos e políticos passam a ser cada vez mais convergentes.

In 1988 Deng Xiaoping stated that ‘China’s policy is to develop and maintain good relations with Latin American countries, and make Sino-Latin American relations a model of South-South co-operation’. Former President Jiang Zemin commented during his trip to the region in 2001, that ‘the 21st century will be a century of China and Latin America, co-operating in all areas hand in hand, and it will also be a century of the peoples in China and Latin America building a better tomorrow’. Current President Hu Jintao, addressing the Brazilian Congress in November 2004, stated that both Latin America and China have similar experiences in gaining national liberation, defending national independence and building up their countries. Therefore, both sides have the same feelings and a common language (ROETT, 2010, p. 208).

A potência asiática engajou-se no continente latino-americano de modo a expandir interações e fortalecer suas próprias reformas em curso, principalmente após sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Reforçando a crescente relevância da América Latina na estratégia global da China, o presidente Jiang Zemin fez uma visita de Estado a seis países em abril de 2001: Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Uruguai e Venezuela. Em novembro de 2004, o presidente Hu Jintao realizou uma visita para Argentina, Brasil, Chile e Cuba a fim de consolidar ainda mais este novo relacionamento entre China e América Latina. Começando com uma reunião do fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em Santiago, Hu realizou uma série de visitas de Estado destinadas a demonstrar o seu conceito de “desenvolvimento pacífico da China”. Em 2008, o governo chinês lançou o documento intitulado *China’s Policy Paper On Latin America And The Caribbean*, culminando no primeiro *paper* especificamente direcionado à América Latina.

After nearly 10 years of growing co-operation between China and LAC, the Chinese government’s first policy paper on Latin America and the Caribbean demonstrates the serious consideration that Chinese policy-makers have begun devoting to establishing their strategy in the region (ROETT, 2010, p.202).

O *China's Policy Paper On Latin America And The Caribbean*⁷ é considerado um marco nas relações sino-latinoamericanas, a partir do momento em que insere a América Latina nos interesses de política externa imediata, “namely that the People’s Republic of China (PRC) now views its relations with the region from a ‘strategic plane’” (ROETT, 2010, p. 221). Exemplo disso é que, ao longo dos últimos anos, houve a assinatura de inúmeros acordos intergovernamentais com mais de vinte nações latino-americanas e o estabelecimento de relações bilaterais mediante parcerias estratégicas como a APEC (Asia Pacific Economic Cooperation). Além disso, “creció la cantidad de memorándums de entendimiento y acuerdos de cooperación en materia científica, intercambios culturales y otras áreas firmados entre Beijing y países latinoamericanos” (SLIPAK, 2014, p. 110).

No documento, cinco áreas são tidas como prioritárias para a China nas relações sino-latinoamericanas: comércio (a China é o segundo maior parceiro comercial da região, obtendo o primeiro lugar em alguns países), energia (prioridade de médio-longo prazo; interesse chinês em buscar diversificar suas fontes, principalmente a partir da dependência com o Oriente Médio), cooperação Sul-Sul (elemento-chave na política externa chinesa, na qual a América Latina possui papel importante), organizações regionais e multilaterais (tendo como principais exemplos os BRICS e suas instituições recém-criadas, a APEC e a convergência de decisões no âmbito da ONU) e laços culturais (busca da expansão de laços culturais, do turismo e das representações diplomáticas como objetivos governamentais) (ROETT, 2010, p. 203).

Nesse sentido, ao se considerar que a República Popular da China se projeta como potência econômica e política global no século XXI, deve-se analisar mais detidamente o tipo e padrão de relacionamento que essa potência está desenvolvendo com os países da América Latina e no novo quadro geopolítico/geoeconômico global. As relações entre a China e os países latino-americanos começaram a se intensificar efetivamente a partir de 2001 e 2002 (VADELL, 2007; ROETT, 2010; MORENO, 2015), em uma dinâmica que aproximou economicamente (do ponto de vista de comércio, investimento e crédito) os chineses com a região.

Entre 2002 e 2011, a corrente de comércio (exportações mais importações) entre a China e a região aumentou em aproximadamente 13 vezes. Neste período, as exportações da América Latina para a China elevaram-se de US\$ 6,2 bilhões

7 O documento é dividido em cinco partes principais: política, econômica, cultural e social, paz, segurança e judicial, e organizações regionais.

para US\$ 86,3 bilhões, enquanto as importações foram multiplicadas por 127 (de US\$ 0,4 bilhão para US\$ 45,5 bilhões) (COMTRADE/ONU).

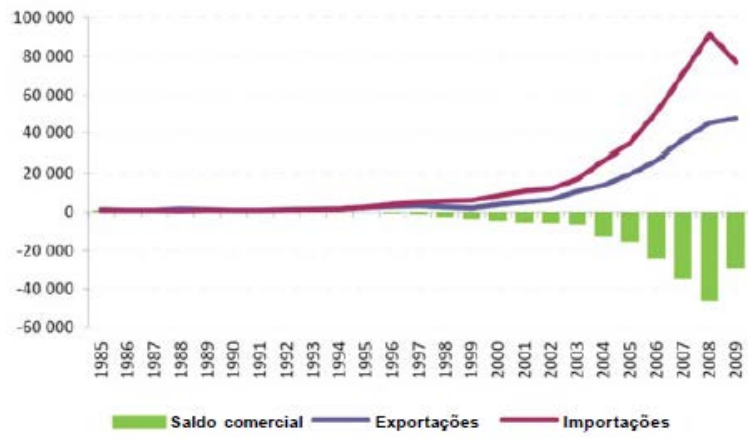


Gráfico 1. Exportações, importações e saldo comercial da América Latina e o Caribe com a China (em milhões de US\$)⁸. Fonte: VADELL (2011).

A China tem crescido recentemente como um importante destino de exportação para a América Latina, perdendo apenas para os Estados Unidos, passando a ocupar uma posição privilegiada nas relações comerciais com os países da região (ver anexo 1). Em 1993, a China consumiu menos de 2% das exportações da América Latina, mas em 2013 foi responsável por 9%. Entretanto, essa importância foi bastante desigual entre os diferentes setores de exportação. Como mostrado abaixo, a China triplicou a sua quota do total das exportações latino-americanas na última década, mais do que triplicou as exportações de produtos extrativos e duplicou a sua quota das exportações agrícolas. Mas a sua demanda por bens manufaturados continua constante, ficando em cerca de 2% das exportações de manufaturados da ALC (RAY ET AL, 2015).

8 Levando em consideração a explosão comercial da China com a América Latina, o intercâmbio entre os países da sub-região de México e América Central mostra um cenário e perspectivas diferentes em relação ao intercâmbio China-América do Sul, em dois sentidos. Em primeiro lugar, o comércio da China com a América do Sul apresenta-se muito mais equilibrado do que o comércio entre a China e México-América Central, que têm um déficit na balança comercial com a China muito preocupante. Em segundo lugar, a explosão das exportações latino-americanas, a partir de 2002, concentra-se em commodities e recursos energéticos e minerais. Em contrapartida, as importações vindas da China estão concentradas em produtos manufaturados. Por essa razão, os países da América do Sul, abundantes em recursos, foram e estão sendo os mais favorecidos com o aumento das exportações.

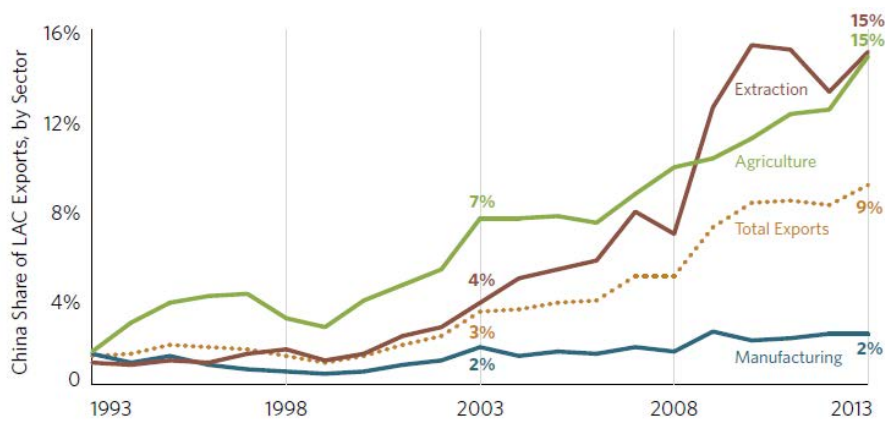


Gráfico 2. Participação da China nas exportações latino americanas por setor. Fonte: RAY et al. (2015).

A China tem sido um motor importante na expansão da exportação de bens agrícolas e extrativos da América Latina. Como mostra a figura abaixo, enquanto as exportações agrícolas e extrativas para a China cresceram como proporção do PIB, essas exportações para o resto do mundo permanecem estagnadas ou mesmo caíram durante a última década. A demanda chinesa também desempenhou um papel no aumento do nível geral da maioria das *commodities* durante o período, aumentando significativamente os termos de troca em favor da América Latina (RAY ET AL, 2015).

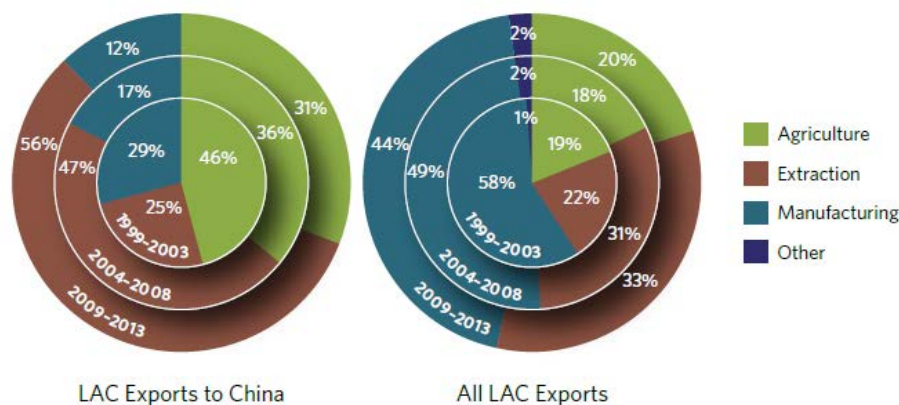


Gráfico 3. Composição da pauta exportadora da América Latina por setor. Fonte: RAY et al. (2015).

Entretanto, parte significativa dos países da região possui déficit comercial com a China. Ainda é preciso destacar que o padrão de comércio, mesmo nos países superavitários, foi marcado por uma relação assimétrica em que se verificaram elevados superávits em favor da região nos produtos primários e nas manufaturas

intensivas em recursos naturais (ver anexo 2) e crescentes déficits nos produtos manufaturados (de baixa, média e alta intensidade tecnológica), sobretudo após a crise internacional, quando a China direcionou parte de suas exportações de manufatura da Europa e dos Estados Unidos para a região.

Em contrapartida, as exportações da China para a América Latina são compostas, fundamentalmente, por produtos eletrônicos e mecânicos. Concomitantemente, os países da América do Sul que possuem um parque industrial considerável são os mais prejudicados com o desenvolvimento dessa especialização comercial (VADELL, 2011).

Além da maior conexão no comércio, a China vem expandindo de forma expressiva o investimento direto especialmente na segunda metade da década de 2000, no qual “China has pledged to invest upwards of \$250 billion in Latin America over a decade” (RAY ET AL, 2015, p. 3). Esse novo papel desempenhado pela China fica circunscrito ao investimento *greenfield*, ao processo de aquisições e fusões realizadas por empresas da China na região e pela ampliação de empréstimos de bancos chineses (notadamente o *China Development Bank*) para firmas e governos.

O interesse primordial chinês tem sido voltado aos recursos naturais e energia (petróleo, cobre e ferro), para suprir sua demanda interna, mas também tem incluído, pós-crise internacional de 2008, investimentos em montagem de manufaturados, telecomunicações e têxtil. Entre 2005 e 2013, o fluxo de IED chinês para a América Latina cresceu de US\$ 3,8 bilhões para US\$ 16 bilhões, sendo que a partir de 2009 verificou-se um expressivo crescimento. O valor acumulado para esse período foi de US\$ 101,8 bilhões, representado 12,7% do total mundial dos investimentos da China.

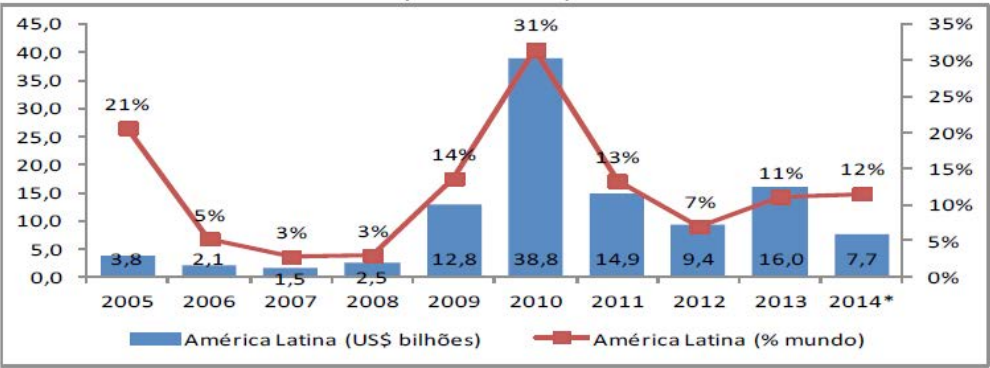


Gráfico 4. IED chinês na América Latina: 2005-2013 (US\$ bilhões; %). Fonte: The China Global Investment Tracker/Heritage Foundation.

O IED chinês na América Latina ficou concentrado, sobretudo, no setor de energia (54,6% do total acumulado entre 2005 e 2013), sendo que deste valor 40% foram direcionados ao segmento do petróleo. As participações de outros setores de atuação das empresas chinesas na América Latina foram: 17,7% em metais; 14% no setor de transporte (automóveis); 4,6 % na agricultura; 4,5% em imóveis.

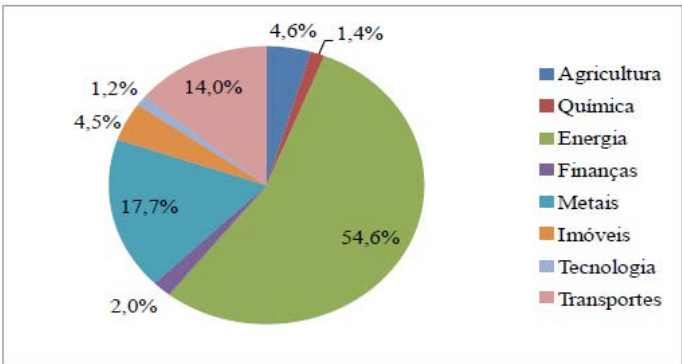


Gráfico 5. IDE chinês na América Latina: participação por setor econômico (acumulado 2005-2013 em %). Fonte: The China Global Investment Tracker/Heritage Foundation.

Evidencia-se a estratégia chinesa de garantir o acesso às fontes de recursos naturais entre 2005 e 2013 (RAY ET AL, 2015). A América do Sul é o destino principal dos IED chineses, que podem ser divididos em três principais categorias, de acordo com seus propósitos: a) “orientados aos recursos naturais” (*natural resource-seeking*); b) “orientados ao mercado” (*market-seeking*) e c) “orientados à eficiência” (*efficiency-seeking*). A grande maioria dos IED com destino à América do Sul é orientada à exploração de recursos naturais, em setores de grande demanda da China, como cobre, aço, petróleo e soja (ver anexo 3). Ademais, pode-se observar investimentos em infraestrutura ligados ao objetivo de facilitar o escoamento desses produtos (VADELL, 2011).

Desde 2005, a China se tornou uma fonte adicional de financiamento para a região, notadamente para os países com dificuldades em acessar o mercado de crédito mundial. Com isso, superou a atuação do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os bancos de desenvolvimento chineses adotam, por um lado, condicionantes financeiros e políticos menos rigorosos do que os bancos ocidentais e, por outro, realizam exigências vinculadas às suas estratégias nacionais (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2013).

Os empréstimos concedidos pelos bancos chineses (*China Development Bank*, *Export-Import Bank of China*, entre outros) às empresas e aos governos da América Latina totalizaram entre US\$ 118,5 e US\$ 125 bilhões no acumulado entre 2005 e

2014 (MYERS; GALLAGHER; YUAN, 2016). Desse total, US\$ 19 bilhões foram destinados ao governo e empresas da Argentina para investimento em energia e, sobretudo, em infraestrutura; US\$ 22 bilhões para as empresas brasileiras, sendo a maior parte para a exploração de petróleo no pré-sal brasileiro realizada pela Petrobras; US\$ 2,4 bilhões para o México para área de energia e infraestrutura; US\$ 2,3 bilhões para o Peru, voltados, sobretudo, para equipamentos de mineração; e US\$ 0,150 bilhão para empresas do Chile (ver anexo 4).

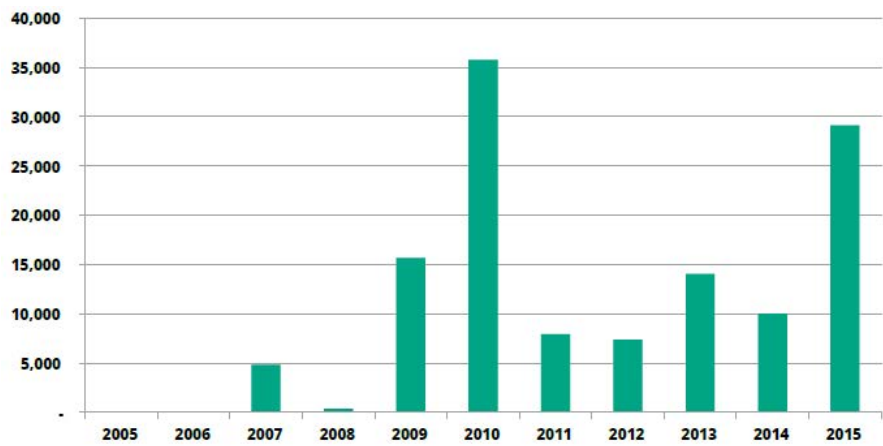


Gráfico 6. Finanças chinesas para a América Latina por ano, 2005-2015 (US\$ milhões).
Fonte: MYERS; GALLAGHER; YUAN, 2016.

Apesar de desaceleração do crescimento, as finanças chinesas para a América Latina expandiram-se consideravelmente em 2015. Como nos anos anteriores, os focos principais são as áreas de infraestrutura e matérias-primas. Recentemente, a China também estabeleceu aproximadamente US\$ 35 bilhões em fundos de infraestrutura para toda a região, além de outros projetos (MYERS; GALLAGHER; YUAN, 2016).

No contexto geral da América Latina, o fortalecimento e a interdependência das relações com a China, tanto ao nível individual dos países como regional, é atualmente um fator de reconfigurações econômicas e políticas estruturais (MORENO, 2015, p. 25). Para a China, o interesse na região latino-americana é ratificado pela complementaridade econômica e pelos objetivos políticos, que ensejam um reordenamento geopolítico mundial cujas parcerias estratégicas são o mais elevado exemplo desta nova configuração, como é o caso dos BRICS.

2.3 BRASIL E CHINA NOS BRICS

Partindo-se da premissa de que a China está modificando a balança de poder entre o centro e a periferia – e, inclusive, entre as relações na própria periferia ou Sul-Sul global –, gerando um conjunto de desdobramentos que podem provocar novas formas de cooperação e novas configurações geoeconômicas, os BRICS inserem-se nesse contexto de transição rumo à orientalização das relações internacionais; a ascensão dos países emergentes que não estão no centro de gravidade da antiga ordem econômica mundial implica no estabelecimento de um mundo multipolar, no qual o surgimento dos BRICS é um movimento de subversão estratégica da ordem estabelecida.

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS e do Arranjo Contingente de Reservas fornece concretude à demanda por democratização da arquitetura financeira internacional e pela reforma das instituições de Bretton Woods. Com seu pontapé inicial na VI Cúpula dos BRICS, em 2014, os países atestaram a necessidade de mais investimentos globalmente – em especial nos países em desenvolvimento –, diante da insuficiência de recursos das instituições existentes. Investimentos estes utilizados principalmente para financiar infraestrutura, adaptação às mudanças climáticas e outras necessidades evidentes nos países mais pobres e/ou que tem dificuldades em obter recursos nas instituições tradicionais.

Nesse sentido, o Banco do BRICS é uma instituição em construção que se apresenta como um novo paradigma na análise do sistema econômico mundial para os próximos anos, como uma alternativa à dominação Ocidental dos países desenvolvidos a partir do Banco Mundial e do FMI, que demonstram a assimetria e o déficit democrático na governança global.

La intención del grupo para crear un banco demuestra un gran paso hacia una mayor institucionalización, tratando de mantener la cooperación, la expansión futura, y, sobre todo, la diversificación de las inversiones. En su conjunto, los BRICS buscan hacer sus deseos realidad hacia una orden internacional más inclusiva, democrática y multilateral (RODRIGUES, 2015, p. 87).

Assim, o Banco se apresenta como a principal ferramenta de influência geopolítica dos BRICS na construção de um novo polo de liderança mundial. Para a China, a integração via BRICS é uma possibilidade real de se apresentar ao mundo como um modelo de superação das tradicionais relações assimétricas que perduram historicamente a partir das potências hegemônicas. “Otro enfoque

usual es presentar a China como un nuevo posible hegemon con intenciones de desarrollar vínculos simétricos y cooperativos con nuestra región” (SLIPAK, 2014).

Como destaca Arrighi, duas características do chamado Consenso de Pequim se inserem nessa tentativa de ruptura com os consensos éticos, políticos e econômicos estabelecidos nas relações internacionais e que priorizam os países do Sul global:

A primeira é a “localização”, o reconhecimento da importância de ajustar o desenvolvimento às necessidades locais, que diferem obrigatoriamente de um lugar para outro, em forte contraste com a receita de “tamanho único” do Consenso de Washington, cada vez mais desacreditado; e a segunda é o “multilateralismo”, o reconhecimento da importância da cooperação entre os Estados para construir uma nova ordem global com base na interdependência econômica, mas que respeite as diferenças políticas e culturais, em forte contraste com o unilateralismo das políticas norte-americanas (ARRIGHI, 2008, p. 383).

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou realizar um debate metodológico com a teoria do sistema-mundo partindo da hipótese da importância latino-americana para a recentralização asiática. Ainda, partiu-se da premissa de que a ascensão chinesa, ao reorganizar a divisão internacional do trabalho, impõe novos dilemas estruturais para os países latino-americanos, com impactos sobre a agenda do desenvolvimento de ambas as partes.

O desenvolvimento de relações amistosas com os países em desenvolvimento, incluindo a América Latina, é a postura básica da política externa e diplomática da China, que sublinha a importância da atuação do Estado, especificamente nos países em desenvolvimento, com o objetivo de criar novas vantagens comparativas capazes de atrair fluxos de investimentos para indústrias mais dinâmicas e intensivas em conhecimento. Assim, a recentralização asiática poderia tornar a acumulação estatal de capital predominante no sistema-mundo.

É importante mencionar que a recentralização do sudeste asiático, baseado nas altas taxas de crescimento da China, acarreta desdobramentos políticos e econômicos na América Latina, que geram simultaneamente uma dinâmica de conflito e cooperação, um horizonte de oportunidades e desafios:

- 1) a mudança da relação dos EUA com a região a partir da maior presença da China, realizando uma reconfiguração geopolítica hemisférica nunca antes enfrentada pelos Estados Unidos;

- 2) a importância da China no impulso do crescimento econômico da região a partir de 2001-2002, fator fundamental para entender a recuperação econômica de muitos países da América do Sul após o fracasso das políticas econômicas neoliberais e, na contrapartida, intensificação do processo de desindustrialização e reprimarização das economias latino-americanas;
- 3) o mútuo apoio político entre a China e os países latino-americanos em foros e instituições multilaterais, ensejando a entrada da China na OMC em 2001, a criação do Foro China-Celac, de diversos acordos bilaterais com os países da região, e com a própria criação dos BRICS;
- 4) a China é altamente dependente de recursos naturais, o que faz com que tenha certa instabilidade no sistema internacional. Para os países latino-americanos, a solução seria realizar alianças com a China a fim de suprir o mercado chinês, sem assimetria tecnológica expressiva, realizando juntamente com os chineses um processo de industrialização dos recursos naturais regionais;
- 5) para a América Latina, o financiamento em infraestrutura realizado pela China, em portos, rodovias, estradas, ferrovias, são benéficos para a região reduzir os custos, diminuir gargalos e melhorar a competitividade. Entretanto, a dependência da exportação de commodities é um entrave pelo baixo valor agregado, vulnerabilidade de preços e variações internacionais de oferta e demanda. Os ganhos temporários dos termos de troca não devem substituir projetos de diversificação industrial de maior valor agregado e de fomento científico tecnológico, ou, do contrário, a inserção latino-americana na economia global será a mesma dos séculos XIX e XX;
- 6) diferentemente da constatação atual, segundo a qual o comércio China-América Latina reproduz a assimetria de uma relação Norte-Sul – em detrimento de laços Sul-Sul –, a China, no longo prazo, não deveria repetir a estratégia atlantista, e sim estabelecer relações comerciais com os demais países periféricos horizontalmente, de maneira a reduzir as fronteiras econômicas e tecnológicas dos países do Sul Global.

Nesta nova ordem mundial, é crucial para a América Latina compreender as características de seus vínculos com a China ao definir sua inserção global, uma vez que a região latino-americana serve aos objetivos geopolíticos da nova política externa chinesa de transformar o sistema internacional num sistema multipolar e, concomitantemente, na recentralização asiática no sistema-mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (Ed.). *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives*. Londres, Nova York: Routledge, 2003.
- COELHO, Diego Bonaldo; MASIERO, Gilmar; CASEIRO, Luiz. A ascensão da China e seus reflexos no Brasil: fundamentos e evidências para uma estratégia de desenvolvimento. *Rev. Bras. Inov*, Campinas, v. 14, p. 85-108, jul. 2015.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FRANK, Andre Gunder. *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1998.
- FRANK, Andre Gunder; GILLS, Barry K. *The World System: Five Hundred Years or Five Thousand?*. Londres, Nova York: Routledge, 1993.
- GALLAGHER, Kevin P.; MYERS, Margareth. *China Latin-America Finance Database*. Washington: Inter-American Dialogue, 2014.
- GALLAGHER, Kevin P.; IRWIN, Amos; KOLESKI, Katherine. ¿Un mejor trato? Análisis comparativo de los préstamos chinos en América Latina. *Cuaderno de trabajo del CECHEMEX*, nº. 1. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 2013.
- KENNEDY, Paul. *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House, 1987.
- MACLEOD, Murdo J. “A Espanha e a América: o comércio Atlântico, 1492-1720”. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina colonial*, volume 1. 3 ed. , São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul./set. 2006.
- MORENO, Camila. *O Brasil Made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- MYERS, Margaret; GALLAGHER, Kevin; YUAN, Fei. *Chinese Finance to LAC in 2015: Doubling Down*. The Dialogue, 2016. 9 p.

- RAY, Rebecca et al. *China in Latin-America: Lessons for South-South Cooperation and Sustainable Development*. Boston: Boston University, 2015. 26 p.
- RODRIGUES, Bernardo Salgado. “La nueva arquitectura financiera mundial: perspectivas del Banco de los Brics y del Banco del Sur.” In: TAVILLA, Pablo; ROBBA, Alejandro (Ed.). *Congreso de Economía Política Internacional año 2014: los cambios en la economía mundial: consecuencias para las estrategias de desarrollo autónomo en la periferia*. Moreno: Unm Editora, 2015, p. 79-92.
- ROETT, Riordan. “China’s deepening ties with Latin America: a work in progress”. In: BRESLIN, Shaun (Ed.). *Handbook of China’s International Relations*. Londres: Routledge, 2010, p. 200-208.
- SEVARES, Julio. ¿Cooperación Sur-Sur o dependencia a laviejausanza? *Nueva Sociedad*, Lima, p.11-22, jan./fev. 2007.
- SLIPAK, Ariel M. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o “Consenso de Beijing”? *Nueva Sociedad*, Lima, v. 250, p. 102-113, mar./abr. 2014.
- TSAI, Tung-Chieh; LIU, Tony Tai-Ting. “China’s Relations with Latin America”. In: KAVALSKY, Emilian (ed.). *The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy*. Surrey: Ashgate, 2012.
- VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, p. 57-79, nov. 2011.
- ZHANG, Baijia. *The Path of the CPC: Revolution, Construction and Reform*. Beijing: Foreign Languages Press, 2012.

ANEXOS

País	Posición de China como destino de exportaciones		Posición de China como origen de importaciones	
	2000	2012	2000	2012
Argentina	6	3	4	2
Bolivia	18	9	7	2
Brasil	12	1	11	1
Chile	5	1	4	2
Colombia	36	2	9	2
Costa Rica	30	8	15	2
Ecuador	18	11	10	2
El Salvador	49	32	18	4
Guatemala	43	29	15	3
Honduras	54	8	18	2
México	19	4	7	2
Nicaragua	35	25	20	3
Panamá	22	33	17	2
Paraguay	15	25	3	1
Perú	4	1	9	2
Uruguay	4	2	7	3
Venezuela	35	2	18	2

Anexo 1. Vínculos comerciais entre China e América Latina (2000-2012). Fonte: SLIPAK (2014).

Setor	Porcentagem das exportações da América Latina para a China	País – porcentagem do total das exportações para a China no setor
Cobre	17,9	Chile 90
Aço e derivados	17,3	Brasil 89
Soja e outras sementes	16,8	Brasil 83%; Argentina 16
Minérios e concentrados de metais	13,5	Chile 47; Peru 39
Petróleo cru	4,5	Brasil 65; Colômbia 20
Óleo de Soja e outros óleos	4,5	Argentina 79; Brasil 20
Celulose e resíduos de papel	4,4	Brasil 55; Chile 43
Alimentos para animais – <i>Feedstuff</i>	2,4	Peru 63; Chile 30
TOTAL	81,3	

Anexo 2. Cinco países e oito setores que dominam o comércio entre América Latina e China. Fonte: VADELL (2011).

Ano	Mês	Investidor	Cuant. milhões (US\$)	%	Parceiro	Sector	Subsector	País
2005	Maio	Minmetals	500			Metais		Cuba
2005	Junho	Minmetals	550	50	Coldeco	Metais	Aço	Chile
2005	Setembro	CNPC e Sinopec	1 420		Encana	Energia	Petróleo	Equador
2006	Abril	Sinopec	240		Petrobras	Energia	Gás	Brasil
2007	Fevereiro	Grupo liderado por Zijin Mining	190		Monterrico	Metais	Cobre	Peru
2007	Junho	Chalco	790		Peru Copper	Metais	Cobre	Peru
2007	Dezembro	Minmetals and Jiangxi Copper	450		Northern Peru Copper	Metais	Cobre	Peru
2008	Maio	Chinalco	2 160			Metais	Cobre	Peru
2009	Janeiro	Huawei Technologies	240		Costa Rica	Tecnologia	Telecom	Costa Rica
2009	Fevereiro	Shougang Group	1 000			Metais	Ferro	Peru
2009	Julho	China Railways	7 500			Transporte	Ferrovias	Venezuela
2009	Setembro	State Construction Engineering	100	2,75	Baha Mar Resort	Turismo		Bahamas
2009	Novembro	Wuhan Iron and Steel	400	22	MMX Mineracao	Metais	Ferro	Brasil
2009	Dezembro	China Railway Construction and Tongling Nonferrous	650		Comente Resources	Metais	Cobre	Chile
2009	Dezembro	Hebei Zhongxin	400			Transporte	Autos	México
2010	Fevereiro	Sany Heavy Industry	200			Imóveis	Construção	Brasil
2010	Marco	East China Mineral Exploration and Development Bureau (Jiangsu)	1 200		Itaminas	Metais	Ferro	Brasil
2010	Marco	CNOOC	3 100	50	Bridas	Energia		Argentina
2010	Marco	Sinomach	140			Agricultura		Venezuela
2010	Marco	China State Construction Engineering	2 500		Baha Mar Resort	Imóveis		Bahamas
2010	Abril	CNPC	900			Energia	Petróleo	Venezuela
2010	April	Chongqing Food Group	320			Agricultura		Brasil
2010	May	State Grid	990		Cobra, Elecnor and Isolux	Energia		Brasil
2010	May	Sinochem	3 070	40	Peregrino field	Energia	Petróleo	Brasil
2010	June	Sinohydro	2 300		Coca Codo Sinclair	Energia	Hidro	Ecuador
2010	August	Gezhoubu	670		Hidropaute	Energia	Hidro	Ecuador
2010	August	Chery	700			Transporte	Autos	Brasil
2010	October	Sinopec	7 100	40	Repsol	Energia	Petróleo	Brasil
2010	October	Minmetals	2 500			Energia	Cobre	Peru
2010	November	CNOOC	2 470	30	Pan American	Energia	Petróleo	Argentina
2010	November	CNPC and Sinopec	610			Energia	Petróleo	Ecuador
2010	December	Sinopec	2.450		Occidental	Energia	Petróleo	Argentina
2010	December	CIC	200			Finanças	Investimentos	Brasil
2010	December	CITIC	400			Real Estate	Construção	Venezuela
2010	December	Three Gorges	200			Energia	Hidro	Ecuador
TOTAL			49 310					

Anexo 3. Investimento Direto Externo China-América Latina por setor. Fonte: VADELL(2011).

Data	País	Tipo	Credor	Valor (US\$ bilhões)	Propósito
2005	Brasil	Siderurgia	ICBC e BNPP	0,201	Equipamentos para siderurgia
2007	Argentina	Outros	BDC	0,030	Sector de Exportações
2007	Brasil	Energia	BDC	0,730	Casoduto
2008	Peru	Mineração	China EX-Im	2,000	Equipamentos para mineração (Toromocho copper mine)
2009	Peru	Infraestrutura	BDC	0,050	Transporte/Infraestrutura
2009	Brasil	Infraestrutura	BDC	0,300	Ampliação da rede de telecomunicações (Telemar Norte/Oi)
2009	Brasil	Energia	BDC	10,000	Plano de negócios Pré-Sal
2009	México	Infraestrutura	BDC	1,000	Equipamentos de telecomunicações (América Movil)
2010	Argentina	Infraestrutura	BDC	10,000	Sistema ferroviário entre Buenos Aires, Rosario e Córdoba (Governo)
2010	Argentina	Infraestrutura	CITI e BCC	0,085	Sistema ferroviário
2010	Argentina	Infraestrutura	CITI e BDC	0,273	Trem de alta velocidade
2010	Argentina	Outros	BDC	0,030	Renovação de empréstimo de 2007
2010	Brasil	Mineração	BDC e EX-IM	1,200	Barcos para transporte de minério de ferro para a China (Vale comp.)
2011	Brasil	Energia	Sinopec	0,390	Plano de negócios Pré-Sal
2011	Peru	Outros	BDC	0,150	Financiamento do Comércio
2011	México	Infraestrutura	BDC	0,373	Rede de telecomunicações (3G)
2011	Chile	Infraestrutura	BDC	0,150	Ampliação da rede de telecomunicações
2011	Argentina	Infraestrutura	Desconhecido	1,400	Linha de Metrô de Buenos Aires
2012	Brasil	Infraestrutura	BDC	0,500	Rede 3G
2012	Peru	Infraestrutura	BDC	0,050	Infraestrutura elétrica
2012	Argentina	Energia	BDC	0,200	Projetos de energia renovável
2013	México	Energia	China EX-IM	1,000	Equipamentos de perfuração Offshore
2014	Brasil	Mineração	China EX-IM	5,000	Empréstimos para a Vale para compra de equipamentos e serviços
2014	Brasil	Mineração	Banco da China	2,500	Empréstimos para a Vale para compra de serviços
2014	Brasil	Energia	ICBC	1,100	Empréstimos para o Grupo Schahin para aluguel de sondas de perfuração
2014	Argentina	Infraestrutura	China EX-IM	0,162	Compra de 150 vagões para a linha A do metro de Buenos Aires
2014	Argentina	Infraestrutura	ICBC e BDC	2,100	Linha de trem de carga de Belgrado
2014	Argentina	Energia Hidroelétrica	ICBC, BDC e Banco da China	4,700	Construção de barragens
2005-14	Outros países da América Latina			72,835	
2005-14	Total da América Latina			118,531	

Anexo 4. Empréstimos de bancos chineses a países da América Latina por setor. Fonte: GALLAGHER; MYERS (2014).

Brexit na perspectiva do Path Dependency

Brexit from the perspective of Path Dependency

Giorgio Romano Schutte^a

Resumo Esta pesquisa analisou o Brexit em uma perspectiva histórica, focando a conturbada relação entre a Europa continental e o Reino Unido ao longo do século XX, com ênfase no período pós Segunda Guerra Mundial. Foi utilizado o conceito de *path dependency* para argumentar sobre o papel de fatores históricos e decisões do passado, embora tomados em outras circunstâncias, ainda com força para influenciar o presente, para entender o Brexit. A premissa básica que será apresentada no ensaio é que o Reino Unido nunca participou de fato da ideia da Europa e sempre se viu como um país diferente por sua história e seu papel no mundo. Quando entrou, foi com uma perna só, a outra sempre ficou atrás, inclusive devido às especificidades de sua estrutura econômica herdada do passado, em particular no que diz respeito à agricultura. Desta forma, defende-se que, embora longe de ter sido inevitável, se tratou de um fenômeno limitado ao Reino Unido que tinha pouquíssima probabilidade de se repetir em outros países da União Europeia.

Palavras-chave Brexit; Path Dependency; Integração Europeia; Reino Unido.

Abstract *This research analyzed Brexit in a historical perspective, focusing on the specific relation between continental Europe and the United Kingdom during the XX Century, with emphasis on the period after the Second World War. The concept of path dependency was used to explore the historical factors and decision taken in the past, which, although in different circumstances, still influence the present and are useful to understand the Brexit. The basic premises that will be presented is that the UK in fact never identified itself with the idea of Europe as developed by the Continental members. It always saw itself as a country with a different history and a different role in the world. When it got its membership, the country only entered with one leg, keeping the other always outside. This also reflects the different configuration of its economic structure, specifically with regard to agriculture. By this, although not at all inevitable, it will be defended that we are dealing with a very British phenomenon which had extremely little chance to be repeated by other countries of the European Union.*

Keywords Brexit; Path Dependency; European integration; United Kingdom.

a Professor de Relações Internacionais da UFABC.

1. INTRODUÇÃO

Em junho 2016, foi realizado o segundo referendun sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia e, para surpresa da maioria dos analistas políticos e econômicos, o Brexit ganhou. Em seguida, surgiram especulações sobre a possibilidade de este resultado ser seguido por outros países membros. De forma implícita se sugere, nesse caso, que o resultado teria sido determinado por fatores conjunturais, como a migração e o desdobramento da crise financeira global iniciada em 2008. Ou, na chave de uma inevitabilidade dado a crise do regime macroeconômico neoliberal (BLYTH; MATTHIJS, 2017). Neste ensaio, pretende-se defender a tese de que o resultado deve ser compreendido e analisado no contexto da trajetória específica da relação do Reino Unido (RU) com a União Europeia (UE), seguindo uma abordagem de *path dependency* (MAHONEY, 2000; SEWELL, 1990; NOOTEBOOM, 1997). A conjuntura política e econômica interagiu com esse contexto específico. A abordagem do *path dependency* não sugere uma teleologia no sentido de que a sequência dos eventos levaria automaticamente a esse desfecho. O que se procura defender é que o voto pelo Brexit, embora não pode ser interpretado como um resultado lógico se analisada a sequência dos acontecimentos, dialoga com uma trajetória histórica que remonta à negação do país em participar do Plano Schuman no início da década de 1950. Nesse sentido, o Brexit aparece como uma história muito britânica, com pouca probabilidade de ser seguida nos países membros do continente. O ensaio é dividido em cinco seções contando com esta introdução. Na segunda seção será feita uma apresentação da abordagem do *path dependency*. Na terceira, uma análise do período até a entrada na Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1973. Na quarta, focamos na relação como membro e tentamos mostrar a continuidade de um distanciamento baseado em uma noção de diferenças profundas de ordem histórico-cultural, institucional (o parlamentarismo) e econômica. Concluímos com algumas considerações finais na quinta seção. Para a reconstrução da trajetória do RU perante o processo de integração Europeia foram utilizados os trabalhos de Young (1998), Wall (2008), Bogdanor (2014), Camps (2017), Gowland & Tumer (2000) e Thatcher (1995, 2002). Neste artigo não serão abordadas as dinâmicas políticas e dos movimentos separatistas da Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales, que mereceriam uma abordagem específica.

2. PATH DEPENDENCY

A abordagem de *path dependency* surgiu na história econômica para explicar como escolhas por determinadas tecnologias no passado determinam as escolhas subsequentes, mesmo na presença de alternativas aparentemente mais compe-

titivas, elaborando uma interpretação alternativa ao paradigma neoclássico da escolha racional considerada a-histórica. Depois, ela ganhou força na sociologia histórica e nos estudos das relações internacionais. Uma referência importante para esse debate é Mahoney (2000), que tentou organizar melhor o valor adicional dessa abordagem, além de uma simples busca de causas remotas para explicar um resultado presente. Ele sugere que é preciso identificar um evento contingente no passado que provocou o início de uma trajetória específica. Nas palavras do autor, não basta “*tracing a given outcome back to a particular set of historical events*”, mas é também preciso demonstrar que estes eventos “*are themselves contingent occurrences*” (MAHONEY, 2000, p. 507). Assim, poderia ser demonstrado a partir daquele evento que a história tomou um rumo que poderia ter sido diferente. Subsequentemente, fica cada vez mais difícil fugir da lógica que se impôs. Escolhas passadas vão limitando o espaço e o escopo para escolhas futuras. Pressupõe-se, portanto, o funcionamento de mecanismos de auto-reforço (*self-reinforcement*). Outros autores apresentam uma definição menos complexa desse conceito. Sewell (1990) identificou *path dependent* simplesmente como: “*what happened at an earlier point in time will affect the possible outcome of a sequence of events occurring at a later point in time*” (SEWELL, 1990, p. 16). Nooteboom (1997), na mesma linha: “*...directions for future development are foreclosed or inhibited by directions taken in past development*” (p.57). A ideia básica é que decisões tomadas no passado influenciam as alternativas em futuros eventos, sugerindo, sobretudo quando aplicado à história econômica, certa inércia. Ou seja, “*...once a particular option is selected it becomes progressively more difficult to return to the initial point when multiple alternatives were still available*” (MAHONEY, 2000, p. 513). Mas, como foi mencionado, seria crucial identificar essa “*particular option*”.

Mas para além de identificar o evento contingente, cabe também explicar os mecanismos que reproduzem a influência subsequente dessa escolha. Mahoney apresentou quatro tipologias de abordagens para resolver esse problema. A primeira seria a utilitarista: as instituições podem ser menos eficientes do que as alternativas originais, mas uma vez estabelecida a trajetória, o benefício de continuar nesta opção pode ser maior do que o de alterar a rota, embora possa haver mudanças de rumo diante de pressões competitivas. A segunda seria funcionalista: embora possa ser menos funcional quando comparado às alternativas iniciais, uma vez estabelecida a trajetória, essa se torna funcional para a manutenção do sistema. Nesse caso, pode haver um choque externo que obrigue a uma alteração de rumo. A terceira dialoga com a teoria de elites: a escolha inicial levou ao poder, ou reforçou a posição de uma fração da elite que, para a reprodução da sua posição,

tende a insistir na trajetória. A alteração de rumo será dada, nesse caso, pelo enfraquecimento dessa fração e o fortalecimento da elite que se beneficia dele. Nesse caso, a reprodução institucional é conflitiva e a dinâmica de potencial mudança estaria implícita. Por último, pode-se enfatizar o fator de legitimação. Embora o caminho escolhido possa ser menos consistente com os valores da sociedade do que as alternativas existentes inicialmente, a sua reprodução aparece agora como moralmente justa e apropriada. Pode-se identificar, aqui, um elemento de inércia ideológica ou cognitiva. A mudança de rumo seria dada com mudanças culturais e de valores e fica, portanto, evidenciada a força do *status quo*. Em todos os casos, não há necessariamente uma reprodução do mesmo caminho. Pode haver uma sequência reativa, “*reactive sequences*” (MAHONEY, 2000, p. 526). Nesse caso, registram-se contrarreações que provocam uma trajetória não-linear, mas cuja margem de opção e ação continua sendo influenciada fortemente pelas decisões tomadas no passado, em particular na ocasião do evento contingente que daria origem à trajetória. Nas palavras de Costa (2015):

em vez da reprodução estável de um resultado particular ao longo do tempo, o que se tem são, antes, dinâmicas de reação e contrarreação em que cada evento na sequência é tanto uma reação a eventos antecedentes quanto uma causa para eventos subsequentes.

Usando a proposta de Mahoney apresentada acima, caberia identificar o evento contingente que iniciou a trajetória particular da relação entre o RU e a UE, que é, na nossa hipótese, a decisão de não participar das negociações em torno do Plano Schuman. Com isso, o RU não participou da criação e consolidação da Comunidade e acabou entrando no bloco apenas 16 anos depois.

Uma divergência da abordagem proposta por Mahoney é que, na nossa visão, uma mudança de rota devido a pressões conjunturais não necessariamente gera uma nova síntese. Fatores fortemente influenciados pela trajetória passada podem continuar operantes. E, embora de forma marginalizada das decisões estratégicas, mantêm um potencial de influenciar estas decisões e, em determinadas circunstâncias, sobrepor-se novamente, atuando como fator decisivo. Em síntese, a força do euroceticismo britânico parecia estar neutralizada e controlada a partir do governo Blair, mas, na conjuntura em torno do segundo referendun, conseguiu se sobrepor e fazer prevalecer valores e escolhas que pareciam ter sido superados.

Isso não significa que a influência de fatores conjunturais – no nosso estudo de caso, principalmente a questão da migração e os desdobramentos socioeconômicos

micos da crise financeira global de 2008— estaria subordinada ou seria refém das escolhas do passado. Pode haver um “*coming together – or temporal intersection – of separately determined sequences*” (MAHONEY, 2000, p. 527). O resultado será imprevisível e exige a análise de eventos que são essenciais para a ocorrência dessa interseção e das ações subsequentes.

Ou seja, o Brexit foi um ‘resultado possível’ do impacto dos fatores conjunturais em uma realidade marcada por uma frágil relação histórica com a integração europeia. Os mesmos fatores conjunturais dificilmente poderiam produzir igual resultado em outro contexto. Ao mesmo tempo, sem os impactos conjunturais, a trajetória histórica não teria levado ao desfecho do Brexit. Com isso, este artigo pretende contribuir com o entendimento da especificidade do Brexit, além dos fatores conjunturais.

3. ENTRAR OU FICAR DE FORA: EIS A QUESTÃO

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido se viu como uma das três potências mundiais. De fato, a moldagem do novo mundo estava sendo feita pelos líderes dos EUA, da União Soviética e do RU, simbolizado, até as eleições de julho de 1945, pela participação de Winston Churchill como um dos líderes do mundo pós-nazista ao lado de Joseph Stalin e Franklin D. Roosevelt. Nesse contexto, o RU recuperou, em um primeiro momento, seu vasto império e tinha motivos de sobra para se sentir muito diferente dos países da Europa continental. Afinal foi o único que resistiu à agressão nazista. Grande parte da elite econômica e política do RU imaginava ser possível continuar como uma potência global baseada na suposta força econômica da *Commonwealth*, na Libra Esterlina como moeda de reserva mundial e na sua força militar. Não fazia parte do debate nacional, nesse momento, a imagem de que o país estaria condenado a deixar de ser uma potência mundial. Young, no seu livro, *This Blessed Plot*, cita em várias passagens a ambivalência do próprio Churchill que, em 1930, escreve um artigo no *The Saturday Evening Post* defendendo a criação dos Estados Unidos da Europa para solucionar o conflito entre França e Alemanha e criar as condições de uma economia de escala a exemplo dos EUA (YOUNG, 1998, p. 10) e, durante a guerra, apontava a União Soviética como principal ameaça contra o qual a Europa deveria se unir. A confusão estava no papel do RU nesse processo: “*We are with Europe, but not of it. We are linked, but not comprised*” (YOUNG, 1998, p. 13). Nesse espírito, já no governo trabalhista de Attlee, houve uma participação nos primeiros esforços de cooperação com a Europa. Primeiro, no Tratado de Bruxelas de 1948, que pode ser visto como um primeiro passo rumo à formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e

que envolvia os países do Benelux, a França e o RU. Nesse momento, os primeiros já queriam avançar numa cooperação, para além do âmbito militar, mas o RU bloqueou esse caminho. No ano seguinte, houve a criação do Conselho da Europa com sede em Estrasburgo (França). O RU participou ativamente desse processo, mas usou sua influência para garantir que o órgão tivesse pouca influência¹. Além disso, para o governo dos EUA, o Plano Marshall deveria ser acompanhando de acordos de livre comércio entre os países partícipes e, para isso, tinha feito a proposta de uma União Aduaneira na Europa ocidental que, naquele momento, no entanto, não saiu do papel devido ao veto do RU². Além da preocupação com a *Commonwealth*, estava já muito presente entre os britânicos uma suspeita contra instituições europeias, compartilhada por diversas forças políticas³.

Em 1950, inspirado pelas ideias de Jean Monnet, o então ministro de Relações Exteriores da França, Robert Schuman, lançou um plano para a integração das indústrias de carvão e aço e a criação de uma autoridade supranacional, no que ficou conhecido como Plano Schuman. Os primeiros ministros da Alemanha e da Itália, respectivamente Konrad Adenauer e Alcide de Gaspari, abraçaram essa proposta. Esses três líderes, todos católicos e fluentes em alemão, insistiram na participação do RU pelo peso da sua indústria de carvão e aço e pela perspectiva da integração que isso poderia provocar em outras áreas. É justamente aqui que identificamos uma decisão que pode ser caracterizada como um “evento contingente” que irá determinar os passos subsequentes. O governo trabalhista negou participar do Plano por dois motivos. Primeiro, o governo tinha nacionalizado as indústrias de aço e carvão justamente com o argumento de implementar uma política setorial soberana e tinha pavor de perder esse poder para uma instância supranacional. Segundo, porque havia uma sensação de irreversibilidade de um processo que caminhava para um federalismo. Ao mesmo tempo, o RU era totalmente a favor de incorporar o crescimento da Alemanha a uma cooperação europeia e estimulou a França a continuar com a iniciativa. No Parlamento, Churchill insistiu ainda na conveniência em participar com o argumento de que não seria possível imaginar

1 Não obstante, as forças políticas do continente com orientação mais federalista conseguiram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

2 Como alternativa, o Plano Marshall acabou sendo coordenado por uma instituição puramente intergovernamental, a Organização Econômica Europeia de Cooperação (OEEC na sigla inglesa), que seria transformada mais tarde na OCDE.

3 Curiosamente, quem defendia a perspectiva federativa europeia era a esquerda da fração “Keep Left”, já com Michael Foot, por uma inspiração antiamericana. A Europa poderia funcionar como uma terceira via (YOUNG, 2000, p. 41). Mais tarde, a esquerda do *Labour* iria ser uma das forças mais antieuropeias por considerar a Europa uma proposta liberalizante que diminuiria a capacidade dos estados nacionais de domesticar o capitalismo.

discussões estratégicas no continente sem a presença britânica (YOUNG, 2000, p. 66). Sem dúvida, o RU nesse momento tinha a liderança para, ao participar, influenciar a discussão, reforçando seu caráter intergovernamental e impedindo qualquer avanço significativo de supranacionalidade (BOGDANOR, 2014a). Assim, em abril de 1951, foi lançada a Comunidade de Aço e Carvão com Monnet na presidência, sem a participação britânica. Na ausência de forças políticas que defendessem a participação no Plano Schuman, o assunto sequer entrou na campanha eleitoral, em outubro de 1951, e o novo governo Churchill não fez nenhum movimento para alterar essa política. A revista liberal *The Economist* foi voz solitária ao defender uma política de integração⁴.

A decisão de não participar do Plano Schuman influenciou os eventos seguintes. Os seis países da Comunidade de Aço e Carvão se reuniram em um encontro histórico em Messina (Itália), em 1955, para discutir próximos passos e iniciativas em outros setores. Não sendo parte da Comunidade, o Reino Unido foi informado, mas não convidado. Esse novo fato reabriu a discussão no governo se era melhor participar para frear as forças federalistas no continente ou ficar de fora para defender seu próprio caminho. Havia ainda no governo britânico um ceticismo enorme sobre a viabilidade das propostas, porque se imaginava que a força do nacionalismo, sobretudo da França, fosse capaz de impedir qualquer avanço significativo. Um grave erro de avaliação que iria se repetir com relação ao Tratado de Maastricht, em particular à União Monetária Europeia. Há de se enfatizar que, nesse momento, o RU ainda teria sido o *primo entre pares*, com capacidade de direcionar os esforços para uma área de livre comércio com exceções para seu comércio com a *Commonwealth*.

Em pouco tempo, o mundo mudou radicalmente, mas, agora, as opções britânicas estavam limitadas devido às escolhas que conduziram o RU a um beco sem saída. Em primeiro lugar, contrariando a aposta do governo britânico, o Tratado de Roma foi firmado em março 1957, menos de seis meses depois de o RU ter passado pela humilhação do conflito de Suez (novembro de 1956), quando foi obrigado a aceitar que acabara o império britânico. Um ano depois, em 1958, a Alemanha registrou um Produto Interno Bruto (PIB) superior ao do RU e o mesmo valia para suas exportações (YOUNG, 2000, p.105-106). Na França, o episódio do Canal de Suez reforçou a aposta na opção europeia e, de certa forma, no governo britânico

4 Cabe enfatizar que os EUA ao longo de todo esse período inicial expressou de várias formas seu interesse em ver a liderança britânica no processo de integração, sobretudo no contexto da reindustrialização e do rearmamento da Alemanha.

e, em particular no *Foreign Office*, começou-se, finalmente, uma reflexão sobre a necessidade de se adequar à nova realidade.

Nesse contexto, o governo britânico lançou um plano, conhecido como *Plano G*, para retomar o tempo perdido. Só que subestimou, de um lado, a perda da sua força relativa na Europa e, de outro, os avanços alcançados no processo de integração dos seis países do continente, liderado agora pela França, com Charles de Gaulle, a partir de 1959, na presidência. Assim, segundo o Plano G, o governo britânico imaginava possível esvaziar a Comunidade Econômica Europeia (CEE) ao propor uma área de livre comércio: a Associação Europeia de Comércio Livre (*European Free Trade Agreement*, EFTA). A EFTA abrangeria mais países⁵, sem coordenação política e nenhuma Tarifa Externa Comum (TEC). Além disso, a agricultura estaria fora do acordo. Analisando posteriormente essa proposta, parece inacreditável que o RU pudesse ter imaginado que ainda detinha capacidade para impor um projeto como esse aos seus aliados no continente. Mas, historicamente, foi isso que o RU fez e, como não poderia ter sido diferente, fracassou completamente⁶. Sugeriu ainda, por parte dos britânicos, um acordo de livre comércio entre a EFTA e a CEE, proposta também fadada ao fracasso.

O governo britânico, a essa altura, entendeu que não restavam muitas opções. Documentos internos da equipe governamental à época mostram o amadurecimento da ideia de pedir uma entrada do UK na CEE em condições especiais e com um *status* à parte que levasse em consideração seus interesses econômicos divergentes e sua visão política diferente. E foi dessa forma e nesses termos que o UK entrou em negociação com a CEE em 1960 (CAMPS, 2017). Quais eram essas diferenças econômicas? Historicamente, desde a abolição dos famosos *Corn Laws* em 1846, o capitalismo britânico apostou na manufatura interna e na importação de alimentos mais baratos. Com isso, seria possível, inclusive, manter o custo da mão de obra em níveis mais baixos. Essa lógica fez com que o setor agrícola fosse substancialmente menor comparado aos países do continente⁷ e a dependência da importação de alimentos, por conseguinte, muito maior. No continente, quem financiava a agricultura eram os consumidores na forma de preços superiores. No

5 Observamos que quatro décadas depois o RU foi entusiasta da expansão da UE incorporando o mais rápido possível o maior número de países do ex-bloco comunista para esvaziar o impacto da união monetária. Nesse caso, porém, ele estava alinhado com uma forte pressão dos EUA nessa direção.

6 A EFTA chegou a ser criada em 1960 na cidade de Estocolmo, com uma importância econômica e política muito inferior à da CEE juntando somente Portugal, Dinamarca, Noruega, Suíça, Áustria e Suécia, além do RU.

7 Na década de 1950 a força de trabalho no campo no RU era de 4% contra 20% na França, 25% na Itália e 13% na Alemanha (BOGDANOR, 2014a).

RU eram os contribuintes na forma de subsídios do governo para os agricultores britânicos. Nesse contexto, tornava-se ainda mais dramática a TEC, com a arrecadação direcionada para Bruxelas e sendo distribuída na forma de subsídios para os agricultores europeus. Assim, a Política Agrícola Comum significaria que os britânicos iriam: a) pagar mais por seus alimentos; b) arrecadar muito, mas sendo obrigados a transferir para Bruxelas para subsidiar exportações dos produtores europeus e, portanto, com pouco retorno para seus agricultores, que eram menores em número; c) prejudicar os outros membros da *Commonwealth*, como a Nova Zelândia, que teriam agora dificuldade de exportar para o RU. Havia uma ideia de um *trade-off*: o que o RU perderia na agricultura poderia ganhar com a abertura dos mercados no continente para sua manufatura. Mas quando, de fato, entrou na CEE, se viu confrontado com uma manufatura alemã mais competitiva. Assim, havia, de fato, um problema estrutural que, de uma forma ou de outra, deveria ter sido negociado. Mas se o RU tivesse participado desde o início, é evidente que teria sido mais fácil negociar esse ajuste do que depois e a partir de uma posição de fragilidade.

As diferenças políticas eram de outra ordem. O Parlamento de Westminster é considerado pelos partidos representativos como a essência da democracia e da soberania britânica. Quando surge a discussão sobre a perda de soberania, isso se refere especificamente à perda da soberania parlamentar. Na tradição política britânica, é difícil de aceitar que exista um poder que limite o do seu parlamento. Por isso, a defesa intransigente do intergovernamentalismo e a rejeição de supranacionalismo e de poder na mão de Comissão, vista essencialmente como órgão não eleito. Esta visão era compartilhada por trabalhistas e conservadores.

Depois de ter ganhado novamente as eleições em 1959, Macmillan se orientou pelo realismo, pautado no risco de perder competitividade ao ficar de fora da CEE, no fim do império britânico e, além disso, na pressão dos EUA para avançar na integração europeia. Mesmo assim, o governo entrou nas negociações com pouco entusiasmo e convicção. O mandato do Parlamento era verificar se havia condições de negociar de forma satisfatória a entrada do RU na CEE (BOGDANOR, 2014a). Essa postura hesitante e defensiva do governo iria se refletir também em uma falta de entusiasmo e um ceticismo persistente da população (YOUNG, 2000, p. 140). Dois anos depois do início das negociações, de Gaulle declarou, em janeiro de 1963, em uma coletiva de imprensa, que o RU não estava preparado para entrar, o que foi

interpretado como um veto⁸. As negociações se interromperam, contra a vontade dos demais membros da CEE, em particular da Alemanha, e Macmillan saiu da cena política. Observa-se que a oposição nessa época também estava dividida e seu líder, Hugh Gaitskell, mantinha-se ambíguo. Em um famoso discurso no congresso do *Labour*, em outubro 1962, no meio das negociações, misturou argumentos pró e contra, mas o tom era de ceticismo, expresso na frase que iria ficar na história política britânica ao dizer que a entrada na CEE, do jeito que estava constituída, seria “*The end of a thousand years of history*”. Ao invés do centro da *Commonwealth*, o RU se tornaria uma província da Europa. De outro lado, não haveria porque rejeitar uma entrada por princípio, só que para isso era preciso que a CEE mudasse sua estrutura. Dentro do campo dos conservadores havia uma tendência a defender uma associação de livre comércio com a CEE ao invés de tornar-se membro pleno. Young registrou que “*The idea of mere association with the Community, which has always been the ambition of Conservative politicians who wanted to have it both ways, was unacceptable*” (YOUNG, 2000, p. 173). Mas essa conclusão é questionável. Na histórica fala do General de Gaulle, ficava claro porque (tradução em inglês):

*Moreover, I repeat, if the Brussels negotiations were shortly not to succeed, nothing would prevent the conclusion between the Common Market and Great Britain of an accord of association designed to safeguard exchange*⁹.

Em meados da década de 1990, já fora do governo, Thatcher afirmava que o RU teria perdido a chance de resolver seu problema: um acordo de livre comércio sem entrar como membro pleno da CEE. Nas suas próprias palavras, ao se referir à fala de de Gaulle: “*We may have missed the best European bus that ever came along*” (THATCHER, 1995, p. 127). Por ironia da história, o Brexit trouxe o país exatamente a esse ponto.

Nas eleições de 1964 e 1966, os trabalhistas voltaram a ganhar, mas não havia menção a uma nova política com relação à CEE. No seu manifesto constava uma série de precondições para a entrada, o que na *realpolitik* significava ficar de fora, porque já se sabia que seriam inaceitáveis. O que mudou nos anos seguintes foi a

8 Bogdanor (2014a) lembrou que de Gaulle registrou nas suas memórias que considerava nesse momento que o pedido do RU seria uma tentativa de paralisar o processo de dentro.

9 O discurso pode ser acessado em: http://www.cvce.eu/obj/press_conference_held_by_charles_de_gaulle_by_yves_courriere_rtl_14_january_1963-en-6e48abee-7fbc-4b8b-8b87-399afaf708ea.html e <http://www.fransamaltingvongeusau.com/documents/cw/CH2/7.pdf>

crise econômica, o fracasso do chamado *Plano Nacional* para a recuperação econômica implementado pelo governo liderado por Harold Wilson, que obrigou o país a desvalorizar sua gloriosa Libra Esterlina. Nesse contexto, o governo começou a defender que a entrada na CEE talvez pudesse ajudar na modernização da indústria e fortalecer a presença britânica no mundo. Assim, o parlamento aprovou, em 1967, por grande maioria, um novo pedido de entrada mas, desta vez, de Gaulle vetou sem sequer iniciar novas negociações. Em 1970, começa o governo conservador de Edward Heath e embora a opinião pública estivesse mais que cética¹⁰ havia, no parlamento britânico, uma ampla maioria a favor de tentar novamente uma entrada, sobretudo no contexto em que de Gaulle havia deixado a presidência. Por isso, Heath estava decidido aproveitar a janela de oportunidade para entrar na comunidade junto com a Dinamarca e a Irlanda, ampliando a CEE de seis para nove países¹¹. Nessa negociação não havia mais o que negociar, a não ser períodos de transição para se adequar às normas vigentes. Após a conclusão do acordo, Heath conseguiu a aprovação com os votos da minoria pró-europeia dos trabalhistas, liderados por Roy Jenkins, diante de uma minoria contra no seu próprio partido. A oposição dos trabalhistas contra a entrada seguia muito mais a lógica de utilizar qualquer argumento para enfraquecer o governo conservador.

4. DENTRO, MAS DESCONFORTÁVEL

Em 1974, mobilizações sociais derrubaram o governo Heath, o *Labour* ganhou as eleições e Harold Wilson voltou a ser primeiro-ministro. Nesse momento, nasceu o primeiro referendo, em uma aposta que David Cameron pensava poder repetir 41 anos depois. O *Labour* começa seu governo 14 meses após a entrada na CEE e o gabinete, com lideranças notoriamente eurocéticas (em particular, James Callaghan no Ministério de Relações Exteriores, e Tony Benn, no Ministério de Energia), tinha prometido uma renegociação em torno de uma lista de pontos, sendo o principal deles, o problema da contribuição líquida excessiva devido à Política Agrícola Comum. O novo primeiro ministro da Alemanha, o socialista Helmut Schmidt, estava disposto a ajudar com uma operação *face-saving*, fazendo algumas concessões, embora o RU continuasse o segundo maior contribuinte líquido, após a Alemanha (YOUNG, 2000). Bogdanor, porém, relativizou os resultados desse processo e enfatizou que Wilson usou sua liderança para exagerá-los (BOGDANOR,

10 Uma pesquisa do Gallup, em abril 1970, na véspera das eleições gerais, mostrou somente 19% a favor da entrada (YOUNG, 2000, p. 233)

11 Em um primeiro momento, a Noruega também participou dessa rodada, mas isso não se concretizou.

2014c). Mesmo assim, a maioria dos deputados trabalhistas votou contra o novo acordo, que só foi aprovado com os votos dos conservadores. Pesquisas de opinião mostraram, sobretudo, desinteresse por parte da opinião pública.

O contexto era marcado, de um lado, pelo impacto do primeiro choque de petróleo, inflação, desemprego, conflito violento em torno da Irlanda do Norte, aumento do separatismo na Escócia, e, de outro, pelos interesses econômicos, na sua grande maioria, favoráveis e financiando a campanha “*Britain in Europe*”. Nesse momento, a imprensa também era a favor da permanência. A única crítica era contra o instrumento de referendun em si¹². Havia medo que uma saída pudesse piorar as coisas. A campanha “contra” era liderada pelo *anti establishment*. Decisivo, e muito diferente do referendun em 2016, foi a confiança nas principais lideranças dos três principais partidos que faziam campanha pela permanência do RU na CEE, prometendo que o país poderia aproveitar a abertura do mercado para sua manufatura e ter acesso aos fundos regionais (BOGDANOR, 2014c). A aposta de Wilson deu certo e 66% votaram a favor, com 65% de *turn out*¹³. A postura do governo era, porém, de distanciamento: “*line of least collaboration*” (YOUNG, 2000, p. 302), e quando se posicionou contra o Sistema Monetário Europeu, o grupo dos mais pró-europeus saiu do partido e fundou o Partido Socialdemocrata (SDP na sigla inglesa)¹⁴. O *Labour*, por outro lado, radicalizou, e nas eleições de 1983, sob liderança do Michael Foot, defendeu abertamente a saída da CEE *sem referendun*, mas perdeu as eleições.

4.1 THATCHER: A TRANSFORMAÇÃO DE PRÓ EM CONTRA

A grande novidade que parecia, em um primeiro momento, moldar um novo caminho superando o euroceticismo do RU, era Margaret Thatcher, primeira-ministra de 1979 até 1990. Thatcher tinha colocado em pauta o problema das transferências líquidas excessivas do RU para a CEE. A partir de 1983, houve um novo ativismo na CEE. O governo Mitterand, diante do esgotamento da linha

12 Havia no RU uma vertente que considerava o instrumento de referendun não democrático por desrespeitar a soberania parlamentar. Chegou-se ao compromisso de que o Parlamento pode chamar um referendun, mas este não pode ser vinculante legalmente.

13 Pesquisa de opinião antes da conclusão da renegociação mostrava 55% pela saída e 45% pela permanência. Mas, quando a pergunta afirmava que a renegociação seria vitoriosa, somente 29% votariam pela saída e 71% pela permanência (BOGDANOR, 2014b, p. 33).

14 Embora a Europa não tenha sido o único ponto de tensão, sem dúvida foi o que pesou mais na decisão de ruptura definitiva. Em 1988, a SDP se fundiu com o tradicional partido Liberal para formar o LibDem, contrário aos dois principais partidos, de forma consistente pró-Europa. Observe que essa posição não lhe garantiu sucesso nas eleições, embora os dois, em uma aliança eleitoral, tenham chegado a 25% do voto popular em 1983, muito em função da radicalização do *Labour* sob liderança do Michael Foot.

adotada nos primeiros dois anos do seu governo, apostava, então, nesse processo de fortalecimento da integração, em seguida liderado por Jaques Delors na presidência da Comissão Europeia. A Alemanha, com Kohl, estava igualmente decidida que precisava dinamizar o processo de integração. É nesse contexto que se dá a entrada de Espanha e Portugal, a liberalização do mercado interno, o aumento dos fundos comunitários, a reforma da política agrícola e a ampliação do voto majoritário.

No histórico encontro de Fontainebleau (França), em meados de 1984, Thatcher chegou, depois de cinco anos de negociação, a um acordo com seus pares. Ela conquistou um mecanismo de compensação financeira que considerou uma vitória e uma prova de que se o RU se pusesse firme, a Europa funcionaria. Em seguida, o RU participou ativamente da elaboração do Ato Único Europeu (*Single European Act*) de 1986, que previa a complementação do mercado interno até 1992. E, nesse processo, acabou aceitando paradoxalmente o voto majoritário¹⁵.

Logo, detrás dessa aparente normalização da participação britânica, reapareceram as divergências de fundo: para Delors, a complementação do mercado interno não era um fim em si, mas fazia parte de um projeto de caráter federalista de maior integração que envolveria logo em seguida a união monetária e a integração social, cultural e política. Não seria uma desregulamentação, mas uma re-regularização no âmbito europeu. Contra esse projeto de fundo, Thatcher votou contra a realização de uma conferência intergovernamental que iria resultar no Maastricht 1992. A cada passo dado para além do mercado interno, Thatcher foi se afastando mais do continente até personificar o mais ácido e agressivo euroceticismo. Fora do governo, em meados de 1990, fez campanha pela saída do RU da União Europeia.

No seu discurso no Parlamento Europeu, ao ser reconduzido como presidente da Comissão, em junho 1988, Delors fez a infeliz previsão de que em dez anos 80% da legislação econômica e social seria europeia e não nacional. Curiosamente, esse número fictício seria usado à exaustão 28 anos depois na campanha pelo Brexit. Como se isso não bastasse para provocar o governo Thatcher, Delors fez, no mesmo ano, um discurso em defesa da legislação comunitária na área social no Congresso da central britânico, a TUC. Foi nesse contexto que Thatcher retrucou com seu histórico discurso no Colégio Europeu em Brugge, na Bélgica, conhecido

15 A complementação do mercado interno exigiria a retirada de centenas de exceções. Sem o voto majoritário os países tenderiam a usar seu direito de veto para defender os seus interesses particulares. Para Thatcher acabou sendo um cavalo de Troia. Assim o Ato Único Europeu estabeleceu não ser mais necessário um acordo unânime para as medidas com vista ao estabelecimento do mercado interno, com exceção das medidas relativas à fiscalidade, à livre circulação das pessoas e aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados. Além do voto majoritário, aumentou o poder da Comissão.

como “*The Brugge Speech*”¹⁶. Alguns trechos evidenciaram a volta ao confronto e a ênfase nas diferenças, consideradas profundas:

...working more closely together does not require power to be centralised in Brussels or decisions to be taken by an appointed bureaucracy. Indeed, it is ironic that just when those countries such as the Soviet Union, which have tried to run everything from the centre, are learning that success depends on dispersing power and decisions away from the centre, there are some in the Community who seem to want to move in the opposite direction.... We have not successfully rolled back the frontiers of the state in Britain, only to see them re-imposed at a European level with a European super-state exercising a new dominance from Brussels (THATCHER, 1988).

Observe-se que já nesse discurso aparece a questão que se tornaria um dos temas centrais do Brexit:

... it is a matter of plain common sense that we cannot totally abolish frontier controls if we are also to protect our citizens from crime and stop the movement of drugs, of terrorists and of illegal immigrants (THATCHER, 1988, grifos colocados).

Esse discurso foi considerado um divisor de águas no posicionamento de Thatcher, e era perfeito para reascender as chamadas do euroceticismo no RU, cada vez mais distante do tempo em que Thatcher, recém-eleita como líder do partido conservador, fazia campanha pela Europa no primeiro referendun, de 1975¹⁷.

O ponto concreto que levou a uma tensão dentro do seu próprio governo e que iria contribuir para sua queda em 1990 foi a integração monetária. Delors tinha lançado um plano de unificação monetária em três estágios sendo o Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (ERM na sigla inglesa) o primeiro passo. Thatcher tentou barrar a entrada no ERM por entender que isso abriria a porta para a moeda única e por acreditar, por ideologia, nas vantagens de câmbio flutuante, enquanto seus ministros e o presidente do Banco Central entenderam o ERM como forma

16 Esse discurso deu inclusive origem a uma articulação de conservadores antieuropeus como o nome de Bruges-group (<https://www.brugesgroup.com>).

17 Na época ela usou quatro motivos para votar pela permanência na CEE: a paz e segurança; segurança alimentar; ampliação do comércio e cooperação; uma oportunidade de representar a *Commonwealth* na Europa (BOGDANOR, 2014b)

de controlar a inflação ao ligar a Libra ao marco alemão. Delors com seu “*big bang approach*”, tinha colocado o velho dilema para o governo britânico: ficar de fora ou entrar para tentar esvaziar a proposta (WALL, 2008). Em outubro 1990, depois de várias trocas de ministros, com John Major agora na Fazenda, Thatcher cedeu e o RU entrou no ERM, mais uma vez de forma tardia e tumultuada. Cabe enfatizar que a briga de Thatcher não era somente com Delors, mas também com Kohl, uma vez que ela se opôs também firmemente à unificação da Alemanha, levantando o temor da síndrome de uma Europa germânica, ao invés de uma Alemanha europeizada (a chave política churchiliana). De seu lado, Kohl entendeu que a unificação deveria ser acompanhada de um processo de ampliação da integração europeia para encontrar menos resistências e por isso apoiou o ativismo de Delors. Este anunciou, em seguida, que a moeda única seria uma realidade até o ano 2000, o que provocou duas reações no RU: uma fala de Thatcher dizendo que o Parlamento britânico jamais concordaria e a famosa capa do jornal *The Sun* (ver figura 1):



Figura 1. Capa do Jornal the Sun, 1/11/1990.

Em 2012, já aposentado, Delors tende a concordar com de Gaulle e Thatcher ao declarar, em uma entrevista ao jornal Daily Mail: *‘If the British do not follow the tendency towards more integration in the European Union, we can anyway stay friends, but in another way.’* E sugeriu, nesse mesmo momento, que o RU poderia negociar um acordo *‘like that of the European economic area’* or a *‘free trade agreement’* (BLACK, 2012). Quatro anos mais tarde, o povo britânico concordou finalmente com uma proposta de Delors ao votar pelo Brexit.

Thatcher, de seu lado, com o passar dos anos, radicalizou cada vez mais sua posição anti-Europa e, em 2002, publicou uma dura posição a respeito:

That such an unnecessary and irrational project as building a European super state was ever embarked on will be seen in future years to be perhaps the greatest folly of the modern era. And that Britain, with her traditional strengths and global destiny, should ever have been part of it will appear a political error

of historic magnitude. There is, though, still time to choose a different and a better course (THATCHER, 2002).

É bastante provável que, se tivesse viva e ativa em 2016, ela teria feito campanha pelo Brexit.

4.2 MAASTRICHT: VITÓRIA DE PERNAS CURTAS

Depois da queda da Thatcher, coube a John Major (1990-1997) negociar o Tratado de Maastricht. Ele seguiu a estratégia de ficar dentro, mas com uma perna fora, negociando os famosos “*opt-outs*”: o RU não seria obrigado a entrar no Euro e estava fora dos acordos sobre políticas sociais. Parecia em um primeiro momento uma vitória. A capa do Daily Mail expressou os sentimentos iniciais: “*He went. He stood firm. And he prevailed*” (YOUNG, 2000, p. 433). Parecia que se tinha conseguido “*the comfortable both ways*” e este entusiasmo ajudou Major a ganhar as eleições em 1992. Mas, logo em seguida, dois fatores mudaram os ânimos britânicos: um referendun na Dinamarca rejeitou Maastricht e, pior, na véspera do referendun na França, os mercados começaram uma especulação contra a Libra Esterlina, derrubando-a e obrigando o país, dois anos após ter entrado tardiamente, a sair do ERM, o que foi considerado uma humilhação nacional¹⁸. Isso reforçou muito os eurocéticos e houve pressão para a realização de um referendun também no RU, o que Major rejeitou¹⁹. Maastricht significou para os eurocéticos um inaceitável aumento de poder da Comissão e do Parlamento Europeu. A aprovação do governo Major caiu de 43% para 29% para nunca mais se recuperar até sua dramática derrota nas eleições de 1996 contra Tony Blair (BOGDANOR, 2014c). Vale destacar o reposicionamento do então Ministro de Finanças, Norman Lamont, que tinha sido um defensor da entrada do RU no ERM, mas saiu do governo depois da desvalorização forçada e passou, então, a defender o óbvio: ou o RU aceitava o avanço do federalismo ou precisaria renegociar algum tipo de saída. Não haveria como negociar um via intermediária, e Lamont optou pela segunda, ficando ao lado da nova onda de euroceticismo dos conservadores caracterizada como “*neo-Tatcherite revival*” (YOUNG, 2000, p. 442-443).

¹⁸ Esse episódio é conhecido na história política britânica como “*Black Wednesday*”, embora os eurocéticos logo começassem a falar em “*White Wednesday*” porque o RU teria se libertado das amarras de Bruxelas.

¹⁹ Thatcher, no House of Lords, defendeu a realização de um referendun e disse que votaria contra o Tratado de Maastricht, que ela considerou “*A Treaty too far*” (BOGDANOR, 2014c, p.45). Blair não se comprometeu somente com um referendun caso o RU entrasse no Euro.

O próprio Major arrastou seu mandato, se aproximando do euroceticismo e se manifestando publicamente contra o perigo de criação de um superestado que se sobrepusesse à soberania do Parlamento britânico (MAJOR, 1993). Vale observar que, em 1996, a Europa quase não foi discutida durante a campanha, por um motivo simples: os conservadores não queriam expor sua divisão e o *Labour* não queria se comprometer. Já no governo, Tony Blair, que tinha iniciado sua carreira como parlamentar em uma plataforma antieuropeia, apresentou-se como pró-europeu enquanto parte da sua agenda positiva (“*constructive engagement*”) e modernizadora. Blair era inicialmente a favor da entrada do RU no Euro, mas teria se comprometido com o referendun e sabia que em um processo interno de votação, isso não passaria. Além disso, havia uma forte oposição no seu partido à adoção da moeda única. Assim, o governo Blair acabou respeitando o pacto de Major e, na tradição churchiliana, tentou garantir presença e voz na Zona do Euro, mesmo sem ser membro, considerando os efeitos das decisões do Eurogrupo (*EuroGroup*) sobre a economia britânica.

O Eurogrupo iniciou suas reuniões mensais informalmente em 1998, mas teve seu papel formalizado no Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009. Ele é composto pelos Ministros de Finanças dos países que adotaram o Euro, o Comissário Europeu para assuntos econômicos e financeiros e o presidente do Banco Central Europeu. Nessas reuniões, se discute, na prática, a coordenação das políticas econômicas. O RU, mais uma vez, ficou de fora, sem poder de frear os avanços que temia no processo de integração europeu. De fato, estava se configurando o que Blair queria evitar: a Europa de duas velocidades²⁰. A repercussão da crise financeira global de 2008 provocou um aprofundamento do processo de integração na direção de uma união fiscal e bancária. David Cameron (2010-2016) tentou ainda liderar os países que não estavam na Zona do Euro, mas, com exceção da Dinamarca, os demais estavam se preparando, justamente, para adotar a moeda única (BOGDANOR, 2014c). O clima era de aumento de euroceticismo, sobretudo entre os conservadores: se o RU não fazia parte do núcleo duro que na prática estava tomando as decisões, talvez fosse melhor ficar de fora mesmo.

4.3 TRISTE FIM DE CAMERON

Como já dito, David Cameron queria repetir a manobra de Harold Wilson de 1975. Ao chamar um referendun poderia impor sua liderança no partido conser-

20 Cabe lembrar também o distanciamento provocado entre o governo Blair e os governos da Alemanha e França ao apoiar incondicionalmente o governo Bush na guerra no Iraque que se iniciou em 2003 e que encontrou forte oposição dos presidentes Jacques Chirac e Gerhard Schroeder.

vador diante do euroceticismo, da mesma forma que Wilson o fez com as eurocéticos no partido trabalhista da época. O jogo era o mesmo: anunciar uma gloriosa guerra contra Bruxelas, conquistando concessões supostamente significativas que mostrariam que, nessa nova situação, valeria a pena continuar. Ao anunciar o referendun em janeiro de 2013, não havia nenhuma pressão da opinião pública ou do Parlamento pela realização do referendun. Foi o próprio Cameron que resolveu colocar a possibilidade de sair da UE novamente na agenda política, o que custaria sua carreira política. Em fevereiro de 2016, chegou-se ao novo acordo com concessões mínimas: o *New Settlement for the United Kingdom within the European Union*. O problema era que, em 1975, o tema da Europa não era tão importante em si e o que Wilson quis mostrar foi uma renegociação das contribuições do RU, o que não implicava emendar o Tratado de Roma. Acontece que, em 2014 e 2015, depois de ter anunciado o referendun, o tema central nos debates em toda a Europa girava em torno dos fluxos migratórios, sobretudo diante da crise humanitária de 2015, ano em que chegou quase ao patamar de um milhão de refugiados somente na Alemanha. Seria impossível negociar qualquer alteração na política migratória sem emendar o Tratado de Roma, levando em conta que o RU já estava de fora do Acordo de Schengen²¹. Aqui, identificamos claramente a conjuntura que interage com os fatores do *path dependency*, gerando um resultado imprevisível. Além do impacto do debate sobre migração, havia outra diferença fundamental em relação ao contexto do primeiro referendun: o RU não havia escapado da tendência a uma crescente distância que se criara entre as elites políticas e a base social²². E, por fim, mas não menos importante, houve o impacto da crise financeira global que acentuou as diferenças socioeconômicas e eliminou as expectativas de uma parte significativa da antiga base eleitoral dos trabalhistas. Mas, justamente, esses fatores conjunturais – a migração, a desconfiança das elites políticas e os impactos da crise financeira global –, que também estavam presentes na Europa continental, tiveram o impacto que tiveram no RU porque essa conjuntura se cruzou com uma trajetória

21 O Acordo foi firmado em 1985 fora da estrutura da CEE e criou o Espaço Schengen para permitir a livre circulação de pessoas dentro dos países signatários, sem a necessidade de apresentação de passaporte nas fronteiras. Em 1990 foi firmado a Convenção de Schengen e em 1999 ela foi incorporada à legislação europeia no Tratado de Amsterdam. Em 2016, envolveu todos os países da União Europeia, com exceção do RU, Irlanda, Romênia, Bulgária e Croácia, mas com a participação de alguns países não membros (Suíça, Noruega, Islândia e Listenstaine) e alguns outros.

22 O recém-eleito novo líder dos Trabalhistas, Jeremy Corbyn, entendeu o risco de se identificar demais com a bandeira de oposição ao Brexit e, apesar de seguir a linha oficial, não se envolveu de forma enfática na campanha. Essa atitude gerou críticas dos demais partidos pró-Europa e da maioria dos parlamentares de seu próprio partido. Mas rendeu frutos nas eleições em junho 2017, quando conseguiu contrariar as expectativas e recuperar a confiança de uma parte da base do partido que tendia a se desiludir cada vez mais.

tipicamente britânica de euroceticismo estrutural, que diverge muito das trajetórias na Europa continental. Gowland e Turner caracterizam essa relação entre o RU e a UE como sendo marcado por “*deeply rooted ambivalence*” e “*hesitant, reactive approach*” (GOWLAND; TURNER, 1998, p. xi).

Um fator que não pode ser explorado em detalhes neste artigo é a mudança na fração dominante do capital nesse processo. Na década de 1970, quando houve o primeiro referendun, era ainda a indústria que predominava, tanto de capital nacional, como as multinacionais predominantemente de capital estadunidense. A defesa do RU na CEE era baseada na ideia de um acesso aos mercados pela manufatura e a possibilidade para as multinacionais de racionalizar a sua estrutura de produção, fornecimento e distribuição. Esses interesses poderiam, por meio de negociações sindicais, também resultar positivos para os trabalhadores, na medida em que houvesse a perspectiva de geração de emprego e renda no RU. Pelo menos assim era a visão das forças políticas hegemônicas no movimento sindical e no movimento trabalhista da época. Já depois do thatcherismo e com a tendência mundial de financeirização do capitalismo, a fração dominante tornou-se claramente o capital financeiro transnacional em torno da *City of London*. E esses interesses eram vistos como antagônicos aos interesses gerais dos trabalhadores por grande parte dos movimentos sindicais e, sobretudo, por aqueles que tinham sofrido as consequências da crise global. E, sem dúvida, o setor financeiro conseguiu aproveitar muito bem a ambivalência de estar fora das amarras do BCE, mas com acesso ao mercado europeu, operando como ponte entre os mercados de Nova York, Shanghai/Hong Kong e a Europa continental. É muito provável que o apoio desse setor à permanência na União Europeia tenha contribuído para fortalecer o euroceticismo em parte das camadas populares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconstruir a trajetória do RU diante do processo de integração europeia, identificamos que a decisão britânica de não participar do Plano Schuman e, por conseguinte, ficar ausente das primeiras discussões sobre o formato da integração econômica europeia pode ser considerada como o evento contingente que influenciaria de modo decisivo os eventos subsequentes. A estratégia de construção de uma área de livre comércio europeia – a EFTA prevista no Plano G – veio tarde demais e reforçou a ideia de incompatibilidade de visões entre a ilha e o continente. A entrada do UK na CCE em 1973 foi sem entusiasmo e em um momento em que não havia ganhos econômicos visíveis para a população. A tentativa de Thatcher de direcionar novamente a integração para uma área de livre comércio, sugerindo que

o Ato Único Europeu deveria ser a parada final do processo, subestimou completamente a dinâmica no continente. A ideia de uma relação *living-together-apart* de Major e Blair, com os *opt-outs* que consolidaram a excepcionalidade britânica, parecia um novo equilíbrio, mas as tensões se acumularam diante de uma nova dinâmica em torno do Euro.

Essa análise histórica de tipo *path dependency* mostra, portanto, que no RU o euroceticismo tem raízes muito mais profundas do que as do euroceticismo surgido nos países do continente no início da década de 2010, já no contexto dos desdobramentos da crise financeira global. Cabe aqui enfatizar o bombardeio de discursos inflamados, repletos de ceticismo, que gerações de britânicos escutaram de lideranças dos dois principais partidos (trabalhistas e conservadores) e mais recentemente da direita radical com o Partido de Independência do Reino Unido (na sigla inglesa, UKIP). Nada disso nunca existiu no continente. A defesa de outro lado sempre seria na linha de um oportunismo e um realismo: “*if not the EEC, what?*”. Ou seja, o mal menor. Agora, depois do Brexit, cabe ao governo britânico negociar dois acordos: o de separação e o de um novo relacionamento. Este último será o mais difícil, porque o dilema continua: incomodado dentro, mas sem querer ficar de fora. O governo May quer encontrar um acordo para estabelecer uma relação *living apart together*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLACK, James. “Britain would be better off leaving Europe’: Thatcher rival Jacques ‘Up Yours Delors’ makes massive euro u-turn (and it’s only 22-years too late)”. *Daily Mail*, Londres, 28 de Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2254299/Thatcher-rival-Jacques-Up-Yours-Delors-makes-massive-euro-u-turn-22-years-late.html> Acesso em: 20 de Maio de 2017.
- BLYTH, Mark; MATTHIJS, Matthias. Black Swans, Lamé Ducks, and the mystery of IPE’s missing macro-economy. *Review of International Political Economy*. v. 24, n.2, p. 203-231, 2017.
- BOGDANOR, Vernon. The Decision to Seek Entry into the Common Market. Gresham College, 2014a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o7q3B8mr4-c> Publicado em 29/01/2014. Acesso em: 20 de maio de 2017.
- _____. The referendum in Europe, 1975. Gresham College, 2014b. Disponível em : https://www.youtube.com/watch?v=U_4vNtSqahk Publicado em 22 de maio de 2014. Acesso em: 20 de maio de 2017.

- . “The Growth of Euroscepticism”. Grasham College, 2014c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LiyNr_LALLU Publicado em 17 de junho de 2014. Acesso em: 21 de Maio de 2017.
- CAMPS, Miriam. [1964] *Britain and the European Community 1955-1963*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- COSTA, Fernando Nogueira. “Sequências Reativas, Cíclicas e de Feedback Negativo. Blog do Fernando Nogueira da Costa, Teoria Econômica”. Postado 29/03/2015. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2015/03/29/sequencias-reativas-ciclicas-e-de-feedback-negativo/>. Acesso em: 22 de maio de 2017.
- GOWLAND, David; TURNER, Arthur. *Britain and European Integration, 1945-1998: A Documentary History*. London, NY: Routledge, 2000.
- GROSS, Stephen. The Brexit Vote, One Year Later. The Historical Roots of the Decision to Leave the EU. *Foreign Affairs*, June 2016.
- MAHONEY, James. Path Dependence in historical sociology. *Theory and Society*, v.29, p. 507-548, 2000.
- MAJOR, John. Europe. *The Economist*, 25 de setembro de 1993. Disponível em: <http://www.johnmajor.co.uk/page2380.html>. Acesso em: 20 de Maio de 2017.
- NOOTEBOOM, Bart. Path-dependence of Knowledge: Implications for the Theory of the Firm. In: MAGNUSSON, Lars; OTTOSSON, Jan. *Evolutionary Economics and Path Dependence*. Cheltenham: Edward Elgar, p. 57-78, 1997.
- SEWELL, William. *Three Temporalities: Toward a Sociology of the Event*. Working Paper 58. University of Chicago, Outubro, 1990.
- THATCHER, Margaret. The Bruges Speech. The College of Europe, September 20, 1988. Disponível: <http://www.margaretthatcher.org/document/107332>. Acesso em: 20 abril de 2017.
- . *Statecraft. Strategies for a changing world*. New York: HarperCollins, 2002.
- . *The Path to Power*. London: HarperCollins, 1995.
- WALL, Stephen. *A Stranger in Europe. Britain and the European Union from Thatcher to Blair*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- YOUNG, Hugo. *This Blessed Plot*. New York: Overlook Press, 1998.

Estratégia geopolítica e hegemonia de classe: para uma análise materialista-histórica de política externa¹

Geopolitical strategy and class hegemony: towards a historical materialist foreign policy analysis

Bastiaan van Apeldoorn^a

Tradução de Caio Bugiato^b

Resumo Este artigo procura estabelecer os fundamentos para uma análise materialista-histórica de política externa. Embora exista uma vasta literatura marxista sobre, especialmente, o imperialismo estadunidense, é pequeno o número de pesquisas empíricas sistematizadas sobre formulação de política externa nessa perspectiva. A maioria das contribuições nessa tradição, incluindo as mais recentes do debate sobre o “novo imperialismo”, são geralmente exercícios abstratos em grande teoria – importantes e perspicazes, mas não necessariamente direcionados à pesquisa empírica. De outro lado, os estudos mais empíricos que existem sobre formulação de política externa (estadunidense) geralmente tendem a sofrer com a falta de teorização adequada. Procurando suprir essa lacuna este artigo primeiramente examina de forma crítica a atual (e crescente) literatura materialista-histórica sobre a geopolítica (e suas ligações com o capitalismo global) e então busca ir além, oferecendo uma estrutura [F]² analítica que pode ser aplicada em pesquisa empírica. Um ponto de partida teórico é o que Harvey identifica como as lógicas territorial e capitalista de poder, dialética e intrinsecamente

1 Nota do Tradutor: Artigo publicado originalmente sob o título “Geopolitical strategy and class hegemony: towards a historical materialist foreign policy analysis”, na revista *Spectrum Journal of Global Studies*, vol. 6, n.1. O texto original pode ser encontrado no periódico citado, no endereço: <http://spectrumjournal.net/geopolitical-strategy-and-class-hegemony-towards-a-historical-materialist-foreign-policy-analysis/>. A tradução foi autorizada pelo comitê editorial da revista, particularmente pelo prof. Faruk Yalvaç, a quem agradecemos a diligência.

a Bastiaan van Apeldoorn é professor associado em Relações Internacionais no Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Vrije Universiteit, Amsterdã. Ele é membro-fundador do *Elite Power Investigations Centre* (EPIC) e *chair* do Centro de Pesquisa para Economia Política Internacional de Amsterdã (ARCIPE). Sua pesquisa se concentra no papel da classe e do poder das elites na economia política global e europeia e na geopolítica contemporânea.

b Professor adjunto A-1 do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

2 N. do T. O autor utiliza o termo estrutura em dois sentidos: o primeiro, *structure* em inglês, indica um sistema de relações recíprocas entre elementos que se condicionam mutuamente, isto é, é um conceito que identifica um sistema social; o outro, *framework* em inglês, indica um conjunto de ideias sistematizadas para o propósito de análise científica. Ao longo do texto traduzido o segundo sentido, *framework*, é indicado com a letra F entre colchetes após a palavra estrutura.

relacionadas. Mas considerando que muitos acadêmicos materialista-históricos concordariam com essa noção abstrata, a questão é não apenas por que mas também como (na prática) elas estão relacionadas e como podemos estudar os efeitos dessa relação intrínseca. Para tal, argumentamos que é preciso ir além de postular lógica(s) abstrata(s) e analisar a agência concreta das forças sociais que constituem o elo entre Estado e capital. Argumentamos que a classe é a força crucial de mediação e o elo perdido da literatura. Enfocar a classe e a estratégia de classe nos proporciona uma base para análise empírica e sistemática de processos concretos mediante os quais estratégias geopolíticas dos Estados capitalistas (a maioria) são formuladas e implementadas.

Palavras-chave Relações Internacionais Materialista-históricas; Geopolítica e Estrutura Social; Geopolítica Capitalista; Classe e Geopolítica; Segurança da Classe Dominante.

Abstract *This article seeks to lay the groundwork for a historical materialist foreign policy analysis. Although there is a huge Marxist literature on especially US imperialism, there is little in the way of systematic empirical research on foreign policy-making from this perspective. Most contributions in this tradition, including more recent ones in the debate on the “new imperialism” are often rather abstract exercises in grand theory – important and insightful but not necessarily directly amenable to empirical research. On the other hand, the radical empirical studies of (US) foreign policy-making that we do have often tend to suffer from a lack of adequate theorization. Seeking to bridge this gap this article first critically reviews the current (and expanding) historical materialist literature on geopolitics (and its link to global capitalism) and then seeks to move beyond that by offering an analytical framework that can be applied to actual empirical research. A theoretical point of departure is that what Harvey identifies as the territorial and capitalist logics of powers are dialectically and hence internally related. But whereas many historical materialists would agree on this abstract notion, the question, however, is not only why but also how (in practice) they are thus related, and how we can thus study the effects of this internal relation. For this, I argue, we need to go beyond positing any abstract logic(s), and analyse the concrete agency of social forces constituting the link between state and capital. I argue that class is the crucial mediating force here and the missing link in much of the literature. A focus on class and class strategy provides us with a basis for a systematic empirical analysis of the concrete processes through which geopolitical strategies of (major) capitalist states are formulated and implemented.*

Keywords *Historical Materialist IR; Geopolitics and Social Structure; Capitalist Geopolitics; Class and Geopolitics; Ruling Class Security.*

É possível afirmar que as análises de política externa – há muito reconhecido como um importante subcampo das Relações Internacionais (RI) – passam por certo ressurgimento – por exemplo, com o lançamento da nova revista *Foreign Policy Analysis* em 2005 e a publicação de vários novos livros introdutórios, além de uma antologia de cinco volumes³. Enquanto a análise de política externa nas RI tem se orgulhado de trabalhar com “teorias de médio alcance”, tem sido sugerido que esse interesse precisa estar articulado com “grandes teorias” mais tradicionais⁴ sobre o sistema político internacional como um todo, aproximando então a análise de política externa do núcleo da disciplina Relações Internacionais (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2008; HUDSON, 2007). Nesta, embora o “Marxismo” seja – pelo menos na Europa – reconhecido como uma das principais teorias ou abordagens “alternativas”, discussões sobre o Marxismo ou perspectivas teóricas materialista-históricas estão notavelmente ausentes dos debates acerca de *teoria* de política externa. Na antologia supracitada em mais de 1600 páginas nem uma única contribuição foi inclusa que pudesse ser razoavelmente identificada como materialista-histórica⁵. É possível afirmar que essa ausência é menos resultado de uma tentativa consciente de marginalizar o Marxismo pelo *mainstream* não marxista e mais uma compreensão do fato que muito poucos acadêmicos materialista-históricos nas RI *fazem* “análise de política externa”, mesmo que amplamente definida, preferindo identificar-se com o subcampo Economia Política Internacional (EPI) e fazer pesquisa sobre estruturas e processos mais abrangentes do capitalismo global – mas sem conexão com os processos concretos de formulação de política externa. Apesar de existir uma impressionante – e recentemente revigorada – literatura (neo)marxista sobre imperialismo (especialmente o estadunidense), grande parte dela é geralmente de natureza mais teórica e as referências empíricas servem de ilustração para argumentos mais abstratos. Essa relativa negligência em relação à política externa persistiu apesar da recente “virada geopolítica”, na qual acadêmicos materialista-históricos em RI se propuseram ao debate e à análise de relações (intrínsecas) entre o capitalismo global,

3 Carlsnaes e Guzzini (2011).

4 N. do T. Teorias de alcance médio (*middle range theories*) são teorias que examinam fenômenos específicos e mais restritos, enquanto grandes teorias (*grand theories*) são teorias gerais que se propõem explicar fenômenos gerais e suas variedades em diferentes tempo e espaço.

5 Da mesma forma, em um livro conhecido e recente sobre análise de política externa (SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2008; HUDSON, 2007) encontramos capítulos sobre os habituais Realismo, Liberalismo e Construtivismo, mas nenhum capítulo sobre o Marxismo. Em contraste, na maioria das vezes, pelo menos em livros europeus (Reino Unido), o marxismo, às vezes rotulado de estruturalismo ou radicalismo, está entre as principais perspectivas teóricas incluídas na discussão da Teoria de Relações Internacionais.

de um lado, e a geopolítica, do outro⁶. Apenas recentemente alguns acadêmicos materialista-históricos começaram a produzir análises empíricas e sistematizadas sobre processos concretos de formulação de política externa e seus determinantes sociais e políticos⁷.

Na realidade a maior parte da literatura materialista-histórica que toca nas questões de política externa tende a enfatizar estruturas (históricas e duradouras), enquanto pouca atenção é dada ao papel da agência (em fazer as estruturas durarem ou modificá-las). Há assim necessidade de desenvolver uma estrutura [F] que conecte explicações histórico-estruturais às análises da prática concreta em política externa⁸. Este artigo procura contribuir para o desenvolvimento de tal estrutura [F] e de modo geral demonstrar a relevância da perspectiva materialista-histórica para entender a (formulação de) política externa dos Estados capitalistas avançados na economia política global contemporânea. Tentamos mostrar como uma perspectiva materialista-histórica é necessária para revelar as fontes sociais da política externa, que do contrário permanecem fora de vista. O artigo daqui em diante está organizado da seguinte forma: na primeira parte procuramos desenvolver e oferecer uma crítica às recentes contribuições materialista-históricas sobre a teorização da relação geopolítica e capitalismo global. Partindo da análise sobre as estruturas das relações geopolíticas para a análise da formulação geopolítica, ou seja, política externa, *estratégias*, na segunda parte procuramos delinear uma estrutura [F] analítica para uma análise materialista-histórica de política externa em que a classe (agência) é o nexo crucial.

GEPOLÍTICA E ESTRUTURA SOCIAL: FUNDAMENTANDO A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA NO MATERIALISMO HISTÓRICO PARA RI.

Tradicionalmente na disciplina Relações Internacionais o que é identificado como o subcampo Análise de Política Externa (APE) se distingue das chamadas teorias sistêmicas das relações internacionais – particularmente o Neorrealismo, que considera os Estados como entidades autônomas e autossuficientes abstraídos

6 Sobre isso, verificar Teschke (2003); Teschke e Lacher (2007); Anievas (2010); Callinicos e Rosenberg, (2007b); Lacher, (2005); Callinicos (2009); Callinicos (2007); Van der Pijl (2006); Rupert e Smith (2002).

7 Halperin (2009); Anievas (2011) e várias contribuições na Special Section.

8 Este não é o primeiro artigo a apontar a necessidade disso. Pozo-Martin (2007, p. 552) também defendeu um conceito marxista de geopolítica que prestasse devida atenção à “agência e micro-fundações”. No entanto, isso continua sendo uma exceção e essa defesa até agora não produziu poucas consequências. Embora este artigo não pretenda oferecer uma teoria desenvolvida de tais microfundações, ele pretende desenvolver mais adiante uma análise materialista-histórica da política externa nesse sentido.

da sociedade (WALTZ, 1979) – ao defender que a caixa-preta do Estado precisa ser aberta. Igualmente, o que é considerado nas RI como variáveis de nível da unidade (ou seja, o que está no interior do Estado), analistas de política externa chamam de “ator-orientado” (HUDSON, 2005). Na realidade, para desenvolver uma abordagem materialista-histórica de análise de política externa devemos reconhecer a importância da agência como um meio através do qual relações geopolíticas são reproduzidas e transformadas. Mas ao passo que a APE convencional, alinhada com a ciência política pluralista, concentra-se em líderes de governos, burocratas e (mais raramente) “grupos de interesse” (BREUNING, 2007; HUDSON, 2007) em competição como atores separados de estruturas sociais mais profundas, uma abordagem materialista-histórica da política externa defende que precisamos conectar a agência da política externa com estruturas de relações sociais capitalistas e forças sociais geradas por esta.

GEOPOLÍTICA E CAPITALISMO GLOBAL: UMA PROBLEMÁTICA MATERIALISTA-HISTÓRICA

Um entendimento estrutural da geopolítica a partir da tradição marxista nos leva a uma *problemática* chave acerca das relações entre, de um lado, capitalismo como sistema global, transnacional e com relações e práticas parcialmente desterritorializadas e, do outro lado, um sistema de Estados modernos em que a política é organizada em forma de entidades soberanas envolvidas em relações horizontais (não hierárquicas). Uma premissa chave de qualquer abordagem materialista-histórica deve ser que as relações e práticas que constituem a “geopolítica” contemporânea estão *intrinsecamente* conectadas com as relações e práticas que constituem o capitalismo (global)⁹. De fato, além do conceito de capitalismo (e sua especificidade histórica), o que distingue o materialismo histórico de outras perspectivas é a busca por desvendar as íntimas relações entre, de um lado, o prevaiente regime de extração de mais-valia, definido pelas relações sociais de produção, e, de outro lado, diferentes sistemas de dominação (diferentes formas de Estado), incluindo as relações e práticas entre eles¹⁰.

A mais ampla e ambiciosa teoria materialista-histórica nesse sentido é o projeto de Kees van der Pijl (2007) sobre “modos de relações exteriores”, em que “aspectos das relações sociais em si” devem ser vistos em conexão com “modos de produção”, nos quais relações de classe emanam das forças de produção (VAN DER PIJL, 2007,

⁹ Rosenberg (1994); Rupert (1993); Wood (2003); Van der Pijl (2007).

¹⁰ Um trabalho seminal a este respeito, analisando diferentes sistemas de dominação na transição do feudalismo para o absolutismo é de Perry Anderson (1974).

p. 19). Embora os méritos intelectuais desse projeto muito original em expandir a área de RI sejam muitos, o escopo da teoria é muito amplo para o propósito mais limitado deste texto. Ao analisar o conjunto de “determinações complexas” que formam as relações exteriores, as íntimas conexões apresentadas entre elas e os modos de produção permanecem num nível muito alto de abstração para este texto, preocupado menos com (variações de) relações *exteriores* ao longo da história e mais com *estratégias* geopolíticas concretas, inseridas em um “modo de produção” particular, ou seja, o capitalismo.

Uma das tentativas mais sistemáticas de teorizar sobre a relação entre geopolítica e estruturas sociais é a “teoria de relações sociais de propriedade” de Brenno Teschke (2003, p. 7), que propõe que ordens geopolíticas são “governadas pelo caráter de suas unidades constitutivas, as quais por sua vez estão assentadas em relações específicas de propriedade prevalentes no seu interior” (TESCHKE, 2003, p. 46). Teschke dá atenção ao papel da agência, a qual ele vê entrelaçada dialeticamente com a estrutura (TESCHKE, 2003, p.56), porém ele apresenta uma explicação histórico-estrutural na qual a estratégia geopolítica é *derivada* das dadas estruturas de relações sociais de propriedade (de classe). Desse modo, Teschke escreve que “relações de propriedade definem as estratégias da classe dominante, que explicam a conduta internacional” (TESCHKE, 2003, p. 218), então estratégias de classe traduzem estruturas sociais (de propriedade) em comportamento internacional (TESCHKE, 2003, p. 220). Devido a essa discutível abordagem unilateral sobre a dialética entre estrutura e agência, a teoria das relações sociais de propriedade pode precisamente descrever diferenças entre sistemas (feudal, absolutista e capitalista), mas não pode adequadamente explicar variações *dentro dos sistemas*, sincrônica ou diacronicamente. Por isso precisamos trazer a agência de modo mais completo em nossas explanações. Mas primeiro devemos entender mais profundamente as estruturas que constituem a ordem geopolítica capitalista contemporânea revendo algumas recentes intervenções no revigorado debate (materialista-histórico) sobre o imperialismo.

GEOPOLÍTICA CAPITALISTA: TEORIZANDO AS ESTRUTURAS DO IMPERIALISMO MODERNO

Como o Marxismo político corretamente enfatiza, o que distingue o capitalismo do feudalismo é que enquanto neste “o político” e “o econômico” estão fundidos e personalizados nas normas do senhor ou do rei, aquele é caracterizado por uma separação ideológica e institucional de ambos (ANDERSON, 1974; WOOD, 1995; WOOD, 2003; TESCHKE, 2003). As implicações estruturais disso não

são, contudo, imediatamente claras e estão sujeitas a controvérsias nos recentes debates materialista-históricos sobre geopolítica. A questão diante de nós, então, é como teorizar a natureza da geopolítica capitalista em termos de relação entre duas esferas que são separadas no capitalismo, ainda mais de uma perspectiva materialista-histórica que as enxerga intrinsecamente relacionadas mediante os efeitos estruturantes das relações sociais capitalistas.

Com a finalidade de fazer um resumo desse debate e da nossa própria posição nele, comecemos com a visão recente segundo a qual a relação entre capitalismo e geopolítica é um não problema, uma vez que esta não é vista como uma esfera separada e relevante quando consideramos o sistema interestatal como um todo. A conhecida tese de William Robinson (2004) é que, com o surgimento de uma classe capitalista transnacional (CCT) globalmente integrada, testemunhamos a emergência de um Estado global transnacional que transcende a noção de interesses “nacionais” distintos, dado que os Estados nacionais, “capturados por forças capitalistas transnacionais”, estão “sendo transformados e cada vez mais funcionalmente absorvidos por uma ampla estrutura institucional transnacional” (ROBINSON, 2007, p. 17). Em outras palavras o capital global domina e domina por meio de um Estado global, por isso não há razão para estudar estratégias geopolíticas nacionais diferentes da expressada periodicamente pela dominação de classe global (que não são mais estratégias nacionais – ou geopolíticas – pois todos funcionam para servir os mesmos interesses capitalistas transnacionais). Temos um mundo, então, em que o poder territorial foi dissolvido por inteiro e a geopolítica se tornou relíquia do passado.

Wood (2003) e Callinicos (2007) defendem, ainda que com motivos diferentes, que o mundo do capitalismo global é e provavelmente continuará sendo dividido em unidades territoriais soberanas¹¹. Segundo Wood, a “forma política da globalização” é e continuará sendo a pluralidade de Estados nacionais, uma vez que “nenhuma forma concebível de ‘governança global’ poderá desempenhar os tipos de funções coercitivas diárias que os Estados desempenham e o capital precisa” (WOOD, 2003, p. 20). A isso se pode adicionar o argumento que para o capital global o Estado mundial, um “império mundial” como Wallerstein (1974) o chama, é perigoso: solaparia os potenciais benefícios do capital, dado que este perderia a maior parte

11 Na verdade, Robinson não nega que o mundo é dividido em Estados-nação e que esses Estados tendem a persistir - ele apenas argumenta que eles estão se tornando nós institucionais de uma incipiente estrutura do Estado global; Robinson, op.cit. nas notas 20 e 21. Nesse caso, no entanto, a persistência de um sistema interestatal não possui o significado analítico sugerido aqui. Para uma crítica penetrante sobre Robinson, ver Anievas (2008); Davidson (2010); Teschke e Lacher (2007); Lacher (2005).

do seu poder estrutural, isto é, a habilidade de se mover pelas fronteiras nacionais ou fugir de regimes nacionais não acomodatórios o suficiente.

Outra questão é até que ponto a persistência da territorialidade também tende a levar diferentes Estados capitalistas à rivalidade. Aqui as posições claramente divergem. Para Wood, em um sistema dominado por Estados capitalistas, no qual “todas as relações internacionais são intrínsecas ao capitalismo e governadas por imperativos capitalistas” (WOOD, 2003, p. 127), a geopolítica não envolve mais “acumulação geopolítica” – isto é, o engrandecimento de territórios característico de sistemas pré-capitalistas (TESCHKE, 2003) – precisamente porque o capitalismo é um sistema de dominação que é baseado na separação entre “o econômico” e “o político”. Wood escreve que, por causa da capacidade única do capitalismo “de separar o poder econômico do poder extraeconômico”, “o imperialismo capitalista pode exercer sua dominação por meios econômicos” e foi capaz de estender “o alcance da dominação imperial muito além da capacidade da dominação política direta ou da ocupação colonial” (WOOD, 2003, p. 5, 12, 21; WOOD, 2006, p. 9-23). Da mesma forma, Teschke sustenta que o advento da acumulação geopolítica capitalista – após as revoluções europeias dos séculos XVIII e XIX – foi substituído por uma “lógica não territorial de apropriação de mais-valia internacional baseada em contratos não políticos entre cidadãos privados” (TESCHKE, 2003, p. 263), ou seja, a rivalidade interestatal na anarquia internacional foi substituída pela rivalidade entre empresas no livre mercado.

No entanto, mesmo enfatizando a lógica não territorial do poder capitalista, Wood também afirma que “o poder econômico não pode existir sem força extraeconômica” e que “o Estado é mais essencial que nunca para o capital” (WOOD, 2003, p. 5), não apenas para subordinar trabalhadores, mas do mesmo modo para abrir e manter abertas as economias à exploração imperialista (WOOD, 2003, p. 20-24). Apesar da expansão territorial se tornar obsoleta (e geralmente disfuncional), o poder coercitivo dos Estados *territoriais* – sobretudo dos EUA de sustentar seu “império do capital” – permanece crucial. Mas como o imperialismo estadunidense é o único relevante, a competição geopolítica é fortemente atenuada¹².

Em contraste, Callinicos enxerga a rivalidade geopolítica como sendo endêmica ao capitalismo. Ele disserta sobre o imperialismo capitalista, ou imperialismos, pois para ele este é por definição um fenômeno plural, como a intersecção da competição econômica (entre capitais nacionais) com a competição geopolítica (entre Estados nacionais) (2009, p. 72). Embora Callinicos possa ver os dois como

12 Para uma crítica, Callinicos (2009), p. 75-81.

intrinsecamente relacionados, em sua teoria a conexão entre essas duas formas de competição, isto é, como e por que elas se tornam articuladas na prática, não é clara. Em vez disso, somos mais uma vez lembrados da relativa autonomia da competição geopolítica, o que o próprio Callinicos (2007, p. 542) chama de o necessário “momento realista na análise marxista das relações internacionais”.

A PERSISTÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NA ERA DA TRANSNACIONALIZAÇÃO

O argumento de Wood segundo o qual o imperialismo capitalista *não* depende de expansão territorial faz sentido teoricamente e parece corroborado empiricamente pela história do capitalismo, especialmente pelo imperialismo estadunidense desde 1945 (APELDOORN; DE GRAAFF, 2012, p. 539-608). Então, embora estejamos além da acumulação geopolítica, não estamos além do poder territorial do Estado, que em parte facilita e sustenta a acumulação capitalista. A questão é se estamos também além dos conflitos geopolíticos *interestatais*.

O fato é que atualmente o mundo é ainda dividido em Estados nacionais soberanos e alguns deles comandam recursos financeiros, políticos e militares que os permitem aplicar o poder do Estado externamente, de maneira que por vezes tendem a colidir com outros Estados que fazem o mesmo. O quanto isso vai acontecer depende da interação dialética entre estrutura e agência. Do lado estrutural, é possível argumentar que essas formas de rivalidade geopolítica são menos propensas a acontecer não apenas por causa da transnacionalização da produção e das finanças capitalistas, mas também porque essa transnacionalização gera um processo de formação transnacional de classe, integrando organicamente complexos Estado-sociedade nacionais, criando um espaço transnacional livre para o capital (VAN DER PIJL, 1998). Nesse espaço, é possível dizer que a competição entre Estados tende a ser restrita à competição por IDE/Investimento Externo Direto (em vez de promover o próprio capital nacional) e tal “corrida competitiva” não tende a se espalhar para a esfera da segurança, pois prejudicaria os interesses do capital integrado globalmente. Embora isso descreva certamente um importante aspecto da ordem mundial capitalista neoliberal das últimas décadas, não é tudo.

Como mencionado por Robinson, a formação de uma CCT não está completa nem é necessariamente irreversível, nem fez desaparecer completamente interesses e identidades nacionais (de classe). De fato a classe continua a ser constituída como um ator social também dentro de diferentes contextos *nacionais* – nos quais a agência de classe é orientada para o nacional a para políticas nacionais, inclusive política externa. Na realidade, enquanto Robinson (2007, p. 5-26; 2007b, p. 71-93)

acusa autores como Wood, Callinicos e Harvey (ver adiante) de reificar o Estado nacional, Robinson tende a reificar a classe capitalista transnacional.

Embora o fenômeno da formação transnacional de classe, isto é, a formação de frações de classe com particular consciência de classe transnacional e perspectiva coletiva, tenha sido evidenciado ao menos em contextos histórica e geograficamente determinados, como no contexto atlântico pós-guerra (VAN DER PIJL, 1984) e no contexto europeu do processo de integração em que a formação de uma classe capitalista transnacional foi a mais forte, a evidência empírica não aponta para a formação de uma única CCT *globalmente* integrada, como Robinson alega (2004). De fato, uma pesquisa mostra que quanto maior a escala, menos volumosos se tornam esses processos transnacionais. Carroll (2010) mostra que no âmbito global não encontramos redes emergentes de classe transnacionais, mas elas estão sobrepostas em camadas nacionais permanentes, cujas redes ainda são, no geral, mais densas. Concomitantemente, o capital transnacional também continua envolvido em estruturas sociopolíticas nacionais específicas. Isso não é apenas ideológica e institucionalmente determinado, pois também o capital transnacional ainda tem em geral fortes bases e mercados nacionais (especialmente quando reside em Estados maiores). Classes nacionais, ligadas à orientação do capital transnacional, mas também parcialmente inseridas no capital nacional, persistem “por baixo” de processos incompletos e regionalmente configurados de formação transnacional de classe e essas diferentes classes nacionais, sob certas condições e dado o desenvolvimento desigual e combinado aludido anteriormente, podem ainda ter conflitos de interesses e perspectivas que podem se alastrar para competição geopolítica.

Claramente tal competição continuou ao longo do século XX e no século XXI entre o Ocidente liberal (e expansivo) e Estados contendedores não liberais (pode-se dizer não completamente capitalistas) (VAN DER PIJL, 2006). Mas deixando isso lado – nossa preocupação aqui é com os Estados capitalistas avançados – mesmo no interior do Ocidente, como Van der Pijl argumenta (2006), velhas rivalidades históricas não foram completamente transcendidas no que ele chama de área central lockeana expandida ao longo dos séculos passados. De modo geral, processos de globalização e de transnacionalização não são necessariamente irreversíveis e supor que esses processos vão continuar até que o Leviatã capitalista global seja criado seria produzir uma teleologia. A atual crise europeia é um caso ilustrativo dessa questão. Além disso, o que causa as atuais forças centrífugas na Europa são, além do modelo defeituoso da União Monetária e Econômica, os grandes e crescentes desequilíbrios econômicos na Zona do Euro – um exemplo regional do modo geograficamente desigual através do qual o desenvolvimento capitalista se realizou. Mesmo se não

recorrermos ao conceito trotskista do “desenvolvimento desigual e combinado” (CALLINICOS, 2009, p. 88-93; ALLISON; ANIEVAS, 2010, p. 197-214), ou como Harvey (2003) salienta que o capital se concentrou em complexos regionais, é evidente que essas diferenças espaciais do desenvolvimento capitalista ao menos potencialmente conduzem a uma dinâmica geopolítica de competição interestatal. Mas ao evitar a retificação “do transnacional”, autores como Callinicos, que atesta a persistência da rivalidade interimperialista, tendem a reificar “o geopolítico”. Embora Callinicos alegue não fazer, como fazem os realistas, uma abstração do “Estado em face das relações sociais e econômicas nas quais está inserido” (CALLINICOS, 2009, p. 83), isso é precisamente o que ele tende a fazer ao final. O que é ilustrado pela maneira como ele enxerga a atual ordem mundial, caracterizando-a como a continuação de uma duradoura competição entre “Grandes Potências capitalistas avançadas” divididas em “centros de poder competitivos (...) da Europa Ocidental, América do Norte e Leste Asiático” (CALLINICOS, 2009, p.17). O que é completamente subestimado é, por exemplo, a diferença de natureza e de trajetória histórica do desenvolvimento capitalista e das relações sociais subjacentes no “Leste Asiático” (como quer que se queira definir esta região) comparados com a Europa Ocidental. Há inclusive pouca evidência empírica para sustentar a noção de que EUA e União Europeia atualmente são rivais geopolíticos (CAFRUNY; RYNER, 2007).

ALÉM DA “AUTONOMIA RELATIVA” DO GEOPOLÍTICO

A raiz do problema nessa tendência de reificar o conflito geopolítico está, na nossa visão, na forma como Callinicos tenta estipular um grau de autonomia para o geopolítico (2009, p. 73), de modo que as conexões internas com as relações sociais capitalistas se perdem. Uma tendência similar pode ser encontrada na conhecida distinção (ARRIGHI, 1994, p. 33-34) de David Harvey entre a “lógica capitalista” e a “lógica territorial” de poder, em que o imperialismo capitalista representa uma “contraditória” fusão entre ambas (2003, p. 27). Harvey insiste que essas lógicas devem ser vistas “distintas uma da outra”, frequentemente em conflito e também entrelaçadas contraditoriamente, isto é, *dialeticamente* (HARVEY, 2003, p. 29-30), porém ele não explica como esses poderes imperialistas dialéticos vão além e formam políticas externas imperialistas¹³. Ao final, essas lógicas aparentam estar relacionadas apenas externamente (ROBINSON, 2007). Mas, como Brenner argumenta (2006, p. 80-81), a alegada autonomia da lógica territorial de poder

13 Esta crítica a Harvey não é para desviar a atenção dos grandes méritos de seu trabalho sobre a compreensão do moderno imperialismo capitalista, especialmente sua teoria da sobre acumulação e acumulação por despossessão como estratégia imperialista.

carece de um raciocínio claro: enquanto os capitalistas de fato são forçados pela dinâmica da acumulação capitalista a continuar acumulando, não é claro por que os Estados seriam orientados pela “acumulação de controle territorial como um fim em si mesmo” (HARVEY, 2003, p. 81).

Concomitantemente, e alinhado à ênfase realista na autonomia do Estado, agentes do Estado tendem a serem vistos como uma classe separada ou ao menos como um grupo social autônomo com suas próprias “motivações e interesses”, com a finalidade de “manter ou aumentar o poder de seu próprio Estado *vis-à-vis* outros Estados” (HARVEY, 2003, p. 27; CALLINICOS, 2009, p. 80-81). Novamente o problema dos mecanismos que motivariam os agentes de Estado não está especificado. Um possível candidato para explicar isso seria a lógica neorrealista da anarquia forçando os Estados a buscar poder a fim de sobreviver. Contudo, afora o fato de que os neorrealistas não concordam entre si se isso implica que os Estados têm o propósito de maximizar o poder (MEARSHEIMER, 2001), ou somente manter o que já têm (WALTZ, 1979), nem concordam em quais seriam os melhores meios para atingir esse alegado objetivo primordial, a história mostra variações nas estratégias de Estado, as quais não fica claro o quanto, ou mesmo se, essa lógica “sistêmica” pode explicar.

Obviamente, o materialismo histórico não nos ajudará a entender melhor a formulação de política externa se ele nos levar de volta ao primeiro passo, ou seja, a lógica realista da anarquia (POZO-MARTIN, 2007, p. 551-563). Seguramente, o Estado não é simplesmente um agente do capital, mas postular que agentes do Estado formam um grupo separado com – por definição – seus próprios interesses é reduzir o papel do capital na conformação da política externa a um mero constrangimento estrutural: isto é, o Estado e seus agentes são motivados por sua própria lógica de procurar expandir o poder territorial, mas não são constrangidos pela lógica da acumulação de capital da qual são dependentes (CALLINICOS, 2009, p. 85-86). Em Callinicos, essa mistura estrutural entre Marxismo e Realismo, agência de classe e ideologia de classe, apenas aparece como ideia adicional (CALLINICOS, 2009, p. 93-100), com a ideologia de classe surgindo como variável adicional, para a qual a indeterminação da relação entre capitalismo e geopolítica cria um espaço de entrada, mas que permanece sem explicação.

A partir dessa literatura marxista recente sobre a natureza e a dinâmica da geopolítica, abordamos uma perspectiva – mais claramente representada por Teschke – que dá primazia completa para as relações de classes verticais e *domésticas* e enxerga relações geopolíticas horizontais como, sobretudo, expressão destas relações; e uma segunda perspectiva, na outra ponta – mais claramente representada por Callinicos – em que o capitalismo e a geopolítica não são tanto intrinsecamente

relacionados, mas sim meramente cruzados, produzindo uma dinâmica complexa e “indeterminada” (CALLINICOS, 2009, p. 15), que, todavia, é supostamente caracterizada pela persistente rivalidade entre grandes potências. Com a finalidade de desvendar a conexão intrínseca entre as relações sociais capitalistas e a geopolítica, em vez de substituí-la por uma definição ruim de “intersecção”, argumentamos adiante que precisamos ir da análise sobre estruturas (econômicas) capitalistas para a agência de classe capitalista, sendo a classe o nexo entre Estado e sociedade, entre o político e o econômico e entre o capitalismo global e a geopolítica.

ESTRATÉGIAS GEOPOLÍTICAS E O NEXO DA CLASSE

O tipo de abordagem materialista-histórica da política externa que este trabalho procura desenvolver vai além dessas concepções materialistas-históricas que tendem a, como o Realismo, abstrair o Estado da sociedade e conceber o capital como mero constrangimento externo para os agentes do Estado que de outro modo operam independentemente. A independência destes em termos de “seus *próprios interesses*” (ANIEVAS, 2010, p. 609) não pode ser tomada como um dado *a priori*, nem podemos *a priori* assumir que sua dependência estrutural em relação ao capital tenderá a assegurar que os interesses característicos do capital serão atendidos. Em vez disso, ao postular teoricamente os interesses dos agentes do Estado, e baseado nisso derivar expectativas sobre o que eles tendem a fazer (por exemplo, maximizar o poder do Estado), argumentamos que é preciso acessar empiricamente o que eles fazem e subsequentemente explicar a agência dos agentes de Estado analisando o contexto social em que operam¹⁴. Como Teschke e Lacher escrevem: “a questão nunca é o que os agentes do Estado ou os capitalistas deveriam fazer ou deveriam ter feito de acordo com alguma lógica de tipo ideal, mas o que realmente fazem” (2007, p. 570).

De uma perspectiva materialista-histórica isso significa conectar a ação dos agentes do Estado com estruturas sociais mais amplas e com forças sociais, às quais o Estado e o poder do Estado estão intrinsecamente relacionados. De forma mais concreta, precisamos examinar empiricamente como agentes de Estado estão inseridos em um campo mais amplo de forças e como estão particularmente relacionados com a estrutura de classe geral, por meio da qual a conexão entre Estado e capital, além de mera “interdependência estrutural” (ANIEVAS, 2011; BLOCK, 1987), deve ser vista como intrinsecamente relacionada, através do processo de

¹⁴ Isso significa que devemos rejeitar igualmente qualquer conceito *a priori* de uma identidade de interesses entre agentes de Estado e capitalistas. Na verdade, uma possível divergência de seus interesses certamente não pode ser excluída de antemão (ANIEVAS, 2008, p. 199).

formação (capitalista) de classe. Embora não se possa excluir que os agentes de Estado tenham interesses separados, eles teoricamente não devem ser vistos como apartados dos interesses (capitalistas) de classe. Em Estados capitalistas avançados, agentes não formam uma classe social separada, isto é, um grupo de pessoas que compartilha relações comuns com os meios de produção e que estruturalmente tendem a desenvolver práticas coletivas. É possível dizer que agentes do Estado podem formar uma “classe estatal” separada da sociedade (tal como possivelmente no “capitalismo de Estado” na China), onde a formação social não é (completamente) capitalista e a “dominação econômica” é ainda muito subordinada ao controle político exercido pelos agentes de Estado (sobre isso veja Van der Pijl a seguir). No capitalismo liberal (ocidental) ou o que Van de Pijl (2006, p. 16) chamou de “capitalismo integral”, o capital é completamente emancipado da tutela do Estado e na sociedade forma efetivamente a verdadeira soberania. Nessas sociedades, é a classe capitalista – amplamente definida por aqueles que possuem e/ou controlam recursos produtivos e retiram a maior parte da sua renda assim como seu status social dessa relação de propriedade – que deve ser considerada a classe dominante. Isso significa que devemos analisar a posição e a ação dos agentes do Estado, por exemplo, na formulação e na execução de uma estratégia geopolítica do Estado, em relação a sua classe dominante e às práticas pelas quais ela procura efetivar e reproduzir sua dominação.

A classe é então vista como o nexo causal entre o processo de acumulação do capital e interesses concomitantes, de um lado, e interesses geopolíticos e estratégias de Estado, do outro¹⁵. Aqui precisamos ir além do clássico e confuso debate entre instrumentalismo e estruturalismo (JESSOP, 2008; ANIEVAS, 2011). Definitivamente, o argumento estruturalista está correto ao afirmar que o Estado é mais do que um instrumento nas mãos da classe dominante e ao indicar o poder estrutural do capital, em particular a dependência do Estado em relação à acumulação capitalista bem-sucedida. No entanto, os argumentos estruturalistas (nos quais Callinicos baseia-se implicitamente, por exemplo) sobre a dominação da classe capitalista falham na medida em que dispensam a agência e tendem a assumir que a dominação da classe capitalista se reproduz sem a necessidade de empenhar seu esforço para isso. Na realidade, a história prova sucessivamente que a classe capitalista (pró)ativamente procura reproduzir sua dominação ao propagar suas ideias e assegurar que estas estejam articuladas com o domínio do Estado. Que haja uma necessidade disso e que a mera dependência do poder estrutural do capital

15 Uma afirmação similar é feita por Van Der Pijl (2007), p. 13.

não seja suficiente é de fato explicável sob uma visão relacional de classe, marxiana. Esta, diferentemente da teoria das elites, enfatiza o antagonismo social potencial e a dialética concomitante inerente à estrutura de classe capitalista e, portanto, a necessidade que a classe capitalista tem de gastar tempo, energia e dinheiro para defender e promover seus interesses, procurando de fato articulá-los com o interesse geral, *vis-à-vis* classes subordinadas que (potencialmente) resistem a essa dominação e potencialmente fazem pressão por interesses opostos. É por isso que precisamos integrar tanto a estrutura quanto a agência na nossa explicação sobre a dominação da classe capitalista – e os conflitos de classe subjacentes e lutas políticas e ideológicas por meio das quais essa dominação é reproduzida – como a chave para entender a formulação de política externa em Estados capitalistas avançados. Como indicado, classes podem ser, em alguma medida, transnacionais (e transnacionalizadas) e, portanto, devemos fazer análise de políticas externas nacionais com o elemento transnacional. Mas, como argumentamos, dada a incompletude da transnacionalização e a desigualdade geográfica do capitalismo transnacional, essas políticas de caráter nacional ainda devem ser mais do que apenas nodos de um mesmo Estado global (ROBINSON, 2004). Continua a haver, assim, a necessidade de uma análise materialista-histórica de política externa *nacional*.

Esboçemos finalmente como podemos explicar resultados reais em termos de uma estratégia geopolítica conduzida por um determinado Estado capitalista. Deixemos a preocupação convencional da APE com o *processo decisório* (HUDSON, 2005) individual ou grupal em política externa, isto é, a explicação de por que indivíduos ou grupos *x* tomam determinada decisão *y* (ALLISON, 1971), para ir a uma abordagem materialista-histórica, que, sobretudo, dá sentido à *estratégia*, isto é, ao que na literatura (realista) é chamado de grande estratégia, correspondendo a uma visão abrangente dos “interesses” cruciais do “Estado” e de como melhor promovê-los e ao papel e à posição do Estado no mundo (LAYNE, 2006). Um primeiro ponto de partida é analisar a sustentação social e ideológica dessa estratégia e o propósito social particular a que serve. No próximo passo, procuramos explicar essa sustentação além da análise construtivista de ideias, ao colocar os agentes do Estado responsáveis pela estratégia geopolítica em seu contexto social, isto é, o contexto no qual a estratégia é produzida.

COLOCANDO OS AGENTES DE ESTADO EM SEU CONTEXTO SOCIAL: UMA ESTRUTURA [F] ANALÍTICA

Para evitar qualquer reificação do Estado, precisamos reconhecer que “a atividade do Estado é sempre a atividade de indivíduos particulares que atuam *dentro*

de um contexto social particular” (WIGHT, 2004, p. 279). Assim, se a formulação de política externa é o nosso *explanandum*, faz sentido começar com os atores (formalmente) responsáveis pela formulação dessa política e, em seguida, descobrir como sua agência é possibilitada e condicionada por certas estruturas.

Propomos distinguir analiticamente pelo menos duas dimensões estruturais. A primeira se refere ao contexto social, ou *posição* social, dos atores envolvidos. Podemos associar a posição social a um determinado *papel*, como professor universitário ou ministro de relações exteriores – com poderes, direitos, deveres e expectativas normativas associadas a esse papel. Mas para obter um entendimento mais profundo, precisamos conceituar isso de forma mais ampla como o conjunto de estruturas sociais que definem a situação em que um ator se encontra e que são intrínsecas a sua atuação específica (BHASKAR, 1979, p. 153; ARCHER, 1995). A posição social pode fazer o ator ser visto como ele é, constituindo sua identidade particular, gerando um conjunto de interesses e ideias ou visão do mundo e moldando suas práticas de acordo com aquelas. Além disso, estar posicionado de forma particular significa ocupar uma posição particular dentro das relações de poder social (geralmente diferentes, mas sobrepostas) - definindo em que medida se é capaz de exercer poder sobre outros, mas também em que medida se está sujeito à coerção ou à influência de outros atores. Definido assim, embora não necessariamente imutável, a posição social é geralmente algo mais duradouro.

A posição social mais básica a partir de uma perspectiva materialista histórica é, claro, a classe, e, portanto, como as pessoas se relacionam com a mais fundamental estrutura da sociedade - mais fundamental porque, mais do que qualquer outra coisa, essa estrutura no capitalismo molda “a *distribuição* das condições estruturais de ação” (BASHKAR, 1979, p. 54). Assim, um capitalista tem uma posição social particular gerada por sua posição dentro das relações de produção prevalentes, e, em virtude de ocupar essa posição, engaja-se em certas práticas (como a exploração do trabalho assalariado) e também pode ter ideias ou crenças particulares. As ideias aqui não podem ser reduzidas à posição social que ocupa um agente, mas tampouco podem ser entendidas como existentes independentemente dessa posição, isto é, da estrutura social em que qualquer prática ideacional está inserida.

A próxima dimensão estrutural que podemos distinguir analiticamente é mais contingente e mais externa ao ator, assim como mais ligada ao papel particular que um ator está desempenhando. Nós aqui nos referimos especificamente ao contexto ou ambiente externo para o qual a conduta estratégica de alguém está orientada. Assim, por exemplo, para um capitalista, o contexto pode ser um determinado mercado em que ele compete (a natureza e grau de competição que enfrenta e,

portanto, o poder de mercado que ele possui). Se essas condições de mercado mudam, sua posição social como um capitalista não necessariamente muda, porém, em um caso limite, o mercado pode expulsá-lo dos negócios, fazendo com que, em última instância, ele deixe de ser um capitalista. Deve-se notar também que isso é, de fato, uma distinção *analítica* e que, na realidade, os limites entre as dimensões podem ser turvos. Por exemplo, entre diferentes tipos de capitalistas, podemos argumentar que um capitalista monopolista tem um conjunto diferente de interesses e perspectivas do que um que opera em mercados totalmente competitivos. Além disso, se o ambiente externo muda, pode afetar a sua posição social, bem como suas ideias. No entanto, sustentamos que esses efeitos interativos podem ser utilmente distinguidos da posição social inicial que alguém teve antes de enfrentar um determinado ambiente particular (em mudança). Vejamos agora como essa conceitualização poderia ser aplicada em uma análise materialista-histórica de política externa.

No que diz respeito à posição social, é evidente que se deve notar que, emanado do Estado, o *papel* dos funcionários do Estado responsáveis pela formulação de uma estratégia geopolítica abrangente é definir e propagar os interesses cruciais do Estado¹⁶. Esta obviedade, no entanto, não diz nada sobre o que esses interesses são. Em vez de assumir, como na chamada teoria neorrealista de Relações Internacionais, que o interesse nacional pode ser derivado da necessidade objetiva de um Estado pela sobrevivência em um sistema anárquico, o ponto de partida aqui é que os interesses nacionais são construções políticas que atendem a um propósito social particular. Isso significa então analisar como tomadores de decisão estão operando em um amplo campo de forças sociais. Essas forças podem adotar estratégias específicas para o Estado com a finalidade de moldar a aplicação do poder estatal, ou seja, políticas de Estado específicas. Dentro seu papel particular, tomadores de decisão podem estar mais ou menos sujeitos a tais influências.

Aqui, então, precisamos teorizar não só sobre a natureza do Estado capitalista em geral e os constrangimentos estruturais decorrentes que agem sobre os agentes estatais, mas analisar empiricamente a forma específica do Estado no caso em questão. Por exemplo, o conceito de Jessop de *seletividade estratégica* do Estado é útil na medida em que se refere ao fato de que os Estados podem ser mais

16 Além disso, a chamada abordagem da política burocrática na APE (baseada no clássico de Allison de 1971) enfatiza que funcionários que ocupam diferentes cargos dentro do executivo tendem a assumir diferentes papéis e interesses divergentes. Além do fato de que empiricamente essa abordagem produziu, na melhor das hipóteses, resultados ambíguos, faz pouco sentido considerar estratégia geopolítica (ao invés de decisões individuais) como resultado da política burocrática.

abertos para algumas forças sociais do que outras e assim selecionar ou favorecer certas estratégias e interesses sobre outros. Dada uma seletividade estratégica particular, que é ela mesma um produto de “estratégias e lutas políticas passadas” (BASHKAR, 1979, p. 261) e, portanto, um reflexo de um equilíbrio social de poder (passado), podemos posteriormente analisar como determinados funcionários do Estado, neste caso os formuladores de política externa, são em suas práticas moldados pelas estratégias de determinadas forças sociais que procuram transformar ou reproduzir as políticas de Estado. Embora as forças sociais sejam um termo mais amplo que apenas as forças de classe, sustentamos, como indicado, que nas sociedades capitalistas precisamos analisar, em particular, estratégias da classe capitalista que procuram reproduzir a hegemonia da classe capitalista. Quer vejamos isso em termos de elaboração de “projetos hegemônicos” (JESSOP, 1990) ou de um “conceito abrangente de controle” (OVERBEEK, 2004), isto é, programas políticos que buscam servir os interesses de longo prazo de uma fração de classe hegemônica, ou conceituemos isso de outra maneira, o ponto é que sempre precisamos ver como estratégias de classe por fim são efetivadas, ou não, em termos de políticas estatais.

Novamente, enquanto as dependências estruturais podem ser parte da explicação de por que agentes do Estado buscam atender as necessidades dos proprietários do capital, evidências empíricas em uma variedade de contextos mostram que os capitalistas, na verdade, também procuram garantir que suas preferências sejam realmente conhecidas, ao invés de confiar apenas no seu “poder estrutural”. Assim, um aspecto relevante da posição social que aqui distinguimos é como os formuladores de política externa – dada uma determinada seletividade estratégica do Estado, e dado o particular equilíbrio das forças de classe – estão relacionados aos interesses da classe capitalista dominante e como e em que medida suas práticas podem assim refletir determinadas estratégias da classe capitalista. Claro que devemos estar abertos à possibilidade de que as políticas estatais não se tornem congruentes com interesses da classe dominante; neste caso, é essa divergência que devemos explicar.

Portanto, devemos analisar até que ponto e de quais maneiras os agentes de Estado responsáveis pela estratégia geopolítica podem estar inseridos em determinadas redes sociais através das quais a classe capitalista exerce seu poder nas sociedades civil e política. Um canal através do qual isso pode acontecer é o dos laços pessoais diretos entre os agentes estatais e a elite da classe capitalista. Por exemplo, podemos examinar em que medida aqueles são recrutados a partir desta. Isso certamente seria um aspecto fundamental da posição social de agentes estatais

relevantes e tenderia a moldar suas visões de mundo e perspectivas de maneira significativa. Isso também nos leva à espinhosa questão do pertencimento de classe dos próprios agentes do Estado. Uma posição aqui é que, uma vez que vivem do excedente do trabalho assalariado e estão no controle do Estado, cuja função é defender os interesses da burguesia, os agentes estatais seriam, por definição, parte da classe capitalista (DAVIDSON, 2004, p. 84). Achamos que esta visão é pouco útil, pois, implicitamente, transforma todos aqueles que não são trabalhadores assalariados em capitalistas e não nos permite fazer mais distinções que, em nossa opinião, são analítica e politicamente necessárias – na verdade é tão inútil quanto considerá-los, por definição, pertencentes a uma classe social separada ou um grupo social autônomo. Essas questões devem ser resolvidas de forma empírica. Assim, os agentes de Estado podem ou não ter origem de classe capitalista, mas na medida em que o tem, o significado disso não deve ser dispensado, mesmo que este não seja o único mecanismo, nem mesmo o mais importante, por meio do qual a dominação da classe capitalista é efetuada. No entanto, a pesquisa empírica mostra que isso é importante no caso de determinados Estados capitalistas particulares, notavelmente nos EUA. Desse modo, Van Apeldoorn e De Graaff argumentam que ao longo da história de suas relações exteriores, a política externa ou os grandes estrategistas dos Estados Unidos estão intimamente ligados ou podem ser considerados os próprios membros da elite corporativa da América, o que ajuda a explicar o fato dos EUA ter consistentemente perseguido uma estratégia geopolítica que atende os interesses da fração transnacional do capital americano, que domina essas redes de elite corporativas.

A segunda dimensão estrutural à qual podemos ligar a agência dos estrategistas geopolíticos é o contexto estrutural mais amplo em que operam como tomadores de decisão e para o qual as suas estratégias estão orientadas. Funcionários do Estado envolvidos na elaboração de uma estratégia global geopolítica ou de uma grande estratégia estão obviamente voltados para um dado contexto global e internacional, ou seja, o ambiente que os funcionários do Estado, através de sua grande estratégia, procuram moldar em busca de um percebido interesse “nacional”. O contexto global aqui não pode ser entendido em termos neorrealistas como pressões sistêmicas sobre os Estados, atendendo à suposta necessidade de sobreviver na anarquia. Como indicado, nenhuma *raison d'état* por parte dos agentes estatais pode ser presumida. Em vez disso, como argumentamos, precisamos explicar a estratégia geopolítica, analisando suas *fontes sociais*. No entanto, o contexto global atua como um conjunto de estruturas que fornece restrições e oportunidades para uma estratégia geopolítica construída.

O sistema estatal e as relações de poder dentro dele, bem como a economia mundial capitalista e suas relações sociais, constituem uma economia política global em que unidades políticas independentes e territorialmente definidas, ou seja, Estados, ocupam certa posição. Claramente, realistas, assim como os teóricos do sistema-mundo, acertam no ponto em que alguns Estados são mais poderosos do que outros. Mas o poder econômico, financeiro, político e militar de um Estado não pode, naturalmente, ser simplesmente tomado como atributo de um Estado abstraído da sociedade (o que a teoria do sistema-mundo reconhece muito melhor do que o Realismo), mas também deve estar relacionado ao poder dos capitais que residem nele e a posição que ocupam no mercado mundial e nas cadeias de valor globais. O modo como isso é então cristalizado no poder de um Estado *vis-à-vis* outros Estados é uma condição estrutural importante que molda a elaboração de estratégia geopolítica, na medida em que determina até que ponto um Estado (e sua classe dominante) pode moldar com êxito o ambiente em vez de apenas ser moldado por ele (mesmo que, assim, reproduzindo-o); se é capaz de estabelecer as regras para outros ou apenas tem que segui-las.

Em suma, embora a balança de poder em si não possa explicar por que determinadas estratégias são preferidas em detrimento de outras ou explicar a qual propósito social elas servem, ela define o leque de opções que os Estados possuem. Mesmo que os formuladores de política externa nem sempre reconheçam suficientemente as restrições sob as quais operam, e certamente não consigam prever todas as possíveis consequências das suas ações, os limites impostos pelo ambiente externo provavelmente afetarão a formulação de estratégia geopolítica, porque – no mínimo – contradições manifestas e limites de uma estratégia anterior (por exemplo, de governo anterior) podem levar a tentativas de ajustar a estratégia (mesmo que haja fortes razões estruturais para continuar repetindo os mesmos erros).

Precisamos salientar, retornando à nossa discussão anterior, que, com tal estrutura [F] analítica, não dissemos nada sobre a natureza particular das relações interestatais no capitalismo global. A abordagem adotada aqui não nos diz *a priori* se este sistema de relações internacionais capitalistas pode ser caracterizado, por exemplo, por rivalidade interimperialista, ou em vez disso, por uma cooperação e uma integração internacionais profundas ou, por exemplo, um superimperialismo americano. Essas são, de fato, questões importantes, mas pertencem a um âmbito diferente, nomeadamente, o da investigação histórica. O capitalismo global, como Teschke e Lacher (2005) também argumentam, pode, de fato, coexistir com todas essas e talvez até mais formas de relações interestatais. Essas formas histó-

rica e geograficamente variadas devem ser vistas como resultados de processos parcialmente contingentes de práticas estatais e seus efeitos interativos, práticas intrinsecamente relacionadas à evolução das relações sociais do capitalismo global e mediadas por estratégias de classe nacionais e transnacionais. A análise materialista-histórica da política externa não deve ser carregada de ideias preconcebidas a este respeito, mas deve se concentrar em explicar a própria formulação de estratégias geopolíticas. Como elas e sua interação, na verdade, podem ser vistas como instâncias da agência através das quais o sistema internacional é reproduzido e/ou transformado, este será um passo indispensável para entender as próprias mudanças nas relações geopolíticas.

CONCLUSÃO: DA SEGURANÇA NACIONAL À SEGURANÇA DA CLASSE DOMINANTE

Neste artigo tentamos desenvolver algumas diretrizes conceituais e pontos de partida metodológicos para analisar essas estratégias de política externa a partir de uma perspectiva materialista-histórica. Embora obviamente não tenhamos sido capazes de discutir todos os aspectos teóricos relevantes de tal empenho e embora alguns aspectos que abordamos – como a natureza do Estado capitalista, a posição dos agentes estatais *vis-à-vis* a sociedade capitalista ou a forma como o ambiente externo (global) condiciona suas práticas – precisem ainda de teorização mais meticulosa do que pudemos fornecer dentro do escopo deste artigo, nós também devemos ter em mente que nenhuma quantidade de teorização pode substituir pesquisas empíricas necessárias. Dada a escassez de análises materialista-históricas de política externa, muito trabalho ainda está por vir.

Adotando a perspectiva delineada aqui, uma pesquisa nos permitiria descobrir as fontes sociais escondidas da estratégia geopolítica conduzida por Estados capitalistas. Enquanto, por exemplo, o Neorrealismo vê a política externa em termos de uma estratégia racional de maximização da “segurança nacional”, a abordagem materialista-histórica defendida acima permitiria desconstruir o conceito realista de “segurança nacional” e examinar em que medida podemos reconstruí-lo como “segurança da classe dominante”, isto é, essas estratégias, na verdade, refletem (não sempre perfeitamente) estratégias da classe capitalista que procuram reproduzir a hegemonia de classe. Não estamos dizendo que este é sempre o caso, ou deve ser o caso, dada certa lógica funcionalista – as estratégias de classe podem falhar! No entanto, enquanto a classe capitalista de fato continuar a ser a classe dominante, então sua dominação deve também, na maioria das vezes, ser expressa em estratégia(s) geopolítica(s) de Estado com pelo menos um mínimo de sucesso. Portanto, a chamada segurança nacional é muitas vezes, de fato, a segurança da

classe dominante e, por conseguinte, a segurança de uma determinada ordem socioeconômica. Notemos, então, que isso não significa apenas a obviedade que, ao falarmos das classes dominantes nacionais, estamos falando da sua sobrevivência física ligada à sobrevivência de seu respectivo Estado. Neste caso, a segurança nacional em sentido realista e a segurança da classe capitalista simplesmente coincidiriam e a lógica (neo)realista e sua explicação do comportamento da política externa poderiam ser suficientes (com o Estado e a “sua” classe dominante enfrentando o mesmo dilema da segurança). Pode haver situações em que este seja o caso, ou seja, quando um Estado enfrenta uma ameaça externa real contra a qual se defende, então a defesa do Estado é *ipso facto* também a defesa de sua classe dominante¹⁷. Na maioria das vezes, no entanto, como visto no Neorrealismo, a sobrevivência real de um Estado não está em jogo. Podemos até questionar até que ponto esta luta pela sobrevivência é (ainda) a característica fundamental da política internacional. Portanto, o que queremos dizer, em vez disso, é que a estratégia geopolítica serve a um determinado *propósito social*: está vinculada aos interesses de uma (fração de) classe dominante e à manutenção de seu sistema de dominação doméstico (e onde for aplicável, internacional e transnacionalmente). Se este propósito não servir efetivamente a ela em longo prazo, o sistema pode entrar em colapso. Em outras palavras, se a estratégia certa não for “implementada”, o que pode acontecer não é que um Estado perca sua independência (formal) ou mesmo tenha a sua segurança minada; não, o que pode acontecer é que os grupos ou classes sociais que são atualmente superiores perdem (parte do) seu poder ou pelo menos são forçados a fazer compromissos com classes subordinadas que, de outra forma, não estão dispostos a fazer. Assim, os casos do imperialismo britânico e estadunidense mostram que o imperialismo como solução para o problema recorrente da superacumulação foi preferido, pela perspectiva das elites dominantes, em comparação com soluções alternativas “domésticas” e mais progressivas, como a redistribuição e outras reformas socioeconômicas que permitissem absorver o excedente de capital¹⁸. Como estas implicariam necessariamente compromissos e concessões de classe que limitariam o poder e os privilégios das classes dominantes britânicas e estadunidenses, tal solução era politicamente inviável.

O que aqui claramente vem à tona é como uma abordagem materialista-histórica em análise da política externa nos permite recuperar plenamente a natureza *política* da política externa; e não (meramente) a política de Estado contra Estado,

17 Supondo que o Estado conquistador não deixaria sua dominação intacta (Brenner, 2006, p. 82).

18 Ver Harvey (2003), p. 126. Quanto ao caso dos Estados Unidos ver Van Apeldoorn e De Graaff (2012b) e Van Apeldoorn e De Graaff (2014).

abstraída de suas sociedades, mas a política de atores humanos reais (coletivos), de grupos e classes, seus interesses e aspirações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLISON, Graham Tillet. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Boston: Little, Brown, 1971.
- ALLISON, Jamie; ANIEVAS, Alexander. “Approaching the international Beyond Political Marxism”. In: ANIEVAS, Alexander (org.). *Marxism and World Politics: Contesting Capitalism*. London, New York: Routledge, 2010, p. 197-214.
- ANDERSON, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. London: New Left Books, 1974.
- ANIEVAS, Alexander. Theories of Global States: A Critique. *Historical Materialism*, No.16, p. 190-206, 2008.
- . *Marxism and World Politics: Contesting Capitalism*. London, New York: Routledge, 2010.
- . The international political economy of appeasement: the social sources of British foreign policy during the 1930s. In: *Review of International Studies*, Vol. 37, No. 2, p. 601-629, 2011.
- ARCHER, Margaret. *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century*. London: Verso, 1994.
- BHASKAR, Roy. *The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. Brighton: Harvester Press, 1979.
- BLOCK, Fred. *Revising State Theory: Essays in Politics and Postindustrialism*. Philadelphia: Temple University Press, 1987.
- BRENNER, Robert. What Is, and What Is Not, Imperialism? *Historical Materialism*, vol. 14, No. 4, p. 80-81, 2006.
- BREUNING, Marijke. *Foreign Policy Analysis: A Comparative Introduction*. Basingstoke, New York: Palgrave MacMillan, 2007.
- CAFRUNY, Alan; RAYNER, Magnus. *Europe at Bay: In the Shadow of U.S. Hegemony*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2007.
- CARLSNAES, Walter; GUZZINI, Stefano. *Foreign Policy Analysis*, 5 vols. London: Sage, 2011.
- CALLINICOS, Alex. Does capitalism need the state system? *Cambridge Review of International Affairs*, Vol. 20, No. 4, p. 533-549, 2007.
- CALLINICOS, Alex. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge and Malden, MA. Polity Press, 2009.

- CALLINICOS, Alex; ROSENBERG, Justin. Uneven and combined development: the social-relational substratum of the international? An exchange of letters. *Cambridge Review of International Relations*, Vol. 1, No. 1, p. 77-112, 2007b.
- CARROLL, William K. *The Making of a Transnational Capitalist Class: corporate Power in the 21st Century*. London: Zed Books, 2010.
- DAVIDSON, Neil. "Many capitals, many states: Contingency, logic or mediation?". In: ANIEVAS, Alexander (org.). *Marxism and World Politics: Contesting Capitalism*. London, New York: Routledge, 2010, p. 77-93.
- GRAHAM, T. Allison. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Boston: Little, Brown, 1971.
- HALPERIN, Sandra. Anglo-American Political Economy and Global Restructuring: The Case of Iraq. *Spectrum: Journal of Global Studies*, Vol. 1, No.1, p. 12- 32, 2009.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2003.
- HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis*, Vol.1, No.1, p. 1-30, 2005.
- . *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2007.
- JESSOP, Bob. *State Theory: Putting the Capitalist State in its Place*. Cambridge: Polity, 1990.
- . "Dialogue of the Deaf: Some Reflections on the Poulantzas- Miliband Debate". In: WETHERLY, Paul; BARROW, Clyde; BURNHAM, Peter. *Class, Power and the State in Capitalist Society: Essays on Ralph Miliband*. Basingstoke, New York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 132-57.
- LACHER, Hannes. International transformation and the persistence of territoriality: toward a new political geography of capitalism, *Review of International Political Economy* Vol. 12, No. 1, p. 26-52, 2005.
- LAYNE, Christopher. *The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940s to the Present*. Ithaca, London: Cornell University Press, 2006.
- MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Powers*. New York, London: W. W. Norton & Company, 2001.
- OVERBEEK, Henk. Transnational class formation and concepts of control: notes towards a genealogy of the Amsterdam Project in International Political Economy. *Journal of International Relations and Development*, Vol. 7, No. 2, p. 113-41, 2004.
- POZO-MARTIN, Gonzalo. Autonomous or materialist geopolitics?. *Cambridge Review of International Affairs*, Vol. 20, No. 4, p. 551- 63, 2007.
- ROBINSON, William. *A Theory of Global Capitalism: Transnational Production, Transnational Capitalists and the Transnational State*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

- _____. Beyond the Theory of Imperialism: Global Capitalism and the Transnational State. *Societies Without Borders*, Vol. 5, No.2, p. 5–26, 2007.
- _____. The Pitfalls of Realist Analysis of Global Capitalism: A Critique of Ellen Meiskins Wood's Empire of Capital. *Historical Materialism*, No. 15, p. 71–93, 2007b.
- ROSENBERG, Justin. *The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations*. London, New York: Verso, 1994.
- RUPERT, Mark. "Alienation, Capitalism, and the Inter-State System: Towards a Marxian / Gramscian Critique". In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 67-92.
- RUPERT, Mark; SMITH, Hazel. *Historical Materialism and Globalization*. New York: Routledge, 2002.
- SMITH, Steve; HADFIELD, Amalia; DUNNE, Tim. "Introduction". In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amalia; DUNNE, Tim (orgs.). *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 1-8.
- TESCHKE, Benno. *The Myth of 1648: Class, Geopolitics and the Making of Modern International Relations*. London: Verso, 2003.
- TESCHKE, Benno; LACHER, Hannes. The changing "Logics" of Capitalist Competition. *Cambridge Review of International Affairs*, Vol. 20, No. 4, p. 565-80, 2007.
- VAN APELDOORN, Bastiaan; DE GRAAFF, Naná. The Limits of the Open Door and the US State-Capital Nexus. *Globalizations*, Vol. 9, No.4, p. 539-608, 2012.
- _____. Corporate Elite Networks and Us Post-Cold War Grand Strategy from Clinton to Obama. *European Journal of International Relations*, Vol. 20, No. 1, p.29-55, June, 2012b.
- _____. *American Grand Strategy and Corporate Elite Networks: The Open Door and its Variations since the End of the Cold War*. London, New York: Routledge, 2014.
- VAN DER PIJL, Kees. The Making of an Atlantic Ruling Class. London: Verso, 1984.
- _____. *Transnational Classes and International Relations*. London, New York: Verso, 1998.
- _____. *Global Rivalries: From Cold War to Iraq*. London, Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2006.
- _____. *Nomads and Empires*. London, New York: Verso, 2007.
- _____. Capital and the state system: a class act. *Cambridge Review of International Affairs*, Vol. 20, No. 4, p. 619-637, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System*, part I. New York: Academic Press, 1974.
- WALTZ, Kenneth Neal. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hills, 1979.

- WIGHT, Colin. State agency and human activity. *Review of International Studies*, Vol. 30, No. 2, 2004. p. 269-280.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracy against Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- . Ellen Meiksins. *Empire of Capital*. London, New York: Verso, 2003.
- . Ellen Meiksins. “Democracy as Ideology of Empire”. In: MOOERS, Colin (org.). *The New Imperialists: Ideologies of Empire*. Oxford: Oneworld Publications, 2006. p. 9-23.

Uma resenha de *O Sistema-Mundo Moderno IV: liberalismo centrista triunfa, 1789-1914*

A review of The Modern World-System IV: centrist liberalism triumphant, 1789-1914

Isis Campos Camarinha^a

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: centrist liberalism triumphant, 1789-1914*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2011.

INTRODUÇÃO

Os quatro volumes do *The Modern World-System*, de Immanuel Wallerstein, representam antes de tudo a proposição de uma nova unidade de análise para se compreender a realidade que cerca nossa existência social e individual. Esta obra específica de Wallerstein enquadra-se também dentro do debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo quando se lê atentamente as bases conceituais lançadas já no primeiro volume¹. A proposição da nova unidade de análise, o *Sistema Mundo*, sustenta-se numa epistemologia baseada em três pilares: a *longa duração*, a não clivagem entre a análise idiográfica e nomotética; e a totalidade intradisciplinar².

Wallerstein ressalta repetidamente em vários textos e análises, que o positivismo varreu o mundo intelectual com a crença em leis universais aplicadas à realidade social e alimentadas paralelamente pelo progresso técnico encarnado

a Graduada em Relações Internacionais e Economia pela FACAMP e mestra em Economia pela PUC-SP. Atualmente é doutoranda do Programa de Economia Política Internacional da UFRJ e pesquisadora assistente do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia da UFRJ.

1 O famoso debate entre Paul Sweezy e Maurice Dobb teve como pontos de discussão principais, tanto no debate original quanto nos estudos subsequentes, segundo Rodney Hilton (1989), os seguintes problemas: a definição de servidão; a origem das cidades; o papel do artesanato; os mercados e a economia monetária; o início da simples produção de mercadorias; as vias alternativas para a emergência da produção capitalista; o conceito de “agente motor”. A proposta intelectual de Wallerstein foi interpretar a transição para o mundo moderno por uma perspectiva mais holística e menos restrita a um ou dois aspectos específicos. Mais uma vez sua explicação justifica-se pela unidade de análise, isto é, não é possível entender somente pela perspectiva do Estado, para Wallerstein o capitalismo somente pode se desenvolver porque a economia-mundo européia era também um Sistema Interestatal, dois lados da mesma moeda.

2 O mundo pós-1945, além de marcado pela ascensão da Ordem Hegemônica Americana no contexto da Guerra Fria, foi também marcado pela importante intensificação de movimentos antisistêmicos que também colaboraram decididamente para a referida Ordem Americana. Eis que entre 1945 a 1965/70 “houve quatro tentativas de adaptar as premissas dominantes das ciências sociais mundiais a estas novas realidades globais”. A teoria da modernização, a teoria da dependência, o revisionismo marxista e a *longue durée* braudeliiana. Podemos dizer que o Sistema Mundo nasceu dessas lutas epistemológicas e ontológicas, assim como pelos movimentos de 1968. Wallerstein classifica o Sistema Mundo como um movimento do saber (WALLERSTEIN, 2012).

nas “certezas” das ciências físicas. Da mesma forma, a distinção entre idiográfico e nomotético tornou-se central ao emergir a ideologia de um mercado autossuficiente supostamente separado da política. Para ele, seria impossível qualquer descrição ou análise de acontecimentos sem usar conceitos que implicam teorização e generalização sobre fenômenos recorrentes, assim como nenhuma teorização ou generalização é a-histórica. Os conceitos e teoremas são historicamente enraizados e válidos dentro de certos parâmetros de tempo e espaço.

Por isso, o Sistema Mundo Moderno não é um conceito estático e comodamente congelado no tempo. Eis o quarto pilar da análise dos Sistemas-Mundos: “Eles têm vida. Eles passam a existir; eles perfazem seus itinerários históricos de acordo com o conjunto de regras que definem e governam o sistema; eles finalmente se afastam tanto do equilíbrio que o sistema entra em uma crise estrutural terminal” (WALLERSTEIN, 2012, p. 22-23). Transmutam-se no transcorrer do tempo conjuntural e das tendências seculares. Tem nascimento, consolidação e desenvolvimento, emanando forças e tendências intrínsecas oriundas de suas características próprias, que devem ser entendidas em termos estruturais. Coerentemente, portanto, cada volume d’*O Sistema Mundo-Moderno* corresponde ao recorte tempo-estrutural, idiográfico-nomotético e histórico-diacrônico da longa duração teorizada conforme analiticamente transcorre em sua longa duração:

Cada volume, e cada capítulo dentro de cada volume tem um tema e tenta, por isso, estabelecer um ponto. O livro todo é simultaneamente histórico/diacrônico e estrutural/analítico/teórico. Isto está de acordo com minha premissa epistemológica de que a tão alardeada distinção entre epistemologias idiográficas e nomotéticas é ultrapassada, falsa e deletéria para análises sólidas. A realidade social é sempre e necessariamente ambos, histórica (no sentido de que a realidade inevitavelmente muda a cada nanosegundo) e estrutural (no sentido de que a ação social é governada por constrangimentos derivados do sistema histórico social dentro do qual a atividade referente ocorre). Se, no entanto, tenta-se descrever a realidade de um espaço e tempo muito longos (digamos, o moderno sistema mundial como um todo desde seu começo no século XVI [1450-1640] até hoje e amanhã), encontra-se a dificuldade elementar de que não se pode fazer de uma vez só. Então, eu decidi tomar a história mais ou menos cronológica, introduzindo aspectos estruturais do moderno sistema mundial quando primeiro ocorrem ou se tornam evidentes de forma significativa (WALLERSTEIN, 2011 [1974]: p. XI; em livre tradução).

No primeiro volume, são trabalhados os seguintes conceitos: Divisão axial do Trabalho entre centro e periferia, Sistema Interestatal, Sistema Mundo, Economia-Mundo e Império-Mundo. O segundo volume aborda a consolidação da economia-mundo européia decorrente dos efeitos diferenciais do longo ciclo de declínio econômico a partir do século XVII³ nas diferentes zonas da economia-mundo capitalista européia. O terceiro volume se dedica ao período de expansão econômica e geográfica da economia-mundo capitalista européia, *The second era of great expansion of the capitalist world-economy (1730-1840)*. Nos volumes dois e três, o esforço analítico é o de mostrar a importância dos ciclos econômicos estruturais de longa duração, assim como algumas tendências seculares. Já o quarto volume analisa o período de formação e consolidação de sua característica estrutural no âmbito da geocultura, perfazendo uma narrativa analítica que engloba o período entre 1789 e 1873/1914. Justificando sua interpretação não convencional deste período, que é conhecido na literatura como o período das múltiplas revoluções (industrial, científico-tecnológica e populares, notadamente a Revolução Francesa), e normalmente tratado em termos do advento da modernidade, Wallerstein ampara-se na sua própria unidade de análise (Sistema Mundo) para explicar que a economia-mundo europeia já existia desde o século XVI, assim como essa “modernidade”, conforme proposto nos volumes anteriores. Igualmente, como já havia feito a interpretação da expansão econômica no terceiro volume, interpreta tanto a Revolução Industrial quanto a Revolução Francesa pela perspectiva do Sistema-Mundo, da nova unidade de análise que propõe:

É visto como o século das múltiplas revoluções – a revolução industrial, a revolução científica-tecnológica (e notadamente a Revolução Francesa). A visão usual é que a combinação de todas essas revoluções é o que criou, ou que foi taxado, de modernidade. Começando no longo século XIX, a modernidade continuaria no século XX. A visão deste trabalho, como expressado ao longo dos quatro volumes escritos até agora é diferente. Pegue primeiro o conceito da Revolução Industrial. Para a maioria dos estudiosos, ocorreu primeiro na Inglaterra e depois na Grã-Bretanha – as datas mais comuns são como entre 1760 e 1840 – e depois foi copiada ou emulada num número de outros países na Europa continental e América do Norte. Explicamos largamente no volume 3 porque pensamos que

3 Segundo Wallerstein há um consenso entorno dos movimentos dos preços e ciclos econômicos seculares, tendências ascendentes e descendentes que duram aproximadamente 250 anos, com fases A e B, estando o século XVII incluído numa fase B de depressão e o século XV incluído numa fase A de expansão.

isto é incorreto. Nós consideramos que o que ocorreu na Inglaterra nesse período foi um ciclo expansivo da mecanização da produção industrial, um que já havia ocorrido inúmeras vezes antes e que ocorreria novamente inúmeras vezes. Consideramos também que foi um processo da economia-mundo como um todo, um que resultou da vantagem especial da Grã-Bretanha por causa da derrota da França para se tornar a potência hegemônica do sistema-mundo. Durante muito tempo, a visão dominante sobre a Revolução Francesa era a conhecida “interpretação social”, que argumentava que a revolução representava a destruição das forças feudais pela burguesia, tornando possível que a França se tornasse um país “capitalista”. Nos últimos quarenta anos, essa interpretação vem sendo desafiada por uma em que a Revolução Francesa é vista como uma tentativa de perseguir um caminho liberal, um que deu errado. Mais uma vez, discordamos de ambas as interpretações. No volume 3, explicamos porque a Revolução Francesa não poderia ser pensada como uma revolução burguesa que instaurou o “capitalismo”, desde que consideremos que a França há muito se tornara parte e parcela da economia-mundo capitalista. Ao invés, vemos a Revolução Francesa como em parte uma última tentativa de derrotar a Inglaterra na luta para se tornar potência hegemônica, e em parte uma revolução “antisistêmica” (isto é, anticapitalista) na história do moderno sistema-mundo, uma que essencialmente falhou (WALLERSTEIN, 2011 [1974]: p. 275-276; em tradução livre).

GEOCULTURA DO SISTEMA MUNDO MODERNO: *O CENTRIST LIBERALISM*

Incorporando como causa da Revolução Francesa a luta interestatal entre Inglaterra e França, e enfatizando o significado revolucionário do período napoleônico, Wallerstein conecta sua hipótese de que a realidade social somente pode ser entendida pela perspectiva da unidade de análise do Sistema Mundo, com a consolidação estrutural das idéias, valores e normas que se tornaram as pedras angulares do Sistema Mundo Moderno. Como uma geocultura específica que ele chama de *centrist liberalism*, ou liberalismo centrista.

Segundo sua interpretação, as duas ideias e valores básicos que irão passar a ditar o desenvolvimento do sistema, ao lado da ala dura da geopolítica é a de que o poder emana do povo e a de que a mudança política é tida como normal, a aceitação da política como assunto público. Não obstante, até 1850-1870, quando a ideologia liberal definitivamente ganha predominância (em especial após a Revolução Mundial de 1848), a ideologia conservadora esteve ativa e exerceu um papel importante como “contra-força” estimulante ao processo de construção

ideológica do próprio liberalismo. Inclusive, e por isso, antes da radicalização mais clara entre liberalismo e socialismo, esses últimos eram mesclados contra o conservadorismo ainda atuante do antigo regime. Somente com a separação teórica e real mais evidente entre o conceito do burguês e do proletário é que liberalismo, socialismo e conservadorismo se separam de vez, cujo duelo passa a definir os rumos do mundo em termos de “metaestratégia” política. Na busca de “metaestratégia política”, o Estado se figurou como requisito argumentativo e prático de caráter paradoxal no âmbito do discurso vis-à-vis a realidade material da sobrevivência social.

Sem dúvida a justificativa de que cada ideologia evocou para explicar o seu quase embaraçoso estatismo era diferente. Para o socialismo, o Estado estava implementando a vontade geral. Para os conservadores, o Estado estava protegendo direitos tradicionais contra a vontade geral. Para os liberais, o Estado estava criando as condições que permitiriam que os direitos individuais florescessem. Mas em cada caso, o saldo geral era que o Estado estava sendo fortalecido em relação à sociedade, enquanto a retórica clamava por fazer exatamente o oposto (WALLERSTEIN, 2011 [1974]: p. 16; em tradução livre).

O resultado último desse paradoxo prático-discursivo foi então a própria construção do Estado liberal⁴ entre 1815-1830, e mesmo adiante. De um lado, os acontecimentos da ideologia, da trajetória do nano segundo histórico, de outro, a importância do jogo diplomático entre Inglaterra e França para a consolidação do Estado Liberal. Vê-se que se de um lado a luta no sistema mundo entre Inglaterra e França produziu as condições sócio-materiais para a erupção da Revolução Francesa, de outro, a partir da revogação das *Corn Laws* na Inglaterra, os interesses mútuos de Inglaterra e França se interconectavam, quando então puderam erigir um modelo de relacionamento político-institucional e filosófico entre as classes e entre as nações que é a característica genética da geocultura da economia-mundo capitalista. Mas isso reflete que “a construção do Estado moderno, localizada dentro e constrangida por um sistema internacional, tem sido um elemento constituinte do moderno sistema-mundo desde seu começo no longo século XVI” (WALLERSTEIN,

4 Wallerstein coloca: “Chegamos aqui ao coração da questão. Liberalismo não foi nunca uma metaestratégia do antiestatismo, ou até do chamado “estado vigilante”. Longe de ser contrário ao *laissez-faire*, “o Estado liberal foi em si a criação do mercado auto-regulável” (POLANYI, 1957, 3). O liberalismo sempre no fim foi a ideologia do Estado forte na roupa do individualismo; ou para ser mais preciso, a ideologia do Estado forte como o único e último garantidor do individualismo” (WALLERSTEIN, 2011[1974]: p. 9-10; em tradução livre).

2011[1974]: p. 22; em tradução livre). E é exatamente oriundo desse constrangimento, principalmente no núcleo duro do sistema, onde a lógica capitalista pequeno burguesa estava mais avançada, que de um lado estoura a transformação política democrática e, de outro, a manutenção do protecionismo como forma de contenção das pressões políticas internas e externas. O liberalismo político nasce primeiro que o liberalismo econômico.

A liberdade como conceito fulcral da geocultura da atual organização social nasce no discurso histórico a partir da revolução francesa. Na verdade, essa revolução representou o teor discursivo das revoluções modernas porque foi expressão da solidificação do novo modo de produção, o capitalismo. No exórdio, contestou a ordem feudal e a lógica da nobreza e da monarquia. Era-lhe inerente em sua base existencial a necessidade de garantia da propriedade privada, pois tratava-se de defender o direito de ser dono do fruto do seu trabalho e dos meios para exercê-lo, já que no momento em questão o capitalismo confundia-se ainda, em certo sentido, com o pequeno capitalista ou pequeno produtor. O discurso, obviamente, somente teve força suficiente para ser internalizado como norma na sociedade depois que os núcleos de poder passaram a se tornar cada vez mais dependentes dessa lógica organizacional de produção. Assim, liberdade e capitalismo são, neste sentido específico, lados da mesma moeda⁵, na medida em que a expansão e aprofundamento do capitalismo é beneficiada pela capacidade de variabilidade das mercadorias, da divisão técnica e social do trabalho em meio a um número cada vez maior de potenciais consumidores/trabalhadores com autonomia relativa para realizar essas mercadorias, num processo mútuo de inclusão/exclusão na medida em que, paralelamente, suas contradições são afloradas⁶.

Este ponto está muito bem apresentado por Wallerstein quando discorre sobre a Revolução Mundial de 1848 e das respectivas lições dela derivadas para

5 O próprio dinamismo contraditório intrínseco ao sistema capitalista tem como contrapartida necessária a elevação da liberdade do indivíduo, parecendo ser uma das consequências quase que naturais de sua lógica de funcionamento, ao lado de tantas outras de caráter negativo. Assim, capitalismo, liberdade e indivíduo evoluíram concomitante e organicamente, mesmo que, é verdade, o capitalismo tenha atingido uma estrutura monopolista contraproducente à própria liberdade do indivíduo.

6 Aqui estamos pensando pontualmente como o capitalismo abre margem para a aceitação e a ascensão das liberdades individuais ao depender da incessante criação de mercadorias. Sua realização abre margem para que haja uma ampla gama de consumidores de vários gostos, valores, raças e culturas. Estamos excluindo aqui maiores considerações sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo em sua fase de acumulação primitiva que, evidentemente, atuou de maneira oposta suprimindo as liberdades com diversas estratégias de exploração entre povos e raças, acumulação esta notadamente importante para as diferenças atuais de desenvolvimento entre as nações. No parágrafo de referência desta nota, aponta-se para a margem de aceitação relativa da liberdade à medida em que o capitalismo se aprofunda e desenvolve como modo de produção.

as três ideologias básicas do sistema mundo moderno, que nasceram com a Revolução Francesa e com a era Revolucionária Napoleônica: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo (radicalismo). Por outro lado, e aspecto importante da explicação empírica, essas lições tiveram como referência ou parâmetro comparativo o fato de que na Inglaterra não havia eclodido a convulsão social de 1848:

Os liberais extraíram duas lições. Uma era a de que eles estavam muito mais próximos aos conservadores do que pensavam e de que as alianças com elementos radicais frequentemente provaram ser perigosas aos seus interesses. Mas segundo, eles determinaram que deveriam elaborar melhor justificações teóricas para as distinções que queriam fazer entre a cidadania, entre cidadãos ativos e passivos *à la Sièvey*, se desejassem sustentar tal distinção. Os conservadores extraíram uma lição diferente. A estratégia de Metternich (de Maestri, Bonald, etc.) não funcionaria. Eles estavam impressionados que apenas a Grã-Bretanha não teve revolta popular, ainda que fosse o país em que as forças radicais haviam sido as mais fortes. Eles perceberam que a Grã-Bretanha foi o único país em que os conservadores seguiram um caminho mais centrista, prontos a fazer concessões a fim de absorver e cooptar pelo menos as forças da classe média à arena de decisão política. E notaram que essa política foi bem sucedida, como sugeriu na época um editorial do *The Times*. Os conservadores estariam a partir deste momento prontos para perseguir alguma versão do liberalismo centrista, no entanto, de uma versão mais conservadora – o que os historiadores chamam de “conservadorismo esclarecido”. Os radicais (antigos democratas) extraíram uma conclusão diferente. A de que a espontaneidade não era suficiente. Se se almeja ter um grande impacto político, a organização sistemática e de longo prazo era um pré-requisito. Isso guiaria os “movimentos”, um conceito efêmero, rumo ao caminho da organização burocrática com membros e escritórios, com finanças e jornais, com programas e, eventualmente, com participação parlamentar (WALLERSTEIN, 2011[1974]: p. 160; em livre tradução).

O *centrist liberalism* é exatamente a arte de incorporar os ideais da soberania popular, da cidadania e da igualdade para conter os riscos antisistêmicos de transformação da posição econômica e política da classe capitalista. O fato é que essa possibilidade somente se sustenta porque há um dinamismo próprio entre centro e periferia, que engloba a transferência de excedente ou valor, portanto, sustentando o *centrist liberalism* no centro ao mesmo tempo em que se gera um tipo particular dele na periferia. Assim, o liberalismo centrista, como geocultura

do sistema mundo moderno, é também reflexo dos dilemas práticos e conceituais entre a noção de indivíduo/coletivo; a propriedade privada como conceito burguês e propriedade privada como conceito que representa o direito de ser dono do fruto do seu próprio trabalho.

Nas palavras de Wallerstein, o *centrist liberalism* significa erigir barreiras institucionais contra as consequências corrosivas da competição ilimitada nas ideias e valores morais numa sociedade de massa interdependente. Ao passo em que avançavam e se incorporavam institucionalmente as noções da democracia e da igualdade, de outro se aprofundavam dentro da lei a exclusão racial, étnica e de gênero como obviamente mostra a série de lutas ao longo de todo o século XIX e XX:

No começo do século XIX, as mulheres estavam bem ativas nos movimentos abolicionistas, especialmente na Grã-Bretanha e Estados Unidos. Era um período em que os direitos das mulheres estavam se deteriorando em todos os lugares – dramaticamente no caso dos Estados Unidos (BERG, 1978,11). Deve ser lembrado que a primeira exclusão *formal* das mulheres ao voto foi na *British Reform Bill*, de 1832, em que se intentava franquear quem ainda não havia sido franqueado antes. Mas ao se fazer isso, a declaração especificava “pessoas homens”, expressão que não havia sido encontrada na legislação inglesa. Essa frase “provocou foco de ataque e fonte de ressentimento (ROVER, 1967, 3), a partir do qual o movimento feminista britânico cresceria (WALLERSTEIN, 2011 [1974]: p. 204; em tradução livre).

A luta pelo sufrágio universal, a luta pela liberdade e igualdade de gênero e raça se traduzia também numa luta ideológica-científica, com estruturas do conhecimento positivistas e que de fato serviram como barreira à competição no âmbito das idéias e à noção de normalidade da mudança na vida social. O liberalismo como ciência social foi uma das principais barreiras utilizadas. O fato é que enquanto se consolidavam as idéias da Revolução no interior da Inglaterra e da França, no âmbito das relações internacionais, raciais e de gênero, a trajetória dessa consolidação seguiu um tempo paralelo, tanto no que tange ao sistema colonial quanto no que se refere às políticas econômicas. A revogação das *Corn Laws* na Inglaterra, em 1846, segundo defende Wallerstein, foi o ponto de inflexão da geocultura do sistema mundo moderno, isto é, o momento preciso a partir do qual se pode dizer que tal geocultura passou a existir e a evoluir como tal. Influenciada pelo pensamento de David Ricardo, a revogação das *Corn Laws*, estabelecidas

em 1815, marcou a divisão do trabalho entre centro-periferia de caráter moderno, já que a abertura comercial no setor agrícola alavancou a competitividade das nações periféricas nesse setor, ao mesmo tempo em que gerou a especialização mais intensa e irreversível da produção dos produtos industriais na Inglaterra:

O que a revogação da Corn Laws na verdade alcançou? Duas coisas, realmente. De um lado, garantiu a reorganização da divisão axial do trabalho na economia-mundo, de modo que a produção de trigo mais uma vez se tornou atividade periférica. Os anos seguintes viam a ascensão dos Estados Unidos da América e do Canadá, Rússia e Romênia na Europa Oriental como grandes exportadores de trigo para a Europa Ocidental, permitindo a concentração da atividade industrial na zona da Europa Ocidental (WALLERSTEIN, 2011[1974]: p. 98; em livre tradução).

Ocorre então nesse momento a passagem do intervencionismo comercial para o intervencionismo na indústria, de modo que o *laissez-faire* nunca foi a característica definidora da geocultura em formação, tendo mais mito que realidade nessa crença (WALLERSTEIN, 2011 [1974]: p. 100).

Também não devemos esquecer que, na medida em que se pode argumentar que o livre comércio prevaleceu na economia-mundo capitalista durante o século XIX, ou pelo menos entre as potências europeias, foi uma história circunscrita a fase A de Kondratieff, 1850-1873. “O século XIX começou e acabou na Europa... com restrições ao comércio internacional (BAIROCH, 1976a, 11). Restrições bem severas – o Bloqueio Continental no fim e a multiplicidade de tarifas protecionistas na outra ponta. [...] O livre comércio para os Britânicos era uma doutrina para prevenir outros governos de fazer qualquer coisa que pudesse prejudicar a empresa inglesa. Nesse sentido, pode-se considerar que o movimento antiescravista (e anti-comércio de escravos) foi o primeiro grande sucesso do liberalismo intervencionista. Discutimos anteriormente o modo como o movimento abolicionista Inglês era previsto em considerações econômicas (WALLERSTEIN, 1989, 143-146). [...] O livre comércio era o Livre Comércio Imperialista... (WALLERSTEIN, 1989: p. 143-146; em livre tradução).

No entanto, a partir de 1850-1860, a economia-mundo estava entrando numa nova fase A de Kondratiev, e essa expansão foi então facilmente associada com a revogação das *Corn Laws*, ou seja, com o liberalismo econômico. No discurso, portanto, foram então incorporadas duas noções básicas inerentes ao liberalismo:

desenvolvimento econômico e melhoria social, a primazia do econômico sobre o político. Entretanto, essas duas características eram incompreensíveis sem o intervencionismo e os contextos geopolíticos. A inflexão marcou então também a consolidação concomitante de três pilares definidores da economia-mundo capitalista: Mercado forte (*strongmarket*), Estado forte (*strongstate*) e Sistema Interestatal forte (*stronginterstate system*). Esta construção geocultural e econômica foi amparada pela cientificação do liberalismo (teoria do valor utilidade em oposição a teoria do valor trabalho), pela noção de cidadania e pela burocratização-jurídica do Estado, incorporando as recentes noções da revolução. Uma das utilidades do Estado Forte ou do Estado Liberal é exatamente sua capacidade de abafar as reivindicações da classe trabalhadora, sem deixar em desvantagem a classe capitalista, com as “reformas inteligentes”. Ao mesmo tempo, certos pré-requisitos eram necessários para mesclar desenvolvimento econômico e combate ideológico na forma do liberalismo centrista, requisitos estes circunscritos apenas aos Estados centrais, sustentados por um Sistema Interestatal forte:

Em 1875, podia ser dito que o Estado Liberal-Imperialista estava seguramente instaurado na Grã-Bretanha e na França e havia mostrado sua habilidade para conter as classes perigosas. Se transformou então num modelo para os demais Estados. O que era mais constante no modelo era certamente a não fidelidade com o livre mercado (uma fidelidade que variava conforme as trocas das posições econômicas de certos países na economia mundial e dos impactos dos seus ritmos cíclicos). O Estado Liberal-Imperialista também era marcado pela fidelidade à maximização dos direitos do indivíduo (uma fidelidade que variava na medida em que os indivíduos usavam seus direitos para desafiar a ordem social básica). O que distinguia o Estado Liberal-Imperial era seu comprometimento com reformas inteligentes por parte do Estado, que poderiam simultaneamente avançar o crescimento econômico (ou melhor a acumulação de capital) e domesticar as classes perigosas (ao incorporá-las na cidadania e oferecer-lhes parte, embora pequena, da torta econômica imperial). Para esse objetivo, o Estado Liberal-Imperial tinha que revolver em torno do centro político e evitar regimes que agitassem, seja por reação ou por revolução. Certamente, para ser capaz de fazer isso o Estado não poderia ter nenhuma questão nacionalista não resolvida frente aos estrangeiros, nem minorias internas fortemente infelizes. Tinha também que ser forte suficiente na economia-mundo para que as perspectivas de prosperidade coletiva não fossem irreais. E teria que ter poder militar suficiente ou aliados suficientemente fortes para que se vesse livre da interferência externa

excessiva. Quando todas essas condições prevaleciam, o Estado Liberal-Imperial estava livre para refletir o conservadorismo coletivo da maioria que agora tinham algo a conservar. Por isso, em primeiro lugar, o Estado Liberal-Imperial tinha que ser forte. Para ser mais claro, no começo a extensão da força do Estado era para conter as classes perigosas. E segundo, o Estado Liberal-Imperial trouxe comprometimento à extensão do sufrágio. Mas como vimos, essa extensão era manejada prudentemente (WALLERSTEIN, 2011[1974]: p. 137; em livre tradução).

O dilema passa facilmente do âmbito nacional para o internacional, do desenvolvimento em si para o desenvolvimento do Poder Estatal e da autodeterminação dos povos para um povo específico. Destarte, categorias binárias, mudança política, democracia e pêndulo político na longa duração do duplo movimento narrado por Polanyi em *A Grande Transformação*. Como diz Wallerstein, enquanto a desigualdade era a norma, não havia a necessidade de entendê-la ou justificá-la, quando passa a ser questionada, a ideologia pura do liberalismo nascida na Revolução entra em choque com a realidade prática do conceito de classe, gerando assim a própria possibilidade do *centrist liberalism*, tal como o autor descreve. Daí advém a problemática do estabelecimento ótimo-econômico da classe média europeia no XIX e o discurso para mantê-los em sua posição.

As classes médias, nacionalmente, e os Europeus, globalmente, buscavam manter suas vantagens apropriando-se do manto da natureza e da virtude para justificar os privilégios. Eles chamavam isso de civilização, e esse conceito era ingrediente chave dos seus esforços. No mundo ocidental, foi traduzido em educação, e a educação se tornou um meio para controlar as massas. Na cena global, começando por Napoleão (mas adotado subsequentemente por todas as outras potências europeias), “o conceito de civilização como ideologia... tornou-se desavergonhadamente uma forma de imperialismo cultural” (WOOLF, 1989, 119) (WALLERSTEIN, 2011[1974]: p. 156; em livre tradução).

De modo que:

O período 1815-1845 foi um em que todos e todo tipo de gente pareciam se mover incertamente rumo a esta transformação do terreno político. Os reacionários tentaram girar o relógio ao contrário, desfazer o terremoto cultural que foi a Revolução Francesa. Eles descobriram, como vimos, que isso não era realmente possível. A camada dominante (e repreendida), por sua parte, estavam à pro-

cura de modos apropriados e efetivos de organização. E o centro liberal estava incerto sobre como deveria e poderia construir uma base política para controlar a agitação social. Eles se concentraram, como já vimos, em construir Estados Liberais – em primeiro lugar e que era mais importante, nos países mais poderosos: Grã-Bretanha e França (WALLERSTEIN, 2011[1974]: p. 156; em livre tradução).

Enfim, em “Global Left vs. Global Right: from 1945 to Today”, artigo publicado em seu *site* oficial, Wallerstein propõe que o ápice do liberalismo centrista ocorreu entre 1945-1970. Não somente atingiu inéditos níveis de crescimento e desenvolvimento econômico, como também avançou na questão da universalidade dos direitos e expansão do número de Estados soberanos. Para compreender esse ápice é necessário compreender que o liberalismo centrista somente pode ser compreendido pela presença dos movimentos antisistêmicos ou radicais, configurando toda uma dinâmica dialética que deu pulsar às correntes de acumulação e poder do Sistema-Mundo Moderno. Ao mesmo tempo, é importante lembrar, o próprio modo de produção capitalista se beneficia da incorporação do ideal da igualdade dentro da lógica consumista, isto é, a incorporação de raças, gêneros e etnias também é a incorporação da potencialidade de consumo, de um mercado específico de preferências mercadológicas, estéticas, etc. Ademais,

“Dada a força dos poderes dominantes e, especialmente, dos Estados Unidos, pode parecer anomalia que os movimentos antisistêmicos emergiram nesse período. Na verdade, foi o oposto. Procurando resistir ao impacto revolucionário dos movimentos anti-coloniais e anti-imperiais, os Estados Unidos favoreceram concessões com a esperança e a expectativa de que trariam ao poder, nesses países, forças “moderadas” que estariam dispostas a operar dentro de normas aceitáveis de comportamento interestatal. Essa expectativa acabou sendo correta. (WALLERSTEIN, 2017; em livre tradução).

Entre 1970-1980, quando os mecanismos monetários e financeiros de *Bretton Woods* estavam entrando em colapso, junto com a então aparente capacidade dos EUA de operacionalizar um regime internacional, o *centrist liberalism* começa a sofrer um revés não somente de dentro para fora, como também de fora para dentro com a começo do declínio do projeto de desenvolvimento soviético. Assim, uma das maiores forças antisistêmicas que levou ao ápice da ordem do liberalismo centrista entra em colapso. Ao mesmo tempo, se suprime qualquer possibilidade de continuidade dos projetos desenvolvimentistas na América Latina. A reestru-

turação da hegemonia americana busca incorporar a China na sua acumulação de poder e fazer os demais Estados reféns da lógica privada de acumulação de capital mediante a utilização de seu poder estrutural para impor os pilares dogmáticos e práticos do Consenso de Washington e do que chamamos Neoliberalismo:

A estagnação da economia-mundo que começou nos anos 1970 (uma fase B de Kondratieff) se combinou com o debilitamento, como resultado da revolução mundial de 1968, da dominação do liberalismo centrista. A combinação permitiu às forças conservadoras promoverem uma tentativa mundial de reverter todas as mudanças políticas, econômicas e culturais ocorridas no período 1945-1970 (WALLERSTEIN, 2012: p. 26; em livre tradução).

A ausência de movimentos antisistêmicos expressivos, o recuo do radicalismo dos partidos de esquerda e as ameaças gerais radicais, não no sentido do TINA (*There Is No Alternative*) de Thatcher e Reagan, mas no sentido de fazer florescer a geocultura do liberalismo centrista, impõe uma realidade em que o viés nomotético da economia ganha força, mesmo que nesse mesmo período também tenham ocorrido avanços em questões sócio-culturais como o casamento *gay* e a legalização do aborto em alguns países do centro, sendo que assim poderíamos sugerir arriscadamente uma espécie de “*centrist neoliberalism*”.

No âmbito do jogo do poder, o neoliberalismo garante a permanência dos jogadores básicos e ascensão da plutocracia financeira internacional e elevação da desigualdade relativa da renda no mundo e dentro das nações, mas por causa mesmo deste fato, principalmente com a crise de 2008, e por causa mesmo da própria estratégia da hegemonia americana com a reorganização da DIT na “base do pacífico” da Ásia/China (no pós-1980) e, ainda, por causa mesmo de uma geocultura idiossincrática na gigante nação chinesa (que poderíamos até apelidar arriscadamente, de novo, de “socialismo centrista”), há ainda uma gama de possibilidades geopolíticas e socioeconômicas que poderiam forçar, de maneira generalizada, a “des”encubação do *centrist liberalism*, só não sabemos se com face Imperialista ou *Bretton Woodiana*. A vitória de Trump e os já recém passados cem dias de seu governo estão aí como pista para apostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: centrist liberalism triumphant, 1789-1914*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2011.

- _____. “A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber”. In: VIEIRA, Pedro Antonio; DE LIMA VIEIRA, Rosângela; FILOMENO, Felipe Amin (Org.). *O Brasil e o Capitalismo Histórico*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012
- _____. “Global Left vs Global Right: from 1945 to today”. Publicado em: 15 de Maio de 2017. Disponível em: <https://www.iwallerstein.com/global-left-vs-global-right-from-1945-to-today/>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

Acontecimento: uma viagem guiada por Žižek

Event: a journey guided by Žižek

Guilherme Figueredo Benzaquen^a

ŽIŽEK, Slavoj. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, 191p.

Existem fenômenos que nos escapam, que parecem grandes demais. Antes deles ocorrerem era impossível prevê-los e depois nossas percepções se transformam radicalmente. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito* é uma importante contribuição de Slavoj Žižek para a compreensão desses fenômenos. O aumento da popularidade do conceito de *acontecimento* faz com que esse livro seja muito bem vindo por problematizar algumas de suas questões centrais. Porém é importante frisar que não estamos diante de uma introdução ou de uma sistematização sobre o tema. Žižek puxa os muitos fios soltos, mas dá poucos nós, pois parece mais interessado em aumentar as dúvidas.

Žižek é um filósofo e psicanalista esloveno bastante conhecido do público brasileiro. Além de suas contribuições para a teoria social já serem bastante relevantes, o seu caráter midiático o tornou uma referência constante nos debates contemporâneos – mesmo que para ser negada. O projeto editorial da Zahar para “Acontecimento” contribui e revela esse uso publicitário do personagem Žižek: o nome do autor é maior do que o do livro, a capa tem uma foto dele assustado/impressionado, e a contracapa tem uma série de elogios dos principais jornais do centro global. Porém, antes de julgarmos um livro pela capa, devemos reforçar que há pelo menos um lado positivo desse caráter midiático que é a popularização do importante debate sobre o conceito de *acontecimento*.

Nesse livro, continuamos a ver o Žižek que se tornou conhecido, aquele cujas referências principais estão na filosofia hegeliana e na psicanálise lacaniana. Esses dois eixos constituem o centro de suas argumentações, porém as referências teóricas mobilizadas são as mais diversas – um passeio que pode causar tontura em alguns momentos, pois, apesar de algumas notas ajudarem, não é uma preocupação do autor explicar detalhadamente todas as referências. Uma das características mais interessantes do livro é a capacidade do autor em mobilizar

a Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

essas teorias para explicar o cotidiano. Žižek utiliza exemplos prosaicos e artísticos para esclarecer suas discussões, porém uma crítica a ser feita é que em alguns momentos as digressões são tão grandes que pode decepcionar os interessados em uma discussão mais centrada no *acontecimento*. Em suma, a leitura de Žižek continua agradável, pois a aridez filosófica é quebrada por um humor ácido – que em alguns momentos beira o desnecessário – e um tom enfático que não faz muitas concessões diplomáticas.

Começemos então a análise do livro, a viagem proposta no título. Na introdução, Žižek se preocupa em colocar “Todos a bordo”. Sabendo do caráter “anfíbio” do conceito de *acontecimento* o autor fornece uma definição inicial: “algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas; algo que surge aparentemente a partir do nada, sem causas discerníveis, uma manifestação destituída de algo sólido como alicerce” (p. 8). Porém, essa definição é apenas uma aproximação porque, pela própria característica do acontecimento como uma ruptura, a definição tem que ser acontecimental, ou seja, deve ela própria ser passível de rupturas. Durante todo o livro, passamos de uma definição a outra para dar conta dessas mudanças. Entretanto quando falamos de acontecimento não estamos lidando com qualquer mudança: o conceito tensiona com a questão, central na filosofia, da causalidade. Esses fenômenos acontecimentais – que geralmente estão em quatro dimensões do social: a religião, o amor, a política e a arte – se mostram, em uma primeira abordagem, como efeitos que superam as causas.

Aqui faremos uma pequena pausa na viagem do livro para ressaltar um aspecto não trabalhado por Žižek. Em termos mais próximos da teoria social, poderíamos pensar que a estrutura circular do acontecimento, ou seja, a sua capacidade em definir retroativamente causas e razões, impõe uma abordagem não linear da teoria da história. Parece-nos que essa é uma das principais contribuições dessa discussão para a reformulação da abordagem de certos fenômenos sociais. Nesse sentido, se definimos os protestos de junho de 2013 no Brasil como acontecimento, devemos pensá-lo tendo noção de que a reformulação do campo político feita por esse acontecimento nos revela somente a posteriori suas causas. O que, em certo sentido, faz com que ele crie as próprias causas ao mudar a forma como percebemos a política nacional. Um argumento a favor dessa perspectiva é que as projeções, feitas antes do acontecimento, dos principais sociólogos brasileiros não apontavam nada próximo ao que passamos a viver após junho de 2013.

Voltando à viagem e para finalizar a sistematização do primeiro capítulo, lembramos que Žižek introduz uma importante questão: seria o acontecimento

uma mudança na própria realidade ou na nossa apreensão da realidade? Segundo o autor, a filosofia oscilou, desde sua origem, entre uma abordagem transcendental e outra ontológica. A primeira tem como representante elencado Heidegger e está preocupada em como a realidade se apresenta para nós. Para ela, seria mais importante pensar as mudanças na apreensão da realidade. Já a segunda se preocupa com a própria realidade e hoje tem como principal representante não os filósofos, mas a ciência natural. Nela, os acontecimentos são uma propriedade do real. Mais do que escolher entre uma e outra, a questão é importante para demonstrar dois níveis diferentes do acontecimento e de colocar em foco a relação entre eles.

Seguimos viagem e, na “Primeira parada: estruturar, reestruturar e enquadrar”, o autor lida com o acontecimento como mudança no enquadramento da realidade. Para entender essa perspectiva heideggeriana, daquilo que foi chamado de filosofia transcendental, Žižek utiliza a análise de filmes a partir de um enfoque lacaniano. A noção de inconsciente é mobilizada, pois, mais do que um espaço pré-lógico, para Lacan, ela é “um conhecimento simbolicamente articulado ignorado pelo sujeito” (p. 15). Portanto, a relação do sujeito com o real é mediada e a reestruturação do enquadramento – o acontecimento – tem limites. Esse limite se dá no fim do enquadramento, quando o real se apresenta em sua forma mais viva, o que seria em termos psicanalíticos a travessia da fantasia, significando a aceitação da fantasia no lidar com o real. Esse capítulo termina com um retorno a Heidegger para demonstrar que sua ideia de superação da técnica é útil para a discussão sobre acontecimento. Por técnica, Heidegger entende uma atitude em relação à realidade e sua superação significa “a emergência de um novo ‘mundo’ (um horizonte de significado no interior do qual todas as entidades aparecem)” (p. 34).

Na parada seguinte, Žižek começa o capítulo problematizando a distância entre a estrutura racional e a realidade material contingente. Esses dois níveis não coincidem necessariamente e a ideia de recipiente negativo busca dar conta dessa distância, representando “dentro da estrutura de classificação, como um de seus elementos, aquilo que escapa a essa estrutura” (p. 38). Essa é apenas uma das possibilidades da distância, porém é significativa porque é o ponto em que o acontecimento, como contingência histórica, intervém na estrutura formal. Depois é trabalhada a questão central do capítulo – intitulado de “*felix culpa*” (queda feliz) – que lida com o acontecimento como queda, como perda de uma unidade harmônica que nunca existiu. Esse é um tema religioso comum no cristianismo, porém também está presente em teorias científicas como a do Big Bang e da simetria quebrada. Esse tipo de acontecimento é o que está ligado à quebra do curso

normal das coisas. Em todos os exemplos analisados, “*coisas surgem quando o equilíbrio é destruído, quando algo dá errado*” (p. 55).

O terceiro capítulo - “O budismo naturalizado” - lida com o acontecimento como iluminação. Nele Žižek critica o budismo e a neurobiologia por suas tentativas de superar o *self* que é definido aqui como uma subjetividade com agência responsável livre. O autor caracteriza o budismo como um complemento ideológico para o capitalismo, já que defende uma não ação que reforça o *status quo*. Tanto a iluminação budista quanto a redução da vida aos impulsos neuronais prometem o fim da responsabilidade do sujeito, mas ela teima em voltar na vida prática. Não seríamos capazes de abandonar completamente a ideia de destino, porém também não seríamos de nos livrar da responsabilidade. Žižek defende a necessidade da subjetividade – mesmo que seja ilusória como aponta Habermas – para a vida prática cotidiana: “o verdadeiro acontecimento é o da própria subjetividade” (p. 74).

A quarta parada é tão densa que necessita de três conexões, é necessária uma leitura atenta para entender os propósitos do passeio pela história da filosofia. Aqui Žižek aborda “Os três acontecimentos da filosofia” relacionados aos três filósofos-chave na metafísica ocidental: Platão, Descartes e Hegel. Por acontecimento filosófico, o autor entende “*uma intrusão traumática de algo novo que permanece inaceitável para a visão predominante*” (p. 76). Os três filósofos seriam exemplos disso, o que indica o fato de toda a filosofia buscar negar ao menos algum deles com o objetivo de controlar suas loucuras. No caso de Platão, o amor e a política são analisados para pensar como o filósofo contribui, apesar de algumas limitações, para a discussão sobre a relação entre aparência e realidade. Propondo-se a fazer uma leitura de Platão que supere Platão, Žižek aponta o erro do autor como sendo a ontologização das ideias, ou seja, entendê-las como pertencendo a uma outra ordem da realidade verdadeira. Pelo contrário, o filósofo esloveno propõe que se conciliem as duas esferas entendendo o real que há nas aparências. Já sobre Descartes, Žižek parte do *cogito* que reduz o ser humano ao processo de pensar sem nenhum objeto externo. Essa teoria o permite pensar a loucura e o sujeito pós-traumático, ambos casos em que o sujeito se depara com um acontecimento mental importante: a existência de algo ao invés de nada em sua mente. A última conexão é dedicada à Hegel. A discussão sobre Hegel fornece o subsídio para a percepção da importância do momento de enunciação para o acontecimento. Na enunciação, o passado – que pode se constituir de erros – é ressignificado. Por isso, o acontecimento é capaz de legitimar um ato que acontece sempre cedo – não há ainda as condições necessárias – e tarde demais – a urgência do ato demonstra que ele sempre já deveria ter ocorrido.

A quinta parada também conta com três conexões, porém agora elas estão relacionadas com “Os três acontecimentos da psicanálise”. Žižek introduz os conceitos lacanianos de real, simbólico e imaginário para propor uma classificação dos acontecimentos baseada nessa tríade. O real “só pode ser discernido em seus vestígios, efeitos e consequências” (p. 112). O acontecimento como real só pode se dar através de um encontro traumático com a Coisa, ou seja, com aquilo que padece de significativo. Para exemplificar esse encontro, o autor analisa o holocausto judeu, o papel do pai na relação com a Coisa, e a relação entre amor e sexo. A segunda conexão dá conta do simbólico, “o outro invisível que estrutura nossas experiências da realidade, a complexa rede de regras e significados que nos faz ver o que vemos da maneira como o vemos” (p. 112). O acontecimento simbólico ocorre quando muda completamente essa estrutura, tendo esse novo significativo-mestre a capacidade de estabelecer sua própria realidade social. Quando muda o significativo-mestre ele cria para si um passado, ou seja, algo que ocorre contingencialmente cria suas necessidades. Deleuze é uma referência importante com seu conceito de passado puro para explicar a mudança retroativa. Há nesse acontecimento a reversão de uma temporalidade do ainda-não aconteceu para o sempre-já aconteceu. A última conexão aborda o acontecimento imaginário quando ocorre a dessubstancialização acontecimental. As aparências se impõe e, no olhar de Žižek, isso é comum ao budismo, aos haikais e à facínoras.

Estamos chegando ao final da viagem e na penúltima parada Žižek discute “A anulação de um acontecimento”, enfocando o caráter emancipador da modernidade. Impressiona aqui um retrato bastante positivo dos feitos que tiveram como marco a Revolução Francesa. Esse estaria sendo anulado por práticas e discursos que reforçam a opressão. Quer concordemos ou não com essa visão da modernidade, é importante ressaltar dois fatores que se sobressaem com esse capítulo: a capacidade do autor de articular as discussões conceituais com uma crítica do contemporâneo e o debate acerca do fim dos acontecimentos. O que ocorre após um acontecimento? Qual sua capacidade de se manter um acontecimento? Em que ele se transforma? Essas são questões que circundam o debate sobre acontecimentos e a contribuição de Žižek é um tanto pessimista perguntando se a anulação seria o destino de todos os acontecimentos.

A conclusão, intitulada “Destino final: ‘Nota bene!’”, é um chamado para que prestemos atenção à possibilidade de acontecimentos atualmente. Aqui Žižek expõe sua herança da concepção de acontecimento de Badiou: “uma contingência (um encontro ou ocorrência contingente) que se converte em necessidade, ou seja, origina um princípio universal exigindo fidelidade e trabalho duro em favor da nova

ordem” (p. 165). O triunfo do capitalismo na imposição da ideologia do empresário de si mesmo, na qual o controle é também autoimposto, seria um dos fatores que explicariam a dificuldade de um novo acontecimento. O autor argumenta que a falta de uma resposta consistente da esquerda aos processos políticos em curso seria um dos responsáveis para esses tempos pré-acontecimentosais.

Terminamos esse diálogo com Žižek expondo uma discordância com suas palavras finais. Parece-nos que vivemos sim tempos acontecimentosais, pois esse conceito se mostra valioso para a compreensão de vários fenômenos contemporâneos de transformação social. Pode ser que os rumos não sejam emancipatórios, porém fazer uma delimitação normativa do conceito nos parece redutor – e não é o que pretende o autor. Pode ser que ainda não tenhamos plena consciência de qual será o novo enquadramento da realidade, mas ele está mudando. Basta ver a confusão na interpretação e na própria realidade – sobretudo a brasileira.

A singularidade das práticas culturais

Entrevista com Bernard Lahire

Realizada por Enio Passiani^a, Julio Souto Salom^b e Gabriele dos Anjos^c

Professor da École Normale Supérieure de Lyon; diretor do grupo de pesquisa *Dispositions, pouvoirs, culture et socialisations* do Centre Max Weber; laureado, em 2012, com a *Médaille d'Argent*, prêmio do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) concedido todo ano a pesquisadores reconhecidos pela originalidade e importância de seus trabalhos, tanto no âmbito francês quanto internacionalmente; felizmente, presença frequente no mundo acadêmico brasileiro, Bernard Lahire é, hoje, sem a menor sombra de dúvida, uma referência incontornável da sociologia contemporânea.

Sua sociologia das práticas culturais¹ apoia-se em pesquisas empíricas de um leque variado de objetos de investigação, como hábitos de leitura, práticas de escrita, consumos culturais e a articulação entre as condições sociais dos escritores e os processos de criação literária, todos emoldurados e balizados por uma mesma preocupação teórica, a saber, a singularidade dos agentes sociais. Daí a preocupação em elaborar e desenvolver uma sociologia em escala individual cujos resultados lhe permitiram propor uma teoria da ação que dialoga frontal e criticamente com a obra de Pierre Bourdieu, assumido pelo próprio Lahire como seu principal, mas não único, interlocutor intelectual.²

A oposição de Lahire a Bourdieu, no entanto, não significa o completo abandono do segundo pelo primeiro; ao contrário, é como se a sociologia de Lahire completasse, atualizasse e mesmo refinasse, em suas lacunas e pontos cegos, a de Bourdieu, fazendo avançar, dessa maneira, o conhecimento sociológico a propósito de uma questão nuclear, e até hoje de difícil resposta para as ciências sociais, que é

a Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: eniopassiani@gmail.com.

b Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e professor substituto no Departamento de Sociologia na mesma universidade. E-mail: juliosouto2103@gmail.com.

c Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS). E-mail: gabrioleanjos@gmail.com.

1 A nosso ver, definir o projeto intelectual de Lahire como uma “sociologia das práticas culturais” nos parece mais preciso do que referenciá-la genericamente como “sociologia da cultura”, até porque nos parece também mais fiel aos temas, questões e problemas empíricos investigados pelo autor.

2 Tal confissão se encontra, entre outros lugares, na entrevista concedida por Lahire à revista *Sociologias* em seu número 28. Ao final desta apresentação o leitor encontrará a referência bibliográfica completa.

a relação entre indivíduo e sociedade, ou, se preferirmos, entre agente estrutura, ou ainda entre subjetivismo e objetivismo. Não importa muito qual nomenclatura se adote, a preocupação é a mesma: descobrir até que ponto as estruturas se impõem e determinam os indivíduos, qual o grau e alcance da autonomia do agente e sua capacidade de improvisar diante dos constrangimentos sociais.

Sem aderir ao individualismo metodológico ou às perspectivas pós-modernas que encaram a fragmentação do agente como pressuposto *a priori* ao invés de tomá-la como hipótese de trabalho, a proposta de Lahire sugere que se pode compreender de modo mais profundo e adequado certos fenômenos macrosociológicos observando de perto o comportamento individual. Para ele, a ação pode oscilar entre a reflexividade – que equivale a momentos de preparação e planejamento – e momentos de performance, de urgência prática sem qualquer forma de racionalização imediata. Frequentemente, os agentes mobilizam em suas ações um estoque plural e até contraditório de disposições adquiridas e internalizadas em múltiplos processos de socialização que ocorrem em contextos sociais heterogêneos. Observa-se justamente nesse ponto sua divergência em relação a Bourdieu, para quem, segundo Lahire, há um único princípio gerador de todas as práticas, o *habitus*, que pode ser transferido de um domínio a outro, resultando, portanto, numa reprodução estável do *status quo*. Para Lahire, o “*habitus* monolítico” proposto por Bourdieu não é falso, mas equivale apenas a um caso singular do possível (social) que não pode ser generalizado a todas as populações e situações.³

Essas e outras questões são tratadas na entrevista que se segue. Gostaríamos, para arrematar, de agradecer imensamente ao Professor Bernard Lahire por toda sua gentileza e solicitude, e também aos esforços e generosidade da Professora Cinara L. Rosenfield, responsável pela visita do Professor Lahire ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2014, que em meio a uma agenda tão ocupada conseguiu mesmo assim conceder-nos esta oportunidade.

Revista Plural *Professor Lahire, queremos primeiramente lhe agradecer por esta ocasião. A primeira questão pode ser vista como uma pequena provocação: no livro Coisas ditas,⁴ Bourdieu afirma que, de um ponto de vista científico, é mais*

3 A sociologia de Lahire, assim como qualquer outra, também é alvo de muitas críticas, acusando-a, inclusive, de recair num determinismo objetivista semelhante ao de Bourdieu. A esse respeito, consultar: Alves (2016), Nogueira (2016) e Vandenberghe (2016).

4 BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Minuit, 1987. (Collection Le sens commun). Edição brasileira: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 65-66.

interessante utilizar Marx contra Marx, Durkheim e Weber contra Marx, Marx e Weber contra Durkheim e assim sucessivamente. Em sua prática sociológica, você utiliza Bourdieu contra Bourdieu? E sua sociologia é uma denegação ou uma atualização da sociologia de Pierre Bourdieu?

Bernard Lahire É uma questão muito provocante! Para mim, é o que chamo de um “prolongamento crítico”, que pode ser visto nessa pequena fórmula que por vezes utilizo: “trabalhar com Bourdieu contra Bourdieu”. É um pouco redutor dizer isso, pois eu penso em ler Bourdieu também com outros autores, evidentemente. Primeiramente, há autores para mim importantes – são muitos para serem nominados –, mas eu penso em Foucault, por exemplo; eu penso em autores não tão utilizados na sociologia e que foram muito importantes na minha formação, como, por exemplo, Mikhail Bakhtin, que é mais estudado em história ou em teoria literária que em sociologia; eu penso também em filósofos como Maurice Merleau-Ponty, etc. Então, para mim, é um prolongamento, e de forma alguma uma negação completa da obra de Bourdieu. Na França, há colegas que dizem: “ele se opõe a Bourdieu, fazendo outra coisa paralelamente, sem dialogar, por vezes criticando de uma maneira muito sumária, rápida, Bourdieu”. No entanto, todas as minhas críticas encontram apoio no interior da tradição que Bourdieu representa. Bourdieu dedicou seu tempo a lembrar que ele foi um descendente de Durkheim, de Weber e de Marx, de uma certa maneira... É uma sociologia que ao mesmo tempo leva em conta a formação dos indivíduos e o que se chama de “disposições sociais”, um conceito na minha opinião muito importante, e ainda mais importante que o conceito de *habitus*. Ele é muito sensível às relações de dominação no mundo social, uma coisa que ele retoma tanto de Max Weber como de Marx, por exemplo. E mais, ele é alguém que acredita que se pode atingir uma ciência social um pouco objetiva, ao se trabalhar com método, sendo reflexivo sobre a maneira como se trabalha, sobre os dados que se produz, etc. Tudo isso, eu penso, me parece ser evidência de meu ofício de sociólogo. Então, eu me sinto totalmente inserido nessa tradição, uma tradição, para dizer outra vez, que vem de Durkheim, de Weber, de Marx, e que foi continuada por antropólogos e sociólogos como Maurice Halbwachs, Marcel Mauss e também continuada por Bourdieu, por Jean-Claude Passeron e outros.

Revista Plural *Há aqui no Brasil um tipo de preconceito contra a sociologia da literatura e do campo intelectual. Essa sociologia não foi considerada por certo tempo uma sociologia relevante. Por oposição, pensamos na sociologia francesa, que estabeleceu uma tradição importante de pesquisa sociológica da literatura.*

Talvez você não conheça a sociologia brasileira em todas as suas particularidades, mas você pode formular uma hipótese para explicar esse tipo de fenômeno?

Bernard Lahire É difícil, pois mesmo na França a sociologia da literatura não é uma sociologia muito reconhecida. Há os grandes nomes, como Bourdieu, com seu livro *As regras da arte*,⁵ seu trabalho sobre Flaubert, ou Lucien Goldmann, que hoje em dia não é mais lido pelos sociólogos – é preciso também levar isso em conta. Eu penso na seguinte hipótese, ligando coisas totalmente concretas na história das instituições e na história de indivíduos que fazem pesquisa: na França, se essa sociologia tem um pouco mais de peso, é porque alguém como Bourdieu, um nome muito legítimo, decidiu trabalhar sobre a literatura, sobre o campo literário, sobre Flaubert, Baudelaire, enfim, sobre o campo literário no fim do século XIX. É porque Bourdieu começou a trabalhar sobre essas questões que elas ganharam um pouco mais de peso. Mas se você considera os pais fundadores, nenhum trabalhou sobre a literatura. Durkheim não fala de literatura, Max Weber não faz estudos sobre literatura (mas ele faz estudos sobre a música, não é desinteressante...), Marx não fala disso como sociólogo, na verdade. Depois, Halbwachs, todos da escola de Durkheim, pesquisam o trabalho, a religião, a educação, muito pouco a cultura (os grandes domínios da cultura) e, enfim, a literatura estava completamente ausente. Toda essa pesquisa é uma coisa muito recente e eu acho que ela se coloca um pouco “por acaso”. É porque Bourdieu decidiu tomar por objeto um autor como Flaubert. Em seu caso, se ele fez isso, é porque há um precedente também, que é o Flaubert de Sartre. Então, vejam, no caso francês, que eu conheço um pouco melhor, a pesquisa sobre o assunto está ligada a cadeias de transmissão como essa. Bourdieu foi ao mesmo tempo admirador de Sartre e muito irritado com Sartre. Admirador da capacidade de Sartre de fazer as coisas em todos os domínios: teatro, escrita literária romanesca, filosofia, engajamento político, etc. E ao mesmo tempo muito agressivo contra Sartre, pois evidentemente Sartre tem um lado muito antissociólogo, no plano de análise que desenvolve. Então, no momento em que Bourdieu publica seu trabalho sobre Flaubert, ele o faz contra Sartre. E, por outro lado, Sartre morrera muito tempo antes. Sartre morrera em 1980 e *As regras da arte* foi publicado em 1992; doze anos após, Bourdieu está ainda em diálogo com Sartre. E, além disso, na França, havia uma certa publicidade do livro que dizia “o Flaubert de Bourdieu” (está subentendido “após o Flaubert de Sartre”). Então, por tudo isso, é normal que haja

5 BOURDIEU, Pierre. *Les Règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1998. Edição brasileira: *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

esse interesse da sociologia pela literatura com esses dois autores. Mas, no Brasil, eu não sei. Talvez em São Paulo...

Revista Plural *Como você considera a literatura enquanto objeto sociológico em relação à história da sociologia?*

Bernard Lahire *A priori*, a literatura é um objeto nobre. Então, o problema que pesa sobre a literatura não é o mesmo que pesa sobre o esporte, por exemplo. Quando Norbert Elias começou a trabalhar sobre o esporte, ele era um filósofo, e para a filosofia isso significa uma decadência, um declínio. Aí se vê bem que há uma hierarquia de objetos, e o esporte não ocupava, à época de Elias, uma posição muito alta na hierarquia dos objetos. Hoje em dia eu não sei se é a mesma coisa... Também no Brasil é muito diferente... Mas o futebol continua a ser algo muito popular na França e não muito considerado na hierarquia dos objetos culturais. Quando se faz sociologia do esporte, frequentemente se tem dificuldade de fazer reconhecer o interesse de seu trabalho. Isso porque o objeto é muito baixo e a literatura é muito alta em um país como a França. Mesmo no Brasil, é ensinada pelo sistema escolar, é aceita, respeitada, e ainda que poucas pessoas leiam, mesmo assim há autores muito conhecidos. Então, quem vai se ocupar de qual objeto em tal momento de seu percurso como sociólogo, é algo frequentemente ligado a histórias muito biográficas.⁶ Talvez possamos esperar que haja uma forte sociologia da literatura na França.

Revista Plural *Você pensa que a literatura é uma espécie de sociologia do conhecimento?*

Bernard Lahire Sua questão supõe que a literatura seja uma forma de conhecimento. Sim, podemos dizer isso, mas ao mesmo tempo reduziríamos em parte o que é a literatura. Não podemos negar a especificidade da literatura. Porque se dizemos que a literatura é uma forma de conhecimento, é necessário explicar, por exemplo, se pesquisamos as visões de mundo, as estruturas cognitivas, os autores que escrevem romances, peças de teatro, poesia, etc., e reduzimos a função da literatura porque há uma dimensão estética, formal, estilística.

Então, eu creio que a sociologia da literatura pode partir da sociologia do conhecimento, isso é certo. Mais ainda, com a estrutura romanesca, notadamente... De fato, eu estou convencido disso, mas também há muitos colegas que

6 Algo como biografias individuais inseridas em uma história disciplinar nacional [Nota dos entrevistadores].

trabalharam a partir dessa ideia. Por exemplo, Jacques Dubois, da Universidade de Liège (Bélgica), trabalhou sobre os romancistas “do real”, observando que os escritores de romance franceses do século XIX, desde Balzac, Stendhal, Flaubert, Zola, Céline, Proust, etc., são pessoas que quiseram fazer “sociologia antes da sociologia”. Quer dizer, eles quiseram mostrar como o mundo social funcionava, eles quiseram desvelar a violência do mundo, as relações de dominação, as estratégias das pessoas... Balzac fez isso: mostrar as estratégias das pessoas que querem progredir na sociedade, e eles aprendem a fazer bons casamentos, a utilizar técnicas para conseguir obter poder, etc. Em Proust, há uma análise formidável da maneira pela qual as pessoas que possuem heranças sociais contrastantes agem em interações diferentes, em meios diferentes... É um interacionismo estrutural, se é possível dizer isso.

Revista Plural *Há uma literatura quase científica no século XIX?*

Bernard Lahire Sim... Primeiro, Zola disse que ele quer fazer algo de científico. Ele falava do naturalismo como um romance experimental, à imagem da medicina experimental, de Claude Bernard. Eu acho que ele levou um pouco longe as coisas, mas ele teve essa vontade. Foram publicados os cadernos etnográficos de Zola. Sabe-se também que Flaubert escrevia notas, ele fez *croquis* para depois os descrever. Ele não escreve sobre os cirurgiões sem ler livros de cirurgia, para não dizer coisas “falsas” sobre o mundo dos cirurgiões. É todo um desejo de dizer coisas verdadeiras. Tudo isso contribui para essa ideia de que a literatura é também uma forma de conhecimento.

Mas, ao mesmo tempo, ela não se reduz a uma simples forma de conhecimento. Porque há o prazer estético: a alegria de ler as palavras escritas numa certa ordem, de uma certa maneira... Há todos os aspectos de composição, de estilo, etc. Evidentemente, é isso que distingue o escritor de um historiador ou de um sociólogo (mesmo quando eles escrevem bem).

Revista Plural *Em A Cultura dos indivíduos⁷ você assume o paradigma da legitimidade cultural (Bourdieu, Passeron, Grignon), mesmo colocando nuances importantes. Você duvida do caráter monolítico do habitus e de sua simples transferência entre diferentes contextos de ação (o que constitui as “dissonâncias” ou variações inter e intraindividuais nas práticas culturais de alta e baixa*

7 LAHIRE, Bernard. *La culture des individus: dissonances et distinction de soi*. Paris: Éd. La Découverte, 2004. (Collection Textes à l'appui/ Laboratoire des sciences sociales). Edição brasileira: *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

legitimidade) e nega também a correspondência automática entre “as práticas culturais de alta legitimidade” e “grupos dominantes” (e de maneira complementar, a correspondência entre “práticas culturais de baixa legitimidade” e “grupos dominados”), contradizendo obras como A distinção.⁸ Contudo, você sustenta a existência de desigualdade simbólica entre as diferentes práticas culturais (por exemplo, a ópera é uma prática mais legítima do que o karaokê, o que pareceria evidente). Como podemos medir de maneira empírica e objetiva a desigualdade da legitimidade cultural entre as práticas sem recorrer a impressões ou consensos muito evidentes? Isso parece particularmente complexo para as práticas e os produtos culturais de legitimação recente ou instável, como o romance policial ou as histórias em quadrinhos.

Bernard Lahire Essa é uma questão extremamente difícil. Porque quando se tenta compreender, mesmo grosseiramente, a cultura legítima, muito legítima, medianamente legítima, muito pouco legítima, etc., você tem dois tipos de reação em um público. Você tem gente que diz: “por que para você a história em quadrinhos é um tipo de cultura menos legítima que Proust ou algum outro?” e dizem: “prove que Proust é superior à HQ”. De outro lado, há pessoas que dizem: “mas é evidente isso que você diz, porque a HQ não é literatura”. Então você tem gente que pode considerar que o que você diz no fundo é banal, e outros que de fato se opõem a isso e que ficam chocados. É muito difícil explicar que o sociólogo não está lá para dizer que as HQs não são tão boas, mas para constatar que efetivamente elas são julgadas como menos boas. A seguir, a questão extremamente difícil a ser tratada é: como saber o grau de legitimidade cultural de uma prática? N’A *cultura dos indivíduos* eu retomo um argumento de Marx que pode parecer tautológico, mas que é muito útil quando se pesquisa. Marx diz que “a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante”. Se você toma essa fórmula e a aplica ao domínio da cultura – “a cultura dominante é a cultura da classe dominante” –, ela talvez seja tautológica, mas cruzando a classe social com as práticas culturais, você pode fazer uma ideia do que é consumido e praticado nas classes mais altas. Haverá sem dúvida colegas que dirão também “mas por que você considera essa classe como superior?”. Mas aí eu abandono o combate, porque se alguém não considera que há hierarquias sociais, então não há mais sociologia... Mas se consideramos que há hierarquias sociais, que há os mais pobres, é difícil saber onde cortar, mas de fato é evidente que há pobres, há aqueles um pou-

8 BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1982. (Collection Le sens commun). Edição brasileira: *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP, 2007; Porto Alegre: Zouk, 2007.

co menos pobres, há ricos e há muito ricos. Bom, se cruzarmos estatisticamente, mesmo com instrumentos que não são perfeitos (na França utilizam-se as categorias sócio-profissionais. Por exemplo, você pode ter o grupo dos operários e no seu interior há operários qualificados, operários pouco qualificados, etc. Você pode fazer os arranjos que quiser, depois) com as práticas, você vê que há preferências culturais que são muito marginais junto às classes superiores e você tem preferências culturais que são muito marginais junto às classes populares. Muito poucos operários se encontram em concertos de ópera. Muito poucos operários, praticamente nenhum operário sem grande capital escolar, se encontra em um teatro clássico, etc. Há alguma coisa de tautológico: como o mundo social é hierarquizado, é essa hierarquia que contribui para constituir os graus de legitimidade. No momento em que há alguém legítimo que começa a fazer alguma coisa, as pessoas consideram isso igualmente legítimo. Na corte do rei Luis XIV, se o rei fazia algo, as pessoas queriam imitar o rei. O sistema da moda é assim, também: há pessoas que dão “o bom gosto”, que dizem “eis o bom estilo”, “eis a boa vida”, e há outros que tentam correr atrás desse estilo de vida, dessa maneira de viver, desse estilo de literatura que se lê, etc.

Então, bom, as primeiras coisas a serem feitas, em minha opinião, são os cruzamentos estatísticos, para ver quais são as práticas culturais da classe dominante. Depois, há o trabalho de historiador, que mostra como é construída a legitimidade de um objeto. Por exemplo, sobre a história em quadrinhos, há colegas que trabalham sobre o crescimento da legitimidade da história em quadrinhos. Isso se trabalha empiricamente, com o estudo das tomadas de posição, dos discursos. É interessante considerar, por exemplo, a partir de qual momento um grande editor muito legítimo começou a publicar histórias em quadrinhos. Ou: a partir de qual momento as pessoas altamente escolarizadas, cultivadas, etc., fazem a escolha de HQs, quando eles poderiam ser pintores, desenhistas, etc. Se pode ver isso! É a mesma coisa com o jazz! O jazz ascendeu à legitimidade porque se viu, cada vez mais, pessoas altamente formadas musicalmente que fizeram a escolha pelo jazz e que o fizeram progredir. E depois você tem os críticos musicais que defendem nas revistas (sobretudo “chiques”) o jazz, a revolução do *be-bop* e coisas assim. E se viu como isso aumenta a legitimidade do jazz, ao ponto de que o jazz é hoje em dia altamente considerado na Europa. Nesse momento há concertos de jazz que podem ser considerados “mais chiques” que certos concertos clássicos. E devemos lembrar que nos anos 1930 o jazz foi considerado um gênero musical muito baixo, como “a

música dos pretos”,⁹ com uma visão muito racista. Havia um acadêmico francês, George Duhamel, que disse que o jazz era “a música dos negros”,¹⁰ um termo muito pejorativo na França. E, bom, esse tipo de música também era comentada como “música para dançar”, “música ligeira”, enfim, “não a verdadeira música”. E nos anos 1960 já é uma música extremamente chique.

Então, isso quer dizer que se pode trabalhar sobre esse aumento de legitimidade, é preciso trabalhar as críticas, a formação dos autores, é necessário trabalhar os editores de música, a qualidade da sala que aceita a música de jazz, etc. E se pode fazer essa mesma reconstrução sobre as histórias em quadrinhos, sobre o romance policial, sobre o romance de ficção científica... E, assim, paulatinamente se chega a uma visão um pouco clara sobre uma situação que não é jamais definitivamente fixada. Hoje em dia as histórias em quadrinhos têm uma posição muito mais alta que há quarenta anos. Pode-se observar como anos atrás as histórias em quadrinhos foram excluídas da escola. Ela era uma subliteratura. Agora, se vê entrar nas bibliotecas das escolas primárias clássicos das histórias em quadrinhos, como Tintin (Hergé), Asterix e Obelix (Goscinny e Uderzo), etc. Quer dizer, de repente há “clássicos” nas HQs. E encontramos agora, nos manuais escolares, nos materiais sobre os gauleses, trechos de Asterix. Vimos também crescer a literatura para jovens, que entrou no *corpus* da literatura legítima ensinada no liceu.

Então, tudo isso são movimentos que devem ser estudados. É um trabalho muito longo e responde a certo caráter cético da sociologia, que crê que não haja coisas que se vejam assim, de forma fácil. É necessário multiplicar os índices para chegar a mostrar que pelas propriedades de seu público, pela recepção crítica, pelo lugar onde ele está publicado, pelo nome do editor, etc., há agora tal posição na hierarquia.

Lamento ter me alongado, mas é uma questão muito, muito complicada.

Revista Plural *Há outra questão sobre o paradigma da legitimidade e o funcionamento das diferenças culturais como desigualdades sociais. Em obras clássicas desse paradigma, as práticas de “alta legitimidade” são associadas à cultura humanista e literária europeia, e as práticas de “baixa legitimidade” a uma combinação das culturas folclóricas tradicionais e das indústrias culturais ou cultura de massa. Contudo, em sociedades culturalmente heterogêneas como a brasileira, que integra em sua identidade nacional diferentes matrizes (afro-*

9 “La musique des noirs” no original [Nota dos entrevistadores].

10 “La musique des nègres” no original [Nota dos entrevistadores].

-brasileira, ameríndia, imigração oriunda de diversos países), parece complicado classificar as diferentes práticas culturais em um cenário único de concorrência pela legitimidade. Talvez isso se produza recentemente nas sociedades europeias cada vez mais interculturais, o que põe em questão o caráter monolítico das identidades nacionais. Como podemos considerar em uma escala única de legitimidade práticas e esferas culturais tão diversas que parecem algumas vezes tão isoladas umas das outras?

Bernard Lahire N’*A cultura dos indivíduos* eu considerei esse problema porque, justamente, penso que uma das faltas da teoria da legitimidade cultural, como foi formulada por Bourdieu, é de pensá-la a partir de uma escala única. Então, mesmo em um país como a França, isso é cada vez menos simples. E isso começou a ser menos simples com o desenvolvimento das indústrias culturais: a televisão, o rádio, a internet etc., que modificaram muito as relações de forças entre os tipos de culturas. Há a cultura do entretenimento de um lado, a “cultura acadêmica”, “educada” etc., de outro. Mas, de fato, os intelectuais que aparecem na televisão não são respeitados, as pessoas riem deles. Podemos ver um intelectual na televisão e frequentemente há um humorista que dirá: “Ah, não! O que você disse é uma besteira”. Há uma inversão do jogo nos anos 1980 que é muito interessante. Bourdieu, em 1982, com seu livro *A economia das trocas linguísticas*,¹¹ apareceu em um programa de televisão sobre literatura. E ele estava sentado ao lado de um cantor popular que utiliza um linguajar com gírias, Pierre Perret. Bourdieu caiu em uma armadilha quando Pierre Perret disse: “Lamento, mas eu não sei se eu compreendi o que Bourdieu escreveu, eu tentei, mas não compreendi nada”, coisas assim. E Bourdieu ficou incomodado. Penso que ele não compreendeu que não há um único mercado dominante. Eu falei muito dessa pluralidade de mercados n’*A cultura dos indivíduos*. Se há muitos mercados, a posição dominante em um mercado é pouco valorizada em outro. Bourdieu, como professor do Collège de France, é o representante da posição mais alta na cultura acadêmica e educada, mas nessa situação na televisão, pode parecer como um tipo incompreensível, arrogante, etc. Se estamos em uma sala de aula e alguém diz que não compreendeu os textos de Bourdieu, será dito a ele: “Então saia da minha aula, vá trabalhar para compreender”, mas na televisão não se pode fazer isso. Não há um único mercado. E é um erro de Bourdieu dar a impressão de que há um único mercado, que as classes populares são sempre dominadas e que a única coisa que

11 BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire: l’économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982. Edição brasileira: *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP, 1996.

elas podem fazer é tentar imitar as outras classes. A ideia de *vergonha cultural*, em Bourdieu, é muito forte. A ideia de que nos meios populares há uma vergonha e que ninguém diz que se aborrece com a música clássica. Quando eu fiz minha pesquisa eu não encontrei essa vergonha: quando alguém não gosta de música clássica, diz: “eu não gosto de música clássica”, e quando eles adoram um cantor popular, eles dizem: “eu adoro esse cantor popular”, de maneira totalmente assu-mida. Então, eu penso que Bourdieu exagerou muito. E falando da Europa – eu sei que o Brasil é especialmente complexo – mas, mesmo falando da Europa, eu penso que há muitos mercados e que eles estão em concorrência pela apropriação da atenção das pessoas.

É a questão do tempo! Podemos ver como é o tempo de consumo de televisão em relação ao tempo de leitura. E entre os jovens se pode ver como o tempo de leitura decresce em relação ao tempo de consumo de televisão. Isso quer dizer que a televisão consegue captar o tempo, a atenção e o interesse dos jovens de tal maneira que não há mais tempo para ler. É uma relação de força.

E encontramos no mundo social pessoas que não se situam na mesma escala de legitimidade. É necessário complexificar um pouco as coisas. Porque em todos esses mercados há graus de legitimidade. Por exemplo, eu tenho um filho de 16 anos, e nessa idade ele não se interessa pela música clássica. Mas ele e seus amigos são muito conhecedores no domínio da música eletrônica contemporânea, ou outros do *heavy metal*, etc. Nesses espaços você tem grupos “muito legítimos”, muito pouco conhecidos, muito chiques para eles, etc. Quando eu escrevi *A cultura dos indivíduos* havia um jovem que respondia à pesquisadora: “sim, eu ouço *heavy metal*, mas são grupos que você não conhece, não pode conhecer, são grupos noruegueses, pouco conhecidos”. Trata-se de estratégias de distinção! Você pode encontrar pessoas que têm 60 anos que escutam Xenákis¹² ou certas peças de Boulez, e eles dirão que a música eletrônica é simplesmente distração, diversão, etc. Mas não! Para os jovens, é um outro mercado.

Então é preciso considerar essa variedade. Mesmo entre os jovens, há uma grande variedade. Há gente que prefere cantoras como Christina Aguilera ou Britney Spears (na época de minha pesquisa, mas isso já deve ter mudado), mas há meninos que diziam: “ah, é uma porcaria! As meninas amam isso...”. São jogos de legitimidade. Com isso, eles querem classificar essa música como “estúpida”, essa outra como “inteligente”, etc. São jogos de distinção que operam em mercados extremamente diferentes.

12 Yannis Xenákis, compositor de música eletrônica de origem grega e naturalizado francês [N. dos Es.].

Revista Plural No livro *La condition littéraire*¹³ você introduz o conceito de “jogo literário” (em oposição tanto ao de “campo literário”, de Bourdieu, quanto ao de “mundo da arte”, de Becker). Com esse conceito você descreve uma atividade intermediária entre o trabalho e o lazer que não pode garantir a independência econômica dos escritores e lhes impõe a necessidade de um “segundo ofício”. Esse conceito parece definir de forma muito precisa as condições materiais e a realidade profissional da maior parte dos escritores (a pesquisar sobre a utilização do tempo, fontes de renda ou sobre a possibilidade de autonomia para seus projetos literários). Mesmo assim, você foi criticado por Gisèle Sapiro¹⁴ por seu “objetivismo positivista”, que compreende a escrita literária somente a partir de suas condições materiais de exercício. Segundo Sapiro, a analogia com o jogo teria limites nos planos subjetivo e objetivo:

No plano do vivido, a illusio é um efeito de campo irredutível a um jogo, pois ela implica geralmente em um dom de si, um investimento total dos agentes que subordinam suas atividades e projetos de vida à ambição literária. No plano objetivo, a illusio não é somente partilhada por agentes que participam do campo literário, mas adquiriu um reconhecimento social que faz com que não se possa assimilar essa atividade, mesmo exercida sem contrapartida financeira, a um lazer. O reconhecimento do escritor por seus pares lhe proporciona um capital simbólico, uma consideração que lhe confere uma verdadeira posição na sociedade (SAPIRO, 2007, p. 13).

Segundo suas pesquisas empíricas, essa illusio é tão forte entre os escritores e tão difundida socialmente quanto quer Sapiro? Isso justifica para todos os escritores a analogia de “vocalização”, de forte conotação religiosa, que ela propõe?

Bernard Lahire Bom, há várias coisas; eu abordarei a crítica de Gisèle Sapiro para poder lhes explicar porque ela faz isso. Sapiro fez uma resenha nos *Annales*, uma revista de historiadores,¹⁵ enquanto em meu livro eu critico seu trabalho sobre os

13 LAHIRE, Bernard. *La Condition littéraire: La double vie des écrivains*, Paris: Éditions La Découverte; Laboratoire des Sciences Sociales, 2006.

14 SAPIRO, Gisèle. ‘Je n’ai jamais appris à écrire’. Les conditions de formation de la vocation d’écrivain. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n° 168, p. 12-33, 2007. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2007-3-page-12.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2017.

15 SAPIRO, Gisèle. Compte rendu de Bernard Lahire, *La Condition littéraire*. La double vie des écrivains (La Découverte, 2006). *Annales*, Paris, n° 4, p. 947-949, 2007. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2007-4-page-921.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

escritores durante “a resistência”.¹⁶ Ora, ela não menciona o fato de que eu a tenha criticado. Evidentemente, essa crítica é o motivo real de sua resenha, extremamente dura e agressiva, o que é muito incômodo. Eu não tive o direito de resposta, que eu pedi à revista, porque ela diz coisas falsas sobre meu trabalho. E eu não tive a possibilidade de responder pessoalmente, porque ela não está na mesma instituição que eu. Eu não tive meu direito de resposta e ela continuou [a sustentar sua crítica] nesse artigo sobre a “vocação de escritor” na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.

Bom, Gisèle Sapiro é uma *bourdieusiana* ortodoxa, aluna de Bourdieu, que no momento dessa resenha dirigia o Centre de Sociologie Européenne fundado por Bourdieu, e que tenta dirigir a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Então ela se toma por Pierre Bourdieu. Seu problema é defender os conceitos de Bourdieu que, para ela, são intocáveis. Então sua acusação a meu trabalho é motivada por isso, porque definitivamente isso do que ela me acusa é muito confuso.

Se eu quisesse responder a todas suas críticas, isso demandaria muito tempo... Ela disse que eu sou positivista: eu fiz uma pesquisa. Se isso quer dizer ser positivista, bom, de acordo, eu sou positivista, não há problema, e eu espero que haja também muitos sociólogos positivistas em todo o mundo, porque isso seria formidável. Depois, ela me acusa de me interessar pelas condições materiais dos escritores. E eu não entendo porque não se teria o direito de estudar as condições de vida e de criação dos escritores.

De fato, essa lacuna tinha sido criticada por mim no livro *La condition littéraire*: pode-se reduzir a vida dos escritores à sua situação no campo literário? No trabalho de Sapiro ela tenta fazer isso. Considero que o comportamento da maior parte dos escritores no regime de Vichy estudados por ela não é compreensível se você não sabe que a maior parte dos poetas tem uma segunda profissão. Por definição, para um poeta é impossível viver do que se escreve. Então, a maior parte dos poetas tinha uma segunda profissão. Com o início do regime de Vichy e sua imposição de censura, eles tinham uma profissão e podiam parar sua atividade literária. Quanto aos romancistas, eles devem continuar escrevendo, porque frequentemente eles vivem da literatura. Eles tinham um interesse material. Bom, há coisas assim! E eu não consigo compreender que ela não queira ver que nem tudo se passa no interior do campo (literário).

Esse é o núcleo de minha crítica. Enfim, a noção de “jogo” não está contra a noção de “campo literário”. Simplesmente ela diz que é necessário renomear o

16 SAPIRO, Gisèle. *La guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris: Fayard, 1999.

campo literário porque ele não é um campo como os outros. E o mais importante de sua diferença é que a maior parte das pessoas que está no interior do campo está também alhures. São escritores que são também médicos, que são advogados, que são professores, jornalistas, etc. A grande maioria dos escritores, na França, hoje em dia, possui uma segunda profissão, principalmente professor e jornalista. No livro *La condition littéraire*, eu digo que para compreender como funciona o “jogo literário” é necessário saber que ele não é como o campo sociológico, por exemplo, onde nós somos pagos pelo Estado ou pela Universidade para estar constantemente no universo dos sociólogos. Os escritores, não mesmo!

Então, é uma primeira constatação. É um meio que não tem a mesma estabilidade, porque os escritores não são pagos regularmente. A única tentativa disso aconteceu na União Soviética, e não durou muito tempo – pagar um salário aos escritores, regular, para que eles trabalhem com estabilidade. Eu não quero dizer que seja uma boa proposição, hein, eu não sou político. Mas é uma primeira constatação. Isso tem consequências sobre o ritmo de publicação. Por que Flaubert pode fazer o que faz? Porque ele era rentista. Ele tinha tempo porque ele podia viver de suas rendas, ele não tinha necessidade de publicar com frequência. A maior parte dos escritores que vive de sua escrita tem a necessidade de escrever mais rápido. O caso mais conhecido é Balzac, que escrevia para pagar suas dívidas. Hoje em dia os críticos podem observar como ele escrevia rapidamente, as incoerências nos textos, os esquecimentos... Mas, sim, ele escrevia rápido. Muitos escritores escrevem em condições de urgência, no século XIX era necessário fornecer à imprensa passagens dos folhetins a serem publicados. Então, isso tem consequências sobre a natureza do que se escreve, sobre o ritmo de publicação, etc.

E por fim, última coisa, é necessário levar em conta que uma parte das profissões que as pessoas têm no exterior [do campo literário], são profissões em que também se utiliza a escrita. E há ligações e efeitos sobre a escrita literária. Em minha pesquisa sobre Kafka observei que a escritura literária de Kafka possui conexões com sua formação de jurista, com a escritura jurídica. Ele escreve frequentemente como um jurista, desviando as maneiras jurídicas de escrever.

Tudo isso contribui para a compreensão da atividade literária, contrariamente ao que pensa Gisèle Sapiro, que decidiu parar de pensar após Pierre Bourdieu e reage com muita agressividade a toda a tentativa de avanço científico. Eu não sou o único. Isso ocorre com todas as pessoas que começam a deslocar um pouco as coisas, a propor questões que Bourdieu não propôs. Então, há pessoas como Gisèle Sapiro, com o ponto de vista ortodoxo, que vão chamar à ordem e dizer que isso não é permitido.

Revista Plural *É interessante que Bourdieu já explicou essa atitude...*

Bernard Lahire Absolutamente interessante! É digno de nota... De fato, eu também tenho um lado provocador. O que os enerva mais é quando eu cito Bourdieu para falar de seus discípulos. Porque Bourdieu falou muito bem n' *As Regras da Arte* do devir dos discípulos. E eu penso, francamente, que Bourdieu pensava também em seus discípulos quando ele escreveu isso. Ele é suficientemente sutil para fazê-lo. No fim de sua vida, ele retomou contato com Jean-Claude Passeron e lhe disse: “eu tenho vontade de conversar com você, quero retomar o contato que foi interrompido vinte anos atrás”. E disse também: “Você me conhece, eu posso conversar somente com você”. Bom, isso é um testamento, hein? Infelizmente, ele não pôde discutir com seus discípulos. Eu penso que eles fazem muito mal à obra de Bourdieu, tentando defendê-la dessa forma. Como fizeram muito mal à sua obra os discípulos de Marx, os de Freud e de todos os grandes nomes que se tornaram objetos de culto...

Revista Plural *Uma questão sobre consumo cultural. Em seu trabalho, você dá atenção à pluralidade de consumos culturais e à pluralidade de socializações que possibilitam esse consumo. Você pensa que essa possibilidade de transitar em diferentes mercados e consumir produtos muito diferentes (como, por exemplo, no Brasil, onde se consome ópera e música sertaneja, música regional...) é possível para todos os grupos sociais ou específica de certos grupos com uma certa socialização?*

Bernard Lahire Bom, eu posso falar sobre a França, que é o espaço que eu estudei. Porque é preciso fazer pesquisa para fazer afirmações. Eu encontrei isso, eu tentei analisá-lo. E para fazer o controle do que se fez é necessário às vezes recomençar a pesquisa. Para falar do Brasil, seria necessário também fazer uma pesquisa assim aqui no Brasil. Então, para o caso da França, para os anos que eu estudei, eu mostrei que são as classes médias que desenvolvem primeiro as mais numerosas variações entre práticas e produtos de diversas legitimidades, depois as classes superiores e, enfim, as classes populares. Então, mesmo quando as variações são majoritárias em todas as classes sociais, elas são massivas para as classes médias, muito majoritárias para as classes superiores e um pouco menos majoritárias nas classes populares. Há uma explicação lógica, ao menos para o caso da França, que explica por que é mais fácil para as pessoas que possuem uma certa cultura, uma certa educação cultural, descer aos produtos “mais fáceis”, que demandam “menos formação”, “menos cultura, leitura”, etc., que fazer o inverso. Então, compreende-se que haja menos pessoas de classes populares que “ascendem”, mesmo de tempos em tempos, a diferentes práticas culturais (musical; literária; visitas cul-

turais, como a museus, etc.) muito legítimas porque há barreiras que são muito fortes. Ao mesmo tempo se viu um enfraquecimento das prevenções contra as culturas populares. Vê-se que os jovens misturam coisas diferentes: eles podem ter uma alta concepção e apreciação da literatura e depois eles assistem na televisão a um espetáculo muito popular, dizendo nas entrevistas: “sim, eu sei que isso não presta, eu sei que é ruim, mas me relaxa”. Veem-se frequentemente atitudes como essa. Além disso, é mais frequente nas classes médias e superiores a ideia de que “eu tenho direito de me distrair... Eu gasto meu tempo com a cultura popular porque estou muito seguro da legitimidade da minha cultura”. Observam-se também nas classes populares acessos imprevistos às culturas legítimas, como por meio da televisão. Na França há canais educativos, culturais, que propõem documentários, filmes clássicos, etc., e se percebe que certas pessoas de classes populares têm acesso, por essa via, a produtos de alta legitimidade, que não se pode dizer que a televisão mostre ordinariamente. Então se pode dizer que é mais frequente nas classes médias e nas classes superiores.

Revista Plural *Como se manifesta a “luta de si contra si”? Seria como a “hiper-correção” de classe média?*

Bernard Lahire São pessoas que portam práticas diferentes, muito opostas e que estão em conflito. Mas não se trata de um relativismo cultural. Não é uma situação simétrica, de alguém que gosta ao mesmo tempo da cultura popular e da cultura clássica e que pensa que tudo tem o mesmo valor. Pode-se imaginar uma pessoa que gosta de um cantor popular, de um grupo pop ou de rock e que gosta também de música clássica, ópera, etc. Alguns deduzirão disso que nós estamos em uma sociedade pós-moderna onde tudo é igual e que não há mais alta cultura, etc. Bom, não é o que eu mostro em minha pesquisa. Nas entrevistas as pessoas dizem: “Eu gosto disso, eu gosto disso também, mas, enfim, eu sei que isso é mais importante que isso outro”. Eu comecei a falar de “luta de si contra si” porque os entrevistados tentavam lutar contra a parte mais ilegítima de suas práticas.

Revista Plural *Como uma espécie de incômodo?*

Bernard Lahire Sim, eles comparam com o cigarro. É uma situação comparável ao fumo. Você tem um vício, uma disposição muito forte. E você fuma, mas ao mesmo tempo você se diz: “não é bom fazer isso”. E o discurso é o mesmo com as práticas culturais: “eu chego à noite, estou cansado, eu vejo televisão, eu vejo qualquer besteira, estupidez, enfim”. E a linguagem é assim, eles utilizam termos pejorativos para suas próprias práticas. Há uma gíria francesa que diz: “eu fico comatoso

diante da televisão”, entrar em estado de coma. Todas essas expressões mostram que, para eles, a televisão é verdadeiramente o “baixo”, alguma coisa não inteligente, estúpida, etc. E que, ao contrário, quando eles leem, quando eles escutam certas músicas, é mesmo mais importante. É alguma coisa que eles consideram menos embrutecedor, que isso os educa. Há várias expressões como essas que mostram que há o alto e o baixo. Por exemplo, “elevar-se” é uma expressão muito frequente, muito empregada com relação à música clássica, etc. Bom, é a hierarquia. Segundo essa percepção, com o rap você desce e com a música clássica você se eleva.

Então eles continuam a diferenciar... E me dizem nas entrevistas: “eu tento parar com a televisão, porque desde que eu comecei a ver televisão, eu leio menos”. Eles estão em uma luta de si contra si, entre a parte legítima e a ilegítima. E é isso que é interessante hoje em dia, mas talvez desapareça um dia. Talvez um dia haja igualdade entre todas essas práticas porque, ao final das contas, é uma questão de relação de forças. Se as práticas ditas “de entretenimento” chegam a subir a um alto nível de legitimidade, as pessoas não pensarão mais nisso. As classes superiores interrogadas por Bourdieu nos anos 1960-70 não teriam jamais dito algo assim. Percebe-se que as classes superiores se habituaram a práticas em relação às quais mantinham uma boa distância aristocrática na época. Hoje em dia eles continuam a diferenciar, mas praticando também essas coisas, mesmo se com um pouco de vergonha. Eles dizem: “eu gostaria de parar”. Como com o cigarro.

Revista Plural *Obrigado!*

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. Dos habitus de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n° 42, p. 294-327, 2016.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. “Bernard Lahire: contribuições e limites de uma sociologia em escala individual”. In: VANDENBERGHE, Frédéric & VÉRAN Jean-François (orgs.). *Além do habitus*. Teoria social pós-bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016, p. 49-69.
- ROSENFELD, Cinara L. et al. Entrevista: Bernard Lahire. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n° 38, p. 280-302, 2015.
- VANDENBERGHE, Frédéric. “A sociologia na escala individual: Margaret Archer e Bernard Lahire”. In: VANDENBERGHE, Frédéric & VÉRAN, Jean-François (orgs.). *Além do habitus*. Teoria social pós-bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016, p. 95-126.

- _____. “Os pós-bourdieuianos: retrato de uma família disfuncional”. In: VANDENBERGHE, Frédéric & VÉRAN, Jean-François (orgs.). *Além do habitus*. Teoria social pós-bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016, p. 27-36.

BERNARD LAHIRE: UMA BIBLIOGRAFIA EM PORTUGUÊS

- LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, nº 41 (especial), p.1393-1404, 2015.
- _____. A transmissão cultural da ordem desigual das coisas. *Pátio*, Porto Alegre, p. 6-9, 2011.
- _____. A transmissão familiar da ordem desigual das coisas. *Sociologia*, Porto, nº 21, p. 13-22, 2011.
- _____. Crenças coletivas e desigualdades culturais. *Educação & Sociedade*, Campinas, nº 84, p. 983-995, 2003.
- _____. Diferenças ou desigualdades: que condições socio-históricas para a produção de capital cultural?. *Fórum Sociológico*, Lisboa, nº 18, p. 79-85, 2008.
- _____. Elias, Freud e a Ciência do Homem. *Revista Pensata*, Guarulhos, v. 2, nº 1, p. 202-212, 2012.
- _____. Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 34, nº 2, p. 373-389, 2008.
- _____. Esplendores e misérias de uma metáfora: a construção social da realidade. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 1, nº 16, p. 13-32, 2010.
- _____. Indivíduo e mistura de gêneros: dissonâncias culturais e distinção de si. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 4, p. 795-825, 2007.
- _____. Indivíduo e misturas de gêneros: dissonâncias culturais e distinção de si. *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, nº 56, p. 11-36, 2008.
- _____. “O campo, o mundo e o jogo: o universo literário em questão”. In: JUNQUEIRA, Lília Maria (org.) *Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, p.103-115.
- _____. O jogo literário e a condição de escritor em regime de mercado. *Fórum Sociológico*, Lisboa, nº 19, p. 73-79, 2009.
- _____. Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, nº 49, p. 11-42, 2005.
- _____. “Por uma Sociologia disposicionalista e contextualista da ação”. In: JUNQUEIRA, Lília Maria (Org.) *Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, p. 17-36.

- _____. Reprodução ou prolongamentos críticos?. *Educação & Sociedade*, Campinas, nº 78, p. 37-55, 2002.
- _____. Três observações sobre as famílias populares e a escola. *Pátio*, Porto Alegre, p. 36-37, 2013.
- _____. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia?. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, nº1, p. 45-61, 2014.
- _____. *Homem plural* : os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Sucesso Escolar nos Meios Populares*. As Razões do Improvável. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- _____. *Retratos sociológicos*: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- _____. O singular plural. *Cadernos do Sociófilo*. Quarto Caderno, Rio de Janeiro, IESP-UERJ, p. 16-26, 2013.
- _____. Discurso proferido durante a cerimônia oficial de entrega da *Médaille d'Argent* do CNRS. *Cadernos do Sociófilo*. Quarto Caderno, Rio de Janeiro, IESP-UERJ, p. 267-273, 2014.
- _____. “O homem plural ou a sociologia em escala individual”. In: VANDENBERGHE, Frédéric & VÉRAN, Jean-François (orgs.). *Além do habitus*. Teoria social pós-bourdiesiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016, p. 39-47.
- VISSER, Ricardo & JUNQUEIRA, Lília (orgs.). *Dossiê Bernard Lahire*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.

ENTREVISTAS

- Entrevista com Bernard Lahire. *ÁSKESIS*, São Carlos, v.1, nº 1, p. 201-211, 2012.
- Entrevista com o prof. Bernard Lahire. *OLH@RES*, São Paulo, v. 1, nº 2, p. 120-128, 2013.
- AMÂNDIO, Sofia. Entrevista com Bernard Lahire - Do Homem Plural ao Mundo Plural. *Análise Social*, Lisboa, v. XLVII(1º), nº 202, p. 194-208, 2012.
- MONTEIRO, Guilherme S.; FERREIRA, Mariana T. Entrevista com Bernard Lahire. *Plural*, v. 19, nº 2, p. 153-163, 2012.
- ROSENFELD, Cinara L. et al. Entrevista: Bernard Lahire. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, nº 38, p. 280-302, 2015.
- SCARAMBONI, Bruna A.; SUFICIER, Darbi M. Entrevista com Bernard Lahire. *Revista Pensata*, Guarulhos, v. 2, nº 1, p. 213-227, 2012.
- WOZNIAK, Philippe. Entrevista com Bernard Lahire. *Cronos*, Natal, vol. 10 nº 2, p. 165-177, 2009.

Novas direções na Sociologia da Arte¹

New directions in the sociology of art

Howard Becker

Tradução de Franklin Lopes^a

É costumeiro demandar por “novos caminhos” no estudo disto ou daquilo, como se as velhas direções nos tivessem falhado, como se nós estivéssemos condenados a não chegar a lugar nenhum. Neste caso, eu não aceito tal premissa. Temos um número de antigas direções que parecem muito úteis para mim, ainda capazes de orientar as pessoas rumo a excelentes peças de pesquisa. No entanto, os organizadores desse colóquio queriam “Novas Direções” e eu farei o meu melhor para atendê-los.

Então, eu vou propor uma “nova direção”, que é uma abordagem genética para o estudo sociológico das obras e mundos da arte. Tal abordagem engloba dois tipos de pesquisas. A primeira é o estudo *ascendente*², de como alguns fenômenos artísticos - uma obra, um estilo, um gênero, um completo mundo da arte - vêm a ser, passo a passo; todas as coisas que são feitas, na ordem em que são feitas pelas pessoas que as fazem, no curso do objeto de estudo (que eu vou tratar a partir de agora como uma “obra”, compreendida como abrangendo a variedade de coisas que acabei de mencionar), vir a ser o que é. Sugeri, em *Art Worlds*³, que é interessante pensar sobre essa parte de uma história da obra, do ponto de vista do artista, como a edição (no sentido que os fotógrafos dão a essa palavra e ideia), olhando para todas as decisões, conscientes ou não, que o artista faz e que fazem a obra (ou gênero etc., não vou repetir isso de agora em diante) vindo a ser o que ela é. No caso de obras coletivas, onde ninguém tem muita certeza, ou quando isso não estiver acordado, sobre quem é o artista - você deveria naturalmente estudar as decisões das várias pessoas ou grupos envolvidos e como as disputas entre eles são resolvidas. No caso de um gênero ou estilo, você deveria incluir todas as pessoas cujo trabalho e ideias contribuíram para o seu desenvolvimento, incluindo entre

¹ Apresentado no Colóquio da ESA (École Spéciale d'Architecture, Paris) em Paris, abril de 2003

^a Professor de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão e doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão.

² No original, *upstream*.

³ Edição portuguesa: BECKER, Howard. *Mundos da arte*. Livros Horizonte: Portugal, 2010, 328 p.

eles, naturalmente, os esteticistas e historiadores que conceberam uma coleção de tendências tal como um nome e *pedigree*.

Por outro lado, movendo-se em sentido *descendente*⁴ a partir da obra, você deveria estudar a sua história contínua, o que aconteceu a ela depois de qualquer data que você decidir que é pertinente para considerá-la “feita”, para que uma versão estendida da técnica de traçar uma proveniência seja uma metáfora apta. Isto é, depois que “isso” é feito, o que acontece com isso?

Algumas observações preliminares. Antes de tudo, não proponho que esta seja uma ideia única e original. Longe disso. Eu fiz uso das ideias e pesquisas de muitos outros que chegaram a essa posição, como ficará claro, e eu mesmo já disse muitas dessas coisas.

Mas, embora não haja nada novo sob o sol, muitas vezes é útil colocar as ideias em uma estrutura provisória que indique suas relações e semelhanças. Podemos, então, lucrar, a partir de novas comparações confrontantes de justaposições sistemáticas, utilizando-as para perceber processos e fenômenos que normalmente estamos muito acostumados a observar e aprender com eles sobre as novas dimensões das coisas nas quais estamos interessados.

Um segundo ponto. Não é óbvio onde cessa o *ascendente* e o *descendente* começa. A história de qualquer trabalho ou estilo ou gênero começa onde? Onde quer que nós escolhamos para começar, sempre podemos encontrar algo que veio antes que seja relevante para a história que vamos contar, e há algo que veio ainda mais tarde que poderia igualmente bem ser considerado como um ponto de partida apropriado. Podemos, é claro, considerar o presente momento como o lugar onde o movimento *descendente* termina para fins analíticos. Isto não tem uma intenção desanimadora, mas é simplesmente para que se reconheça que as escolhas são arbitrárias, ditadas por nossas perguntas, os dados e o tempo disponível, mas não por alguma coisa inerente aos acontecimentos que estamos estudando (isto é como a questão da periodização na história).

O que se pode esperar como resultado razoável desse exercício? Eu não acho que ele vá produzir novos resultados surpreendentes ou uma nova Grande Teoria da Arte e Sociedade. O que eu espero, em vez disso, é sugerir algumas trajetórias típicas, estágios típicos que talvez possamos encontrar em nossa investigação de uma nova área empírica - e não uma “lei” sobre como gêneros necessariamente se desenvolvem a partir de uma autêntica expressão de algo para uma versão

4 No original, *downstream*.

comercializada disso, por exemplo, mas a descrição de como esse tipo de processo funciona quando e onde ele ocorre.

ASCENDENTE

Começando pelo material a ser analisado, podemos ver atrás os passos que o produziram. Uma boa maneira de fazer isso é pensando em tudo o que acontece com a obra, e é então incorporado a ela, como outra opção (ou outras) feita(s), embora muitas vezes a escolha não seja consciente e deliberada, mas em vez disso a utilização de um material ou técnica ou ideia que é tão convencional como estar quase “inconsciente” (se posso usar essa palavra sem algum sobretom psicológico pesado rastejando dentro).

É axiomático, no estudo sociológico dos processos de produção, que os mais frutíferos momentos para o sociólogo sejam aqueles em que os participantes discordam, discutem, lutam. Porque nesses momentos algum acordo, se existiu de fato ou foi apenas esperado, foi quebrado. Quando as pessoas dizem um ao outro, “eu esperava que você fizesse X [ser capaz de tocar as notas que a minha partitura pede ou, alternativamente, escrever notas que eu possa tocar]”, uma expectativa subjacente em que a interação se baseava e que não era colocada em discussão, e que deve muito provavelmente ter sido “inconsciente”, é revelada para a nossa análise.

Onde tais momentos de conflito ocorrem normalmente? Eles muitas vezes surgem a nível social na margem entre dois grupos - por exemplo, na interação de profissionais de vários tipos na produção de obras de arte: entre fornecedores de materiais e artistas, entre artistas e leigos, entre artistas e pessoas que lidam com as finanças do empreendimento artístico. O que é característico aqui é que cada um desses grupos traz à tona um conjunto estabelecido de ideias sobre como as coisas devem ser feitas, quem dá as ordens, como o dinheiro é dividido e distribuído e, assim, acerca de todas as coisas que os participantes de uma empreitada artística conjunta esperam uns dos outros.

Para cada margem, onde o conflito é possível e até provável, podemos supor que existem padrões característicos de luta e resolução e que esse deverá muitas vezes ser um processo histórico pelo qual a luta se transforma em um conjunto de costumes e procedimentos que irão durar por um tempo. Assim, podemos olhar para o processo que vai, eventualmente, produzir uma solução habitual para as lutas atuais sobre a divisão dos rendimentos de uma obra de arte que foram engendradas pela ascensão dos computadores e suas práticas associadas: *marketing* via internet, a capacidade generalizada para facilitar a cópia de trabalhos, ou a emissão de “amostragens” de trabalhos musicais para criar novos. Assim como

disputas anteriores, produziram um conjunto de acordos sobre direitos autorais, *royalties*, direitos de autor, etc.

Essa área é em si tremendamente complicada e eu vou me referir aqui apenas à maravilhosa obra de Richard Caves, o economista, que trouxe todo o arsenal da teoria econômica para fazer frutificar uma variedade de problemas que surgem aqui, bem como as análises de Pierre-Michel Menger sobre o mercado de trabalho para os artistas.

DESCENDENTE

Podemos começar com a observação bem conhecida de Latour: “o destino do que dizemos e fazemos está nas mãos dos próximos usuários” (*Science in Action*, p. 29). Ele está falando sobre fatos científicos, mas a observação é igualmente aplicável às obras de arte. Uma vez que passamos o ponto que temos escolhido como o pivô entre a *ascendente* e a *descendente* - um comum e bom lugar para colocar esse ponto é quando o trabalho sai das mãos do que convencionalmente é identificado como o criador - podemos escolher um ponto mais tarde como a outra extremidade da trajetória que se deseja estudar. E então nós podemos realizar uma versão estendida do que os historiadores de arte fazem quando constroem uma proveniência para uma pintura. Eles tentam explicar o paradeiro da imagem em todos os momentos, para mostrar uma cadeia ininterrupta de propriedades e possessões físicas: quem comprou de quem, em quais circunstâncias.

Tomei consciência disso como uma possível técnica para os cientistas sociais quando, através do uso inventivo de Hans Haacke, mostrei como uma pintura de Manet tinha se movido através de uma variedade de proprietários, incluindo algumas bem estabelecidas e educadas famílias judias, eventualmente, para ser comprada pelo Museu Amigos da Arte de Colônia (Alemanha), cujo diretor tinha sido um nazista de alta patente. Haacke não fez isso para estabelecer a autenticidade da pintura, que é o objetivo comum de partida de um historiador de arte. Ele usou a técnica como parte de seu projeto maior de mostrar o chão moralmente instável em que o bem-estar financeiro das principais instituições do mundo da arte tinha se estabelecido.

Podemos generalizar um pouco o procedimento de Haacke, sugerindo-o como um método para estudar as bases financeiras das instituições do mundo da arte: verificando a história dos proprietários dos objetos, procurando os principais momentos em que o objeto mudou de mãos, em que poderíamos esperar mudanças nas avaliações e julgamentos estéticos, vão se apresentar muito claramente.

Outra sequência típica ocorre no desenvolvimento de determinados gêneros, com uma mudança de público e um julgamento moral associado ao trabalho. Aqui refiro-me ao tipo de pesquisa feita por Richard Peterson e David Grazian sobre o problema da autenticidade, em um sentido diferente da arte-histórica, de alguns tipos de músicas “folclóricas”, *Country* e *Western*, no caso de Peterson, e *blues* em Grazian. Aqui a música é pensada para ser o reflexo autêntico ou produto de um modo de vida que é etnicamente distinto ou de alguma forma intimamente relacionada com as condições de vida das pessoas que tocam isso, cantam isso, dançam isso, ouvem isso. Parte do prazer que a música produz é o conhecimento do público de que isso é “a coisa real” imune a pressões comerciais, uma verdadeira janela para outra forma de vida. Mas, as pessoas que não vivem essa vida por quererem ver essa “coisa real”, tornam possível e desejável que se venda isso a elas.

E então se inicia um processo no qual músicos, cantores e compositores começam a criar versões da música originalmente autêntica para um público que só a conhece através de gravações. No caso paradoxal estudado por Grazian, pessoas vêm de todo o mundo ouvir “autênticos” *blues* de Chicago. Eles sabem o que é porque eles têm as gravações que compraram. E eles vêm para Chicago em busca do que está em suas gravações, interpretadas por músicos de *blues* reais nos verdadeiros clubes de *blues*, em que todos os outros clientes são as “pessoas reais” de cujas vidas esta música era a expressão autêntica. Como você pode imaginar isso leva os clubes a serem preenchidos por esses “caçadores” do mundo todo, que expulsam as pessoas que estiveram anteriormente lá e chateiam os músicos, insistindo que eles toquem exatamente o que está nas gravações que os levaram até lá. E o clube é, portanto, não mais autêntico e não mais de interesse para as pessoas que assim o destruíram. Um processo semelhante ocorreu em relação à “arte africana autêntica”, a “autêntica arte pré-colombiana” e no que diz respeito a muitos outros tipos de arte.

Um terceiro momento do tipo *descendente* ocorre quando um objeto é eliminado. “Durabilidade” é muitas vezes um critério da grande arte, mas, mais prosaicamente, durabilidade no sentido físico, é uma contingência que afeta todas as obras. Se algo dura fisicamente, e, portanto, também esteticamente, depende de um grande número de escolhas feitas por uma grande variedade de pessoas. Primeiro de tudo, a obra de arte é muitas vezes destruída. Talvez como um resultado de decisões políticas: são abundantes os exemplos, como a destruição de igrejas e sua associação com as obras de arte na Inglaterra ou Espanha em vários momentos, ou no Afeganistão há pouco tempo. Ray Bradbury vivificou tal problema

em *Fahrenheit 951* com a queima de livros e sua salvação através de pessoas que os memorizaram.

Além disso, há o processo inevitável de armazenamento. Todos nós já enfrentamos um momento em que se tornou necessário se livrar de algumas coisas, fazer escolhas de quais livros ou gravações carregar quando nos mudamos, por exemplo. É um problema com o qual se confrontam museus e bibliotecas. Ou eles continuam a crescer para sempre e acomodar um número infinito de coisas novas ou eles se “desfazem” de algumas coisas para ceder espaço ao novo. Este é um lugar onde há certamente momentos em que as formas estabelecidas para fazer isso se tornam desconfortáveis e causam problemas, como quando museus são descobertos se livrando de coisas que lhes foram confiadas para sempre, mas que já não são consideradas boas como antes se pensava. Pior ainda quando, como tantas vezes acontece, cinquenta ou cem anos depois, os gostos e julgamentos tendo trocado de novo, o que se tinha lançado fora se torna objeto de desejo renovado.

Um papel-chave pode ser central aqui, como Gladys e Kurt Lang mostraram, por indivíduos-chave que se tornaram empresários dedicados a manter o trabalho, a memória e a reputação de um artista vivo. No caso deles, eram as esposas de uma geração de gravadores ingleses que fizeram a obra, preservando o trabalho, persuadindo repositórios para aceitá-los e divulgá-los sempre que possível. Da mesma forma, “*revivals*” da reputação de uma obra ou artista ou gênero são geralmente o resultado de alguém decidindo reavivar o item em questão. Não é uma questão de qualidade, finalmente exibida em sua completude, mas sim de um empreendedor ou mediador ou editor ou diretor ou crítico ou curador decidindo reviver algo, que por qualquer motivo pareça pertinente.

Em termos mais gerais, o movimento de reputações continua incansavelmente, ficam em baixa, voltam a estar em alta e logo caem novamente, como Natalie Heinich demonstrou no caso de van Gogh e Barbara Herrnstein Smith descreveu para os sonetos de Shakespeare (também podemos mencionar as redescobertas de Francis Haskell em Arte).

FINALMENTE...

O que tenho sugerido aqui não é realmente uma nova direção. Mas o que pode ser novo sobre isso é que eu quero empregar implacavelmente, e sem exceção, uma análise em perspectiva processual e que leve em conta todos os atores no drama da arte.

Por “processual” quero dizer, primeiro, que tudo no mundo social, e a arte não é exceção, muda constantemente. As coisas materiais mudam fisicamente:

elas se deterioram, são destruídas, são refeitas. Os trabalhos executados estão sujeitos a múltiplas interpretações, ocorrem em locais diferentes, são reescritos por seus autores ou por outros. Assim, não podemos falar de uma obra de arte como uma coisa estável. Existe uma partitura escrita, que talvez possamos chamar de “Tombeau de Couperin”, de Ravel - embora tenhamos que especificar se queremos dizer as seis peças para piano ou as quatro marcadas para a orquestra - mas não será a mesma peça tocada por diferentes pianistas, e não vai soar a mesma em diferentes salas de concerto nem em gravações tocadas em equipamentos diferentes. No entanto, podemos e falamos sobre esse trabalho como se fosse uma coisa estável, mas só porque concordamos, mais ou menos implicitamente, em ignorar essas diferenças. Caso contrário, teríamos de especificar qual a performance da obra, por qual pianista, em que piano gravou, como. . . .

Outra maneira de dizer isso é reconhecer, como sugerido anteriormente, que a escolha do ponto a partir do qual consideramos a “*ascendente*” e a “*descendente*” é arbitrário.

“Processual” também se refere a nós mesmos, como sugeri anteriormente, à idéia de escolha, tal como expressa no termo “edição”, que peguei emprestado da prática fotográfica - as escolhas feitas, no caso de uma obra musical, por exemplo, de versões, andamento, interpretação de marcas expressivas e assim por diante. Mas isso é apenas o início de uma lista muito longa, cujo conteúdo tem, em todos os casos, que ser investigado empiricamente.

Pensar em edição nos leva ao segundo ponto, o grande número e variedade de pessoas envolvidas na história de uma obra. Este é um ponto que discuti longamente em *Art Worlds*. Vou apenas lembrar aqui a lista de créditos no final de um filme. Essa lista é convencional no filme, mas listas semelhantes não são convencionais em outras artes, embora elas poderiam naturalmente ser feitas. A escolha de quem, entre todas as pessoas a serem incluídas em tal lista, é algo arbitrária. Um pouco porque alguns dos atores são claramente mais influentes do que outros. Mas, por outro lado, é importante reconhecer que este é um tipo multiplicativo de funções. Todo mundo é importante e pode ser reconhecido como tal quando algum dos envolvidos na feitura da obra não faz o seu trabalho como esperado. Então todo mundo terá que se ajustar a essa ausência e o trabalho será diferente do que teria sido se todos tivessem feito o esperado.

Estas são coisas que eu acho que a maioria dos sociólogos de arte diria “com certeza!”. Mas há uma diferença entre “com certeza” e seguir estritamente as diretrizes que emanam dessa posição. Segui-las de forma precisa pode ser, finalmente, uma Nova Direção.

Artes plásticas sob o crivo da formação: a discussão sobre forma e processo social em Gilda de Mello e Souza e Rodrigo Naves

*Visual arts under the paradigm of formation: the discussion about form and
social process in Gilda de Mello e Souza and Rodrigo Naves*

Rafael Marino*

Resumo Com base, principalmente, em alguns textos de Rodrigo Naves e Gilda de Mello e Souza, este artigo almeja discutir e escandir as linhas evolutivas da experiência nacional – diversa, porém não alheia ao resto do mundo – figurada via artes plásticas. Pretende-se, assim, discutir, mais especificamente, algumas formalizações dos autores supracitados quanto a formação das artes plásticas no Brasil, a partir do ponto de vista mesmo da forma artística. É preciso dizer que essa discussão entronca, necessariamente, em um dos tópicos centrais do pensamento político e social brasileiro, a saber, o chamado *sentido da formação*. O qual, de acordo com Otília e Paulo Arantes (ARANTES; ARANTES, 1997a; 1997b), galvanizou boa parte da vida mental brasileira – com um intuito tanto descritivo quanto normativo – originando grandes esquemas interpretativos os quais, a um só tempo, registravam tendências reais na sociedade e tinham como ponto de fuga a constituição de uma ossatura moderna sustentadora da evolução de nosso meio disforme em direção a uma nação moderna e integrada, à europeia.

Palavras-chave Pensamento político e social brasileiro; artes plásticas brasileiras; formação; Rodrigo Naves; Gilda de Mello e Souza.

Abstract Based mainly on some texts by Rodrigo Naves and Gilda de Mello e Souza, this article aims to discuss and explore the evolving lines of the national experience – diverse but not unrelated to the rest of the world – figured by its corresponding visual

a Mestrando em Ciência Política pela FFLCH-USP e graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição, tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Pensamento político brasileiro e Teoria Política. Desde 2013 participa do Grupo de Pesquisa “Pensamento e Política no Brasil”, coordenado pelos Profs. André Singer e Bernardo Ricupero e desde 2015 participa do Grupo “Sequências Brasileiras”, vinculado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC-USP), formado por pesquisadores das áreas de Letras e Ciência Política, os quais discutem a atualidade da tradição crítica brasileira. Desde 2016, sob orientação do Professor Bernaro Ricupero, realiza pesquisa de mestrando na qual pretende avaliar a atualidade da categoria de “Sentido da Formação” para o Pensamento Político e Social brasileiro e para a crítica da atualidade.

arts. The intention is, therefore, to examine more specifically some formalizations of the above-mentioned authors in relation to the formation of visual arts in Brazil, from the artistic form's point of view. It is vital to say that this discussion necessarily meets central topics for the Brazilian political and social thought, for instance, the so-called sense of formation. Which, according to Otilia and Paulo Arantes' O sentido da formação (1997), galvanized a substantial part of Brazilian mental life – descriptively as well as normatively – originating interpretative codes that, simultaneously, registered real tendencies in society and had as its central point the constitution of a supporting modern structure of the evolution of our malformed environment in direction to a modern and integrated nation or, in other words, to an European model.

Keywords *Brazilian social and political thought; Brazilian visual arts; formation; Rodrigo Naves; Gilda de Mello e Souza.*

APRESENTAÇÃO GERAL

O artigo em questão tem como objetivo, principalmente a partir da leitura de alguns textos de Gilda de Mello e Souza e Rodrigo Naves, escandir as linhas evolutivas da experiência nacional – diversa, porém não alheia ao resto do mundo¹ – figurada via artes plásticas. É claro que isso será feito mediado pelas interpretações dos autores, os quais tentarei acompanhar de perto, tendo em vista o que os aproxima e os distancia no trato das formas plásticas e de sua autonomia incontrolável (SOUZA, 2005, p. 170). De todo modo, antes de adentrarmos a matéria mesmo do texto, é preciso que indiquemos alguns pressupostos importantes sobre essa discussão e o lugar dela em meio ao Pensamento Político e Social brasileiro.

De acordo com Otilia e Paulo Arantes, a categoria de *sentido da formação* indica a centralidade no pensamento político e social brasileiro de um ideal formativo, baseado em um referencial europeu, de nações integradas. Nota-se que a categoria de formação era uma referência quase que comum à intelectualidade brasileira, até porque, segundo o mesmo Paulo Arantes, “desde os primórdios da nacionalidade, (...) a nossa vida mental sempre girou em torno do esforço, a um só tempo de ilustração e expressão, voltado para a desobstrução das vias de passagem da Colônia para a Nação” (ARANTES, 1996, p. 93). Arantes argumenta que a característica marcante desta ensaística brasileira é: tentar, a partir de grandes interpretações assentadas na descrição e no registro de tendências reais na sociedade brasileira, “dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe

1 Empresto a fórmula de Schwarz (2014, p. 116).

sustente a evolução”. Tais trabalhos teriam tanto um propósito descritivo, quanto normativo, apontando em direção a uma ideia de formação que corria “na direção do ideal europeu de civilização relativamente integrada – ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem formado” (ARANTES; ARANTES, 1997b, p. 12).

Entretanto, como não seria possível dar conta de todos os ensaios listados pelos autores, ou ao menos da maior parte deles, e como o propósito aqui não é adentrar mais detidamente nos autores da formação e sim ver como este processo figurou-se nas artes plásticas brasileiras, adianto o passo argumentativo do seguinte modo: se havia uma dificuldade renitente em o Brasil se constituir como uma Nação integrada e voltada para os interesses internos, contando com um Mercado Interno integrado e que conseguiria saciar as carências de sua população – projetos virtuais jogados ao futuro (PRADO JR, 2011; FURTADO, 1995) – a sua literatura, ou melhor, seu sistema literário formou-se primorosamente, contando com a integração sistemática de autores, públicos e obra (CANDIDO, 2013, p. 25-43). Prova disso é o surgimento de um autor tão sofisticado como Machado de Assis (CANDIDO, p. 434) e os romances de sua segunda fase, cujo início se deu com *Memórias póstumas de Brás Cubas*; artífice de uma forma – esta compreendida como conteúdo sócio-histórico sedimentado, segundo a boa tradição dialética (ADORNO, 1970, p. 15) –, em que o “dado” social externo à literatura passa a ser mola propulsora e estruturante do romance (SCHWARZ, 2012b, p. 132).

Trocando em miúdos, o movimento formal encontrado no romance – baseado em uma *volubilidade* na qual há o consumo breve de ideias, convicções, modos literários, posturas, logo desqualificadas e abandonadas por outras – pode ser tomado como a internalização dialética na estrutura artística do movimento próprio da classe dominante brasileira tomada em bloco. Visto que esta absorvia os aspectos culturais relevantes à época e as conquistas civilizacionais, com o intuito de associá-las ao instituto da escravidão, “cujo núcleo de dominação pessoal discricionária contudo zomba da pretensão civilizada (...)” (SCHWARZ, 2012c, p. 41). Em suma, é da formação de uma forma dialética adequada à realidade nacional de que se trata.² Assim, o que gostaria de indicar, tal como apontado por Ricupero, é a existência de um processo também de formação, que se completaria na forma, “até porque, como já afirmava o jovem Lukács em trabalho clássico sobre o tema, no momento em que passa a ter forma há a ‘conciliação do exterior e do interior’”

2 Para mais sobre a relação entre forma e processo social em Schwarz e Candido, ver Waizbort (2007).

(RICUPERO, 2008, p. 64).³ Algo próximo, guardadas as devidas proporções, ocorre nas artes plásticas brasileiras, como poderíamos notar a partir das lições de Naves e Souza, as quais serão retomadas abaixo.

Antes, porém, é preciso atentar para o fato de que as determinações ‘biográficas’ ou ‘autobiográficas’ serão aqui tomadas na medida em que possam auxiliar no entendimento do processo crítico dos autores em questão, ou seja, não temos aqui a pretensão de esgotar esse campo e muito menos fazer uma sociologia de suas trajetórias intelectuais, assunto demasiado importante, mas que foge de nosso escopo e pretensões.

RODRIGO NAVES E AS ARTES DIFÍCEIS

Como indica o próprio crítico de artes plásticas Rodrigo Naves, a sua formação nessa seara fora quase que totalmente autodidata, passando a ter uma relação mais estreita e rigorosa com as artes visuais quando de seu encontro com o crítico e artista José Resende e com o crítico Ronaldo Brito (NAVES, 2005; TOGNOLLI e VERGUEIRO, 2012, p. 19-28). Sendo este último decisivo para o caminho que seguiu, pois experiente e possuidor de um rigor que faltava à crítica de artes no Brasil – via de regra relegada a escritores e outros intelectuais – além de detentor de uma postura que reivindicava a necessidade do contato com as obras de arte como uma atitude mais decisiva do que conhecimentos livrescos.⁴ Com o passar do tempo, começaram a desenvolver trabalhos em um grupo mais ou menos formal, envolvendo: Rodrigo Naves, Ronaldo Brito, Paulo Venâncio, Paulo Sérgio Duarte, Tunga, Waltércio Caldas, Zé Resende, Sophia Silva Telles e, posteriormente, Alberto Tassinari e Cildo Meireles⁵. Grupo cujo projeto implícito era tentar promover, quanto à compreensão, os trabalhos contemporâneos mais avançados e, ao mesmo tempo, produzir uma nova re-hierarquização e reavaliação da arte moderna brasileira, a qual os críticos achavam mal posta (NAVES, 2005).

3 Veja-se o seguinte trecho: “O destino do crítico é traçado no momento crucial em que as coisas se tornam forma, em que todo sentimento e toda vivência até então aquém e além das formas recebem uma forma, fundem-se e se condensam em forma. Momento místico de união entre o externo e o interno, entre a alma e a forma. (...) A forma é a realidade nos escritos do crítico, é a voz com a qual ele dirige suas perguntas à vida: esse é o verdadeiro e o mais profundo motivo pelo qual a literatura e a arte são os materiais naturalmente típicos do crítico” (LUKÁCS, 2015, p. 40).

4 Um panorama de sua produção crítica pode ser encontrado em Brito (2005).

5 Naves também comenta, em um rodapé, a existência de um círculo de estudos estéticos de nome “Círculo Jabaquara”, de que participavam – além de Alberto Tassinari e Sophia Silva Telles, já citados: José Antonio Pasta Jr., Lorenzo Mammi, Nilza Micheletto, Ricardo R. Terra e Sandra Reimão (NAVES, 2011, p. 18).

Além da influência desse grupo e, posteriormente, das formulações de Schwarz (NAVES, 2009, p. 257) – sobre a relação dialética entre processo social e forma no Brasil (SCHWARZ, 2012a; 2012c) –, três autores estrangeiros foram importantes em sua trajetória, a saber: Giulio Carlo Argan, Lionello Venturi e Clement Greenberg. Neste último, vê-se uma atenção “formalista” maior, no sentido de que deseja fazer uma leitura e interpretação mais exaustivas das obras de arte “em si”, sem relacioná-las com outras experiências e com a vida. Em Venturi, seguindo as trilhas de seu pai, Adolfo Venturi, haverá a preocupação de ir além dos estudos um tanto quanto positivistas dos *conoscitori* italianos, como Morelli e Cavalcaselle, preocupados em seus trabalhos sobre Leonardo, por exemplo, em mostrar uma concepção de Homem que não era mais o protagonista no universo, mas sim um de seus elementos (NAVES, 2013, XIII). Já Argan, sem abrir mão de uma análise formal também exaustiva e sofisticada, tenta vincular, de modo mais claro, dialeticamente a experiência artística com outras experiências, aproximando arte e vida (ARGAN, 1988, p. 13-72; ARGAN, 2013) (NAVES, 2013, p. XI-XXIV).

Voltando aos objetivos de trabalho do grupo mais ou menos informal de que falava Naves, é preciso enfatizar o ímpeto reinterpretaivo da arte moderna no Brasil. Ainda segundo Naves, era preciso repensá-la de maneira que Portinari, Di Cavalcanti e “toda uma tradição populista, meio realista tacanha que dominava a arte brasileira e que de alguma maneira ainda domina” (NAVES, 2005) – cuja seleção fora feita quase que exclusivamente por literatos, à maneira de Mário de Andrade, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade –, desse lugar a outros artistas mais sofisticados, a partir de uma crítica mais rigorosa, como: Oswaldo Goeldi, Mira Schendel, Amilcar de Castro, Alberto da Veiga Guignard, Lasar Segall, Hélio Oiticica, Ligia Clark, Milton Dacosta etc. O referido ímpeto estaria ligado, *grosso modo*, ao fato de que o segundo grupo de artistas supracitados, ao apostarem em uma arte não figurativa e mais experimental, puderam progredir criticamente quanto às formas e seus desenvolvimento (ADORNO, 1970; ADORNO, 2011, p. 33-109); explorando de modo mais radical sua lógica interna e seus nexos formais com a vida social, ou, como queria Bürger (2008), com a práxis vital. É claro que não iremos percorrer as análises feitas por Naves sobre esses artistas, contudo é preciso reconhecer que esse esforço de repensar as artes plásticas no Brasil foi um impulso importante para que Naves forjasse uma interpretação de

maior fôlego sobre a forma difícil da referida arte no Brasil,⁶ algo que passaremos a expor, mesmo que de modo sumário, a partir de agora.

Em seu livro *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira* (1996), Naves tenta lançar mão de uma interpretação da arte brasileira, mas tal esforço não deve ser indexado à identificação de alguma linha clara que relacionasse produções diversas, constituindo nexos esclarecedores e sim aos óbices de um crítico de arte, o qual acompanhava com muita proximidade e empenho a arte moderna brasileira. Tudo isso sem sobrepor grandes esquemas teóricos às obras de arte, até porque os raciocínios ali presentes nasceram de um constante corpo a corpo com os trabalhos analisados, sendo que o esforço de sistematização de nosso crítico poderia decorrer da indispensabilidade de se estabelecer relações e correspondências, as quais possam melhorar a compreensão e ampliar o significado da produção artística nacional, livrando os críticos de uma proximidade por vezes imediatista e sufocante.

É claro que a análise enfrentou problemas de sistematicidade e de certa maneira de tradição, já que até pelo menos 1970, excetuando-se o período do barroco mineiro, a produção em artes fora extremamente esparsa e irregular, dificultando a constituição de um meio mais rigoroso e complexificado, contribuindo para gerar um sentimento de incerteza naqueles que trabalham nas/ a partir das artes plásticas. Comparando com a literatura, o cinema, a arquitetura e a música, sua capilaridade social e organização interna são sensivelmente mais frágeis, podendo mesmo gerar casos de insensatez individual, os quais cometeriam a heresia de colocar em xeque publicamente artistas como Mira Schendel e Segall, comportamento impensável com um Machado de Assis ou mesmo com Glauber Rocha. É evidente que isso não é desculpa para o desconhecimento que cerca as artes, detentor lá de suas raízes históricas, como a ojeriza portuguesa ao trabalho manual e também o fato de as periodizações até ali feitas no Brasil não terem sido rigorosas o suficiente para dar conta de uma situação histórica e produção tão específicas, mostrando seus maiores limites numa época em que as obras e trabalhos passam a aumentar rapidamente.

Estas dificuldades acabam, ao fim e ao cabo, obrigando o autor, ao longo de sua atividade intelectual, a manter certa proximidade com as obras, o que traria suas

6 Nesse momento é importante lembrar o comentário certo de Mammi: “A ideia de forma difícil, de fato, não é algo que possa ser expandido com facilidade; não é um conceito nem uma poética, mas um diferencial, um resíduo que distingue muitas das obras produzidas no Brasil de suas parentes europeia e norte-americana. Reconhece-se mais facilmente numa linha ou numa cor que na descrição de uma escola, de uma tendência ou de uma época. É uma escolha interpretativa preciosa, ao falar de uma arte como a brasileira, para a qual a classificação em escolas e tendências soa quase sempre rígida e exageradamente determinada” (MAMMI, 2012, p. 298).

vantagens. Visto que fora esse corpo a corpo sistemático que fizera o crítico chegar à constatação de que os trabalhos artísticos brasileiros eram portadores de uma obstinada timidez formal, enquanto toda produção moderna internacional havia se caracterizado “por uma aparência forte, devida sobretudo a uma significativa redução da natureza representativa de seus elementos” (NAVES, 2011, p. 19). Na Europa e em seu experimentalismo modernista, viam-se linhas, cores, superfícies, tudo referente às artes com um novo estatuto e com uma intensidade até então inauditas, algo completamente diverso do que ocorria no Brasil, já que boa parte dos trabalhos por aqui realizados incorporam as mudanças modernas, porém de um modo particular. As obras são envolvidas por um tipo de morosidade perceptiva que reduz a sua força de aparecimento; cores e formas passam a ganhar certa autonomia e já não mais se escondem atrás dos seres figurados. Uma independência que leva a um jogo peculiar, em que as formas, por exemplo, passam a se ocupar delas mesmas e sua definição mais clara fica na indeterminação. Nesse cismar constante, poder-se-ia sugerir uma preocupação modernista com o processo de gênese formal, todavia este movimento não se cumpre e a afirmação de formas e cores assenta-se na suspensão de sua atualidade; ao modo de Tarsila do Amaral, por exemplo, a qual acaba por comprometer seu tonalismo sutil com a constituição de imagens estranhas e primitivas, como pode ser visto em seu quadro *Urutu* de 1928.

Contudo, é preciso notar que a particularidade e estranheza nas artes por aqui feitas, devem, no final das contas, ser tratadas de modo muito familiar no Brasil, visto ser este também um país demasiado particular. Particularidade advinda de sua formação histórica ser bastante singular e constitutiva de uma vida mental pautada em uma verdadeira dialética do localismo e do cosmopolitismo (CANDIDO, 2011b, p. 117), levando ao impasse de, a um só tempo, sermos desajustados frente à categorização à europeia e ao fato de esta nos ligar à modernidade. Sendo possível ver em algumas de nossas mais refinadas manifestações artísticas isto: em Ismail Nery, cujos quadros têm como movimento a queda, em uma espécie de sedimentação mansa e reconfortante, desdizendo alguns pressupostos do cubismo; Anita Malfatti, com temas que se pretendem expressionistas, mas que acabam sendo representados de modo mais ou menos expressionistas, possuidora de uma gestualidade marcada e contornos deformados com certa padronização; Milton Dacosta, apesar de admirável, inverte Modrian e seu construtivismo claro, criando estruturas que a todo momento ameaçam ceder ou mesmo em Hélio Oiticica e Lygia Clark, artistas dos mais radicais, que ao tentar identificar arte e existência – com o fito de problematizar/acabar com uma contemplação tradicional - acabam por identificar vida e proteção, em uma interioridade problemática portadora de uma

dilaceração que os acossa por todos os lados. Ou seja, identificar-se-ia uma **difficuldade de forma** que perpassa uma fatia considerável da melhor arte nacional, com uma relutância em deixar os trabalhos fortemente estruturados e, assim, colocá-los em uma relação mais positiva e conflituosa com o mundo, levando-os a um retraimento estranho ao caráter **prospectivo** de boa parte da arte moderna. Porém, esse movimento retraído não os livra da realidade, fortemente presente nas feições primitivas das obras de Guignard e Volpi, pois, a partir de sua timidez, esses trabalhos supõem um modelar suave do mundo, próximo ao artesanato moroso e não ao trabalho industrial, marcando uma recusa à sociedade violenta do trabalho. Todavia, esse ideal meigo ali defendido conspira contra as suas expectativas, dado que “essas aparências amenas e essas formas frágeis não podem se opor à pressão do real, que os coage sem cessar” (NAVES, 2011, p. 27).

E aqui o passo teórico essencial ao nosso argumento, já que há a ligação da forma a outras experiências, sendo possível identificar a origem dessa formalização difícil à existência de amplos setores da população em atividades não tipicamente capitalistas. Assim, a forma pouco institucionalizada e estruturada da sociedade brasileira que “certamente estimula e dá veracidade às formalizações que resistem a uma determinação mais acentuada. Mas não deixa de ser intrigante o investimento afetivo despertado por essas formas residuais de convivência” (NAVES, 2011, p. 27). Naves confessa mesmo admirar homens e mulheres tão sensíveis, os quais, contudo, deixam de lado a vinculação desses setores menos organizados da sociedade e sua vinculação com o sistema econômico mundial, não traduzindo em violência, desespero e dor “a extinção necessária e iminente desse mundo que lhes serve de modelo” (NAVES, 2011, p. 27).

Uma doçura, contenção e equilíbrio derivados da esperança de resgatar artisticamente a experiência de certos setores da população, um ideal tão singelo que poria em xeque formas mais afirmativas de se fazer arte. Experiência social tão profunda que encontra ressonância até num radical como Oiticica, porque na ausência de uma força social unificada que fizesse surgir novas possibilidades, a única possibilidade aparente passa a ser essa utopia de rememoração, docemente anticapitalista, todavia fornecedora privilegiada de indícios reais de uma sociabilidade outra e não vinculada às reviravoltas e desmedidas do Capital. Essa mesma indecisão social que alimenta essa timidez, também proporciona uma tendência contrária, em que o “travo que caracteriza essa dinâmica social descompensada é incorporado formalmente em algumas obras, que revelam em sua estrutura o movimento dubio e arrastado de uma sociedade atravessada por descompassos e ambiguidades” (NAVES, 2011, p. 29). Formalização encontrada no expressionismo

de um Iberê Camargo, em que evidencia-se uma atração pelo lado opaco da vida, cujas formas fortes, contudo estáveis, “afastam a afirmação de um sujeito determinado e desfavorecido em seus desígnios.” Gerador de obras com intensidade inédita, mas que resistem a entregar as formas aos seus limites, sobressaindo-se daí “uma **forma difícil**, e não mais aquela relutância formal” (NAVES, 2011, p. 29). Em resumo, um passo *qualitativamente a frente* da supracitada relutância presente em nossas obras anteriores.

Com suas especificidades, outros e outras artistas indicam a mesma questão: Goeldi, com o sofrimento de seus personagens, decorrente de uma singularidade miserável; Eduardo Sued, quando reúne intensidade e dispersão; Sérgio Camargo, radicalizando a tensão entre unidade e fragmentação; Mira Schendel, cuja intensidade é revelada em seus traços acossados por uma descontinuidade iminente, pronta a destruir a completude do gesto, em que cada avanço forja realidades específicas e densas; além do confronto tenso entre o ferro espeço e o rigor formal, constituidor de uma indeterminação que é força em Amilcar de Castro. Características formais, possuidoras de um forte potencial crítico, dado que por meio dessa forma difícil, “experimentamos uma realidade travada, muito mais próxima das crises e dos impasses desencadeados pelo desenvolvimento tecnológico do que da maleabilidade que ele introduz em seu manejo da natureza e dos demais processos” (NAVES, 2011, p. 38). Para melhor aquilatar essa relação entre processo social e forma em Naves, passo agora por uma breve incursão sobre seu texto a respeito de Jean-Baptiste Debret – um estrangeiro nada espontâneo – e suas aventuras e percalços em forjar uma forma que dê conta de um tipo de existência diversa da França revolucionária. Lembrando que o referido francês era discípulo de Jacques-Louis David, o qual desenvolvera um estilo neoclássico de certa forma bem fundado nos pressupostos sociais da sociedade francesa revolucionária (ARGAN, 2010, p. 244-253).

Nesse bojo, confrontamo-nos com uma disjunção saborosa entre título, forma e processo social, encontrada na aquarela *Le premier élan de la vertu guerrière* (1827), uma das primeiras pinturas feitas pelo artista francês. O título colocado remeteria diretamente às principais características do neoclassicismo, liderado por David e os ideais da Revolução Francesa, mas na aquarela vê-se quase seu oposto. O elogio da virtude teria como objetivo marcar a identidade entre a disposição para o bem e a defesa do interesse comum e da igualdade, apresentando-se não com uma conotação contemplativa e sim como atividade, visto que é qualificada como guerreira. Caráter ativo acentuado pelo ímpeto que a envolve, como se estivessemos diante de um elã irresistível. E o fato de ser um primeiro impulso aponta

a possibilidade de aperfeiçoamento desse campo do espírito, apontando vínculos essenciais com o Iluminismo.

Na pintura, mais precisamente em sua forma, essa virtuosidade deveria se mostrar como uma forma ideal, a qual deveria submeter todo o sensível ao seu ímpeto, até porque uma ordenação unívoca e firme indicaria uma vontade reta, sem ambiguidades e longe da sensualidade. Esse movimento seria completado com a utilização de uma temática edificante, à maneira dos feitos espartanos, da República romana, Leônidas, Brutus, etc. Tudo muito bem colocado teoricamente, porém em um corpo a corpo com a aquarela vê-se quase seu contrário: uma turma de meninos (brancos e negros) pobres tenta reproduzir uma parada militar, localizada mais ao fundo, talvez querendo indicar que a virtude francesa ainda alcançaria o infante povo brasileiro. Mas a pintura não diz o mesmo, visto que indica o brutal afastamento com relação ao padrão francês do que um futuro edificante na colônia, chamando a atenção a ausência completa de uma linha de força que dê ao desenho direção e movimento. A fila no primeiro plano, um tanto quanto desordenada, forma uma diagonal muito leve, quase paralela à linha de base. Todo o quadro, desde a sua disposição da esquerda para direita até a disposição dos garotos, indica, ao fim e ao cabo, a dissolução de contornos e a redução de sua força.

Em suma, o ideário neoclássico não teria cabimento algum por essas terras, dado que o afastamento da natureza era por demais limitado e o discurso do dever encontrava toda sorte de embaraços, de sorte que no Brasil seria preciso encontrar uma forma que revelasse com maior verossimilhança sua realidade, diversa da França revolucionária, portanto distante dos pressupostos neoclássicos. Preocupação que transparecia em Debret e suas pinceladas, produtoras de aquarelas que incorporavam formalmente uma dinâmica social típica do Rio de Janeiro e do Brasil, proporcionando, com essa mudança formal de seu trabalho, não só ganhos artísticos muito importantes, mas uma melhor compreensão da vida na colônia.

Retomando o nó histórico, a feição rudimentar do Rio de Janeiro, com uma vastidão de escravos, homens livres e pobres, sem ‘urbanização’ alguma e uma monarquia ‘exilada’, inviabilizava qualquer pretensão de aclimatar, com sucesso, o neoclassicismo por essas terras; lembrando que este movimento defendia uma arte em que a vontade dobrasse e conduzisse a natureza humana e não-humana, de forma que a cidade seria, por excelência, seu domínio, mesmo que apareça sob a forma idealizada de episódios passados modelares. Em síntese, a arte aparecia como guia da vida urbana. Todavia, a existência da escravidão no Brasil impedia qualquer tentativa de transpor a forma neoclássica para cá de modo satisfatório e com verdade; nesse bojo, é importante notar que Debret teve um papel importante

ao destacar essas formas fora de lugar – segundo as lições de Schwarz (2012a; 2012c). Até porque, na França “um violento enfrentamento social fez o Terceiro Estado encontrar no passado greco-romano um modelo ético de comportamento que o colocava como herdeiro (...) de uma importante tradição republicana e igualitária” (NAVES, 2011, p. 78). As concepções de virtude e heroísmo encontravam sentido histórico com aquele movimento revolucionário cujo objetivo era regenerar toda a sociedade francesa, de sorte que nas artes esse universalismo demandava formas idealizantes adequadas aos modelos, entretanto a configuração da estrutura social brasileira e suas especificidades não oferecia uma boa base a esse formalismo moralizador neoclássico.

Voltando às aquarelas de Debret, marcadas pela fragmentação, fragilidade, ambiguidade de forma e uma pressão que sofrem do espaço, cujo efeito apreende muito mais do que se passa no país, ao mesmo tempo em que testemunham um espírito conciliador que não vê a possibilidade de diferenciação na sociedade brasileira. Apresentando-se como uma experiência indelével nas artes brasileiras, dado que essa dificuldade de estruturação das obras tem por trás uma realidade bastante dissolvente e impositiva, demonstrando uma visão artística limitada – até para o Brasil do XIX. Contudo, essa dificuldade apresenta-se em boa parte da melhor arte nacional, de uma maneira que a compreensão das artes de Debret afigura-se como um passo importante para entender-se as nossas especificidades estéticas; este, como neoclássico menor, abriu-se às idiossincrasias de nossa realidade e sua dificuldade de representação, fazendo com isso não uma grande obra, mas sim algo que nos pertence, a primeira grande experiência de nossos dilemas nas artes plásticas.

Portanto, a má formação brasileira também teria sua formalização nessa forma difícil de que fala Naves, uma formação que também se constitui na forma, ao modo do que Schwarz já havia sugerido quanto ao segundo Machado e seus romances maduros, bem como nas reflexões de Ricupero sobre o tema. Partiremos agora para algumas considerações sobre Gilda de Mello e Souza e seus ensaios sobre artes plásticas no Brasil, tentando, de um modo ou de outro, trazer à baila o fio da formação em meio à suas linhas.

GILDA DE MELLO E SOUZA: ENTRE NOTAÇÃO EUROPEIA E EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

À primeira vista, a crítica Gilda de Mello e Souza⁷ e seus ensaios apareceriam como opostos aos esforços interpretativos e críticos de Naves, principalmente se

⁷ Com a breve incursão sobre algumas influências decisivas para a nossa ensaísta não se pretende de modo algum esgotá-las, ou mesmo apresentar uma trajetória intelectual e institucional consistente, porém algumas indicações de ordem bibliográfica se fazem necessárias. Quando a autora,

o critério para tal comparação fossem seus referenciais teóricos. Este contando com autores de certa tradição “materialista” – devedora de uma visão que relacionava, de modo complexo, deixe-se claro, experiência material e experiência formal/ artística – e aquela com autores que, para seguir o jargão – muitas vezes apressado e enganoso – vinculados à uma visão formalista das artes, na qual as formas ficariam ensimesmadas e se assentariam em abstrações auto-referenciadas, ao modo de um Prometeu acorrentado.

Nesta última contaríamos com os mestres da escola de Warburg, tão heterogêneos entre si, como Aby Warburg e sua iconologia – preocupada com a psicologia das imagens e as formas assumidas, ao longo do tempo, por estas e as razões de suas transformações; ou como Erwin Panofsky e Ernest Gombrich, inquietados com a decifração rigorosa e erudita de significados dos conteúdos das imagens, baseados em uma análise progressivamente aprofundada, em meio a passagens das instâncias as quais iam do objeto de interpretação, passavam pela fonte subjetiva desta, até chegar ao seu chamado corretivo objetivo. Sendo assim, atravessavam constantemente a iconografia em direção à iconologia, em um movimento que beirava a circularidade, mas que nem por isso deixava de ser rigoroso (PRADO JR., 2007, p. 15). Nesta empreitada acabavam por lançar mão de um conceito de representação, construído “a partir de uma relação de imagens com outras imagens”, em que, “a passagem de uma imagem para outra se faz pela mediação de uma ideia, de uma “imagem mental”” (MENEZES, 2003, p. 91) e não da “realidade”. Nesse bojo, não poderíamos esquecer também do quanto Souza elogiava o método indiciário próprio dos chamados *connaisseurs*, tão bem plasmado pelo médico e artista italiano oitocentista Giovanni Morelli, principalmente em seus trabalhos de esquadramento de diferentes estilos artísticos pelas vias do detalhe (ARANTES, 2006, p. 311).

Os pontos anteriores parecem ganhar força a partir dos próprios ensaios e comentários da autora, como fica patente na segunda nota de seu famoso ensaio “Pintura brasileira contemporânea: precursores”, em que, fiando-se e glosando os ensinamentos de Gombrich em seu *Arte e Ilusão*,⁸ Souza argumenta que o ato de

contando com 31 anos, terminou seu doutorado intitulado *A moda no século XIX* – doravante *O espírito das roupas* (SOUZA, 2001) – o trabalho pioneiro e criterioso não fora bem recebido por seus pares na antiga FFCL-USP. Dominada, à época, por um espírito um tanto quanto cientificista e pouco afeito ao ensaísmo e seu linguajar próprio. Além de ser pouco lembrada por sua coragem institucional, a qual, a duras penas, garantia a autonomia do Departamento de Filosofia, frente ao regime militar e seus asseclas encalacrados na burocracia e direção universitárias. Para mais ver Souza (2004, p. 61-77); Pontes (2009, p. 269-310); Galvão (2007, p. 51-71); Chauí (2007, p. 23-51).

8 Ver, principalmente Gombrich (1983, p. 27-83).

ver jamais é inocente, até porque, diferentemente do que John Ruskin e os impressionistas acreditavam, seria sempre um ato de aprendizado, por meio do qual estabelece-se menos uma relação com a natureza do que com esquemas perceptivos anteriores. Logo, mesmo “na arte chamada naturalista o artista não traspõe para a tela o resultado neutro e objetivo de sua análise do mundo exterior, mas aplica à análise do real os esquemas perceptivos que herdou da tradição” (SOUZA, 2008, p. 274). Ou, quando imbuída de um espírito indiciário sem igual, presta atenção a pontos sumamente ignorados pela crítica brasileira de artes anterior a ela, à maneira da postura e das técnicas do corpo do caipira nos quadros de Almeida Júnior ou da simbologia das mãos e braços nos quadros da série *Cenas da vida brasileira, 1930/1954*, de João Câmara Filho (SOUZA, 2005, p. 113 – 125).

No entanto, com o quadro até aqui conformado, como é possível que a autora tenha conseguido, como indicava o começo do trabalho, expor as linhas evolutivas da experiência nacional transfigurada em forma pelas artes plásticas? Antes que indiquemos as raízes do paradoxo como destino destas reflexões, convém procurar algumas pistas nos textos de Otília e Paulo Arantes, bem como nos ensaios de Souza sobre esta seara. Segundo Otília Arantes, no vai e vem entre realidade, história e pintura, em que nossa autora se move, esta utiliza permanentemente e ao mesmo tempo relativiza as lições dos mestres anteriormente apresentados (ARANTES, 2006, p. 315). O ato de relativização levado a cabo por ela fora de suma importância para o quadro crítico nacional e entroncava diretamente na tradição intelectual modernista e nos trabalhos do grupo *Clima*, por duas razões: i) havíamos dito anteriormente que na feitura das artes, olhar-se-ia a partir de esquemas estéticos já previamente desenvolvidos e herdados, porém quando os esquemas visuais eram advindos da Europa e topavam com os dados ‘imediatos’ de nossa bruta realidade nacional, necessariamente precisaria ir para além dos ensinamentos de Warburg e seguidores – ponto melhor concrecido com a exposição posterior; ii) seguindo o espírito do grupo *Clima*⁹ (PONTES, 2008; ARANTES, 1974, p. 78) e de intelectuais modernistas, à maneira de Mário de Andrade, não faria sentido manter impune-mente a orientação “imanentista” de Gombrich, visto que o que galvanizara seus esforços era uma tentativa de “detectar os lineamentos da formação de uma arte brasileira” (ARANTES, 2006, p. 320), voltando-se, pela via da paixão pelo concreto (SOUZA, 2008, p. 261),¹⁰ para o que não era consagrado, para os artistas menores

9 Para um belo retrato de grupo, ver Pontes (1998).

10 O ensaio de Gilda sobre a perícia e a concreção do crítico Paulo Emílio Salles Gomes pode muito bem ser reaproveitado para apreciação dos trabalhos da autora – como para todo o grupo *Clima*, baseados em uma atitude crítica que privilegiava o corpo a corpo com as obras e que conscien-

e examinado o nosso acanhado meio artístico brasileiro, sem aplicar ou impor grandes temas e teorias em voga na cena internacional à nossa realidade específica.

Voltando-se mais detidamente para os ensaios da crítica sobre a pintura brasileira moderna e o vanguardismo do mesmo período, é interessante notar que as análises e considerações sobre Almeida Júnior não eram em si novas, contando com as companhias do jovem e passadista Oswald de Andrade, defensor de uma arte nacional, considerando nosso pintor um precursor desta; de Monteiro Lobato, propugnador, ao mesmo tempo, de críticas cujo objetivo era desmoralizar o expressionismo de Anita Malfatti e elevar Júnior à personagem inauguradora da pintura nacional; ou mesmo de Mário de Andrade, defensor animado do “moderno”, *et pour cause*, contrário àquelas figurações plásticas (ARANTES e ARANTES, 1997b, p. 71). Souza, porém, seguiu um caminho diferente, visto que ao não sentir a necessidade de prestar contas a um passado incerto e ao se ver livre das amarras do programa nacionalista, não precisou engessar sua liberdade criadora e crítica em prol de um corpo definido de ideias (SOUZA, 2008, p. 319).¹¹

De todo modo, ao começar seus ensaios sobre os precursores da arte contemporânea brasileira, a autora elogia a iniciativa do Museu Lasar Segall, cuja exposição reunia artista como Belmiro de Almeida, Visconti e Timóteo da Costa, atuantes no mesmo momento da exposição de Malfatti – anteriores ao momento da virada modernista¹² – sugerindo aos visitantes que a olhassem tendo em vista essa passagem/ reformulação das artes plásticas, vislumbrando ali certos traços do futuro. Entretanto, sugere que deveríamos girar a roda histórica um pouco mais para trás e estudar com atenção artistas pretéritos, como Almeida Júnior e Jorge Grimm, um tanto quanto acadêmicos, entretanto portadores de elementos inovadores em seu tempo. Concentrando-se principalmente no primeiro, nossa autora argumenta que fora ele quem auxiliara na supressão da monumentalidade de nossas obras, na renovação de assuntos e personagens e na vinculação orgânica das figuras ao seu ambiente e, quiçá, na revisão no tratamento da luz. Desta

temente deixava de lado os infindáveis debates teóricos movidos ao sabor das academias do centro capitalista (SOUZA, 2008, p. 259-273).

11 Nacionalismo que considerava ser, a um só tempo, uma força produtiva e uma constrição: “No entanto, aceito como a melhor solução, o Nacionalismo não era isento de tensões e podia ter um efeito duplo, pois se de um lado ordenava o período, favorecendo a superação das vanguardas, de outro, à medida que era um corpo definido de ideias com finalidade normativa, cerceava fatalmente a liberdade criadora” (SOUZA, 2008, p. 319). Por superação das vanguardas é preciso entender que a rápida troca de um programa estético europeu, por outro nacional “teve a vantagem de evitar o prolongamento da etapa destrutiva, que na Europa se expressou sobretudo pelo Dadaísmo e o Surrealismo, e que teve conotação fortemente individualista” (SOUZA, 2008, p. 319).

12 Para mais sobre o período ver Amaral (2010) e Batista (2012).

feita, é “*com ele que ingressa pela primeira vez na pintura o homem brasileiro*” (SOUZA, 2008, p. 274, grifos colocados). Na figura do caipira paulista mais especificamente. Porém, o seu mérito essencial não foi ter simplesmente pintado o dito cujo, até porque teria se transformado em mais uma das figuras tradicionais e descompassadas de arte, à moda dos índios, dos negros e Iracemas em postura de ninfas, na pena de nossos cronistas, viajantes e pintores antigos. Coube ao nosso pintor revelar, pelas vias de seu regionalismo, a verdade profunda dessa personagem nacional e com escrúpulos de etnólogo – a seguir veremos que o ponto é mais profundo – conseguiu figurar “não apenas a aparência externa, os traços do rosto ou a maneira peculiar de se vestir, mas a dinâmica dos gestos – aquilo que Marcel Mauss descreveu com tanta perspicácia num ensaio célebre, designado como *técnicas do corpo*” (SOUZA, 2008, p. 275).

Essa acuidade observacional já havia transparecido em um quadro como *O derrubador* (1879), pintado ainda em Paris, mas que trai as convenções realistas na pintura do rochedo e que em outros elementos traz a nostalgia de sua distante pátria; nesta obra fica patente, como queria Souza, que é nosso “o jeito do homem se apoiar no instrumento, sentar-se, segurar o cigarro entre os dedos, manifestar no corpo largado a impressão de força cansada” (SOUZA, 2008, p. 276). Um lineamento que o pintor aprofundará em obras posteriores, ao modo de *O violeiro* (1889) e *Amolação interrompida* (1894), conseguindo cada vez mais afinar sua análise sobre o comportamento corporal do homem do campo, apreendendo “à sua maneira canhestra de caminhar, sem nobreza, mantendo os joelhos meio dobrados enquanto apoia os pés no chão” (SOUZA, 2008, p. 276). Um empreendimento sem dimensionamento correto e sem precursores, algo impressionante, visto que conseguiu trazer para as telas a notação do gesto, “lutando contra as reminiscências artísticas, que lhe impunham, a cada momento, a postura europeia civilizada – nos painéis sacros, nos históricos, nos quadros de gênero, nas composições alegóricas como nas realistas, na representação do povo como na das classes altas” (SOUZA, 2008, p. 278). Trata-se de um modo inédito de notação visual, a partir do qual tornou-se possível descobrir e sondar a verdade íntima dessa personagem central. Procedimento contrário ao de um Hans Staden ou a um Jean de Léry, pois ao tentarem representar indígenas tais quais eram, acabam por transpor esquemas emprestados do maneirista italiano Baccio Bandinelli, por exemplo.

Sem embargo, dando um passo atrás e esperando dar dois à frente, como a nossa crítica conseguiu ver isto? Segundo o argumento de Otilia e Paulo Arantes, além das providências educativas de uma formação artística e moderna ímpar e da prática voltada ao detalhe e o corpo a corpo com o estudado – ponto comum nos

participantes do grupo *Clima* –, Souza tinha em si uma empatia pelo “caipirismo imanente” de Júnior, pois viveu boa parte de sua infância na fazenda do interior paulista. Algo que poderia ter um caráter anedótico, mas que, ao fim e ao cabo, ganha consistência metódica – e de filtro intelectual do vivido, diga-se – quando nos lembramos do tipo de intelectual gestado naquele período, entre as décadas de 1930 e 1940, impulsionado por uma visão não aristocrática de mundo encarnada nos estudos feitos sobre populações pobres e a cultura rústica (ARANTES e ARANTES, 1997b, p. 87-88; p. 95-100; CANDIDO, 2011a, p. 229-243). Por essa época, Souza e seus parceiros de geração passaram a organizar suas ideias e um modo de pensar sobre o Brasil, voltado “para as regiões mais tangíveis da experiência brasileira sedimentada de preferência nas obras de arte” (ARANTES e ARANTES, 1997b, p. 96). Experiência da “diferença brasileira”, é claro, ou melhor, da diferença entre nossa realidade periférica e a norma europeia para cá transposta, em um movimento de alta voltagem e propiciador de um curto-circuito, do qual não sairiam ilesos tanto um localismo vulgar, quanto um cosmopolitismo abstrato – extremos do movimento de báscula, velho conhecido da vida do espírito dos intelectuais periféricos (ARANTES, 1992).

Fazendo sistema com esse mundo das formas frequentado por Souza, informantes privilegiadas de nossa experiência diferencial, há que fazer referência também ao estudo *O espírito das roupas*, dado que lá ao ligar a moda com a chamada estrutura social, não deixa de reparar que aquela consiste em uma arte situada estrategicamente entre as chamadas artes menores, como a dança, e as maiores, à maneira da arquitetura e das artes plásticas. Situada assim, no mundo supracitado, porém de uma maneira específica, porquanto sua essência embasava-se na conquista do espaço pelo movimento, fazendo-a rítmica, sobretudo. Ou melhor, uma arte de compromisso, posto que o traje inexistente sem o movimento e a dinâmica dos gestos, efetuando novos equilíbrios e figurações (SOUZA, 2001, p. 41). Destarte, ao depender da medida e desmedida da gestualidade, a moda afigura-se como a mais socializada dentre as artes, um dos elementos “que talvez tenham contribuído mais de perto para a cristalização da sensação plástica de que o essencial do ‘homem brasileiro’ deveria ser procurado no seu movimento corporal” (ARANTES e ARANTES, 1997b, p. 90). Após esta pequena digressão, voltemos a Grimm e outras manifestação de um horizonte artístico outro.

Num outro capítulo controverso dos nossos precursores, Souza elenca o pintor alemão Jorge Grimm e a doutrinação do crítico Gonzaga Duque, operadores tanto de uma transposição da estética do ar livre por essas bandas, quanto do clareamento das paletas de cores. Tudo isso baseado em esquemas europeus

– difundidos pelos pintores da Escola de Barbizon e pré-sistematização e radicalização impressionista, aqui aclimatados como podiam e marcadores de uma nova relação do artista com o ambiente. De sorte que a insinuação da invenção de uma luz brasileira devido à observação de nosso “ambiente colorido e tropical” carece de maior fundamentação (SOUZA, 2008, p. 281-282). Nada de novo para aqueles acostumados com as reviravoltas da experiência nacional e seus percalços de articulação entre vida mental “sob constante ameaça de estar se engajando em uma pista inexistente e o panorama social próximo, cuja inconsistente razão de ser raramente favorece a dita articulação, cujo modelo de consistência sabidamente se encontra na Europa” (ARANTES e ARANTES, 1997b, p. 74).

Percalços, reviravoltas e redescobrimientos encontrados em outros momentos de nossa arte nacional, à maneira da analogia que poderia ser feita entre a viagem de Mário de Andrade à Amazônia e seus comentários sobre a obra do jovem pernambucano Cícero Dias. Animados por um projeto de redescobrir o Brasil real, visto ao vivo, agitador de qualquer espírito intelectualizado e europeizado do Sul, o qual poderia ser encarado como um de nossos episódios de transplantação brasileira da estética do ar livre (SOUZA, 2005, p. 49-73). Tratando-se de um caso clássico de invenção do país por meio da imaginação, via passagem do país de ateliê para o país “real”, transcorrido numa viagem de descoberta e preparador de uma apropriação letrada do motivo nacional; reproduzindo o conflito já exposto anteriormente entre “sentimento da paisagem atrelado ao país carecido de ser descoberto atrás das florestas; imaginação artística armada noutras bandas menos incivis” (SOUZA, 1997b, p. 77-78). Ou na relação, às vezes difícil e às vezes acertada, entre artistas modernistas e o projeto nacionalista das artes, tão bem expresso nas afinidades eletivas do expressionismo advogado, posteriormente, por Mário de Andrade e a volta à realidade nacional: aquele queria destruir o homem clássico e este visava a destruir a europeização do brasileiro, com o intuito de “desentranhar os traços inconscientes e fatais da nacionalidade” (SOUZA, 2008, p. 318).

Desentranhamento muito bem-sucedido nas carreiras de um Di Cavalcanti e de uma Tarsila do Amaral, notadamente a última, pois ao jogar sua arte numa conjunção difícil, em que tentaria “ver a realidade primitiva e desordenada do país através de um crivo europeu, altamente racional” (SOUZA, 2008, p. 329), conseguiu colocar na ordem do dia uma síntese entre a estética nacionalista, em seu apogeu nos anos de 1920–1930, e os aprendizados cubistas recentes na Europa; principalmente em sua fase Pau-Brasil, marcada pela viagem que fez ao interior de Minas com os modernistas e Blaise Cendrars. Tanto é que substitui os esquemas colorísticos de seu mestre Fernand Léger “por outro mais ingênuo, baseado na

observação da cultura local, exagerando os acordes verde-amarelos e explorando as tonalidades das casas coloniais, dos bauzinhos de folhas de flandres” (SOUZA, 2008, p. 329). Contudo, a síntese até aqui apresentada, de uma forma ou de outra, também vinculava-se à nossa experiência diferencial, camuflada na junção entre cubismo e mata, até porque para Tarsila e Di Cavalcanti o nacionalismo apresentou-se como uma solução pertinente a que aderiram quase que naturalmente, entretanto “a obra que realizaram não revela afastamento apreciável da Europa; trai a filiação muito próxima dos mestres europeus e mesmo certos esquemas artísticos eruditos, camuflados sob a aparência selvagem dos temas” (SOUZA, 2008, p. 344).

Depois de tudo o que fora exposto, que fio condutor seria possível destrinchar desta linha que passa do nosso caipira tornado figura e não apenas fundo, até certo brutalismo presente em um *Abaporu* (1928) e *Antropofagia* (1929) – todos apresentados sob o signo do descobrimento ou do redescobrimento do Brasil? Talvez, como sugerem Otilia e Paulo Arantes, a estruturação interna da formação da pintura nacional estaria nos percalços, desdobramentos e resoluções dessa dissonância quase que permanente entre notação europeia e realidade brasileira, ou, nas palavras dos autores:

Se assim é, acrescentamos que a tarefa sublinhada linhas acima de vincular organicamente as figuras ao ambiente também pode ser entendida como a transposição plástica, ou o exato equivalente pictural, do problema crucial a que se resume a instabilidade básica definidora de nossa experiência, no caso, intelectualmente filtrada pela organização das formas. E, se isso for verdade, *poderíamos igualmente acrescentar, sem muito medo de errar, que nessa comunicação tácita entre as duas esferas reside o real assunto de meditação de Dona Gilda sobre as idas e vindas da pintura brasileira* (em formação?). Ora, se tudo isso é mesmo fato, a tal dificuldade com cara de solução se concentra por assim dizer na dupla fidelidade (outra dimensão – chave da experiência intelectual de todo brasileiro que não queria se deixar ofuscar por miragens) que se pode reconhecer no seguinte entrecruzamento: de um lado, a figura, o ‘homem brasileiro’, o novo personagem no qual se encarna a verdade de nossa gente, que justamente estreia na marcha lenta da pintura local pelas mãos de Almeida Júnior, porém abafando reminiscências herdadas, no caso, de sistematização europeia das soluções acadêmicas; de outro, do lado do(s) fundo(s), a ‘construção da paisagem’ por um olhar instruído por essa mesma herança cultural. *Num caso, identificação de fundo na esteira de uma visão educada à sombra da norma culta; no outro, revelação inaugural da figura na sua verdade pela inocência de que só um olhar*

desarmado é capaz. Quem sabe se a mola propulsora da formação da pintura brasileira não se encontraria nos múltiplos desenvolvimentos, ou resoluções, dessa dissonância (ARANTES E ARANTES, 1997b, p. 74 – 75, grifos colocados).

Nesse ínterim, pode-se ver que Souza, em seu conjunto de ensaios sobre artes plásticas, conseguiu enxergar e escandir no mundo das formas (LUKÁCS, 2015, p. 40) a nossa experiência nacional, entre a fidelidade às ideias e esquemas conceituais europeus e à realidade brasileira. No entanto, é preciso deixar claro que a formação de que nos fala não é nada fácil, permeada por uma série de percalços e desenvolvimentos vários; uma formação difícil, em resumo. Tendo isso em mente, passaremos agora para algumas breves colocações sobre as diferenças e similitudes entre Naves e Souza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O MUNDO DAS FORMAS PELO CRIVO DE NAVES E SOUZA

Tendo em vista o que foi dito anteriormente, é importante salientar, pelo menos, duas distinções entre Naves e Souza: i) as influências teórico-metodológicas de que partem são, em boa medida, diferentes; ii) as referências de artistas e obras de arte de que partem também divergem, levando mesmo a certa discrepância quanto ao tempo transcorrido entre Debret e as obras dos precursores primeiros do modernismo brasileiro, por exemplo. À primeira vista, necessariamente, levariam a teorizações sem um fio de ligação possível; todavia é preciso que tenhamos em mente uma aproximação importante entre os dois: ambos, no final das contas, possuem uma postura crítica assaz assentada no contato sistemático e direto com as obras de arte, fazendo com que não deixem de lado a análise material e imanente de seus objetos de pesquisa em prol de uma teorização externa e sem cabimento quanto ao objeto de estudo – algo comum no grupo *Clima*, de Souza e no grupo de Naves, composto por um Ronaldo Brito e um José Resende, participantes e entusiastas desta forma de análise.

À vista disto e do que foi até aqui sedimentado, é possível entender como Souza – atentando para os percalços, desdobramentos e resolução da dissonância entre notação europeia e a realidade brasileira, fundamental para a estruturação interna da formação da pintura brasileira – e Naves – com sua escolha interpretativa, na qual a forma difícil, decantada no melhor da arte brasileira, é indicativa da constituição de uma forma adequada à experiência nacional diferencial –, conseguiram discutir e esquadrinhar as linhas evolutivas da experiência nacional pela via do mundo das formas artísticas. Posto que, salvo engano, ao modo do Ser em

Aristóteles (ARANTES, 2004, p. 59), a indecorosa ligação e síntese entre civilidade e barbárie, ocorrida por essas bandas, pode ser dita em vários sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. *Filosofia da nova música*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- . *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1970.
- AMARAL, Aracy A. *Artes plásticas na semana de 22*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- ARANTES, Otilia B. F. Notas sobre o método crítico de Gilda de Mello e Souza. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 311-322, 2006.
- ARANTES, Otilia; ARANTES, Paulo. O sentido da formação hoje. *Praga*, São Paulo, número 4, p. 95-109, 1997a.
- . *Sentido da Formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997b.
- ARANTES, Paulo. “A fratura brasileira do mundo”. In: ARANTES, Paulo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004, p. 25-79.
- . *Sentimento da dialética na vida intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- . *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (Uma experiência nos anos 60)*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- . “David e Roma”. In: ARGAN, Giulio Carlo. *A arte moderna na Europa: de Hogarth a Picasso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 244-253.
- . *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BATISTA, Marta R. *Os artistas brasileiros na Escola de Paris: anos 1920*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- BRITO, Ronaldo. *Experiência crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- BURGER, Peter. *Teoria da vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- CANDIDO, Antonio. “A faculdade no centenário da Abolição”. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011a, p. 229-243.
- . *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750 – 1880)*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.
- . *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011b.
- CHAUÍ, Marilena. “A dignidade do feminino”. In: MICELI, Sergio e MATTOS, Franklin de. *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 23-51.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

- GALVÃO, Walnice N. “Um percurso intelectual”. In: : MICELI, Sergio e MATTOS, Franklin de. *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 51-71.
- GOMBRICH, Ernest. “Dá luz à tinta”; “Verdade e estereótipo”. In: GOMBRICH, Ernest. *Arte e Ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 27-83.
- LUKÁCS, Georg. *A alma e as formas: ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- MAMMI, Lorenzo. “A forma difícil”. In: MAMMI, Lorenzo. *O que resta: arte e crítica de arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 295-299.
- MENEZES, Paulo. Representificação: as relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. *Revista brasileira de ciência sociais*, nº 51, p. 87-98, 2003.
- NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. “De relógios, bússolas e sextantes: perguntas a Roberto Schwarz”. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 200-212.
- _____. “Entrevista”. In: MOURA, Flávio; MONTEIRO, Paula. *Retrato de grupo – 40 anos de Cebap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 246-264.
- _____. Entrevista com Rodrigo Naves. In: *Revista número*, nº 7, 2005. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/rede/numero/rev-numero7/entrevRodrigoNav>. Acesso em: 05/07/2016.
- _____. *O vento e o moinho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. “Prefácio”. In: ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. XI-XXIV.
- PRADO JR., Bento. “A hermenêutica de Gilda”. In: MICELI, Sergio e MATTOS, Franklin de. *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 13-23.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo de 1940 – 1968*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. “Gilda de Mello e Souza: entre a arte e a ciência?”. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 296-310.
- RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as ‘ideias fora do lugar’. *Lua Nova*, nº 73, p. 59-69, 2008.
- _____. Formação da literatura brasileira nos anos 1950. *Revista Água Viva*, v.1, nº 1, p. 1-5, 2010.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Ed. 34, 2012a.

- _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012b.
- _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Ed. 34, 2012c.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *A ideia e o figurado*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- _____. “Depoimento: Gilda de Mello e Souza”. In: BLAY, Eva Alterman e LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 61-77.
- _____. *Exercícios de leitura*. São Paulo, Editora 34, 2008.
- _____. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TOGNOLLI, Dora; VERGUEIRO, Francisca V. Entrevista com Rodrigo Naves. *IDE*, São Paulo, nº 54, p. 19-28, 2012.
- WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia e filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Feiras de cerveja – vias de construção do “artesanal”

Beer Festivals – elaborating “Craft”

Lilian Verena Hoenigsberg Krohn^a

Resumo O trabalho visa explicitar como feiras voltadas às cervejas funcionam não apenas enquanto locais de circulação e troca de mercadorias, mas enquanto focos de formação e circulação de discursos e representações e como espaço de articulação de pessoas, sendo *locus* privilegiado para a análise das dinâmicas próprias de formação de mercado. Para etnografias de feiras do mercado de cerveja, com destaque para os discursos proferidos em palestras. Como argumento central, temos que esses espaços possuem importância simbólica e política para aquelas cervejarias que buscam ser identificadas dentro do espectro “artesanal” pois, por um lado, são locais de construção do discurso da qualidade e identidade de seu produto enquanto uma categoria à parte; e por outro lado são locais de articulação da ação coletiva voltada a proteger e desenvolver seu espaço. Assim, podemos captar nesses eventos, e considerá-los também parte do processo de construção de um mercado “artesanal” e de seus agentes.

Palavras-chave Sociologia Econômica; Mercados; Feiras; Artesanal; Cerveja.

Abstract *This article’s main goal is showing how craft beer fairs and festivals play a role not only as Market places where goods circulate and are exchanged; but are also key sites of market emergence and formation. There, discourses and representations of craft circulate among producers and consumers, and those can openly articulate their actions for commercial and political goals. These spaces are permeated with symbolical and political meaning for those breweries which aim at being considered as craft. It is there that the values of quality and identity are built, making craft beer its own product category; and it is also there that producers can seek collective action in order to protect and develop their own market space. Thus, we may consider festivals and fairs as part of the process of constituting both the market and their agents.*

Keywords *Economic Sociology; Markets; Festivals; Craft; Beer.*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como questão central as possibilidades de estabelecimento de um mercado nascente frente a seus concorrentes já estabelecidos. Neste sentido,

a Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP).

acaba tendo como foco demonstrar o quanto a formação de aparato simbólico e discursivo próprio importa para a configuração deste novo espaço – e o papel das Feiras de mercado na dinamização destes processos. Para assegurar um espaço de atuação à parte, são mobilizados elementos estéticos, discursivos e políticos, que visam estabelecer uma identidade, definindo quais são os participantes legítimos deste ambiente e quais são os excluídos. As Feiras, neste caso, são entendidas enquanto locais em que esta construção tanto se forja quanto se torna aparente. O artigo resulta de observações etnográficas de eventos do calendário cervejeiro de São Paulo e do Brasil nos últimos anos, analisadas a fim de construir um entendimento da centralidade destes eventos para a organização do mercado bem como para a emergência da especificidade do “artesanal” no mundo da cerveja.

Feiras, enquanto *locais de mercado*, oferecem um valioso instrumento de observação acerca das dinâmicas que regem o comércio de bens, possuindo diversas peculiaridades que indicam, através do modo de organização, como se estrutura a própria circulação comercial na qual se inserem – constituindo um espaço de disputas hierarquizado, que reflete a estrutura de consumo (PALMEIRA, [1971], 2014). Neste sentido, podem ser utilizadas como plataforma para buscarmos entender mercados como um todo, sua formação e estabilização. As Feiras são espaço privilegiado de observação por fornecer informações sobre produtos posicionados lado a lado com as alternativas oferecidas ao consumidor, esclarecendo-o e oferecendo uma oportunidade de captação de clientes e formação de público (GARCIA-PARPET, 2009).

Porém não é *apenas* este tipo de informação que está em curso. Muitas vezes, tais eventos constituem cenários próprios das disputas para conformação das definições válidas das mercadorias em si e de sua qualidade; elementos que extrapolam a experiência vivenciada na Feira. Estudos brasileiros destacam o papel das feiras como elementos impulsionadores e mesmo modernizantes de práticas estabelecidas – casos, por exemplo, das “Festas do Bode”, no Nordeste brasileiro, que buscam impulsionar a profissionalização da caprinocultura (GONÇALVES JR., 2010); ou de estudos que exploram as feiras como espaços de mobilização e disputa, concretizada através de dispositivos materiais específicos, dos quais as formas apropriadas de atuação no mercado (VERETA-NAHOUM, 2016).

Pensando na questão proposta, este artigo busca explorar estas disputas utilizando-se da etnografia de uma série de eventos voltados ao mercado de cerveja. Nestes, foram realizadas observações da dinâmica dos eventos, tomando contato com visitantes e expositores a fim de apreender as relações entre eles. Foram frequentadas igualmente as palestras oferecidas pelos organizadores que, via de

regra, buscavam discutir as especificidades do mercado e produtos expostos nas feiras¹. As falas utilizadas para exemplificar as disputas em curso no mercado foram colhidas nestes debates e palestras. Utilizou-se desta metodologia por acreditar-se que as feiras constituem um momento específico em que se pode ter acesso concomitante à forma de apresentação do mercado, dos produtores individuais e do público, e por ser esse um contexto em que diversos atores, geograficamente dispersos e ligados a distintos pontos da cadeia de valor, encontram-se reunidos.

Ocorre nas palestras e debates a transmissão de uma série de discursos que buscam definir o espaço das microcervejarias e do “artesanal” dentro do mercado da cerveja, em que produtores estabelecidos são constantemente referidos como o “outro”, o “mainstream”, o “grande”; bem como uma série de encontros e articulações políticas que buscam influenciar não só o formato dos eventos, mas planejar ações a serem tomadas e executadas em outros âmbitos. Neste sentido, entendemos que a feira passa a ser um local de construção de discursos e da legitimidade dos ditos produtores “artesanais”, e de delimitação e difusão dos critérios para que se encaixem neste meio.

Os eventos visitados - Cerveja Artesanal São Paulo 2015 e 2016, Slow Brew Brasil, 2015, Degusta Beer & Food 2015, Festival Brasileiro da Cerveja 2016 e Mondial de la Bière 2016 - são festivais voltados especialmente ao público cervejeiro, com divulgação na imprensa e acesso mediante compra de ingressos. Os três últimos eventos mencionados encontram-se entre os maiores do calendário nacional – tanto em público quanto em número de edições, sendo reconhecidos como “tradicionais” do mercado; e os primeiros eventos listados possuem relevância regional, destacando-se a expansão de público nas últimas edições.

Priorizou-se eventos em que se abrem espaços de debate acerca do mercado cervejeiro, para poder captar discursos em circulação no meio, observar os efeitos da feira e o processo de estabelecimento de uma identidade de mercado. As feiras permitem ainda apreender os valores simbólicos em curso e, através do contato direto com os atores, conhecer de seu vocabulário, referências, modos de transitar e agir.

Considera-se que as dinâmicas dos eventos do mercado de cervejas – considerado como um espaço provido de regras específicas – refletem mecanismos que permitem a emergência e estabilização de um espaço à parte, e busca explorar como os estes dois movimentos realizem. Tal reflexão é relevante pois permite

1 No desenho mais amplo da pesquisa, este trabalho etnográfico será complementado por uma série de entrevistas aprofundadas com participantes do setor, bem como pela coleta de dados proveniente de pesquisas feitas pelo meio cervejeiro.

compreender fenômenos de diversificação de mercados e consumo enquanto movimentos complexos e estratégicos de atores interessados em estabelecer-se e proteger-se enquanto um segmento à parte, distintos e concorrentes em relação a outro modo de produção (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

A hipótese central sustenta que há uma ação que define o nicho enquanto espaço separado do mercado de cervejas resultante, em especial, de um esforço de definição de seu produto em oposição àquele dos grandes produtores e que se utiliza de estratégias discursivas, comerciais e políticas para assegurar a expulsão deste “outro” de seu circuito. Este trabalho de auto-definição e diferenciação é realizado através de diversas frentes, sendo as feiras e festivais de cerveja momentos centrais, enquanto eventos comerciais abertos ao público consumidor, razão pela qual foram escolhidos como eixo condutor deste artigo.

O MERCADO DE CERVEJAS E A CERVEJA “ARTESANAL”

O mercado de cervejas possui uma série de características que o tornam relevante para a percepção dos processos de diferenciação e formação de nichos de mercados. Sua característica, no Brasil, é a de se um mercado que passa por um processo histórico de concentração, com a existência de poucas empresas com controle quase absoluto das vendas². Nos últimos dados disponíveis, têm-se que a Ambev controla 67% do mercado, seguida por Schincariol (14,1%), Heineken (9%) e Brasil Kirin (8,4%).³

No primeiro relatório do setor de cervejas realizado pelo BNDES, em 1996, eram considerados 42 estabelecimentos especializados na produção de cervejas, com projeção de crescimento para 52 até o início dos anos 2000, de modo a atender a demanda. Neste relatório, já se apontava a tendência à concentração de mercados – que de fato ocorreu com a criação da AmBev em 1999 e a recente aquisição da Brasil Kirin pela Heineken.

Entretanto, este viés de concentração não resultou na estagnação no número de empresas envolvidas no setor. Consta do último levantamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), um número de 397 cervejarias em funcionamento no país⁴. Dados levantados pelo Instituto Brasileiro da

2 O processo de concentração ocorre desde o início do século XX, com a formação das companhias Brahma e Antarctica Paulista (MARQUES, 2014).

3 Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4868192/heineken-compra-brasil-kirin>. (último acesso em 30/11/2017)

4 Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/cresce-para-quase-400-numero-de-cervejarias-registradas-no-pais.html> (último acesso em 18/07/2017)

Cerveja⁵ apontam a existência de 46 cervejarias artesanais no Brasil já em 2005, com crescimento expressivo ano a ano chegando a 130 em 2010 e 372 em 2015.⁶ Estes dados levam em conta apenas fábricas existentes, sendo que o número de marcas é expressivamente maior, devido ao fenômeno da existência de marcas “ciganas”, que terceirizam a sua produção utilizando a capacidade de plantas já existentes. A estimativa de volume total produzido para o ano de 2015 foi de 91 milhões de litros, o que corresponderia a 0,7% do mercado total de cervejas no Brasil. Segundo os dados fornecidos pela Abracerva – Associação Brasileira de Cerveja Artesanal - este montante movimentaria, atualmente, entre dois e três bilhões de reais por ano.⁷

Não há um consenso sobre qual seria a primeira microcervejaria surgida no Brasil com foco para cervejas “artesanais” ou especiais. Os relatos de participantes do mercado citam frequentemente as cervejarias Borck, de Timbó (SC); Colorado, de Ribeirão Preto (SP) e Dado Bier, de Porto Alegre (RS). Todas estas iniciaram suas atividades entre 1995 e 1996. Este mercado diminuto, com poucos produtores isolados, se expande lenta porém consistentemente a partir dos anos 2000, acompanhado de fato por um aumento em vendas em parte específica do setor de cervejas, das consideradas “Premium”, que abarcam em 2013 cerca de 7% do mercado nacional, considerando tanto rótulos internacionais quanto pertencentes às grandes cervejarias⁸. Este segmento se caracteriza pelo consumo de produtos de maior valor, a partir de uma percepção de diferença qualitativa. Esses produtos podem se dividir entre um segmento “Premium” – de valor até R\$ 7 em mercados, e “super Premium” – acima de R\$ 9 (valores de 2013).⁹ Nesta estatística, entram marcas pertencentes a grandes companhias; produtos de qualidade superior produzidos nacionalmente por pequenas empresas e produtos importados pertencentes ou não ao portfólio de grandes companhias - que aumentam sua penetração no mercado em 10 vezes entre 2005 e 2011 (CERVERI JR. et al , 2014, p.103).

5 Entidade de ensino livre especializada em cursos técnicos para o setor

6 Dados de estudo feito pelo próprio Instituto, com levantamento junto às cervejarias e ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.institutodacerveja.com.br/blog/n113/novidades/cervejarias-artesanais-no-brasil> (Último acesso em 10/08/2017).

7 Dados fornecidos pela Associação Brasileira de Microcervejarias (ABRACERVA) à imprensa (<http://brasileconomico.ig.com.br/negocios/2014-11-10/mercado-brasileiro-de-cerveja-artesanal-fatura-ate-r-2-bilhoes-por-ano.html> e <http://brasileconomico.ig.com.br/negocios/2015-07-01/supersimples-para-microcervejarias-sera-votado-hoje.html>). (último acesso em 10/08/2017)

8 Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/12/volume-de-cervejas-importadas-pelo-brasil-tem-queda-em-2013.html> (último acesso em 10/08/2017)

9 Idem

No entanto, é pouco claro o que exatamente pode ser entendido como “artesanal” neste tipo de indústria. Não há no Brasil um marco legal que defina distintos tipos de cerveja, ainda que existam projetos de lei que ora a qualificam através de sua composição, ora por meio da capacidade produtiva dos fabricantes – neste sentido, por exemplo, o sistema de tributação Simples Nacional aceita microcervejarias com receitas brutas de até 4,8 milhões ao ano. Diferentes categorias e valores são apresentados por agentes interessados tanto na proposição das leis, quanto em suas auto definições.

Seguindo a trilha do microprodutor, o “artesanal” pode ser simplesmente aquele que não possui um parque industrial extenso, limitando o seu volume e assim, a sua rentabilidade, a um teto independente da forma de organização empresarial. Em outros casos, como ocorre nos EUA (considerado como centro de difusão do movimento de novas cervejarias), além da limitação em volume, prega-se um limite à porcentagem da empresa produtora que pode ser controlada por grandes grupos financeiro-industriais para que esta se considere “artesanal”, além da adesão a métodos “tradicionais”.¹⁰ Nesta mesma chave, há a sugestão de utilização limitada a determinados ingredientes, de forma a afastar aqueles associados à baixa qualidade ou a corte de custos industriais. Por fim, no discurso de alguns cervejeiros, conta o modo de fazer, no qual termos como criatividade, paixão, cuidado com o produto e mesmo negação do lucro como objetivo final são apontados enquanto noções centrais, como veremos mais adiante.

Não nos interessa, neste caso, trabalhar empiricamente com um sentido definido a priori, mas sim perceber como, em meio às disputas do mercado e através da circulação dos bens e de sua definição, estes também se transformam e assumem diversas características – num processo de qualificação que lhes confere um valor à parte (CALLON; MEADEL; RABEHARISOA, 2012). Assim, trata-se não tanto de captar uma definição estanque, mas compreender os significados atribuídos ao produto enquanto um fenômeno à parte, que forja uma identidade aglutinadora para determinados agentes.

Primeiramente, será feita uma reflexão, com base nos elementos captados nas feiras, acerca das estratégias comerciais relacionadas à formação de espaços separados de comercialização e exposição dos produtos nestes espaços. Em um segundo momento, exploraremos as disputas simbólicas e discursivas em jogo nestes espaços e sua relevância para a formação de nichos de mercados. Por fim,

10 Disponível em: <https://www.brewersassociation.org/statistics/craft-brewer-defined/> (último acesso em 10/08/2017)

será exposto como, subjacente a estes elementos mais explícitos na tentativa de segregação do nicho de mercado, ocorre também um esforço político para assegurar a proteção aos pequenos produtores. Na conclusão, veremos como estes três momentos, condensados em eventos comerciais, se articulam e colaboram para que seja atingido o objetivo dos produtores “artesanais”, qual seja o estabelecimento de um espaço diferenciado e protegido da concorrência comercial de grandes produtores.

DISPUTAS COMERCIAIS – INTERIOR DAS FEIRAS E DIFERENCIAÇÃO DE MARCAS

Feiras comerciais têm como principal atividade a promoção de marcas e venda de seus produtos para o público conhecedor ou curioso, que frequenta o espaço em busca de novidades. Neste sentido, encontramos aí um lugar que faz parte da estrutura logística de distribuição e circulação dos produtos – seu processo de commoditização (APPADURAI, 1986). Neste sentido, as feiras de cerveja não diferem das demais, possuindo uma dinâmica e organização bastante regular: estandes de exposição, usualmente do mesmo tamanho e por vezes divididos entre mais de uma cervejaria, distribuídos por um ou mais galpões. Os visitantes circulam pelos corredores, escolhendo quais as cervejarias querem conhecer, com maior ou menor critério a depender da existência de sistema open-bar ou necessidade de pagar pelas provas.

Por detrás deste contexto aparentemente padronizado, encontram-se elementos que permitem explorar mais amplamente as disputas de mercado. Parte-se do pressuposto que, na feira, o interesse dos atores em exhibir seus produtos e estabelecer contatos com especialistas e curiosos se dá de maneira explícita – uma vez que estas se apresentam como local de *networking*, plataforma de lançamento de produtos e cenário para tomada de posição (GARCIA-PARPET, 2003; 2009). Isso se percebe na própria organização do espaço: enquanto há um padrão de estandes com tamanhos similares na maioria dos eventos, acordada por contrato de modo a garantir isonomia entre os participantes, existe a tendência de se quebrar este padrão quando há a presença de grandes grupos industriais, como ocorre no Degusta Beer&Food¹¹ e Mondial de la Bière.¹² Em ambos, o ambiente é organizado de modo que, ao entrar, o visitante passe primeiramente pelos

11 Evento realizado deste 2009, de modo bienal, em conjunto com outro evento da indústria, a feira Brasil Brau, que reúne os principais fornecedores de equipamentos industriais e importadores de matérias primas, e encontra-se em sua 13ª edição. O evento Degusta Beer & Food realiza-se paralelamente a esta feira, tendo atraído 13.000 pessoas na edição visitada.

12 Realizado desde 2013, é parte de um circuito internacional existente desde 1994. Atraiu cerca de 48.000 visitantes na edição visitada, ante a 38.000 na edição anterior.

estandes pertencentes a grandes grupos cervejeiros do país, de maior tamanho e melhor acabamento; e que buscam focar em seus rótulos de apelo *especial* ou em marcas de microcervejarias recém-adquiridas. Atrás desta primeira seção de cervejarias, encontram-se os demais estandes cervejeiros, aí sim obedecendo à regra de disposição mais regulares e tamanhos relativamente homogêneos. Deste modo, reafirma-se como o espaço físico e organização encontraram-se permeados por representações sociais e culturais, signos que atuam nas relações sociais e permitem análise dos fatores em jogo neste contexto (GEERTZ, 1978), através de uma exibição de poder econômico e tentativa de bloqueio visual dos demais participantes, refletindo clivagens hierárquicas do circuito comercial (PALMEIRA, 2014).

Um segundo marcador físico de diferenciação encontra-se na disposição estética adotada em cada estande. O apelo à tradição (alemã, belga, inglesa) convive com a adoção de temáticas próprias de cada marca - há a profusão por temas arrojados e provocativos que, via de regra, buscam ligar-se a ideias como “cerveja de verdade” ou “revolução cervejeira”, apresentando o genuíno ou o novo. Importa, neste caso, apresentar uma identidade facilmente reconhecível e alinhada com os rótulos que propõe, de modo que o conjunto encaixe-se num grupo imagético diferenciado da cerveja comum, do dia-a-dia. Toda a busca, neste caso, é para marcar a excepcionalidade. Esta percepção reforça um papel atribuído às feiras como *locus* da requalificação do produto – enquanto algo à parte da cerveja cotidiana, pertencente a uma nova categoria de consumo, logo, disputa das concepções em jogo no espaço (GARCIA-PARPET, 2003) e de reclassificação dos bens (BECKERT; MUSSELIN, 2013). Assim, se aproveita o fato de este ser um ponto de encontro não só entre consumidores e produtores, mas entre estes entre si e com jornalistas, empresários, institutos educacionais e outros intermediários que ajudam a difundir as representações do mercado.

Por fim, há a orientação das marcas na busca por premiações e variedade de estilos, indicando uma preocupação com a demonstração de qualidade e inventividade neste meio enquanto marcadores de valor, de modo a estabelecer a qualidade das marcas e seus produtos. No caso do Festival Brasileiro da Cerveja¹³ e Mondial

13 O Festival Brasileiro da Cerveja ocorre há sete anos em Blumenau, tendo atraído 41.000 pessoas em 2016 e sendo o principal evento do meio. Desde 2013, realiza-se em conjunto com o Concurso Brasileiro da Cerveja, no qual as cervejas são avaliadas por um grupo composto por especialistas em cervejas, *sommeliers*, jornalistas, profissionais de escolas de cerveja, donos de bares, blogueiros e donos ou mestres de cervejarias reconhecidas. Há tanto figuras de destaque na cena nacional quanto renomados profissionais de outros países, que participam posteriormente do festival enquanto expositores ou através das palestras oferecidas em parceria com a Escola Superior da Cerveja e Malte, instituição livre de ensino localizada em Blumenau e que oferece cursos de formação profissional na área bem como consultorias diversas a cervejarias.

de la Bière esta relação é evidente, com o afixamento das medalhas obtidas no topo de cada estande enquanto chamariz comercial, a alta procura dos visitantes por experimentar as cervejarias e fabricantes premiadas. Vê-se clara concentração de filas frente a balcões de empresas que possuem histórico de premiações, apresentam estilos novos e logo recebem maior exposição em veículos de imprensa.

O oferecimento de cervejas exclusivas ou experimentais, por vezes em colaboração entre cervejarias (nacionais ou estrangeiras), também é recurso comercial que atrai clientes e reforça as marcas que possuem maior atividade neste sentido enquanto inovadoras. Casos de cervejarias que apresentam poucas variedades de cerveja, concentrando-se no “trio” cerveja clara, cerveja escura e cerveja de trigo são amplamente ignorados. Estandes que apresentem rótulos pouco atraentes ou que remetam às cervejarias de baixo custo também não são frequentados com assiduidade. É possível, desta maneira, perceber que a adequação estética e da prática também preconiza uma exclusão - pela baixa ou menor frequência aos seus estandes - de cervejarias com fama de má qualidade, que não participam de concursos, e das que não se encaixam na estética, sem diferenciais de estilo ou estandes de grandes grupos industriais.

Vale lembrar que, nesses eventos, ainda que os produtos ofertados possam apresentar valores diferentes, a concorrência entre os ofertantes não aparece como centrada no preço. Os valores são fixados por cada expositor a priori, e não há negociação. A concorrência se dá primordialmente em torno da qualidade do produto, sendo que os marcadores de atração dos clientes se dispõem de forma a ressaltá-la. Por este motivo, entende-se que há, neste contexto, tanto um esforço para pôr em marcha processos de qualificação do produto - a partir de mecanismos de consagração, com os concursos concomitantes às feiras comerciais - como uma adesão compartilhada entre produtores e público a quais os marcadores principais de valor: a presença de novidades, medalhas e diferenciação de rótulos, colaborando para o fortalecimento de uma identidade de produtores enquanto “*artesanais*” (CALLON; MEADEL; RABEHARISOA, 2002; BECKERT; MUSSELIN, 2013).

No entanto, apenas estes fatores não explicam o motivo de marcas bem divulgadas em meios de imprensa, com rótulos variados e consagrados em edições de festivais e que possuem identificação estética arrojada e clara encontrarem-se vazios no início dos festivais, como é o caso das cervejarias Bohemia, Eisenbahn, Wäls e Colorado, observado em todos os festivais em que se fizeram presentes (as cervejarias não participaram do Cerveja Artesanal São Paulo, outro sinal de exclusão, pois o evento seria voltado apenas às “*artesanais*”).

Em especial, algo faz com que as três últimas cervejarias, participantes do setor até serem adquiridas por grandes grupos empresariais, passem a sofrer consequências que independem de sua qualidade e adequação estética. Esta exclusão pode ser entendida na chave de uma inadequação ao discurso e prática das “cervejarias artesanais”, que implicaria uma penalidade imposta aos elementos que passam a desviar destes padrões. Para entender este elemento, implica-se que exista outra forma de definição da categoria “artesanal” que não pode ser limitado aos elementos materiais, atendidos por estas marcas e produtores. Temos por argumento que esta requalificação se dá no nível do discurso, em que se coloca como uma diferença entre formas de produção.

IDENTIDADES E VALORES EM DEBATE

Nos eventos visitados, há a prática de se realizarem palestras, debates, e mesas redondas.¹⁴ A questão da definição do produto “artesanal” é constante nestas, e de partida gera polêmica – tanto sobre a necessidade de se haver uma definição legal, passível de gerar limitações futuras, quanto à adequação de se utilizar referências quantitativas, conforme os marcos discutidos nos projetos de lei preconizam:

Talvez seja melhor a gente só fazer a limitação pelo tamanho de produção, porque *não existe cerveja grande que tenha “pegada” de artesanal* (informação verbal)¹⁵. Melhor seja não ter uma definição legal mesmo (...) que depois vão dizer que *cerveja artesanal só pode ter malte de cevada e a gente sabe que não é* (informação verbal)¹⁶.

Uma questão importante é até que ponto uma cervejaria pode ser considerada uma craft, micro. Muita gente fala em volume (...) acho que tem um ponto muito maior que é a questão da *ideologia da cervejaria nessa questão* (...) é manter uma linha de produtos, de raciocínio. Ter reinvestimento, crescer o mercado, educar o consumo (informação verbal)¹⁷.

14 Em cinco dos eventos visitados havia a realização de mesas de debate informativas sobre a cerveja em si e suas formas de apreciação, sobre os rumos do setor cervejeiro e do nicho auto-intitulado “artesanal”, nas quais participavam jornalistas, cervejeiros e donos de bares (centros de difusão dos produtos e “cultura cervejeira”).

15 Carlo Lapolli, Debate: Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal. Festival Brasileiro da Cerveja – 2016, grifos colocados.

16 Carlo Lapolli, Debate: Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal. Festival Brasileiro da Cerveja – 2016, grifos colocados.

17 Paulo Bettiol. Fórum “Grandes, pequenas e ciganas: todas na mesma tina” – Degusta Bier & Food, 2015, grifos colocados.

Há um esforço na busca de uma definição do “artesanal” e de suas qualidades intrínsecas, permitindo analisar este segundo elemento – discursos de qualificação – enquanto atuante nas estratégias de diferenciação e formação de identidade (CALLON; MEADEL; RABEHARISOA, 2002). Aqui, podemos pensar que esta articulação entre os produtores de cerveja lança mão de uma série de mecanismos para proteger as chances de reprodução do seu negócio - de forma deliberada ou não (FLIGSTEIN, 2001). A alternativa, neste caso, seria a busca da diferenciação em uma categoria à parte (BECKERT; MUSSELIN, 2013) para conformar-se enquanto um nicho de mercado, ocupando um novo local e evitando um confronto direto através da sua exclusão enquanto concorrentes da cerveja como um todo (FLIGSTEIN; McADAM, 2012, p. 98-99). Este seria o mecanismo identificado ao longo dos discursos proferidos nas feiras.

Tais espaços, em geral palestras, podem ter acesso gratuito ou pago (com preços módicos), passando por temas que vão das dicas de produção e insumos – mesmo os “malditos”, como o milho¹⁸ - a degustações e harmonização gastronômica. Há tanto a intenção de atingir o público profissional ou em vias de se profissionalizar, como é o caso das palestras promovidas pela Escola Superior de Cerveja e Malte no Festival Brasileiro de Cerveja, como palestras voltadas ao público geral – além de inúmeros debates sobre os rumos do mercado, que atraem ambos os públicos¹⁹.

Nesses meios, propaga-se a principal crítica à definição do “artesanal” enquanto limitada aos volumes de produção, através do estabelecimento de uma percepção diferenciada na qual não é o volume que os define enquanto “artesanais”:

Outras cervejarias que fazem a produção grande, de baixo custo – Belco e tal - não são artesanais, evidentemente não tem a preocupação com o produto que a gente tem... mas não existe uma definição legal disso (Informação verbal)²⁰.

18 (Houve, no 4º Cerveja Artesanal São Paulo, a palestra “Chega de #MIMIMILHO!: Saiba como o milho pode ser usado para agregar valor ou estragar uma cerveja – com Julia Reis e Rodrigo Louro, Sinnatrah)

19 Neste último caso, tivemos três exemplos. Durante o Degusta Beer&Food o Fórum “Grandes, pequenas e ciganas: todos na mesma tina” – com participação de representantes da Ambev (que patrocinava o evento), um representante da cervejaria Wäls, recém-adquirida pela Ambev, e dois cervejeiros de pequenas cervejarias identificadas com o nicho “artesanal”. No caso do Cerveja Artesanal São Paulo, houve o “Debate Artesanal: As ameaças e oportunidades do Mercado cervejeiro Artesanal em 2016”, contando com organizadores do evento, um distribuidor, produtores, donos de bar e *sommeliers*. Por fim, no Festival Brasileiro da Cerveja, houve as palestras sobre “Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal” e debate de “Tendências do Mercado de Cerveja Artesanal na América Latina”.

20 Carlo Lapolli, Debate: Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal. Festival Brasileiro da Cerveja – 2016.

Trabalhamos uma *questão cultural* do “beba menos, beba melhor”. *A grande indústria faz o oposto...* Estou comprando sabor, aroma, e não volume (Informação verbal)²¹.

Artesanal está *ligado a conceito, e não a volume* (Informação verbal)²².

Eu tenho medo de qualquer definição, que isso vai limitar a criatividade do cervejeiro (Informação verbal)²³.

Assim, o que definiria o “artesanal” seria uma preocupação com o produto – à qual se atribui uma consequente qualidade. Há, por um lado, a visão de que o volume não define a qualidade – empresas que não são dominantes no setor podem combinar volumes menores com baixa qualidade e preço, sem aparentar o cuidado com receitas e matérias primas que garante a qualidade da bebida. Por outro, convive-se com a perspectiva de alguns participantes em aumentar a própria produção, motivo pelo qual a imposição de um limite seria contra produtiva. Também se rejeita a limitação a uma série de ingredientes, que beneficiaria apenas cervejarias de determinadas tradições e iria contra um dos principais atrativos percebidos do mercado, da busca por inovações. No entanto há, além da questão qualitativa, uma ideia de “práxis artesanal” específica aliada a um caráter da empresa e do modo de fazer o produto, e não do bem em si, que entram em jogo:

A nossa associação tem uma definição que *não se pode pertencer a um grande grupo econômico* (Informação verbal)²⁴.

(...) envolve primeiro um comprometimento do produto... desenvolver produto com sabor, e *não um comprometimento com o lucro...* No geral são empresas familiares, independentes economicamente (Informação verbal)²⁵.

O que eu acho mais patético nisso não é uma grande comprar uma artesanal, mas uma grande tentar fazer uma artesanal... você vai tomar e é uma coisa horrível,

21 Ronaldo Rossi, Debate Artesanal: As ameaças e Oportunidades para o mercado em 2016 – CASP 2015.

22 Paulo Bettiol, Debate Artesanal: As ameaças e Oportunidades para o mercado em 2016 – CASP 2015.

23 Carlo Lapolli, Debate: Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal. Festival Brasileiro da Cerveja – 2016.

24 Carlo Lapolli, Debate: Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal. Festival Brasileiro da Cerveja – 2016.

25 Carlo Lapolli, Debate: Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal. Festival Brasileiro da Cerveja – 2016.

botar um produto mainstream do mercado dizendo que é uma artesanal (...). *Canibalismo mercadológico existe*. (Informação verbal)²⁶.

Percebe-se uma oposição velada ao tipo de produção e forma de organização relacionada primordialmente com as grandes cervejarias – o seu produto seria realizado com outros fins, mesmo que o processo fabril seja essencialmente o mesmo; alinhada à definição do produto “artesanal” enquanto algo conceitual e qualitativamente distinto. O microprodutor ainda se vê como majoritariamente familiar, e desconfiado da ideia de produzir *apenas* com vistas a ganhos monetários. Estes seriam consequência.

Esta oposição demonstra uma visão alternativa do campo de atuação e da posição dos produtores “artesaniais” no mesmo, em desafio à lógica do mercado de cerveja, em que são minoritários. A diferenciação do produto e criação de uma nova categoria os colocaria à parte, concorrendo entre si apenas (BECKERT; MUSSELIN, 2013). Assim, mesmo sob ataque, estes podem invocar a identidade de grupo e manter um compromisso coletivo, identidade muitas vezes “enraizada em oposição e controle sobre o “seu” nicho” (BECKERT; MUSSELIN, 2013, p.111).

Eu não vejo preocupação com o produto (pelas grandes cervejarias). Minha única preocupação... pode ter certeza que a distribuição e a venda, vão jogar pesado pra ter preço abaixo, dominar mercado, não deixar a outra cerveja entrar... Precisamos pensar numa *maneira de se defender em relação a isso*. (Informação verbal)²⁷.

Jogaram um tubarão dentro do lago. (Informação verbal)²⁸.

Falar que não vai frear [o mercado] é muito ingênuo frente à política comercial da empresa que vocês trabalham tem hoje... aqui é diferente de uma política comercial americana na qual você não pode pagar pelo ponto de venda. (Informação verbal)²⁹.

Vê-se nas falas uma preocupação com a concorrência externa num mercado que se pretende protegido ou mesmo à parte das grandes cervejarias, aplicando

26 Douglas Merlo, Tendências do Mercado de Cerveja Artesanal na América Latina, Festival Brasileiro da cerveja, 2016.

27 Carlo Lapolli, Debate: Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal. Festival Brasileiro da Cerveja – 2016.

28 André Cancigliero, Fórum “Grandes, pequenas e ciganas: todas na mesma tina” – Degusta Bier & Food, 2015

29 Paulo Bettiol, Fórum “Grandes, pequenas e ciganas: todas na mesma tina” – Degusta Bier & Food, 2015.

a este espaço suas formas de distribuição e gestão do negócio, fonte de um modo de concorrência considerado inadequado ou injusto. Quando se discute a relação de compra de micro cervejarias pelos grandes produtores, surge por um lado o destaque para o impulso em divulgação e em padronização do produto final. Por outro, há a crítica a adoção de formas de competição desleais e um forte discurso pró-pequeno produtor contra monopólios de mercado, pelo qual volta à tona a noção da necessidade de proteção. Este último argumento frequentemente se combina com a valorização do produto “artesanal” enquanto diferenciado em si:

O problema não é as artesanais estarem no mercado e suas dificuldades, o problema são as *pseudo artesanais, cervejas artesanais que hoje fazem parte de grandes grupos* com muito poder e grana (Informação verbal)³⁰.

Ambev não é ruim – consumidor pode chegar por um caminho que a gente não chegava. (Quanto) mais massa critica melhor (Informação verbal)³¹.

É inegável que as grandes empresas vão querer entrar. Assusta, mas mostra que estamos no caminho certo. São *duas formas diferentes de fazer negócios, daí surge um embate* (Informação verbal)³².

Não mais revolução, mas evolução (Informação verbal)³³.

A crítica colocada tanto às tentativas de entrada no mercado por grandes grupos quanto em relação à venda das companhias pode também ser entendida como um sinalizador das barreiras de pertencimento ou não ao grupo, e a exclusão de marcas antes consideradas “artesanais”, nesse caso, como um efeito de punição pela ultrapassagem dos constrangimentos impostos no interior do mercado quanto à definição ideal do produtor e o comportamento esperado pelos participantes do meio (ZELIZER, 2006).

A formulação dos discursos de distinção do produto reflete a tentativa de distanciamento do *mainstream*, superando uma definição de si centrada apenas na estética de marca e formas de comercialização. Estas falas trazem à luz o engajamento e militância por uma “causa” da cerveja que está interligada a restrições que advém da pertença ao próprio mercado ou categoria – ainda que não haja uma

30 Patrick Bannwart, Debate Artesanal: As ameaças e Oportunidades para o mercado em 2016 – CASP 2015.

31 Alexandre Sigolo, Debate Artesanal: As ameaças e Oportunidades para o mercado em 2016 – CASP 2015.

32 André Cancigliero, Fórum “Grandes, pequenas e ciganas: todas na mesma tina” – Degusta Bier & Food, 2015

33 José Felipe Carneiro, Fórum “Grandes, pequenas e ciganas: todas na mesma tina” – Degusta Bier & Food, 2015.

formulação precisa, entende-se que a adesão a certos padrões de produção que exaltem o pequeno produtor, familiar, e que reforcem o vínculo entre o dono da empresa ou cervejeiro mestre e o produto final, aproximando-o do consumidor, são necessários para que a empresa se enquadre neste grupo a partir de uma disputa discursiva pela definição de seu produto enquanto na categoria “artesanal”.

No exemplo contrário, quando há a afirmação do “fim da revolução cervejeira” no Brasil por parte de um dono de marca adquirida por uma grande companhia; alegando ser o momento da “evolução cervejeira”, a reação adversa do público consumidor é imediata – mesmo se tratando de um debate promovido pela companhia em questão, patrocinadora do festival Degusta Beer & Food 2015.

O embate pelo estabelecimento de identidades e logo, nichos de mercado, parece centrar-se então na disputa da qualificação do produto, levando a uma legitimação e reprodução do mesmo a partir da aquisição de características distintivas que o classifiquem enquanto desejável, ao mesmo tempo em que, ao delimitar e ordenar o mercado, classifiquem todos os que não se encontrem no seu mesmo patamar enquanto alheios ou indesejáveis. A criação de uma categoria “artesanal” para se referir ao bem de consumo possui uma marcada característica de funcionar como elemento de ordenamento de mercados, aproveitando os modos de distinção da produção enquanto mecanismo de legitimação e elevação a um patamar separado, ainda que o significado seja aberto a inúmeras disputas em seu interior. A diferenciação também oferece uma forma de controle sobre a competição, pois permite escolher qual a fatia do Mercado na qual se compete ou não, ao desqualificar o outro como seu adversário. Esta seria a vantagem do especialista, que ganha visibilidade exatamente por estar onde uma firma generalista não se encontra (FLIGSTEIN; DAUTER, 2007; CARROL; SWAMINATHAN, 2000).

Há, de todo modo, a necessidade de conformar-se com um modo de produzir e se posicionar que ultrapassa a simples consecução de um empreendimento comercial com fins lucrativos, ainda que este esteja presente. Ainda que existam disputas dentro deste nicho, parece ser consensual uma identificação entre si e união contra o que é visto como uma ameaça maior, a saber, as grandes cervejarias. A produção de cerveja “artesanal” é ligada ao pertencimento a um perfil definido, entendido a partir dos discursos que envolvem a busca da requalificação da cerveja através dos valores ligados à qualidade; variedade de estilos oferecidos; identidade visual e posicionamento dentro do campo – em oposição ao grande produtor (CALLON; MEADEL; RABEHARISOA, 2002). Há um duplo movimento: de rejeição do “industrial” e adequação entre os “artesanais” numa dinâmica de oposição que cria limites e relações específicas entre os envolvidos (ZELIZER; TILLY, 2007).

Ao adjetivar-se um produto, cria-se ao mesmo tempo uma classificação do mesmo e uma desclassificação de seus concorrentes, que não se encaixam naquele universo de sentidos e por isso não concorrem com os mesmos, por mais contraditórias ou incompletos que sejam definições em constante disputa. Rao (2009) destaca em sua análise do mercado de cervejas nos EUA que “*apesar dos ataques teóricos à ‘Big Beer’ (os quatro maiores produtores), microcervejarias e brewpubs perseguiram um segmento de mercado distinto*” (RAO, 2009, p. 56 [tradução própria]). Este tipo de ação é interpretado como um trabalho que visa legitimar a criação de um mercado de cervejas “artesanal” à parte, através da conformação de uma sequência de “causas quentes”. Estas são encampadas por uma série de atores que veem uma possibilidade de enquadramento da realidade, formação de identidades e mobilização de indivíduos (RAO, 2009) – que podemos entender enquanto engajados num processo que tem a qualificação, e logo diferenciação do bem, pelo que vimos das palestras, enquanto “causa” (BECKERT; MUSSELIN, 2013; CALLON; MEADEL; RABEHARISOA, 2002). Na mesma linha, a ideia de que há uma “revolução” ou “movimento” articulado em curso remete à noção de mercados enquanto política, ao possibilitar a organização dos produtores enquanto um coletivo que se apresenta com interesses comuns (FLIGSTEIN, 1996).

Assim sendo, podemos entender que é por meio dessas palestras, entre outros fóruns, que se difunde a noção de um posicionamento “artesanal” enquanto algo diferenciado, realizando-se a formulação de um discurso identitário que permite a legitimação e mobilização dos atores nessa disputa tanto pela nomeação do produto quanto pela proteção ao seu espaço dentro do mercado (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012). O processo de construção de valor deve ser entendido enquanto algo gradual e discutido, permeado por dissensos - especialmente nos casos em que há o uma quebra das relações esperadas, a exemplo do que ocorre com a compra de cervejarias. A busca de uma coerência dentro do agir e fazer aparece como um dos norteadores dos produtores neste grupo, orientando o discurso e, supostamente, uma prática do produto “artesanal”. Sendo as palestras abertas ao público, há um papel de difusão e criação de entendimentos comuns mínimos entre os que circulam por estes espaços.

MOBILIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA NAS FEIRAS

Ao falar do público que circula em eventos, destacamos que é percebido nas e palestras a existência de um determinado grupo de agentes mobilizado e engajado em disseminar os discursos e difundir a identidade “artesanal”, reforçando a ideia de uma “comunidade cervejeira” que se forja a partir da troca de experiências e

debate de ideias comuns. Nesta tomam parte elementos de distintas posições na cadeia de valor e circuito comercial da cerveja que se cruzam, se reconhecem, trocam impressões sobre o mercado e evento ao longo do período de exposição. Mesmo em casos em que não há a participação direta nos debates, “cervejeiros” encontram-se na plateia e participam com testemunhos ou questões, reforçando uma identidade que abarca o grupo de produtores e inclui consumidores, intermediários diversos, postulantes a entrada no meio e aficionados. Esta ideia de “comunidade” funciona de modo a fortalecer interesses ligados a este mercado e os valores que orientam a ação no mesmo.

Ademais, por detrás do debate dos parâmetros de encaixe no âmbito “artesanal” e quais os seus limites, há também um esforço coletivo, este sim deliberado, de grande parte dos presentes para a institucionalização e articulação do mercado em si, em busca de consolidação econômica que torne sua atividade sustentável (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Assim sendo, para além da circulação de informação e transmissão dos discursos de qualificação dos produtos, há um terceiro processo subjacente ao chão da feira. É durante os eventos de cerveja, nos horários vagos, que parte da articulação política do nicho se dá. Neste caso, podemos pensar os eventos como um local de convivialidade, no qual a situação imposta de isonomia e horizontalidade dos espaços facilita a troca de informações e logo, a formação e multiplicação de laços que permitem aos agentes articularem-se coletivamente.

A identificação de um elemento político passa, por um lado, pela adoção e enaltecimento do associativismo enquanto modo de se garantir o crescimento do mercado, fato abertamente reconhecido em falas de palestras durante o Cerveja Artesanal São Paulo e o Festival Brasileiro da Cerveja:

Há dois anos o movimento era sempre meio esvaziado, nunca teve uma união entre as cervejarias, e agora com a chance de a gente entrar no Simples, a *mobilização nacional está sendo muito grande, a gente está com projeto de arrecadação de dinheiro pra Abracerva, todos as cervejarias participando, ponto de venda participando*, acho que isso é um pouco de culpa da água na bunda, agora os pequenos precisam se unir pra pelo menos fazer uma sombra, esse é o lado bom (Informação verbal)³⁴.

Qual a importância das associações? - Bom, primeiramente não tem como a gente buscar políticas públicas se não nos formos discutir nos gestores públicos... o

34 André Cancigliero, Fórum “Grandes, pequenas e ciganas: todas na mesma tina” – Degusta Bier & Food, 2015.

papel é tirar as cervejarias do anonimato, colocar em evidência para conseguir cobrar algo. Além disso, trazer dados (Informação verbal)³⁵.

A busca por garantir espaços e mobilizar a ação coletiva perpassa os eventos, que reúnem agentes usualmente isolados em suas unidades de negócio, dispersos em múltiplas cidades e com poucas oportunidades de pensar ações estratégicas para garantir a sobrevivência não apenas do próprio negócio, mas prover condições para que o espaço em que atuam continue crescendo. A Abracerva e outras associações de nível estadual se reúnem em assembleia durante as feiras, que concentram parte dos associados. De fato, as últimas reuniões da entidade nacional deram-se durante o Degusta Beer & Food 2015 e o Festival Brasileiro da Cerveja 2016. Ou seja: não apenas realiza-se a formulação de discursos de identidade, como há nestes momentos um trabalho visando à efetivação das políticas de consolidação do mercado – uma construção efetiva.

A criação de uma dimensão valorativa e a capacidade de definir *circuitos separados* de comércio para determinados produtos – constituindo redes de diálogo, trocas e relações pessoais – são apontadas por Santoro (2013) como mecanismos para a elaboração de nichos de produção restritos dentro de sistemas comerciais de larga escala, compondo assim mundos separados porém conexos, participantes de um mesmo mercado³⁶ (SANTORO, 2013). No caso da Abracerva, o foco centrou-se até agora no lobby para a aceitação das microcervejarias no Simples Nacional, projeto recém-aprovado que inclui pequenas empresas em sistema tributário diferenciado.

Neste contexto para além da ação direto junto a congressistas³⁷ surgiu a campanha “Cerveja Artesanal é Simples”, que conclama consumidores, produtores, donos de bares, críticos e blogueiros – logo os participantes da “comunidade cervejeira” e de seus circuitos – a auxiliarem nas ações para levantar fundos necessários para a continuidade de atuação da Abracerva junto aos deputados – para isso, foram doados produtos aos pontos de venda, sendo a totalidade da arrecadação revertida para a campanha. Além da divulgação em blogs e pelos próprios cerve-

35 Luciano Wensky, Debate: “Políticas Públicas para o mercado de cerveja artesanal”. Festival Brasileiro da Cerveja – 2016.

36 Sua concepção leva em conta a ideia de circuitos enquanto envolvendo uma configuração de relações que permite levar a cabo as vidas econômicas, compartilhar significados e definir as regras de pertencimento ao grupo. Esta definição se distancia da definição primeiramente proposta por Viviana Zelizer (2004), uma vez que se afasta do foco relacional estrito para observar circuitos enquanto construções sociais permeáveis, envolvendo pessoas, instituições, bens, etc.

37 Incluindo participação em audiências públicas sobre o tema em 15/06/2015 em Goiânia e em 17/06/2015 em Brasília frente à comissão especial

jeiros e associação, o evento ganhou cobertura na imprensa gastronômica³⁸. Por fim, instou-se aos interessados que pressionassem via e-mails os deputados da Comissão, com texto que abarcava boa parte dos pontos discursivos destacados nas palestras:

(...) Somos hoje cerca de 300 *empresas familiares*, que fomentam o trabalho e o turismo de sua região, e que hoje não representam 1% do mercado de bebidas frias do país. Além disso, *sofremos uma grande pressão das 4 megacervejarias (de capital estrangeiro) que têm a clara intensão de acabar com este mercado* antes que ele realmente aconteça.(...) O mercado brasileiro de microcervejarias tem se tornado uma referência mundial em termos de *qualidade e diversidade*. Nossas cervejarias são premiadas e admiradas mundo afora. Essa postura prega e fortalece conceitos de consumo consciente e responsável, como a filosofia do “*Beba Menos, Beba Melhor*”. Incluir as microcervejarias no Simples não se trata de um incentivo ao consumo desenfreado de álcool, e sim de um incentivo ao consumo saudável, como foco na qualidade do produto³⁹.

Estas estratégias e os efeitos relacionados à continuidade da pressão política, com vistas à aprovação e efetivação da lei, são de fato discutidos nos espaços da feira, tida como oportunidade de reunião dos empresários do ramo interessados em compor um movimento coletivo. A lógica da ação organizada de proteção ao mercado toma assim corpo, e passa a pautar os espaços em que se constitui.

Temos durante o Festival Brasileiro de Cerveja um exemplo claro de extrapolação deste processo: O evento, realizado na cidade de origem da marca Eisenbahn (marca adquirida pela Brasil Kirin), ocorre em centro de convenções que possui um pavilhão particular da firma. Houve, na última edição, conflito entre expositores e organização devido à possibilidade de abertura deste espaço no último dia do evento, que recebe maior público, contando com atração musical de porte. Os pequenos expositores viram nesta proposta uma tentativa de captar visitantes em uma área segregada, onde seriam vendidos apenas produtos da Brasil Kirin, esvaziando o espaço coletivo do evento no qual todos os demais possuíam estandes de tamanho igual e estavam frente a frente. Ante esta perspectiva foi realizado

38 Disponível em: <http://paladar.estadao.com.br/noticias/bebida,cerveja-no-simples-beba-pela-causa,10000007738> (último acesso em 30/11/2017).

39 Disponível em: <http://revistadacerveja.com.br/microcervejarias-no-simples-nacional-votacao-ocorre-dia-10/> (último acesso em 08/07/2017).

protesto em frente ao local do Festival e emitida nota por parte da Abracerva colocando-se que:

(...) o festival, que se estabeleceu como uma *vitrine das cervejarias artesanais e independentes do país está tendo sua finalidade primária – a divulgação do trabalho dos artesãos independentes da cerveja – distorcida em prol do marketing* das grandes corporações.

A organização, sem aviso prévio dirigido aos expositores, alterou a *programação contratualmente prevista*, abrindo, no dia de maior movimento do evento, um espaço exclusivo para uma grande cervejaria, em contrariedade às *regras de padrão de stands e espaços que foram impostos* aos demais expositores, o que contraria a essência e a razão de ser do próprio festival.

As microcervejarias questionam se o festival deixou de ser a vitrine das micros, para ser mais um panfleto das grandes corporações (...) (Nota de Repúdio- Abracerva)⁴⁰.

O tom e forma de mobilização, priorizando a ação coletiva em favor de uma isonomia de espaços e ressaltando a dicotomia entre os “artesanais”, “independentes” e “micros”, contra as “grandes corporações”, reforça a noção de identidade coletiva e contribui para o fechamento de um setor construído pela sua própria característica de oposição ao grande. Novamente, vemos um caso de mobilização que remete à organização de mercados enquanto movimentos coletivos (FLIGSTEIN, 1996).

Esta ação teve dois desdobramentos. Em primeiro momento, houve recuo da organização, vetou-se a abertura do pavilhão da Brasil Kirin e transferiu-se a atração musical ao local principal do evento, com a continuidade do mesmo no molde dos dias iniciais – priorizando, então, a padronização dos espaços ocupados em termos de tamanho. Em momento posterior, há a realização de acordo entre a Abracerva e a organização do evento que define a exclusividade de microcervejarias enquanto participantes do mesmo; a proibição de patrocínio por fabricantes de cerveja; interdição do pavilhão pertencente à Brasil Kirin e ocultação de suas marcas; controle do número de setores abertos; cessão de estande e repasse de 1% da receita do festival à Abracerva; bem como apoio à associação em negociação

40 Disponível em: <http://revistabeerart.com/news/2016/3/12/nota-de-repdio-da-abracerva-organizacao-do-festival-da-cerveja> (último acesso: 30/11/2017).

junto ao Governo do Estado de Santa Catarina para concessão de alívios tributários aos participantes do evento.

O êxito na ação empreendida vai, deste modo, da proteção momentânea do acordado em 2016 com a organização para a expulsão dos concorrentes vistos como “invasores” do mercado “artesanal” a partir da edição de 2017 do Festival. Estes eventos reforçam, entre seus participantes, uma visão dos benefícios de se empreender uma ação estratégica coletiva. O sucesso e propagação desta, por sua vez, fazem com que esta porção do mercado de cervejas defina-se cada vez mais enquanto um espaço separado de relações comerciais, em que se reforçam aqueles considerados “artesanais” tanto pela proteção frente à concorrência pela exclusão desta do espaço comercial; quanto na relação com o Estado, pela busca de vantagens tributárias que aumentem os ganhos dos produtores. Também se fortalece a instituição centralizadora, no caso, a Abracerva, que passa a contar com exposição na feira e fonte de recursos própria, através do repasse dos rendimentos do próprio festival.

Isto ocorre não pela ação e identidade das marcas isoladas, mas por conta da legitimidade do discurso que define o grupo de produtores “artesanais” enquanto elemento distinto e unificado no mercado de cervejas, permitindo desta forma a articulação dos seus membros e mobilização deste exato argumento junto à organização das feiras de maneira efetiva. Ser reconhecido como artesanal é um dos fatores centrais nesta dinâmica, e o reconhecimento passa pela adequação imagética e discursiva exercitados tanto no chão da feira quanto nos discursos difundidos nestes espaços, remetendo às relações de circuitos (ZELIZER, 2006; ZELIZER; TILLY, 2007; SANTORO, 2013)

CONCLUSÃO

Os casos acima ilustram como uma articulação que se desenvolve no interior das feiras, através dos encontros por elas propiciados, ultrapassa e influencia as próprias feiras, por meio de processos de negociação coletiva. Assim, exemplificam como a construção da identidade do “artesanal”, em operação neste espaço, possibilita tomadas de posição que valorizam o associativismo e propiciam a institucionalização do setor para oferecer capacidade de negociação não apenas com o Estado, mas também em instâncias comerciais e organizacionais.

Podemos destacar dois movimentos: a convivência nas Feiras parece criar condições para uma distinção frente aos outros produtos e institucionalização que estrutura o mercado, reforçando confiança e colaboração no seu interior; por outro lado, esta maior coesão interna permite ao nicho promover ações frente a

outros atores, em especial o Estado, que atendam ao seu interesse – remetendo à ideia de Fligstein de “mercados enquanto política” na medida que as ações de estabilização de mercados muitas vezes se dão através da relação com o Estado em si (1996, p. 661; FLIGSTEIN, 2001). Estes movimentos, no entanto, só se dão uma vez que se encontra um vetor de diferenciação e legitimidade discursiva que permite a sua delimitação e distinção dentro do espaço em que busca se firmar – o que nos permite voltar à ideia de Zelizer de formação de um circuito específico de relações (ZELIZER, 2006).

Ao analisar as feiras de cerveja enquanto reflexo das dinâmicas de emergência e estabilização do espaço da cerveja “artesanal”, buscou-se avaliar como mecanismos de valoração e a formação de circuitos de comércio podem ser encontrados nestes espaços, conformando-se às dinâmicas pertinentes à construção mesmo de um nicho de mercado (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Neste espaço em especial, concentram-se atores que buscam a sua consolidação e proteção contra a concorrência por parte de grandes cervejarias. O nicho se estabilizaria apoiado no discurso favorável à cerveja “artesanal” desenvolvido nestes fóruns e se aproveitaria das formas de organização resultantes desse cenário para impulsionar seu crescimento.

Ao tomar como pressuposto que suas atividades econômicas se processam por meio da legitimação oferecida pelos significados compartilhados quanto aos produtos e ao seu caráter “artesanal”, esta definição de produto permite distinguir quais os membros e não membros neste espaço e possibilitar aos primeiros a realização de ações para firmar e proteger o mesmo. A existência de uma circulação ativa e situada de produtos e qualidades atribuídas ao “artesanal”, se pode definir a pertença ou não ao nicho e especificar quais os requisitos para entrada e permanência naquele universo, sinalizando quais as consequências e constrangimentos que resultariam do desvio no circuito. É também a partir do reconhecimento da necessidade de ação coletiva para proteção do mercado – bem como dos resultados práticos positivos que esta traz – que se atesta a capacidade que possuem as feiras de darem vida a instituições voltadas ao interesse dos agentes nesse espaço – e formatarem o mercado.

A integração dos três níveis de ação analisados na feira - que poderíamos distinguir para fins analíticos entre imagético-comercial, discursivo e político – ajuda a trazer à luz a configuração de um espaço em que o pertencimento a um grupo arroga uma identidade comum e ajuda a conformar e a qualificar o produto enquanto “artesanal”, criando uma nova categoria no mercado, uma região à parte ainda que pertencente ao mercado de cervejas como um todo. Esta perspectiva auxilia a explicar o processo de dinamização no interior de mercados estabelecidos,

com emergência e estabilização de sub-campos ou nichos capazes de oferecer aos seus membros uma nova concepção do produto e identidade concorrente à encontrada ali tradicionalmente.

Esta visão dinâmica nos impede de assumir um movimento emergente ou uma mobilização como eventos “endógenos” do campo, beneficiando uma análise que entenda a agência e ação estratégica como elementos básicos para a criação de nichos de mercado - este passa a surgir de um esforço de ação situado e coletivo, negociado entre os agentes. Dentro deste contexto, a feira deve ser levada em consideração como *locus* privilegiado de observação por se apresentar como uma importante engrenagem do processo: possibilita a ativação dos laços, formação de instituições e azeita as definições de identidade, viabilizando, através das disputas ali travadas, a estruturação do mercado de modo coerente com os objetivos estratégicos de seus membros. Assim, ao mesmo tempo em que as dinâmicas destes eventos têm a tendência a se tornarem mais complexas e se alterar com a evolução deste espaço das cervejas “artesaniais”, estas também parecem ser um dos principais meios que permitem que se realizem as ações para sua estabilização. A feira, neste caso, expande seu papel acrescentando à sua função primordial de *local de mercado*, a centralidade no processo de *construção de mercados*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, Arjun. “Introduction: commodities and the politics of value” In: APPADURAI, A. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986
- BECKERT, Jens; MUSSELIN, Christine. “Introduction”. In: BECKERT, Jens; MUSSELIN, Christine. *Constructing Qualities – The Construction of Goods in Markets*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *The Social Structures of the Economy*. Cambridge: Polity Press, 2005
- CALLON, Michel; MÉADEL, Cécile; RABEHARISOA, Vololona. The economy of qualities. *Economy and Society*, volume 31, número 2, p. 194–217, 2002.
- CARROL, Glenn R. e SWAMINATHAN, Anand. Why the Microbrewery Movement? Organizational Dynamics of Resource Partitioning in the U.S. Brewing Industry. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 3, p. 715-762, novembro 2000.,
- CERVIERI JR., Osmar; TEIXEIRA JR., Job R.; GALINARI, Rangel, et al., “O Setor de Bebidas no Brasil”, *BNDES Setorial*, n.40, p. 93-130 - BNDES – Biblioteca Digital, 2014
- FLIGSTEIN, Neil, Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, vol.61, n.4, p. 656-673, 1996.

- . *The Architecture of Markets: An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Society*, Princeton, NJ: Princeton University Press. 2001.
- FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. The Sociology of Markets. *Annual Review Sociology*, n. 33, 2007, p. 105–28.
- FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Douglas. *A Theory of Fields*. New York: Oxford University Press, 2012.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. A construção de um mercado perfeito. O caso de Fontaines-en-Sologne. In: *Estudos Sociais e Agricultura*. Vol. 20, abril a setembro, 2003, p.5-44.
- . *Le Marché de l'Excellence : Les Grands Crus à l'Épreuve de la Mondialisation*. Paris: Seuil, coll Liber, 2009
- GEERTZ, Clifford. The Bazaar Economy: Information and Search in Peasant Marketing. *The American Economic Review*. v. 68, n. 2, maio 1978, p. 28-32
- GONÇALVES JR., Oswaldo. *Da tradição ao mercado: construção social e caprinovinocultura no Semi-árido*. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2010
- PALMEIRA, Moacir [1971]. Feira e Mudança Econômica, *Vibrant*, v. 11, n. 1, junho, 2014, p. 285-323.
- RAO, Hayagreeva. *Market Rebels: How Activists Make or Break Radical Innovations* Princeton: Princeton University Press, 2009.
- SANTORO, Marco. Putting Circuits Into Fields, Or How Italian Canzone Gained The Status Of 'Art' In The Music Market. *European Societies*, 2013 v. 15, n. 2, 2013, p. 229-245.
- VERATA-NAHOUM, André. Construindo um mercado: infraestrutura, representações e suas controvérsias como agenciamentos na configuração Feira da Madrugada (SP). In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 2016, Caxambu, MG. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016.
- ZELIZER, Viviana. "Circuits of commerce". In: ALEXANDER, Jeffrey. C.; MARX, Garty T., WILLIAMS, Christinel. L. (orgs.), *Self, Social Structure, and Beliefs*. Berkeley: University of California Press, 2004, p. 122-144.
- . Circuits in economic life. *Economic Sociology - the European Electronic Newsletter*, v. 8, n. 1, p. 30-36, November, 2006.
- ZELIZER, Viviana A.; TILLY, Charles. "Relations and categories". In MARKMAN, Arthur B.; ROSS, Brian H. (orgs.). *Categories in use*. San Diego, CA, US: Elsevier Academic Press, 2007, p. 1-31, xiii, 267.

Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica¹

Pentecostalism and racial issue in Brazil: challenges and possibilities for being Black within the church

Morgane Laure Reina^a

Resumo Em um contexto de crescente intolerância religiosa no Brasil e dada a importância do pentecostalismo para a população negra, a relação entre fiéis negros e sua igreja torna-se um tema importante para a academia, embora seja pouco estudado e ainda mal delimitado. O objetivo deste artigo é estudar as possibilidades e os desafios para os negros de reivindicar sua etnicidade e historicidade dentro da comunidade eclesial: qual é o lugar dos fiéis negros – como indivíduos não branqueados – na igreja? Quais são as possibilidades de reconhecimento da sua identidade negra? Qual identidade deve ser reivindicada? Apesar de certa ausência desta discussão teórica em pesquisas sociológicas, este trabalho se baseia em uma revisão crítica da limitada literatura, aprofundada por uma observação participante e entrevistas. Apresenta um desafio heurístico e metodológico que busca uma melhor compreensão da questão da intolerância racial, cultural e religiosa na igreja evangélica. Nesta perspectiva, esta reflexão propõe uma abordagem interdisciplinar entre a sociologia da religião e a sociologia das relações e das desigualdades raciais, no fim de explorar que não há necessariamente um antagonismo entre a identidade negra e a identidade cristã.

Palavras-chave Protestantismo evangélico; Fiéis negros; Identidade negra; Religiões de matriz africana; Intolerância.

Abstract *In a context of growing religious intolerance in Brazil and given the relevance of Pentecostalism to the black population, the relationship between black believers and their church becomes an important, though understudied, research question. The objective of this article is to study the possibilities and challenges for black churchgoers to express their ethnicity and their historicity within the ecclesiastical community: what is the place of black believers as non-whitened people in church? What are the*

¹ Uma versão resumida deste mesmo trabalho foi apresentada na Primeira Jornada de Estudos Negros da UnB, dia 04 de novembro de 2016. Disponível em: (p. 209) <https://calundublog.files.wordpress.com/2017/02/anais-da-i-jornada-de-estudos-negros-da-unb.pdf> Acessado em: 14 de novembro de 2017.

^a Formada em Ciências Humanas pela Sciences Po Paris, mestra em Sociologia Política Comparada pela mesma instituição, e doutoranda pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

possibilities of recognition of their black identity? Which identity should be claimed? What about their African heritage? Despite the lack of this theoretical discussion in sociological studies, this study is based on a critical review of the limited literature and deepened by participant observation and interviews. It stands as a heuristic and methodological challenge that seeks a better understanding of the issue of racial, cultural and religious intolerance in the Evangelical church. That considered, this reflection proposes an interdisciplinary approach between sociology of religion and sociology of race relations and racial inequalities, in order to further explore that there is not necessarily an antagonism between the black identity and Christian identity.

Keywords *Evangelical Protestantism; Black churchgoers; Black identity; African-Brazilian religions; Intolerance.*

INTRODUÇÃO

O que significa a observação de Roger Bastide (1960) sobre o fato de os negros não entrarem mais pela porta lateral da igreja? Em termos absolutos, os números mostram que “há mais evangélicos negros do que praticantes das religiões afro-brasileiras e as religiões evangélicas são as que mais crescem no Brasil das últimas décadas” (SILVA, 2011, p. 298). Esse dado fala por si só da relevância de se interessar à questão negra dentro da igreja evangélica², embora seja pouco estudada e ainda mal delimitada. No entanto, desde os anos 1960, o movimento negro e as ciências sociais refletem sobre diversos aspectos que compõem esta problemática. Nessa continuidade, o presente artigo propõe repensar e aprofundar a reflexão sobre esta questão.

O objeto de estudo deste trabalho constitui, simultaneamente, um desafio em termos heurísticos e metodológicos. Em primeiro lugar, há uma falta de consenso sobre a *identidade negra*, noção que queremos desenvolver aqui em relação às igrejas. A sociologia vem demonstrando que não existe uma identidade social fixa, atemporal. Toda identidade é o resultado de um processo de construção social e histórica. No entanto, este trabalho se inscreve na perspectiva de Abdias do Nascimento (1980) que vê na formação da identidade negra o desenvolvimento e na adaptação no Brasil de instituições, valores e atitudes trazidos da África. Ademais, como precisam Fernandes e Souza (2016), em referência a Guimarães (2003), ela é ligada “à cultura e ao restabelecimento da memória histórica da diáspora africana” (p.105). Também levamos em conta que a adoção do termo identidade para definir

2 Apesar do termo *evangélico* designar, de maneira abrangente, todos os protestantes, neste trabalho o termo será usado para designar, na maior parte dos casos, os protestantes pentecostais.

social ou racialmente um grupo visa geralmente a objetivos como a proteção e a defesa de uma minoria ou de interesses, a reversão de lógicas de opressão, entre outros. As reivindicações históricas de movimentos sociais como o Movimento Negro Unificado (MNU) e as afirmações legais como a lei 10.639/03 levaram à inclusão de conteúdo pedagógico sobre a História da África e das Culturas Afro-brasileiras no ensino fundamental, proporcionando o reconhecimento da herança cultural africana³ na identidade negra no Brasil, apesar da falta de consenso por parte de setores mais conservadores da arena política e da sociedade.

Em segundo lugar, na falta de definição do que pode ser a identidade negra dentro da igreja, vários autores escolheram tratar de temas relacionados, passando à margem da elaboração do termo. O que esperar de uma literatura que estuda os negros evangélicos ou crentes negros? A maior entrada para o tema parece ser o conflito entre as religiões evangélica e de matriz africana, sob a perspectiva de uma intolerância evangélica (SILVA, 2011; ORO, 1997). Porém, parte da literatura sociológica, que pouco explora a questão negra nas igrejas evangélicas, muitas vezes deixa de lado instrumentos de sociologia das relações raciais, mesmo para estudar a questão da perseguição das religiões de matriz africana. No entanto, outros estudos se interessam, de forma detalhada, pelas percepções dos fiéis (BURDICK, 2002) e pelas ressignificações da herança africana; porém, parece árdua a tarefa de superar o antagonismo entre pentecostalismo e questão negra, isto é: a impossibilidade para o crente negro de reivindicar sua herança cultural africana. Assim, para tentar integrar a questão da identidade negra com os estudos sobre igrejas evangélicas, cruzaremos os olhares de duas tradições sociológicas. O objetivo é então fazer uma revisão crítica da literatura sobre as religiões evangélicas que estude temas relacionados à questão negra, levando em conta a perspectiva e os conceitos da sociologia das relações étnico-raciais.

Se a literatura chegou a conclusões isoladas sobre a questão negra dentro da igreja evangélica, a revisão bibliográfica que nos propomos a fazer tenta delimitar melhor os desafios dos fiéis negros e o que pode ser a identidade negra dentro da igreja, sem que esta esteja necessariamente em conflito com os princípios cristãos. O presente artigo não tem a pretensão de ser exaustivo em relação à formulação do que pode ou deve ser a identidade negra na igreja; a proposta é levar em conta diferentes pontos de vista para estudar as possibilidades do fiel negro, enquanto

3 Conforme previsto pela lei 10.639/2003, o ensino da história e a cultura afro-brasileira, visa resgatar a importância da herança africana na formação social, econômica e política do Brasil. Essa herança é constituída pela “a história da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, [e, por extensão,] a cultura negra brasileira (...)”. (BRASIL, 2003)

ser negro, de reivindicar a sua etnicidade, sua identidade, sua historicidade⁴. O artigo levanta perguntas como: qual o lugar do negro – como ser não-branqueado – dentro da igreja evangélica? De que forma se manifestam o preconceito, a discriminação e o racismo⁵ dentro da igreja? Qual reconhecimento da identidade negra? Qual identidade negra deve ser reivindicada?

Para a construção deste artigo, nos limitamos a uma revisão de literaturas de vertentes sociológicas diferentes, que aprofundamos usando a pesquisa realizada pela autora entre agosto de 2014 e março de 2015⁶ sobre a politização de fiéis evangélicos em São Paulo. Além da observação participante durante cultos, escolas dominicais e momentos de convivência na igreja, as entrevistas sempre incluíam uma parte sobre a identidade racial dos fiéis e suas percepções. Ademais, foram realizadas entrevistas específicas e aprofundadas sobre o tema com uma fiel do Distrito Federal, um pastor de São Paulo e a presidenta da Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil (ANNEB), nossa informante pastora no Distrito Federal, para confirmar e reatualizar os dados coletados durante a pesquisa de campo de 2014/2015⁷. Sem pretender dar conta do contexto protestante no Brasil, o seguinte trabalho se concentra no escopo do protestantismo pentecostal. Contudo, como argumentam Cunha, Lopes e Lui (2017), a “divisão em ondas do pentecostalismo no Brasil (...), ou (...) [a] divisão entre evangélicos históricos ou de missão, de um lado, e pentecostais e neopentecostais do outro” (p. 113) não necessariamente corresponde à realidade evangélica do Brasil. Nesse sentido, os dados de campo foram colhidos a partir das ações de fiéis e pastores de uma denominação pentecostal – em várias Assembleias de Deus –, contudo, com evocações pontuais de uma igreja histórica – a Igreja Presbiteriana do Brasil. Ademais, os autores selecionados para subsidiar as análises estão circunscritos ao universo

4 Este trabalho se inscreve na perspectiva do MNU. O MNU considera como negros os pretos e pardos. Ademais, o termo negro é relacionado ao conceito de *raça* que, como lembram Fernandes e Souza (2016, p. 105), e remete tanto a características físicas como culturais. A negritude é entendida, segundo a definição de Pinheiro, “como algo não essencial e fechado, sendo uma construção reveladora da consciência da diferença e do pertencimento a um grupo incluso na diáspora africana” (PINHEIRO, 2007, p. 165).

5 Neste nosso trabalho, entenderemos os conceitos de preconceito, discriminação e racismo conforme definidos por Hélio Santos (2001). O preconceito racial é uma opinião pré-formada, sem fundamento, que, a partir dos padrões do próprio grupo racial, constrói uma imagem de inferiorização sobre outro grupo. O racismo constitui um modo de ver que pressupõe a superioridade racial de um grupo sobre outro. Enfim, a discriminação consiste na externalização de uma atitude racista ou preconceituosa, por meio de uma ação que visa a prejudicar.

6 Pesquisa de campo para a dissertação de mestrado. Entrevistas semi-diretivas realizadas com 20 fiéis pentecostais de Igrejas Assembleia de Deus do Estado de São Paulo (3 pastores, 17 fiéis).

7 O nome dos entrevistados (com exceção da pastora Waldicéia) foi mudado para respeitar o seu anonimato.

pentecostal, mas podem abrir a reflexão sobre os escopos do protestantismo histórico e do neopentecostalismo⁸.

DA SEPARAÇÃO FÍSICA À UNIVERSALIDADE PROTESTANTE: AS RAÍZES HISTÓRICAS DO RACISMO NA IGREJA

Conforme demonstraremos a seguir, o preconceito, a discriminação e o racismo são expressos, no protestantismo brasileiro – e, hoje, particularmente no pentecostalismo –, dentro de um espectro amplo que vai da separação física dos negros e brancos à universalidade proposta pela liturgia.

Em primeiro lugar, nos interessamos pelas demonstrações explícitas de rejeição dos negros. O protestantismo chega ao Brasil como uma religião branca por duas vias. De um lado, é o mestre da família branca escravocrata que se converte ao protestantismo da Reforma. Como explica Bastide (1960), a conversão do negro ao protestantismo tem dois tipos de explicação: uma histórica e uma religiosa. Em relação à primeira, o negro se converte ao protestantismo por causa da tradição doméstica de incorporação do escravo à vida da família escravocrata. Por ser uma religião resultante da Reforma e que precisa se afirmar e ganhar fiéis, os novos convertidos ao protestantismo se tornam sistematicamente missionários e veem seu senso de responsabilidade acentuado. É assim que os primeiros escravos negros são chamados pelos seus mestres e levados a se converter. Já em 1879, cinco negros ingressam na comunidade presbiteriana de São Paulo. Segundo, o protestantismo histórico se torna mais atrativo para o negro por uma questão religiosa. Enquanto a população negra era rejeitada das igrejas ou das escolas católicas, as instituições evangélicas não rejeitavam os negros: a liturgia protestante aceitava o ser humano independentemente da sua cor (BASTIDE, 1960, p. 494-495), apesar de diferenciação e discriminação operadas dentro da igreja.

Por outro lado, o pentecostalismo – cuja maior igreja, e a segunda mais antiga, permanece a Assembleia de Deus –, é inspirado, como retrata Marina Correa (2013), pelo movimento pentecostal nascido nos Estados Unidos em 1906 e fundamentado nas doutrinas de John Wesley (p. 80). Em 1911, Gunnar Vingren e Daniel Berg – dois missionários suecos marginalizados em seu país (principalmente luterano), que emigraram aos Estados Unidos durante a juventude –, chegam em Belém do Pará. A implementação da igreja no Brasil se faz então a partir de um grupo sueco restrito e pobre. A situação econômica limitada dos missionários não permitiu garantir um certo controle do clero sueco sobre os fiéis brasileiros. Além do mais,

8 A título de exemplo Roger Bastide (1960), Aro Pedro Oro (1997) e Ricardo Mariano (1995, 1999).

o sistema pentecostal no Brasil se fundamenta menos na hierarquia e em um clero diferenciado do resto dos membros do que na importância dada às comunidades socialmente marginalizadas no Brasil católico, como na Suécia luterana. Por conseguinte, os pastores brasileiros gozam desde cedo de grande autonomia. No entanto, e apesar de ser uma religião marginalizada que promove uma liturgia dos socialmente excluídos, o pentecostalismo da Assembleia de Deus – como o das outras igrejas fundadas ao longo do século – continua uma religião branca, em que os negros são acolhidos mas discriminados.

Ao mesmo tempo que a universalidade do protestantismo – tanto histórico quanto pentecostal – leva à aceitação de todos, existe uma separação explícita dentro da igreja. Por muito tempo, durante o culto, os brancos ocupavam a nave enquanto os negros sentavam ou no fundo ou na galeria. Aos poucos, os usos e costumes mudam, e, apesar de um racismo e uma discriminação persistentes, certos negros obtêm cargos dentro da igreja. Porém, o negro não deixa de importar, como relata a pastora Waldicéia de Moraes Teixeira da Silva de Brasília, ao contar a história dos seus avós Mercedes e Isidoro de Moraes. Ambos eram pioneiros da Assembleia de Deus de São Cristóvão, fundada em 1922, no Rio de Janeiro, por uma família recém chegada de Belém, e sempre causaram um certo desconforto entre a pastoral branca:

Foi quando eles se mudaram para o Jacarezinho, que eles conheceram a Assembleia de Deus de São Cristóvão. Eles foram para lá, se identificaram muito com música, coisa que no Quilombo, é muito forte. Então eles se identificaram muito com a liturgia da Assembleia de Deus. Só que quando eles começaram a incomodar, que o meu avô também era sangue na veia, os dois: a minha avó e o meu avô... Eles começaram a se incomodar com esse lance de negra e negro na galeria, negra e negro sentados lá atrás, com essa forma de como eram discriminados na igreja. Aí minha avó e meu avô começaram a pressionar o pastor presidente, o ministério. Quando eles perceberam que o meu avô estava incomodando muito, o que a presidência de São Cristóvão fez? Enviou meu avô e minha avó abrirem uma igreja na favela do Jacarezinho, onde eles moravam, entendeu? Abrir uma congregação de São Cristóvão no Jacarezinho. Aí meu avô e a minha avó fundaram a primeira Assembleia de Deus do Jacarezinho que está lá até hoje, na rua Darci Vargas, 69. Inclusive, eles fizeram um museu lá e estão lá a minha avó e o meu avô como fundadores da AD do Jacarezinho (Informação verbal)⁹.

9 Entrevista concedida por Waldicéia em 30/06/2016.

Com o passar do tempo, os negros passaram a não entrar “mais pela porta lateral”; como nota Roger Bastide, não houve mais separação física entre os fiéis e os negros começaram a ocupar cargos pastorais. Contudo, à luz da obra de Bastide, é a proposta universalizante do protestantismo que questionamos, para entender que, sob a máscara de uma suposta igualdade, as práticas de preconceito, discriminação e racismo continuam vivas dentro da igreja e assumem outras modalidades.

A liturgia da universalidade do protestantismo – e do pentecostalismo –, fez com que, depois de um tempo, não houvesse separação entre negro e branco dentro da igreja. As entrevistas realizadas confirmam este aspecto, como o faz uma fiel negra de uma Igreja Presbiteriana da Ceilândia - DF:

- Qual foi sua trajetória de mulher negra dentre da igreja?

- Pelo fato de eu ser uma pessoa muito comunicativa, também não enfrentei dificuldades. Fui tomando posição em algumas coisas (...) e fui bem aceita. Nunca tive problema não. Por muitos anos que sou da igreja... (...) acho que já tem uns trinta anos... e sempre tive cargo dentro da igreja (Informação verbal)¹⁰.

No entanto, apesar de Isaura ter se sentido bem aceita, o seu discurso não evidencia que a questão da igualdade e da universalidade impedem a reivindicação, por parte dos fiéis, de identidades particulares como, por exemplo, a identidade racial – dado avançado pela pesquisa de campo de John Burdick (2002):

existe uma tensão entre o pentecostalismo (...) e o desenvolvimento de identidades sociais fortes como intermediárias entre o universal e o individual [, pois] (...) o pentecostalismo incentiva os crentes a se verem como pertencentes a uma irmandade mundial transcendentos dos que foram salvos (p. 191-192).

10 Entrevista concedida por Isaura em 30/06/2016.

Deste modo, reconhecemos a pertinência, até hoje, da teoria da *assimilação*¹¹ de Roger Bastide¹². Segundo o autor, a assimilação do negro ao protestantismo no Brasil leva à asfixia da sua identidade e herança cultural. Com efeito, no Brasil, o protestantismo negro – facilitado por predadores negros e igrejas exclusivamente negras que tornaram possível a preservação de traços culturais africanos nos Estados Unidos –, não existe. Não há um protestantismo negro análogo: o protestantismo negro não é diferente do dos brancos (BASTIDE, 1960, p. 494). Em outras palavras, segundo o autor, não existe um protestantismo negro e sim, um protestantismo dos negros. Essa distinção semântica feita pelo autor nos ajuda a entender como não são os negros que revisitam o protestantismo, senão os negros que se tornam unicamente protestantes. Com efeito, a problemática que deve nos preocupar aqui tem menos a ver com reinterpretação do protestantismo pelos negros do que a adesão e, portanto, a assimilação dos negros a um projeto religioso que se diz universal. Porém, por ser uma religião trazida por pastores brancos, permaneceu uma religião branca à qual negros foram incorporados no Brasil. Assim,

a igreja não aceitando nenhuma discriminação, a educação religiosa dos Negros [era] absolutamente a mesma que a dos Brancos e (...) a assimilação das crenças ou dos sentimentos [era] completa”, suprimindo toda a margem de reinterpretação por parte dos negros (BASTIDE, 1960, p. 496-479).

Voltando à nossa análise, hoje, as condições específicas de aceitação dos negros e o projeto de assimilação dos fiéis negros a um pentecostalismo branco permanecem muito vivos na igreja. Ao comparar as ações da pastoral negra no catolicismo e membros de igrejas evangélicas, autores contemporâneos evidenciam em que medida o discurso pentecostal se opõe à adoção de uma “liturgia negra”

11 Neste trabalho, não adotamos a visão clássica do conceito de *assimilação* – como fez a escola de Chicago, por exemplo – que vê nela um processo natural, inelutável e inconsciente onde ocorre uma harmonização dos valores e atitudes. Alinhamo-nos ao uso feito por Roger Bastide, como mostraremos no argumento a seguir. Ademais, recorreremos à definição de Abdelmalek Sayad (1994) que – ao pensar o papel do sistema republicano francês de integração em contexto de imigração argelina – vê na assimilação a primazia do contrato social e da tradição francesa sobre outras ligações culturais e étnicas. O autor criticou vivamente seu aspecto universalista e imperialista, anteriormente ressaltado por Abdias do Nascimento (1978) ao citar o herói da libertação de Guiné-Bissau, Amílcar Cabral: “a dominação colonial tem procurado criar teorias, as quais, de fato, são apenas grosseiras formulações de racismo. (...) Este, por exemplo é o caso da chamada teoria da assimilação progressiva das populações nativas, o que acaba sendo unicamente uma mais ou menos violenta tentativa de negar a cultura dos povos em questão” (p. 94-95).

12 Teoria pertinente do autor, apesar de uma reafirmação e difusão de certos preconceitos nos seus escritos, ao usar o termo depreciativo e racista “nègre” em francês, por exemplo.

e, deste modo, não ressaltam as diferenças raciais (VALENTE, 1994; SANCHIS, 2002; OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2014). Portanto, é a partir deste quadro interpretativo que analisaremos a persistência do racismo e, para utilizar um termo da sociologia das relações e das desigualdades raciais, o embranquecimento dos fiéis pentecostais negros (NASCIMENTO, 1978).

A PERCEPÇÃO DA COR E A PERSISTÊNCIA DO RACISMO

Por um lado, a noção de assimilação e suas implicações se ilustram de diversas maneiras no protestantismo pentecostal contemporâneo, como mostra o exemplo contado pela pastora Waldicéia. Presidenta da Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil (ANNEB), a pastora da Assembleia de Deus em Brasília lida diariamente com reclamações e queixas e defende fiéis que sofrem racismo dentro da igreja. Neste caso, a autora da denúncia foi uma jovem fiel de outra denominação que resolveu parar de alisar o cabelo e fazer tranças. Além de uma decisão estética, nos parece que a fiel se pronunciou politicamente, decidindo assumir e reivindicar sua identidade. Durante o culto público do domingo à noite seguinte, a pastora Waldicéia explica como o pastor a expôs e a denunciou na frente da comunidade inteira por ter trançado o seu cabelo e assim ter cedido ao demônio. Frente a “tamanha ofensa” por parte da fiel, o pastor deixou o púlpito e mostrou sua reprovação quando abandonou a plateia e saiu da igreja em pleno culto, deixando a condução do ofício a um segundo pastor. Este exemplo relatado pela pastora é, primeiramente, típico da demonização da herança cultural africana como abordaremos posteriormente com maior profundidade. Ademais, apesar de uma aceitação aparente de todos e da convivência, o episódio relatado pela pastora mostra que a universalidade, em realidade, tem uma cor – ela é branca –, e testemunha um preconceito profundamente arraigado na igreja.

Este exemplo demonstra quão relevante ainda é a ideia por trás da noção de assimilação de Bastide de que o negro é aceito no seio da comunidade evangélica se, e somente se, abandona o que faz dele negro. Nesse sentido, frente à ambiguidade da noção de assimilação, vislumbramos que devemos estudar a liturgia universal do protestante que aceita todo mundo sem discriminação à luz da sociologia das relações e das desigualdades raciais. Primeiro, porque, para o homem negro, existe a necessidade de adjetivação que não há para o branco, como lembra Frantz Fanon ([1952] 2008). Com efeito, o negro não é homem, ele é homem negro. A noção de assimilação revisitada pelo autor nos indica que o negro não é homem a não ser que se torne branco para aceder à condição de ser humano. Ser negro significa uma descida ao inferno, ao não humano. Portanto, o negro pertence a uma zona

de não-ser, “uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada” (p.26), onde o colocou a colonização. No caso da fiel que escolheu não parecer com uma branca para se afirmar e se elevar à condição de ser humana, ela é imediatamente reenviada a essa zona de não-ser, imediatamente demonizada. Nas palavras de Abdias Nascimento (1978), esse processo consiste no embranquecimento da raça e da cultura negra. A assimilação corresponde então ao que o autor chama de genocídio negro no Brasil como sendo um processo de “racismo mascarado” mas real na sociedade brasileira.

Por outro lado, apesar das dificuldades persistentes, existe uma literatura que defende que hoje em dia há menos racismo dentro da igreja do que na sociedade, como John Burdick (2002). Apesar de também ter observado as diferenças entre a pastoral negra católica e as estratégias históricas de negação das identidades individuais – e, portanto, da negritude – no pentecostalismo, o autor discute os significados de cor e raça na igreja evangélica. Três categorias de argumentos, formulados graças aos dados de uma extensiva pesquisa de campo, fundamentam esta teoria do antropólogo estadunidense. Primeiro, o autor recorre à liturgia do pentecostalismo, cujo maior atrativo:

não só para os negros como para todos os convertidos, é a sua habilidade em criar auto-estima, (...) é insistir em que, mesmo antes da conversão, todo ser humano, por mais indigno que se ache, é objeto da preocupação e do amor constante de Jesus [e que assim,] (...) a chave para vencer a vergonha foi aceitar-se como preto, escuro ou negro (BURDICK, 2002, p. 193-195).

Segundo, Burdick se apoia na pesquisa realizada em 1996 pelo ISER¹³ para mostrar, objetivamente, que casamentos interraciais ocorrem com mais frequência dentro da igreja do que fora e que, portanto, há menos racismo nas igrejas pentecostais. Enfim, ao dar a palavra a fiéis negros, o autor põe em causa a visão das ciências sociais, de discriminação da identidade negra, ao identificar um número surpreendente alto de esforços iniciativas por parte dos evangélicos para defender sua identidade negra e/ou lutar contra o racismo. Os fiéis declaram efetivamente sentir menos racismo dentro da comunidade evangélica do que na sociedade, e que são livres para expressar sua negritude, no momento dos cantos, por exemplo,

13 Pesquisa realizada em 1996 pelo Instituto de Estudos da Religião, perto de 1332 fiéis evangélicos na cidade do Rio de Janeiro e na região metropolitana, utilizada por Burdick (2002) e Souza (2015).

pois “uma arena importante para a interseção de valor espiritual e cor é a música” (BURDICK, 2002, p. 201).

Entretanto, esta fundamentação conhece limitações devidas a uma certa ingenuidade. Além da crítica ao conceito de *continuum de cor*, Cleinton Souza (2015), aponta para a ironia de que “é curioso perceber que o mesmo material usado por Burdick para negar a existência do racismo também veio a ser usado para afirmar a presença do mesmo mal social” (p. 282). Primeiro, como o nota Bell Hooks (2009), os casamentos interracialis ou os direitos civis para os negros não constituem uma prova do que o racismo tenha desaparecido. Que pessoas afirmem que:

o racismo tem desaparecido, [o que] normalmente significa que os negros / as pessoas de cor ganharam direitos civis suficientes através de leis e práticas de anti-discriminação, que já não [estão] sujeitos ao terrorismo racial constante ou punições brutais evidentes com base na raça, não quer dizer que não existe mais racismo, discriminação e preconceito institucionais ou nas relações interpessoais (p. 10).

No contexto da igreja, embora haja uma certa aceitação da cor e da identidade negra pela comunidade evangélica, a visão sobre o negro não deixa de ser a de um negro exótico, e é carregada de preconceitos – sejam eles positivos ou negativos. Ademais, ao declarar que negros são mais abertos do que brancos aos dons do Espírito Santo, John Burdick opõe dois tipos de fiéis para mostrar a abertura que existe na igreja. Reconhece que o racismo não desapareceu, por um lado, pois certos fiéis acham que os negros só se exibem durante o canto. No entanto, o autor mostra, por outro lado, que a maioria da comunidade é tolerante e aberta à identidade negra na medida em que reconhecem as qualidades do negro no comprometimento à religião, para escapar das forças diabólicas dos cultos afro-brasileiros; ou no canto, ao naturalizar uma suposta emotividade negra. Voltando à nossa análise, percebemos que, apesar da comunidade evangélica querer elogiar os fiéis negros, essas falas levantam dois tipos de problemas. Primeiro, como mostra Márcia Leitão Pinheiro (2007), elas “não incorporam uma reflexão sobre etnicidade” (p. 173). Segundo, ao nosso ver, elas evidenciam a demonização da herança religiosa africana assim como a essencialização da raça negra, as quais mostram que o racismo e o preconceito não desapareceram.

Outra hipótese, baseada na literatura e na pesquisa de campo, nos leva a questionar a afirmação de que há menos racismo, discriminação e preconceito dentro da igreja. Sabemos que, por serem religiões de convertidos, ao invés do catolicismo,

os crentes pentecostais sempre buscam reafirmar sua identidade religiosa. A identidade evangélica se revela como uma parte muito importante dos fiéis, sempre prontos a defender a sua igreja. Como mostra Ariane Zambiras para questões de gênero, os fiéis tentam desconstruir a acusação de intolerância que recebem as igrejas evangélicas (2014, p. 243). Portanto, no caso do nosso estudo, é razoável argumentar que, ao receber perguntas diretas sobre o racismo, os crentes podem sentir um ataque à sua igreja e tender a valorizá-la, na sua preocupação de se abrir ao mundo. Deste modo, existe a possibilidade que os fiéis ignorem ou amenizem experiências de racismo ou de discriminação dentro da igreja.

Portanto, como analisa Souza (2015), também vislumbramos uma dissimulação do preconceito racial, da discriminação e do racismo dentro da igreja. Graças ao aporte teórico de Florestan Fernandes (1972), o autor conclui que esses valores e comportamentos passaram a ser “condenados no plano ideal, mas não repelidos no plano da ação concreta e direta” (SOUZA, 2015, p. 289). Ademais, se houve uma evolução e uma aceitação relativa da cor, a questão da herança cultural africana e de sua religiosidade continua sendo problemática, tanto no plano das ideias quanto da prática cotidiana, como já identificamos em duas situações em que sobressai a relação conflitiva das religiões evangélicas com as religiões de matriz africana. Por isso, dedicamos uma parte da nossa discussão ao tratamento da herança cultural e religiosa africana pelas igrejas protestantes históricas, mas sobretudo, pentecostais e neopentecostais.

NOVAS QUESTÕES LIGADAS À REJEIÇÃO E ÀS RESSIGNIFICAÇÕES DA HERANÇA CULTURAL AFRICANA

Fizemos a escolha de dedicar-nos ao estudo da posição da herança cultural e religiosa africana na igreja por ser um aspecto fundamental da identidade negra por vários motivos. Primeiro porque, como vimos na introdução, as culturas afro-brasileiras conseguiram um lugar específico na história do Brasil e das populações negras do país, por meio da lei 10.639/03. Por conseguinte, elas são oficialmente reconhecidas como parte integrante da identidade negra. Segundo, o legado africano é muito relevante pela atenção que lhe dão as igrejas evangélicas, sobretudo pentecostais e neopentecostais. As relações destas últimas com a herança das religiões de matriz africana são um aspecto problemático da questão estudada.

Para entendermos melhor a profunda e complexa conexão entre as igrejas evangélicas e a herança da cultura africana, trataremos primeiro da rejeição histórica e seus motivos. De maneira geral, como vimos através dos estudos de Roger Bastide, a África como um todo sempre viu o seu acesso às igrejas históricas. Esta

afirmação também se verifica na fala de Isaura, que, *a priori*, não via problema em afirmar sua negritude na igreja:

Estou lembrando aqui de um assunto... Há uns cinco anos atrás, fundei aqui com as meninas uma banda de música de percussão. E eu queria muito levar para a igreja. E pouca igreja aceitou. Porque eles achavam que tinha a ver com raízes africanas. Essas coisas, para eles, são demoníacas (Informação verbal)¹⁴.

Esta demonização das raízes africanas também tem lugar nas igrejas pentecostais. Vários fiéis ou pastores apelam à Bíblia para justificar a necessidade de deixar do lado de fora da igreja aspectos remetentes à cultura africana. É assim que o pastor Paulo, de uma Igreja Assembleia de Deus em São Paulo, faz uso do Levítico 19:31: “não vos virarei para os adivinhadores e encantadores; não os busqueis, contaminando-vos com eles. Eu sou o Senhor vosso Deus”, para afirmar que os cultos afro-brasileiros são “um rumo da feitiçaria” e assim demonizá-los porque consultam mortos ou adoram outros deuses que não são Deus¹⁵.

Portanto, há uma verdadeira demonização da cultura africana e das religiões de matriz africana por parte das grandes vertentes evangélicas do Brasil. Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus até considera que “a Umbanda, Quimbanda, Candomblé e o espiritismo de um modo geral, são os principais canais de atuação dos demônios” (MACEDO, 1987, p. 113).

A demonização das religiões de matriz africana se concretiza de várias maneiras. Em primeiro lugar, e na maioria dos casos, os ataques assumem a forma de agressões verbais durante o culto ou durante o discurso proselitista dos pastores, missionários ou fiéis das igrejas evangélicas. Gonçalves da Silva (2007) estabelece uma tipologia para identificar as diferentes práticas de demonização que vai dos ataques discursivos que mencionamos aqui, agressões físicas contra terreiros ou “cerimônias religiosas afro-brasileiras”, a ataques “decorrentes das alianças entre igrejas e políticos evangélicos” (p. 216). Com a eleição de cada vez mais representantes evangélicos, o autor observa uma representação política destes interesses e que os políticos evangélicos articulam ações para impedir a realização dos cultos, tentando proibir, por exemplo, o sacrifício animal no Código Estadual de Proteção das Animais do Rio Grande do Sul (SILVA, 2007, p. 220). Trata-se de uma verdadeira *institucionalização* dos princípios cristãos, que tenta, através do

14 Entrevista concedida por Isaura, em 30/06/2016.

15 Entrevista concedida pelo Pastor Paulo, em 04/06/2016.

direito e de instrumentos legais, legitimar a demonização de religiões de matriz africana.

Parte da literatura existente que explora a questão da demonização dos cultos afro-brasileiros pelas igrejas evangélicas a analisa como uma disputa em um mesmo mercado religioso. Por um lado, surge uma análise socioestrutural dos ataques às religiões de matriz africana em razão de uma luta simbólica. Nesse sentido, Ari Pedro Oro (1997) a qualifica de “concorrência religiosa entre iguais” pois são “expressões religiosas que disputam fiéis que compartilham além do mesmo nível social, dos mesmos códigos e cognitivos” (p. 16-17)¹⁶. Em uma perspectiva semelhante, Silva (2007) observa que um dos primeiros motivos de combate a essas religiões afros seria “uma forma de atrair fiéis ávidos pela experiência de religiões com forte apelo mágico; extáticas, com a vantagem da legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão” (p. 12). Por outro lado, Ricardo Mariano (1999) também vê a disputa como uma concorrência mercadológica, porém, aproxima-se de uma leitura weberiana da noção de mercado religioso – de bens de salvação –, como espaço de conquista de legitimidade e novos devotos em um jogo de soma zero. Nesse sentido, a necessidade dos evangélicos entrarem em competição com os cultos afro-brasileiros se explicaria pois estes últimos seriam “os maiores concorrentes no mercado de soluções simbólicas e prestação de serviços religiosos para os problemas materiais e espirituais dos estratos pobres da população” (p. 108-109). Entretanto, de modo geral, os diferentes autores percebem essa rejeição como uma forma das igrejas evangélicas conquistarem um público mais amplo.

A lógica da concorrência se torna muito mais relevante ao perceber que as religiões evangélicas dialogam com as religiões de matriz africana. A fim de captar novos fiéis, as igrejas evangélicas – mas sobretudo neopentecostais – devem reconhecer os cultos afro-brasileiros para poder atacá-los mais eficientemente:

os pastores “acatam” todo o panteão afro-brasileiro: falam com eles, dão credibilidade a sua existência. Seria bastante ineficaz chegar para uma pessoa que durante anos recebeu um determinado guia dizendo que tais coisas não existem. O que o pastor faz é mostrar que elas existem, mas que ele tem poder sobre elas (...). Esse poder é reforçado quando o pastor se mostra capaz não só de invocá-las mas também de fazê-las falar, confessar sua origem demoníaca e, por fim, numa prova incontestável de sua força, expulsá-las. (SOARES, 1990, p. 87).

16 Aqui entrarão em consideração só as igrejas pentecostais (e neopentecostais) que historicamente miraram um público mais pobre e humilde, ao contrário do protestantismo histórico.

Contudo, o diálogo entre as duas entidades vai além da busca de uma concorrência eficiente no mercado religioso no que diz respeito às igrejas pentecostais e ainda mais neopentecostais¹⁷. As práticas tais como o transe, o exorcismo, o falar em línguas, entre outras, são interiorizadas por fiéis neopentecostais e se aproximam muito de ritos afro-brasileiros. O exemplo da Igreja Universal do Reino de Deus é mais flagrante ainda:

A IURD também se apropria, (...) em relação aos cultos afro-brasileiros, entre muitos, o uso de sal grosso, do galho de arruda, fechamento de corpo, distribuição da bala ungida para as crianças no dia de Cosme e Damião e a invocação das entidades para que se manifestem. (BONFATTI, 2000, p. 89).

Para explicar tal aproximação, Ari Pedro Oro (1997) usa o conceito de *alinhamento de marcos interpretativos* ou *frame alignment* da realidade, de Snow et al. (1986)¹⁸. Ao usar as categorias de *frame amplification* e *frame transformation*, o autor analisa como as igrejas neopentecostais às vezes se apropriam de ritos e práticas afrobrasileiros, ampliando-os e reforçando-os; além disso, reutilizam marcos interpretativos de religiões de matriz africana buscando sua transformação, sua ressignificação. Igrejas neopentecostais, sobretudo a Igreja Universal do Reino de Deus, retomam certas práticas dos terreiros, como “a insistência de manifestações nos templos (...), dos espíritos da “macumba”; a ruptura de um tradicional modelo comunitário evangélico (...), e da introdução de uma relação quase “clientelista” com os fiéis” (ORO, 1997, p. 26), e transformam outras. Por exemplo, mira-se a ressignificação da prática do exorcismo, que não é mais visto como o “ponto culminante de extrema sacralização do ritual” (ORO, 1997, p. 28), senão como um “polo negativo extremo de manifestação do sagrado por tratar-se da irrupção do mal” (ALMEIDA, 1996, p. 77). Assim, a estratégia do neopentecostalismo é de tornar-se parecido com o inimigo demonizado a fim de distanciar os indivíduos que frequentam terreiros e convertê-los ao Evangelho.

Portanto, grande fração da literatura trata da questão da hostilidade evangélica para com os cultos afro-brasileiros à luz de uma lógica de concorrência de mercado.

17 O culto das igrejas protestantes históricas não envolve estas práticas que encontramos nas religiões de matriz africana.

18 Ari Pedro Oro usa a definição do *frame alignment* de Snow que “é utilizado (...) para explicar o recrutamento de indivíduos em movimentos sociais ou a conversão à novos movimentos religiosos (...) consiste em “estabelecer uma conexão entre as orientações interpretativas dos indivíduos e a dos grupos que pretendem recrutá-los, de tal forma que algum tipo de interesse, valores e crenças dos indivíduos vejam-se como congruentes e complementários com as atividades, objetivos e ideologia do grupo” (SNOW ET AL., 1986, p. 464 apud ORO, 1997, p. 26)

Sem dúvidas, o protestantismo histórico, o pentecostalismo e o neopentecostalismo são religiões historicamente sectárias que precisam se afirmar negando outras religiões. No entanto, apesar de Cecília Mariz declarar que “os pentecostais não demonizam apenas o oprimido socialmente (como seria o caso das religiões afros), mas também o socialmente mais bem sucedido (como o caso dos adeptos da Nova Era)” (1996, p. 237), consideramos pertinente introduzir uma nuance. É mais difícil se atacar com tanta veemência ao catolicismo por ser a primeira religião do país, mesmo que em declínio (IBGE, 2010). Além do mais, a competição não pode ser considerada como o único fator responsável por essa perseguição. No final dos anos 1990, Ricardo Mariano parece ser um dos poucos autores a salientar a

perseguição que também decorria da existência, nos séculos passados e no início deste, da extensa série de práticas, discursos e saberes elitistas fundamentados no racismo, no positivismo, no etnocentrismo, no evolucionismo e em preconceitos culturais variados que pressupunham e afirmavam a inferioridade racial e intelectual do negro e, por conseguinte, de sua cultura religiosa (MARIANO, 1999, p. 117).

Assim, o negro, no nível mais baixo da hierarquia social e cuja identidade é constantemente desprezada e oprimida, pode ver na conversão a uma religião evangélica – próxima dos cultos afro-brasileiros – uma possibilidade de ascender socialmente e sair dessa zona de não-ser. Nesse sentido, Roger Bastide afirma que

assim, nesta religião de transe mística, o que nos parece mais dominante para o homem de cor, é esta vontade puritana, este esforço para sair da classe baixa, emburguesar-se para assim dizê-lo. É no momento no qual parece, agitado de tremores, falando línguas estrangeiras, dominado pelo Espírito Santo, de estar mais perto da África, que ele é, na verdade, o mais longe, que ele mais se ocidentaliza (BASTIDE, 1960, p. 499).

Após os trabalhos de Roger Bastide, a literatura que estudou a opressão dos cultos afro-brasileiros pareceu não reconhecer mais que a discriminação se fundamentava no racismo, até Mariano (1999). Por sua vez, Silva (2007, 2011, 2014), reintroduz mais explicitamente esta variável – muitas vezes tida como óbvia ou esquecida –, e faz desta o pressuposto da sua análise. Ademais, a literatura sociológica que estuda as relações e as desigualdades raciais nos permite aprofundar esta visão segundo a qual as culturas africanas não são só perseguidas por

motivos estratégicos, já que, como afirma Nascimento (1978), “desde os inícios da colonização, as culturas africanas, chegadas nos navios negreiros, foram mantidas num verdadeiro estado de sítio” (p.101). Ademais, “há um indiscutível caráter mais ou menos violento nas formas, às vezes sutis, da agressão espiritual a que era submetida a população africana” (p. 101). Portanto, a perseguição persistente dos cultos afro-brasileiros tem seu fundamento nessa perspectiva de superioridade do branco e reforça o que o autor chama de genocídio negro no Brasil.

AS POSSIBILIDADES DO SER NEGRO DENTRO DA IGREJA

À guisa de conclusão, voltamos à noção de identidade negra e ao que ela nos oferece para o ambiente da igreja evangélica. A discriminação persistente e a ligação contígua e complexa entre as religiões evangélicas e de matriz africana nos levam a interrogar de novo a noção de identidade negra e a necessidade da afirmação de uma ancestralidade africana para se considerar e se reconhecer como negro. É preciso reivindicar a herança cultural e religiosa africana para consolidar sua identidade negra? Como se pode combater o preconceito contra os negros na igreja? São as identidades negra e pentecostal irreconciliáveis ou é “possível falarmos de uma cultura negra evangélica” (SANTOS, 2013, p. 12)?

Como aponta Silva (2011), uma força negra do protestantismo evangélico se constituiu no Movimento Negro Evangélico (MNE) que no começo dos anos 1980, no final da ditadura militar, iniciou um trabalho de reflexão sobre a questão racial e de elaboração de uma identidade negra dentro de uma perspectiva cristã. Esse movimento se inspirou no modelo estadunidense de ação política e deveu-se à iniciativa de pastores negros. Ele responde ao antagonismo que evocamos afirmando que não havia “necessidade de relacionar identidade negra com as religiões afro-brasileiras” (p. 298). Existe então uma tendência dentro do protestantismo evangélico negro de não reconhecer e se contrapor à necessidade histórica para o Brasil e particularmente para as populações negras de valorizar a herança cultural e religiosa africana. A criação do MONEBA, Associação Nacional do Movimento Negro Evangélico se inscreve nesta mesma perspectiva e permitiu a Reginaldo Germano, deputado federal no estado da Bahia de 1999 a 2007, entrar “na militância da causa negra sem abandonar algumas de suas convicções (ou preconceitos)”, sem ter que cultivar algum tipo de reconhecimento às religiões de matriz africana (SANTOS, 2013, p. 6).

Frente a essa visão conflitante de uma identidade negra cristã que continua rejeitando as religiões de matriz africana, o antropólogo Livio Sansone (2004) vai mostrar que a noção de *comunidade negra* é problemática pois a negritude,

como vimos na introdução, não representa uma entidade dada, mas uma construção social contingente (p. 24). Existe então uma impossibilidade de chegar ao consenso para definir o que é a identidade negra, apesar das mobilizações de um movimento negro tampouco muito unificado e dos avanços legais, como mencionamos. Segundo ele,

o termo comunidade negra, usado com bastante frequência nos círculos políticos baianos e nos meios de comunicação de massa, não se refere à totalidade da população negra nem define uma “comunidade negra” (...) A comunidade negra representa, portanto, apenas uma pequena parcela da vida social e cultural negra de Salvador (p.114).

Por isso, o autor vai repensar as relações raciais, não em termos de identidade senão de *negritude sem etnicidade*. Essa ideia de negritude sem etnicidade encontra-se reverberada no Estatuto da Igualdade Racial que chegou a um consenso identificando “o negro não a partir de sua aparência ou de determinadas características étnicas, mas pelo fato de que historicamente o negro vem sendo discriminado na sociedade” (SANTOS, 2013, p. 13). Deste modo, o reconhecimento do negro passaria pelo fim do preconceito racial, da discriminação e do racismo, e não necessariamente pela afirmação de uma identidade própria.

Porém, em contraponto a essas visões, podemos apontar para iniciativas que não entendem identidade negra e identidade evangélica em termos de contradição. Por um lado, existem novos passos de uma unificação das identidades negra e evangélica, os quais se dão fora do próprio contexto eclesial. Na literatura, esta possibilidade é ilustrada pelos estudos de Márcia Leitão Pinheiro, sobre religião, raça e música (2007, 2009). A autora mostra “*black music gospel* / “música negra” como um âmbito de possibilidades para a emergência de formas de se pensar e ser negro, isto é, de construir e veicular uma noção de negritude” (PINHEIRO, 2007, p. 164). São postas em evidência ações independentes de produtores e cantores negros e membros de igrejas históricas ou neopentecostais, capazes de mudar as perspectivas sobre o negro evangélico, capazes de “alterar o modo como (...) [a cultura negra] e os fiéis “negros” são definidos no meio evangélico” (p. 166). Outras formas individuais, em que os negros evangélicos se constituem e afirmam fora das quatro paredes da igreja, também se verificaram na pesquisa de campo realizada para este trabalho, como mostra o exemplo de Lea, de uma Igreja Assembleia de Deus em São Paulo. Durante a entrevista, ela várias vezes defendeu sua negritude, a de sua filha que deixou de alisar o cabelo, e atacou com veemência uma mídia

que ignorou os atentados provocados por Boko Haram na Nigéria e só reportava os ataques ao jornal semanal Charlie Hebdo em Paris em janeiro de 2015, ilustra então que uma via de reconciliação é possível:

- Você postou um dia no Facebook: “Je suis nigériane”. Por quê?

- É! Até procurei para escrever direito. Lembro porque nem o grupo de intelectualidade afrodescendentes que eu curto comentou sobre isso. Estava todo mundo falando “Je suis Charlie”, mas e a Nigéria, onde fica em tudo isso? Ninguém falou nada. Lá o pessoal sofre, e sofre muito. E muito mais pessoas. Tudo bem que lá [em Paris], também foi dolorido, foi triste. Mas lá na África? (Informação verbal)¹⁹.

Entretanto, a literatura e a pesquisa de campo revelam que esses atos de reconciliação individuais geralmente existem fora da igreja e carecem de apoio institucional. Neste sentido, Pinheiro (2007) afirma que “ainda assim, os produtores apontam para o não reconhecimento de suas iniciativas, terminando por atuar nas margens de seu meio religioso” (p.168).

Por outro lado, existe um trabalho incipiente de defesa institucional de uma identidade negra dentro da igreja, como vimos com a ANNEB, anteriormente evocada. A pastora Waldicéia retrata seu papel com vigor e convicção:

Fui para São Paulo fazer uma palestra num fórum, que a gente da ANNEB sempre faz quando alguém é vítima de discriminação, preconceito e racismo na igreja... A gente aparece lá, primeiro para conversar com a vítima e dar a opção de irmos no próximo culto em que aconteceu: um monte de preto, tudo caracterizado, turbante, mante de preto, etc. se sentar nos primeiros bancos da igreja de frente para o pastor e colocar no meio da gente a vítima. Sem falar nada, assiste o culto normalmente. Aí quando o culto termina, eu como presidenta da ANNEB procuro o pastor (...): “Pastor, chegou até nós a denúncia tal da nossa irmã fulana de tal, nós já ouvimos ela, queremos ouvir o senhor”. Quando ele termina, falamos: “(...) Nós somos do movimento social negro, e segundo a lei tal tal tal, o que o senhor fez é crime. Nós já colocamos ela [a vítima] para escolher: ou juntamos todos nós e vamos com ela e um advogado em uma delegacia denunciar o senhor pela prática de discriminação, preconceito e racismo, ou o

19 Entrevista concedida por Lea em 31/01/2015.

senhor abre a igreja a semana que vem para que nós façamos um fórum temático sobre discriminação, preconceito e racismo na igreja protestante, onde nós vamos chamar representante do movimento social negro na primeira mesa. Na segunda mesa, eu como presidenta da ANNEB, vou falar sobre a legislação que existe hoje sobre discriminação, preconceito e racismo. O presidente da ANNEB nessa unidade da federação vai falar sobre discriminação, preconceito e racismo na Bíblia. E depois a gente abre para o debate. E no final, o senhor se retrata na frente de todas e todos que estão ali. O senhor escolhe, são duas alternativas que o senhor tem”. Não precisa nem dizer que todos eles escolhem o fórum, né... (Informação verbal)²⁰.

Vários pontos na fala da pastora aparecem como surpreendentes e interessantes para o nosso estudo. A ANNEB se posiciona como uma organização que articula membros e líderes evangélicos e que, oficialmente, promove e reforça a ação do Movimento Negro Evangélico para “comungar experiências, reflexões e propostas concretas visando à mobilização da igreja na contribuição de uma sociedade mais justa e igualitária”²¹. Mas na sua busca de reparação das injustiças sociais, econômicas e históricas impostas à população negra e ao vestir indumentárias africanas, a ANNEB ressalta a necessidade de ligação profunda da população negra brasileira com a sua herança cultural africana. O uso provocativo de vestes africanas visa a mostrar que não existe antagonismo entre as identidades negra e evangélica e busca a superação de qualquer forma de intolerância, também religiosa. A ANNEB se coloca como alternativa ao preconceito, à discriminação e ao racismo formalizados na igreja, e constitui um esboço de valorização institucional de uma identidade negra que compreende a cultura e religiosidade africana como um legado a ser preservado e respeitado. Em um cenário institucional evangélico que alimenta um discurso que demoniza a África como um conjunto homogêneo, a organização aparece como uma exceção e porta a voz de fiéis que querem afirmar sua negritude ou de outros que não estão necessariamente de acordo com o discurso institucional que despreza e oprime as culturas africanas.

Os caminhos – tanto individuais quanto institucionais – de possível reconciliação que mencionamos constituem, portanto, uma primeira conclusão para o nosso trabalho incipiente. A partir da ancoragem histórica do nosso estudo e das questões contemporâneas de dissimulação do preconceito e de rejeição da herança

20 Entrevista concedida por Waldicéia em 02/07/2016.

21 Disponível em <http://annebbahia.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>, acessado em 02/05/2017.

cultural e religiosa africana, podemos deduzir que a socialização – tanto primária quanto a realizada na igreja – de evangélicos negros é marcada por imposições contraditórias: há de negar sua identidade racial para ser um bom cristão. No entanto, há uma tendência que parte de iniciativas privadas ou de movimentos que precisam ser consolidados – mas que as instituições eclesiais têm dificuldade em acompanhar –, que mostra que se abrem caminhos de recomposição do pano de fundo onde os fiéis conseguem sobrepor de maneira mais serena a identidade cristã e a identidade negra, a qual pode ser reivindicada de maneira liberada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. *A Universalização do Reino de Deus*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Antropologia Social da Unicamp, Campinas, 1996.
- ANNEB BAHIA. QUEM SOMOS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://ANNEBBAHIA.BLOGSPOT.COM.BR/P/QUEM-SOMOS.HTML](http://annebbahia.blogspot.com.br/p/quem-somos.html), Acesso em: 02 mai. 2017.
- BASTIDE, Roger. *Les religions africaines au Brésil*. Paris: Presses Universitaires de France, [1960] 1995.
- BONFATTI, Paulo. *A expressão popular do sagrado - Uma análise psico-antropológica da Igreja Universal do Reino de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- BRASIL. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Lei Nº 10.639, 09 de janeiro de 2003.
- BURDICK, John. “Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: mistura impossível?”. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (orgs). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.185-212.
- CORREA, Marina. *Assembleia de Deus. Ministérios, Carisma e Exercício de Poder*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.
- CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, Instituto de Estudos da Religião, 2017.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Ed. UFBA, [1952] 2008.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, [1972] 2007.
- FERNANDES, Viviane Barboza e SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 63, abr. 2016.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, 2003.
- HOOKE, Bell. *Writing beyond race. Living Theory and Practice*. New York/London: Routledge Taylor & Francis Group, 2009.

- IBGE. CENSO DE 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://CENSO2010.IBGE.GOV.BR/](http://censo2010.ibge.gov.br/), acesso em 02/05/2017.
- MACEDO, Edir. *Orixás, Caboclos e Guias: deuses ou demônios?* Rio de Janeiro: Universal Produções, 1987.
- MARIANO, Ricardo. Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- _____. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MARIZ, Cecília. “Il demonio e i pentecostali in Brasile”. In: CIPRIANI, Roberto; ELET, Paula e NESTI, Arnaldo (orgs). *Identità e mutamento nel religioso latinoamericano*. Milano: Franco Angeli, 1996, p.229-244.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- _____. *Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. Orixás: a manifestação cultural de Deus: uma análise das liturgias católicas inculturadas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e Afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, nov. 1997.
- PINHEIRO, Márcia Leitão. Música, Religião e Cor. Uma leitura da produção de *black music gospel*. *Religião e Sociedade*, v. 27, n. 2, 2007.
- _____. Dinâmicas da religiosidade: experiências musicais, cor e noção de sagrado. *Stockholm Review of Latin American Studies*, n. 4, mar. 2009.
- SANCHIS, Pierre. “Inculturação? Da cultura à identidade, um itinerário político no campo religioso: o caso dos agentes de pastoral negros”. In: CAROSO, Carlos; BACELAR Jeferson (org.). *Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafrikanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. Rio de Janeiro/Salvador: Pallas /CNPq, 2002, p.171-210.
- SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade. O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador/Rio de Janeiro: EdUFBA/Pallas, 2004.
- SANTOS, Adriana Martins dos. Identidade negra e neopentecostalismo: o caso Reginaldo Germano. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal - RN, 22 a 26 de Julho 2013.
- SANTOS, Hélio. “Discriminação racial no Brasil”. In: SABÓIA, Gilberto. *Anais de seminários regionais preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo*,

- Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.
- SAYAD, Abdelmalek. Qu'est-ce que l'intégration. *Hommes et Migrations*, n. 1182, dezembro 1994.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 13, n. 1, 2007.
- . “Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v.20, n. 20, jan./dez. 2011.
- . Religion and black cultural identity. Roman Catholics, Afro-Brazilian and Neopentecostalism. *Vibrant*, v. 11, n. 2, jul./dez. 2014.
- SNOW, David et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, 1986.
- SOARES, Mariza de Carvalho. “Guerra santa no país do sincretismo”. In: LANDIM, Leilah (org.). *Sinais dos tempos – Diversidade religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1990.
- SOUZA, Cleinton. Racismo estrutural, dissimulação do preconceito e pentecostalismo brasileiro. *Reflexus*, ano IX, n. 14, 2015/2.
- ZAMBRAS, Ariane. *La Politique inspirée: Controverses publiques et religion aux États-Unis*. Paris: Karthala, 2014.

Bolivianos em São Paulo: territórios e alteridade

Bolivians in São Paulo: territories and otherness

Fábio M. Serrano Pucci^a e Maura P. Bicudo Vêras^b

Resumo Este artigo aborda as relações de sociabilidade e a produção da alteridade dos imigrantes bolivianos em São Paulo na atualidade, tendo sido selecionados os bairros do Brás e Grajaú, por apresentarem condições de vida diferenciadas a partir das distintas localizações. Em função da natureza dos temas tratados, utilizou-se o método qualitativo, sendo entrevistados tanto bolivianos como seus vizinhos brasileiros. Alguns resultados indicaram correlação significativa entre a presença de bolivianos no Grajaú e a tentativa de se dissociar dos estigmas a eles atribuídos no bairro do Brás, pois relatam que são vistos mais por sua singularidade do que pelos estereótipos, enquanto os imigrantes do Brás afirmam o contrário.

Palavras chave Imigração; Bolivianos; Cidade; Sociabilidade; Alteridade.

Abstract *This article approaches the sociability relations and the production of the otherness of the Bolivian immigrants in São Paulo currently. The districts of Brás and Grajaú have been chosen because they have different living conditions. Due to the nature of the issues dealt with in this article, the qualitative method was chosen. The Bolivians as well as their Brazilian neighbors were interviewed. Some of the research results show a meaningful correlation between the presence of Bolivians in Grajaú and their attempt to dissociate themselves from the stigmas imputed to Bolivians in Brás. Moreover, the Bolivians in Grajaú mention they are seen more by their singularity than by stereotypes, while Bolivians in Brás say the contrary.*

Keywords *Immigration; Bolivians; City; Sociability; Otherness.*

INTRODUÇÃO

Este artigo se utiliza das reflexões e material empírico coletado ao longo de uma dissertação de mestrado (Pucci, 2016). Esta dissertação foi desenvolvida junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, sob orientação da coautora. Foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do

a Graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP e mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição.
b Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e Pesquisadora Bolsista de Produtividade do CNPq.

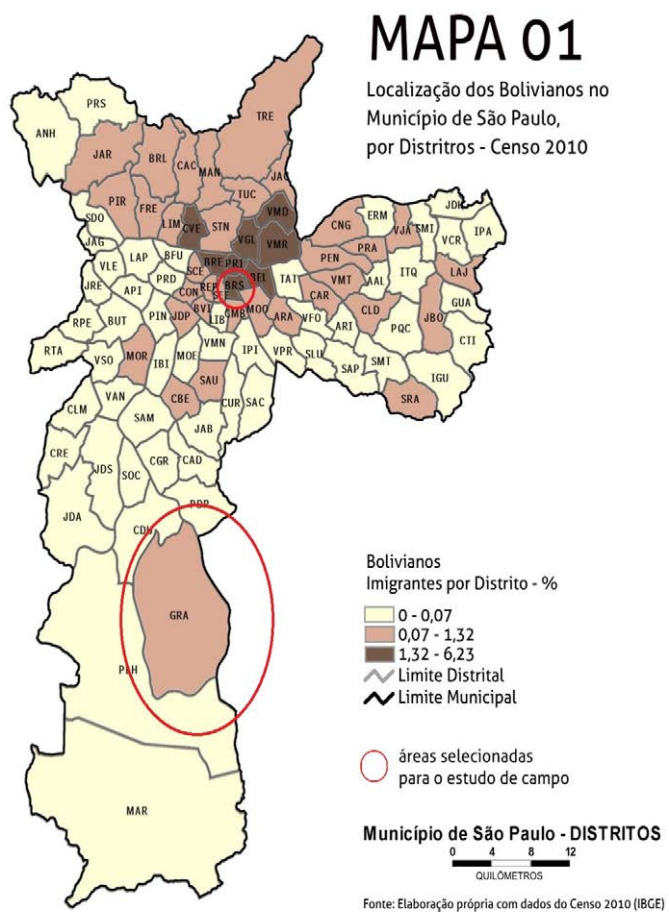
Estado de São Paulo (FAPESP). A pesquisa empírica envolveu 22 entrevistas com imigrantes bolivianos e 05 entrevistas com os vizinhos nos bairros de Brás e Grajaú.

Decidiu-se por entrevistar grupos heterogêneos de imigrantes, tendo em vista as diferenças de idade, sexo e tempo de permanência no país. No que tange às entrevistas com os brasileiros, vizinhos dos bolivianos, privilegiaram-se aqueles que tinham maior proximidade com os bolivianos.

O roteiro de entrevista procura abordar principalmente questões relativas a trabalho, moradia, acesso à saúde e sociabilidade. Adotou-se como estratégia de campo o estabelecimento de contato com organizações não-governamentais de assistência aos imigrantes (caso de uma Pastoral no Brás) e organizações governamentais (caso dos postos de saúde, Programa Escola da Família e creche). Solicitou-se aos entrevistados, ao final da entrevista, que indicassem conhecidos seus que pudessem responder a pesquisa.

Além disso, foram realizadas entrevistas em duas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) no município de São Paulo, uma no Grajaú e outra no Brás. Na ocasião entrevistaram-se agentes de saúde da Estratégia Saúde da Família, que fazem acompanhamento com os imigrantes bolivianos em suas residências e, que conhecem de perto o cotidiano das oficinas de costura. Por fim, o projeto foi considerado habilitado pelo Comitê de Ética da PUC-SP e da Secretaria Municipal de Saúde. Todas as entrevistas foram feitas com consentimento livre e esclarecido dos entrevistados. Foram utilizados pseudônimos para designar os entrevistados, com o intuito de manter o sigilo e privacidade das informações.

Na dissertação foram estudados um bairro central - Brás, por concentrar grande contingente de bolivianos - e um distrito periférico - Grajaú - (ver Mapa 01, abaixo, para identificar as regiões estudadas), por ter havido um importante aumento desses imigrados na região de 2000 a 2010 (IBGE, 2000; 2010). O objetivo foi estudar as condições de moradia dos bolivianos em São Paulo, a exclusão desse grupo das políticas sociais (principalmente as de habitação e saúde) e as relações de sociabilidade com a vizinhança. Essa escolha se justificou pelo fato de que tem sido negada aos bolivianos uma condição digna de moradia, o que vem a se somar às demais formas de subalternidade a que esse grupo é submetido como é o caso da clandestinidade (do ponto de vista da legalidade), da exploração de sua mão-de-obra e da estigmatização de que o grupo é alvo.



O presente trabalho procura resgatar, como desdobramento da citada dissertação, especificamente os temas da sociabilidade, do território e das relações de alteridade. Em um primeiro momento analisa-se a ambiguidade das redes sociais e dos territórios para os bolivianos. Em seguida apresenta-se de que maneira os bolivianos procuram se integrar à sociedade receptora dissociando-se dos estigmas atribuídos a eles em São Paulo. Então, expõe-se de que maneira este fenômeno está associado aos bairros escolhidos por esses imigrados para residir. Finalmente, estudam-se as principais diferenças entre a sociabilidade dos bolivianos no Brás e no Grajaú.

OS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

A imigração é um fenômeno muito caro à história de São Paulo, sobretudo desde a segunda metade do século XIX, durante a economia cafeeira e no surto de nossa primeira industrialização, deixando marcas significativas em nossas sociedade e cidade (VERAS, 2003a). As primeiras colônias de imigrantes – de portugueses, italianos, espanhóis – vão se firmar nos bairros do Belém, Brás,

Bom Retiro, Pari, Mooca, Lapa e Ipiranga, ao longo das “orlas ferroviárias”, onde se concentrava a indústria têxtil e alimentícia (ROLNIK, 2001). Mais tarde, japoneses configurariam um quarto segmento importante na história da imigração estrangeira para São Paulo.

Do período pós-Segunda Guerra até 1980, por razões já conhecidas histórica e sociologicamente, houve declínio no número de imigrantes estrangeiros e aumento da presença de migrantes nacionais nesses bairros - muitos nordestinos e mineiros, entre outros (ROLNIK, 2001; VÉRAS, 2003a; SOUCHAUD, 2011). Além disso, novos rumos para a indústria nacional fizeram-na afastar-se dessas antigas zonas industriais, passando a se localizar na periferia da capital e nos municípios limítrofes contíguos às estradas de rodagem (SINGER, 1977). Assim, a partir da década de 1960 (ROLNIK, 2001), ganha maior importância o ramo da confecção¹ (SOUCHAUD, 2011). Em meados da década de 1970, imigrantes coreanos já estão definitivamente debruçados sobre a atividade do comércio de roupas, na confecção e no setor atacadista, principalmente no bairro do Bom Retiro, mas também no Brás (VÉRAS, 2000). Mais recentemente, no entanto, nota-se principalmente a presença de imigrantes bolivianos nesses bairros.

As notícias de pesquisas sobre os primeiros bolivianos que chegaram ao país na década de 1950, apontam que estes eram basicamente “jovens que vinham para estudar ou trabalhar e depois permaneciam no país” (SILVA, 1997, p. 82). Esse processo aumenta na década de 1970 – com a oferta de trabalho originada pelas obras ditas desenvolvimentistas adotadas pelo regime militar –, e torna-se mais intenso na década de 1980, quando os bolivianos, na procura por melhores condições de vida, chegam para ocupar a mão-de-obra não qualificada no setor das confecções dos antigos bairros operários de São Paulo (SILVA, 1997).

Em um cenário urbano contemporâneo, fragmentado e segmentado pelas iniciativas do mercado imobiliário e pela ineficiência das políticas públicas quanto à oferta de habitação adequada à maioria da população, tem-se que zonas de primeiro mundo, alguns enclaves fortificados, ocupados por elites que se autosegregam, convivem com áreas desprovidas de equipamentos e serviços sociais, algumas de uso misto e/ou degradadas, outras periféricas, abrigando moradores da precariedade, da pobreza como desempregados, imigrantes, nômades, sem abrigo, enfim, pessoas em situação de fronteira, vulneráveis. Uma cartografia social pode revelar, também, certa topografia da alteridade, na medida em que são

¹ A diferença entre as fábricas tradicionais e as confecções não é apenas o seu tamanho quanto “o fato de a oficina ser subcontratada, por uma loja, por uma *magazine*, por uma grande marca.” (SOUCHAUD, 2011, p. 72).

considerados “outros”, um “não nós”, aqueles que o mercado econômico banuiu de boas e adequadas localizações urbanas, assim como aqueles que por sua origem - inclusive étnica -, acabam por ser segregados em uma perversa territorialização. A cidade de São Paulo, considerada como polo dinâmico inserido no capitalismo globalizado, continua a revelar graves débitos sociais e apresentar contrastes em seu ambiente construído. É nesse panorama social e urbano que se inserem os imigrantes que aqui demandam suas condições de vida e trabalho.

TERRITÓRIO, ALTERIDADE E CADEIAS MIGRATÓRIAS, FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

De acordo com os limites do presente texto, apresenta-se um breve quadro teórico que o fundamenta. A principal referência sobre os processos migratórios foi buscada em Sayad (1998), pois, como fica explícito no título de seu livro, *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, trabalha com os paradoxos de ser imigrante, que se define como trabalhador, vivendo uma situação de provisoriedade que se perpetua nas terras de recepção, produzindo relações de alteridade em cotejo com reconstrução de sua própria identidade.

Dentre as leituras e releituras atuais sobre as teorias das migrações internacionais adotou-se Sasaki e Assis (2000), Patarra (2006) e Muniz (2002) como fundantes. Procurou-se “agregar as teorias neoclássicas [em que o indivíduo faz escolhas racionais] e a histórico estrutural [em que o indivíduo é impelido pelo contexto social mais amplo a tomar decisões] sob uma perspectiva domiciliar (ou familiar).” (MUNIZ, 2002, p.3). Importante registrar a discussão evocada por Silveira (2014) de que em tempos de globalizações e fluxos, os imigrantes são trans-migrantes, pois desfazem-se concepções tradicionais de migração (permanentes, de longa ou curta duração), para descreverem-se vários deslocamentos em idas e vindas constantes de países de destino aos de origem e vice versa. Igualmente Tilly (1978) estabelece nova conceituação para os imigrantes, classificando-os por duas variáveis: a primeira refere-se à distância do local de origem ao país de destino e a segunda diz respeito à ruptura com a cultura original, quer em termos de família, grupo ou individual. Dessa forma, nem todos os deslocamentos poderiam enquadrar-se como imigração. Em que pese toda e qualquer arbitrariedade em classificações, Tilly (1990) aponta quatro categorias possíveis para os processos migratórios, mesmo quando se desenvolvem em áreas fronteiriças: a) locais, quando os fluxos consistem de deslocamento para áreas contíguas; b) circulares, quando há ida e retorno ao local de origem, em determinado intervalo de tempo; c) de carreira, na medida em que o deslocamento se deve à promoção de carreira oferecida por organizações/ empresas a que indivíduos pertencem; d)

em cadeia, se a motivação para o deslocamento vem de redes de parentes, amigos e conterrâneos já instalados no local de recepção (TRUZZI, 2011). De acordo com a bibliografia produzida² sobre os bolivianos em São Paulo, parece que sua presença se caracteriza como movimento circular e em cadeia, ou seja, aquela que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino. (TILLY, 1978 apud TRUZZI, 2011, p. 20).

Para aproximar-se progressivamente do tema principal da investigação, fundamentou-se o estudo sobre alteridade em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, de Elias e Scotson (2000), que analisam a produção do outro pela estigmatização como ferramenta para afastar os indesejados da concorrência pelo poder. Trabalhou-se também com Truzzi (2012), Hall (2003), Wieviorka (2006) e Castells (1999) para desenvolver as noções de “assimilação”, “identidade cultural”, (in)tolerância, reconhecimento das diferenças e o próprio racismo. Quanto mais um grupo está segregado, mais reforça o discurso do racismo. O conceito de “segregação” baseou-se em Marques (2005), que a conceitua como *separação e desigualdade de acesso*.

O tema da precariedade e acesso à moradia foi apoiado em Bonduki (1998), Vêras (2003b) e Kowarick (2009), conceituando de forma ampla a moradia não só como a residência de fato, mas também os “seus complementos de infra-estrutura, serviços, transporte, equipamentos sociais e paisagem.” (VÉRAS, 2003b, p. 326).

Como um conceito explicativo tanto para o processo de formação de identidades, quanto para a reprodução das desigualdades sociais, a territorialidade foi considerada nos termos de Vêras (2003a), Santos (2007) e Carneiro (2009). Um dos aspectos fundamentais na condição de vida do imigrante é o território e, em especial, a moradia como âncora desse lugar de vivência. Os territórios, lugares aos quais se atribuem sentido e identificação, se constituem em uma “ponte” (WACQUANT 2004 apud SILVEIRA, 2014) para o imigrante, ou seja, “espaços de permanência e simultaneamente de passagem dos imigrantes que promovem sua adaptação às novas condições de vida em outro meio social” (SILVEIRA, 2014, p.

2 O primeiro artigo produzido sobre a imigração boliviana em São Paulo foi publicado na revista *Travessia* por Sidney Antônio da Silva (SILVA, 1995a). Ele abordou as vivências desses imigrantes e os conflitos com a população local. Então, o autor realizou uma dissertação de mestrado sobre o assunto (SILVA, 1997) na qual analisou desde a diáspora desses imigrantes até o seu cotidiano, suas estratégias de sobrevivência e o papel da cultura em suas trajetórias. Em outros trabalhos ele aborda o tema da intolerância e do preconceito (SILVA, 1998a e SILVA, 2005b), da mobilidade econômica e social desses imigrantes (SILVA, 1998b; SILVA, 2006), dos processos de formação de uma identidade cultural (SILVA, 2005a, SILVA, 2005c; SILVA, 2007) e de sua religiosidade, tradições e festas (SILVA, 2003). Embora suas pesquisas tenham abrangido grande diversidade de assuntos, permaneceram temas que foram mais explorados por outros pesquisadores (BAENINGER, 2012; SOUCHAUD, 2011; XAVIER, 2010).

97). É nos territórios que se dá a aprendizagem de elementos como a língua local, o acesso a serviços essenciais (como saúde e educação) e a formação de redes de relacionamento para inserção no mercado de trabalho.

Quanto aos conceitos de “redes” e “cadeias migratórias”, referência teórica significativa foi o texto de Truzzi (2011). Segundo esse autor, “cadeia migratória” pode ser definida como “o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino” (TRUZZI, 2011, p. 20). Esses conceitos procuram dar conta de uma realidade na qual, cada vez mais, os imigrantes só se decidem pela imigração após obterem informações prévias das oportunidades e dificuldades enfrentadas na sociedade de destino. Assim, são conceitos que enfatizam “o papel ativo dos emigrados, já partidos, na sociedade de origem” (TRUZZI, 2011, p. 23).

Para Sasaki e Assis (2000), a importância das redes sociais consiste em absorver o impacto da chegada dos migrantes, que levam em conta outras escolhas que não apenas aquelas do tipo racional a fins, mas também as racionais com relação a valores ou à tradição (para resgatar o pensamento de Max Weber, 1946). Essa abordagem ressalta os laços de parentesco, de amizade e de experiência de trabalho, ou seja, relações de comunalização.

O depoimento abaixo ilustra bem como opera essa cadeia migratória:

É assim, *tendo a confiança de que tem uma pessoa lá, e vai vindo*. Eu vim com meu esposo. Meu esposo veio pela irmã. A irmã dele veio porque a tia dela veio. Não é que a gente vem à deriva, assim, “ah, eu vou no Brasil e ver o que acontece comigo”, não. E isso, que uma brasileira falou assim pra mim: “você bolivianos vêm porque sabem que aqui vão ser bem recebidos.” “Não, a gente não vem porque a gente sabe que os brasileiros vão receber bem a gente.” *A gente vem porque tem um boliviano que vai dar casa pra gente*. Senão a gente não viria, porque a gente tem medo, não fala português, não fala nada. *Então, um boliviano traz o outro. E essa é a cadeia de migração*. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, moradora do Brás).

Porém, nem sempre o boliviano tem algum parente ou conhecido no país de destino. Nesses casos, ele terá que contar com o apoio dos conterrâneos no país de recepção, como afirma a seguinte entrevistada:

Em verdade, se você tem alguém, alguma pessoa conhecida, alguém da família que já mora aqui no Brasil há mais tempo, você pode ter informação de fazer

tudo legal e de fazer tudo direito. *Mas se você chega e você não tem onde morar, não conhece ninguém, não tem a comida, então você vai procurar gente de seu país.* Então, procura nas colônias bolivianas, onde tem um monte que precisa de costureiro, precisa de trabalhador. *Então oferecem pra você pagar, “eu vou pagar por terminar essa peça, por fazer essa peça, um real, ou cinquenta centavos de real”.* Porque você precisa onde morar e precisa que comer, então você vai ficar aí no trabalho, vai aceitar a proposta, mesmo que fossem dez centavos por peça, a necessidade obriga pra você ficar trabalhando. *E você não conhece ninguém. Então por isso você termina fazendo o que eles querem. E eles terminam explorando o próprio compatriota boliviano.* É assim que acontece. A realidade. (Estela, boliviana, médica, há 3 anos no país, Brás)

Aqui se percebe um fenômeno já descrito pela Escola de Chicago há um século: a mesma colônia que acolhe ao imigrante também o aprisiona. No entanto, é importante ressaltar que “a denominada *empresa étnica*, embora explore seus funcionários, a médio prazo parece responder pelo grande potencial de recepção, acolhimento e integração de imigrantes” (TRUZZI, 2007, p. 46, grifos do autor).

Assim, embora o território de bolivianos sirva de apoio ao recém-chegado, nem sempre isso é verdade, pois ele pode significar também um entrave à integração desses imigrados à sociedade receptora, levando alguns deles, inclusive, a preferir residir em bairros onde não há grande concentração de compatriotas.

Em um primeiro momento, a rede social é útil à integração desses bolivianos, mas ela se torna um entrave quando ele quer alçar voos mais altos, como abrir um empreendimento, por exemplo. Quando a trajetória de um imigrante atinge esse ponto, é possível perceber que ele procura se dissociar de sua colônia, pois a imagem negativa dos bolivianos em muito pode prejudicar a sua ascensão social.

EVITANDO OS ESTIGMAS ASSOCIADOS AO GRUPO DOS BOLIVIANOS

A literatura já tratou antes sobre o assunto. Para Baeninger e Simai (2010), se trata de um caso de “auto-ódio”, no qual o grupo estigmatizado interioriza o preconceito contra si mesmo e adota o discurso de favorecimento do grupo de fora. Assim, “quanto mais poderoso o grupo a que se pertença, maior será o favoritismo intragrupal, ao passo que aqueles que pertencem aos grupos de menor poder demonstram mais tendências ao *favoritismo fora do grupo*.” (BAENINGER; SIMAI, 2010, p. 18, grifos colocados).

A seguinte fala ilustra bem um caso de “favoritismo fora do grupo”:

Francamente, eu não gosto deles [dos bolivianos]. (...) Porque muitas vezes eles abusam da boa vontade dos brasileiros. E por esse motivo os brasileiros não gostam de ajudar eles. Por isso que eles falam mal deles. Eles abusaram. Os brasileiros deram uma mão e os bolivianos pegaram a mão inteira. E tem certas coisas que eu não gosto. Eu mesmo brigo com eles. Às vezes até um preconceito contra mim, eu falo “ah, esses bolivianos”. Eu sendo boliviano, eu tenho vergonha. (Jairo, boliviano, estudante universitário, professor de informática e dono de uma oficina de costura).

Elias e Scotson (2000) também atribuíram esse sentimento de inferioridade a uma desigualdade de poder existente entre os *estabelecidos* e os *outsiders*. Os *estabelecidos* formam um grupo que se vê e é visto como a “boa sociedade”, grupo que partilha de uma tradição em comum e possui muita influência. Ou seja, que reivindica ser um grupo de homens melhores do que os *outsiders*; este último grupo, *outsiders*, é formado por pessoas que são estigmatizadas por a ele pertencerem. É um grupo que não tem memória e tradição em comum, o que os torna bastante desintegrados. Eles são considerados pelos estabelecidos como marginais, sujos e principalmente desordeiros. A estigmatização, afirmam os autores, é o meio mais eficaz pelo qual os *estabelecidos* conseguem fazer com que os *outsiders* interiorizem esse sentimento de inferioridade. Goffman define o estigma como “um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 2008, p. 13).

Esse “favoritismo fora do grupo” surge inclusive nas partidas de futebol disputadas entre os bolivianos. As controvérsias durante o jogo são tantas que eles precisam de um árbitro para resolvê-las. Mas se esse árbitro for um boliviano, sua autoridade jamais será respeitada pelos times que demandam a controvérsia. Entretanto, a autoridade exercida por um árbitro brasileiro é inquestionável, como afirma este entrevistado:

Há quatro anos, conheci eles [os bolivianos], devido a amigos, foram conhecendo, eles precisavam de arbitragem, eles tentavam brasileiros e não conseguiam, até que eu me encaixei. Em 2011, eu comecei a arbitrar aqui. E aí, antes eram 20, 30 times que tinha aqui. Agora se vê, tem 10, 12 times só. E há quatro anos eu faço esse projeto com eles. Que eles têm um problema entre eles, assim, eu vou dizer, questão do futebol. *Se tem um boliviano apitando contra eles, com eles, o que que acontece. Por falar o mesmo idioma, tudo, por mais que o rapaz apite direito, eles questionam tudo. E o brasileiro não, sê vê lá, eu apito, eles nem “tum”, acabou, morre o assunto ali.* Eles não ficam debatendo por eu não falar

a língua deles, entendeu. Então, eles têm esse problema com eles, se [supondo que] ele conhece você, você é boliviano; e eu sou boliviano e estou apitando, então dou motivo [para discórdia]; é igual brasileiro com brasileiro. Se você é brasileiro e você está apitando jogo de brasileiro, vai reclamar, vai xingar, vai fazer isso, vai fazer aquilo, coisa que eles já não fazem comigo. Eles andam na linha, porque quando [eles] começam a falar [com] o tom alto de voz, [eu] já abaixa a voz e eles abaixam, entendeu? (Daniel, brasileiro, árbitro de futebol dos jogos entre times bolivianos).

Por Daniel ser um estrangeiro para os bolivianos, ele teria uma visão mais objetiva dos fatos. Essa “objetividade” já foi descrita por um autor da seguinte maneira:

A objetividade do estrangeiro é outra expressão desta constelação. O estrangeiro não está submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo e, em consequência disso, aproxima-se com a atitude específica de “objetividade”. Mas objetividade não envolve simplesmente passividade e afastamento; é uma estrutura particular composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento. Refiro-me à discussão (no capítulo “Superordenação e Subordinação”) sobre as posições dominantes da pessoa que é um estrangeiro no grupo; *seu exemplo mais típico encontra-se na prática daquelas cidades italianas de requisitar seus juízes de fora, porque nenhum natural da cidade estava livre do enredamento dos interesses familiares e partidários*. (SIMMEL, 1983, p. 184; grifos colocados).

Essa autoridade de que é investido o brasileiro neste caso, no entanto, não remete apenas à “objetividade” do estrangeiro (SIMMEL, 1983), mas também à diferença de poder entre o grupo dos bolivianos e dos brasileiros (BAENINGER; SIMAI, 2010) ou, de uma forma conceitual, entre os *estabelecidos* e os *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Portanto, o “favoritismo fora do grupo” (BAENINGER; SIMAI, 2010) pode ser considerado uma estratégia de ascensão social do boliviano no plano individual, mas nunca no plano coletivo. Esse fenômeno foi notado não apenas no discurso dos bolivianos, mas também na análise de sua trajetória habitacional em São Paulo.

A SOCIABILIDADE NOS BAIRROS DO BRÁS E DO GRAJAÚ

O distrito do Brás, situado na região central da cidade, na direção leste do município, foi, desde seu início, bairro de características populares, de uso misto

de moradias voltadas às classes trabalhadoras, pequenas indústrias, comércio e serviços. Recebeu massivas levas de imigrantes italianos, espanhóis, nos inícios do século XX, permanecendo com tais características até a atualidade, agora com a presença de novos imigrantes como bolivianos, coreanos, haitianos e outros (VÊRAS, 2003a). Em 2010, de acordo com dados do IBGE, sua população era de 29.365 mil moradores, com densidade de 8.361 habitantes por km².

O distrito do Grajaú, subprefeitura de Capela do Socorro, é o mais populoso dessa região, com 360.790 moradores, em 2010, segundo dados do IBGE, com a densidade de 3.922 habitantes por km². Situa-se nos limites da cidade de São Paulo, na periferia sul, a 26 quilômetros distante da Praça da Sé, marco central paulistano, limitando-se com os vizinhos municípios de Diadema e São Bernardo, região do chamado ABC paulista. A região abriga inúmeras favelas (a subprefeitura de Capela do Socorro conta 176 aglomerados, a maioria no Grajaú) e se caracteriza pela precariedade das edificações e residentes de baixa renda. (INFOCIDADE, 2016).

Notou-se, ao longo da pesquisa, que os bolivianos com maior tempo de permanência no país preferiam deixar os bairros com maior concentração de compatriotas (como o Brás), para residirem em bairros com menor concentração de bolivianos (como o Grajaú). Afirmam esses entrevistados que o fato de existirem muitos bolivianos no Brás faz com que sofram mais com estereótipos e preconceitos do que em bairros onde existem poucos bolivianos. Além disso, os brasileiros que vivem no Brás culpam os bolivianos de estarem tomando o lugar dos brasileiros nas escolas e nos postos de saúde, o que não foi constatado no Grajaú, por exemplo. Segue uma fala de um casal de bolivianos entrevistados que ilustra bem este fenômeno:

Pesquisador: Tá certo. Quais são as vantagens que você acha daqui [do bairro Jardim Belcito, no Grajaú]?

Marido da entrevistada: A tranquilidade.

Entrevistada: Minha tranquilidade, meu sossego, que eu tenho aqui no bairro, que é ali no Jardim Belcito. É, né, onde a gente mora, *porque no centro você acha muita discriminação*, porque (...)

Marido da entrevistada: pra nós estrangeiros.

Entrevistada: *Porque tem muito boliviano e o brasileiro já está enjoado de nós, né, está.* Então, quando você chega lá no centro, você pede assim pra emprestar

uma caneta, pede um favor, ninguém faz logo pra você. Aqui, você vai, você entra e ele para [o que está fazendo para] te indicar onde fica o endereço que você está procurando. A coisa que você está a fazer, ele para de fazer suas coisas para te ajudar. (Tamires, boliviana, moradora do Grajaú).

No entender desses entrevistados, enquanto nas periferias as relações são mais pessoalizadas, no centro elas são mais impessoais. Eles se referem à periferia como um lugar tranquilo, onde são vistos mais por sua singularidade do que pelos estereótipos. Já no centro, onde há maior concentração de bolivianos e maior impessoalidade, eles são referidos mais por estereótipos do que por sua singularidade. O estereótipo “nasce de uma caracterização grosseira, rápida e indiscriminada do grupo estranho; este é dito em poucas palavras, é reduzido a poucas qualidades que são ditas como essenciais.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 13).

Além disso, residir nas periferias é um fator que contribui para a maior interação dos bolivianos com os brasileiros. Esse fenômeno – de que as periferias favorecem a sociabilidade entre grupos heterogêneos – já foi notado por dois estudiosos americanos, Albert e Nee:

Os autores [Albert e Nee] mostram, por exemplo, como, ao longo do tempo, a decisão de passar a residir em zonas mais afastadas do centro da cidade, favoreceu o relacionamento, como vizinhos, de grupos de origens étnicas e raciais diversas e, por consequência, a assimilação. (TRUZZI, 2012, p. 548).

Enquanto nas periferias há esse fenômeno de maior contato entre grupos sociais heterogêneos, no centro parece haver o processo contrário, ou seja, favorecimento dos grupos sociais permanecerem em contato com grupos homogêneos, levando-os a perpetuarem-se nessa “zona de conforto” e em uma “celebração do gueto”:

Aquilo que precisamente se perde com essa celebração [do gueto] é a ideia de que as pessoas só podem crescer através de processos de encontro com o desconhecido. *Coisas e pessoas que são estranhas podem perturbar ideias familiares e verdades estabelecidas; o terreno não familiar tem uma função positiva na vida de um ser humano.* Essa função é a de acostumar o ser humano a correr riscos, [...] [a] enriquecer as suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: *a habilidade para colocar em ques-*

tão as condições já estabelecidas de sua vida. (SENNET, 1988, p. 359-60, grifos colocados).

No entanto, essa interpretação merece ser tratada em sua ambiguidade, pois a moradia no Brás exemplifica que, se de um lado, há o apoio de conterrâneos como ponte territorial, “zona de conforto”, de outro ângulo, ilustra que acentuou a rejeição, o contato categórico com o “diferente”, ou seja, permitiu vislumbrar a heterogeneidade de dois grupos, os nacionais e os estrangeiros.

Além disso, vale dizer que estas características para centro/periferia foram aqui utilizados como tipos ideais, utilizados como recurso explicativo. A realidade empírica, entretanto, escapa dessa tipologia, apresentando-se multifacetada. Com isso quer-se introduzir o fato de que foi constatada uma exceção para a regra colocada acima, o de uma boliviana que se sentiu demasiadamente exposta quando viveu em um bairro periférico (Cidade Líder, na Zona Leste):

Porque acho que o brasileiro já acostumou um pouco com a fisionomia do boliviano [no centro]. Tem um pouquinho mais de (...). Não liga muito mais. *Quando você está um pouco longe, que eu morei também em bairro longe, você parece que chegou, sei lá, um fenômeno lá.* (...) Na Cidade Líder, perto do Parque do Carmo. (...) Não, que eu nunca mais voltei. Eu morei lá faz uns 10 anos. E foi pouco tempo também. *Tanto que eu era a única boliviana lá.* (...) Era oficina de costura de um brasileiro. A gente foi morar na garagem dele. Então, faz muito tempo lá. Mas, assim, *dava para ver a gente se preocupando quando um estrangeiro está perto. Tanto que os vizinhos daquela minha patroa brasileira vinham a todo tempo fazer pesquisa do colégio, querer saber de nossa vida, que nem quando você vai num circo e quer que os palhaços se mexam, vem a escutar o jeito de falar castelhano, um sotaque engraçado e é uma coisa que a mim me incomodou muito.* Que nessa oportunidade eu não sabia falar um piu de português. E era muito difícil pra mim. Muito. (Maria, Boliviana, modelista, há 15 anos no país, moradora do Brás).

Como se pode notar esta boliviana sentiu-se incomodada por uma curiosidade por demais explícita e invasiva por parte dos moradores daquela localidade, desacostumados que estavam com a presença de imigrantes com fenótipo indígena. Ela relata não sentir esse incômodo nos bairros centrais, onde os moradores frequentemente convivem com imigrantes de origem boliviana, de modo que já estão embotados frente a essa diversidade social, tendo inclusive desenvolvido

uma “atitude *blasé*” (SIMMEL, 1976), como forma de se preservar frente a estas diferenças. Com tantos *estímulos nervosos* e diferenças culturais e sociais pululando, os indivíduos se veem obrigados a preservar a sua personalidade por meio da reserva (SIMMEL, 1976).

A justificação de personalidades e modos de vida divergentes tende a produzir uma perspectiva relativista e um *senso de tolerância de diferenças* que poderão ser encaradas como pré-requisitos para a racionalidade e que conduzem à secularização da vida. (WIRTH, 1976, p. 103-104, grifo nosso).

Assim, para a boliviana Maria, é preferível viver em um ambiente de “tolerância negativa”, onde “os indivíduos são impelidos a retrain-se perante o confronto directo das suas diferenças com os outros” (FORTUNA; SILVA, 2005, p. 454). É possível perceber que no centro os moradores não manifestam essa curiosidade invasiva pelos bolivianos. Entretanto, eles praticam uma “tolerância negativa” e estigmatizam os bolivianos a partir de estereótipos e generalizações. As ofensas, quando ocorrem, são voltadas a todo o grupo, em voz alta, mas nunca dirigidas para um boliviano em especial (o que não impede que os comentários ofensivos sejam expressos em locais públicos, na presença de imigrantes bolivianos que, em sua maioria, fingem que não entendem os desaforos). Veja como exemplo a seguinte reação de um boliviano frente a essas ofensas ditas em voz alta, mas de forma impessoal, no bairro do Brás:

Na rua sempre existe um preconceito. *Prefiro evitar*. Falam mal de mim. *Finjo que não escuto e às vezes quando vêm brigar comigo eu finjo que não entendo português. Então, ficam na deles*. (Jairo, boliviano, estudante universitário, professor de informática e dono de uma oficina de costura).

Maria, entretanto, diz que não suporta esse tipo de comentário e prefere discutir com a pessoa que faz esse tipo de discurso:

A maioria dos brasileiros pensa que os bolivianos não sabem falar o português, porque a gente fica quieta, fica calada, então eles começam a falar em português e bem na cara da gente. Ah, que o boliviano isso, o boliviano aquilo. Que porque não está em seu país e que são porcos, que são bêbados, que são baixinhos, que são estranhos, que são moreninhos, então aí você pega, vai pegando as coisas, vai escutando. Antigamente eu não entendia, como eu mal fala o português e atu-

rava, aguentava, hoje em dia não. *Hoje em dia, quando eles estão começando, para eles não continuarem me magoando ou pra não chegar mais longe eu falo, “não, peraí, que estou aqui, não faça isso que estou te entendendo, então me respeite.” Se você não gosta de algum boliviano, pode falar de algum estrangeiro, mas não fala “os bolivianos”.* (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, moradora do Brás).

Importante notar como o mecanismo de defesa de Maria perante a discriminação impessoal é pedir que não se generalize o preconceito, que não se fale “dos bolivianos”, mas que se fale de algum estrangeiro em particular, que se pessoalize essa reclamação. Isso é um indicativo de que essa “tolerância negativa” pode sim incomodar aos bolivianos, demonstrando um desejo de ser reconhecido enquanto uma pessoa (por sua singularidade) e não por estereótipos. Esse incômodo é o principal motivo que os leva às periferias (no que se refere à dimensão da sociabilidade), pois ali são mais reconhecidos pelas pessoas que são do que pelos estereótipos.

Jairo, por sua vez, prefere fingir que não é com ele e acaba reforçando a impessoalidade que é a principal característica do estereótipo. Maria afirmava que “A maioria dos brasileiros pensa que os bolivianos não sabem falar o português, porque a gente fica quieta, fica calada, então eles começam a falar em português e bem na cara da gente.” Ora, esta é exatamente a reação de Jairo. Segundo Maria, essa passividade de Jairo é justamente o que torna o desaforo dos brasileiros ainda mais explícito e intolerável.

IDENTIDADE E ALTERIDADE NAS FESTAS BOLIVIANAS NO BRÁS

Tanto a feira na Praça Kantuta quanto na Rua Coimbra são importantes espaços de sociabilidade dos bolivianos. Na primeira, por exemplo, encontram-se comidas típicas, artesanato, cabeleireiros, CDs de música, tarjetas para ligar para a família na Bolívia, empresas que oferecem serviços de remessas, passagens de avião, festas típicas, um locutor que anima a feira, música boliviana, pastores, etc. É um espaço frequentado por milhares de pessoas, não só bolivianos, mas também brasileiros curiosos por essa cultura.

Há a presença também de festas em datas comemorativas nestas feiras, ocasião nas quais grupos folclóricos costumam apresentar a *diablada*, uma dança típica boliviana. O *Grupo Folclórico Kantuta* é um desses grupos que ensaiam todas as semanas com o intuito de se apresentarem no carnaval boliviano. Em visita de campo junto a este grupo, deu-se a revelar que as roupas que eles usam são bordadas na Bolívia e custam cerca de 400 dólares cada para serem trazidas de lá.

As bandas que se apresentam com esses grupos também são contratadas da própria Bolívia, assim como as roupas usadas pelos dançarinos. Esse é um importante meio de afirmação cultural e manutenção da cultura de origem destes imigrados.



Figura 1. Jovens do Grupo Folclórico Kantuta Bolívia ensaiam dança folclórica boliviana

Além disso, há também festas devocionais, como é o caso das *Alasitas*. Uma entrevistada explica a festa da seguinte maneira:

As Alasitas são uma crença. Alasitas significa, como te falo, comprar. E Ekeko, Ekeko é um personagem que é muito rico, na Bolívia. Ele existiu há muitos anos atrás. Então, a gente faz aquela festa das Alasitas. Que é muito grande tanto aqui, quanto na Bolívia. Porque se leva a fé. A fé da pessoa. Você quer ter, digamos um carro. Você compra um carro em miniatura e, se você tiver fé – isso já aconteceu comigo, com muito (...) – você consegue o carro. Não sei como, mas consegue. Carro, tudo documentado, mas porque você leva a fé. Então, isso se faz cada dia 24 de janeiro. Se você me pergunta se eu já comprei alguma coisa, as Alasitas em miniatura, isso eu já comprei. Eu já comprei muito. Casinha, tudo. Comprei restaurante. Pela fé (...) todas essas coisas. (Rodriguez, boliviano, dono de um restaurante no bairro do Brás).

As festas são objeto de consolidação dos estereótipos e concentram problemas quanto à avaliação dos bolivianos no bairro. Consistem em outra diferença

fundamental entre o Brás e o Grajaú, onde não acontecem tais festas. No Brás os bolivianos ali aglomerados são conhecidos por serem baderneiros, ou seja, fazem festas com muita bebida. Os vizinhos os acusam de trazer a criminalidade para o bairro, de fazerem suas necessidades fisiológicas nas ruas, de fazerem muito barulho, entre outros:

Tanto que aqui, aqui que tem a feira sábado e domingo. Após a feira, há muita discussão, bebidas, porque eles trabalham muito, mas também eles gastam muito com bebida. É o único meio de diversão que eles têm é a bebida. Então, eles varam a madrugada nessa rua até de manhã, na bebida. Gastam, compram, mas a qualidade de vida deles é muito inferior, porque o que eles ganham eles gastam. Tudo no bar, no bar. (...) E há outro teor de bebida lá também, é a mesma coisa ela falou [sua amiga boliviana]. Como a gente vê aqui é lá, ela falou. Tudo bem comer na rua, beber, eles são trabalhadores. *Mas pra beber eles são muito, alto teor de bebida. Muito, e muita briga. Eles brigam, se matam entre eles. Já houve casos aqui de achar um morto, assim, sabe? Eles mesmos se matam, se esfaqueiam, muita guerra entre eles mesmos.* Por causa de quê? Da bebida. (Denise, comerciante brasileira no Brás).

Bom, vou falar aqui da feira, que é o que eu conheço, né? Que de dia de sábado essa feira é... Começa por volta da uma, duas da tarde e... Não tem hora pra acabar, e... Depois que passa das sete, oito horas, aqui é uma pouca vergonha e... Eles transam aqui na rua. O horário que for, eles tiram pra fora, mijam na rua na frente de qualquer pessoa, e... *Ficam muito bêbados, brigam muito, de facada. Isso é constante, toda semana, e... Que mais... Depois que passa esse horário, as crianças, não tenho noção da idade, mas aparenta serem crianças de sete, oito anos, começam a roubar eles aqui de faca, crianças brasileiras, né?* Então, aqui eu acho uma pouca vergonha, aqui. (Eliza, vizinha, há dez anos no bairro). É assim moço. Se for assaltado, se pelo menos reage, eles não conseguem agir porque eles tão sempre bêbados. Passa aqui pra fazer essa pesquisa amanhã à tarde. À tarde não, amanhã à noite. *Nossa, já vi nego pegar boliviano aqui dentro, falando que era pra assaltar não, pegar aqui dentro. Mas também os caras vivem bêbado. Câ fala pro cara: levanta e dá a carteira, o cara dá e continua dormindo.* (Gabriel, vizinho, há três anos no bairro).

É a sujeira que a rua tem. Eles fazem comida na rua. *Outra coisa, eles são assaltados constantemente pelos brasileiros, porque aqui se formou uma quadrilha que roubam esses caras. Eles de noite bebem demais porque eles não têm outro divertimento.* E nessa... Sábados de noite eles ficam aí enchendo a cara, depois

sai na rua e deixam eles pelados. Sem roupa nenhuma. Isso é o mal. *Eles trouxeram os bandidos para cá.* Porque os bandidos sabem com quem rouba. E não pode gritar nada, porque eles até agora eles não tiveram, assim, liberdade, como qualquer brasileiro. Agora sim, depois que o Lula mandou naturalizar essa gente. Agora, eles tão ficando os donos da rua. (Marcondes, Vizinho brasileiro do Brás, aposentado, há 30 anos no bairro).

Ai meu Deus, todo dia... Todo dia que eles fazem a maior farra, bagunçam e brigam, quebram garrafas, bebem, se jogam no chão aqui. Vêm outros, talvez brasileiros, sei lá, roubam eles. Eles tiram anel. É uma miséria. Não dá, depois das seis horas, não dá pra gente abrir o portão sem... Quando já é sábado, domingo, é uma pouca vergonha. Fizeram banheiro aqui nessa costa da... Fizeram um banheiro porque eles vão aí no restaurante ou nos bailes, que tem dois salões de bailes e cobram um real para ocupar. Aí vem todo mundo aqui. Às vezes tem seis, sete, dez homens tudo encostado aí na parede. E que é uma vergonha. Eles não respeitam mulher, não respeitam criança, não respeitam ninguém. E a sujeira que causa. (Iara, vizinha, há 45 anos no bairro).

Esses são exemplos de vizinhos que reclamam dos bolivianos no bairro do Brás. Isso faz com que um boliviano que more no Brás, mesmo que não frequente essas festas, acabe sendo taxado como “desordeiro”, assim como os demais compatriotas que frequentam as festas. Não importa que seja uma minoria que adote esses comportamentos indesejáveis descritos pelos vizinhos. Como consequência disso, os próprios bolivianos que querem se integrar à sociedade receptora veem esses estigmas como uma barreira e, então, procuram se dissociar desses estigmas, afirmando que não são como os “bolivianos desordeiros”:

Eu entendo eles [os vizinhos brasileiros], em certa parte. Algumas vezes, como eu disse, os bolivianos são bem mal vistos. Eles bebem, enchem a cara e ficam ali... às vezes até se comportam como mendigo. Fazem suas necessidades na rua. Ficam jogados. *Perto da [rua] Coimbra existe um exemplo pelo menos. É uma rua bem suja. Eu sendo boliviano, eu não gosto de ir lá.* Mas o pessoal que vem pra cá, a maioria, até um ano atrás mais ou menos, era maioria tudo do interior da Bolívia. *Então, o pessoal não respeita mesmo. E, em certa parte eu entendo que sejam preconceituosos.* (Jairo, boliviano, estudante universitário, professor de informática e dono de uma oficina de costura).

Os próprios bolivianos afirmam compreender a estigmatização de que seu grupo é alvo por parte dos brasileiros. Eles afirmam não serem como esses bolivianos que se comportam mal, todos eles provindos “do interior da Bolívia”, segundo palavras do entrevistado. Como consequência, muitos deles acabam escolhendo residir em bairros afastados, onde o boliviano não é associado a esse tipo de comportamento, pois não existem festas ou feiras típicas:

Boliviano é bom ter amigo. Mas os costumes dos bolivianos não são muito saudáveis. Você vai lá no centro, você encontra muita (...). A cultura dos bolivianos é a bebida. E eu não concordo muito com isso. A bebida destrói a família, o lugar, o organismo. O meu pai morreu por causa disso, consequência da bebida. Então, eu não tenho muito gosto por isso. Beber socialmente, uma ou duas cervejas. Mas os bolivianos têm o costume de beber até cair. Isso não é bom para a vizinhança. Na minha rua eu sou respeitada. Se tem outra pessoa fazendo o contrário de mim, aí não (...). *Eles bebem, eles fazem barulho, desrespeitam as pessoas. E aí você fica mal [perante os olhos da vizinhança], junto com eles [os bolivianos baderneiros]. Generaliza. Já não é só eles. É você também. (...) A gente não vê isso [no Grajaú]. Lá [no centro] tem muitos bairros, muitas festas, você vê mais isso. Aqui não muito. Aqui só tem o futebol. E só no final de semana. Então você não percebe muito. Mas lá no centro é todos os dias.* (Berenice, boliviana, costureira, há 17 anos no país, moradora do Grajaú)

Como se pode notar na fala dessa entrevistada, as práticas de beber muito e desrespeitar as pessoas só acontecem no Brás. No Grajaú, onde Berenice mora, não ocorrem festas. Por esse motivo, ela não fica mal perante a vizinhança. No entanto, caso algum vizinho boliviano fizesse baderna, provavelmente ela também poderia ser discriminada perante a vizinhança, como ocorre com aqueles bolivianos que sofrem preconceito, ainda que não frequentem as festas no bairro do Brás (ou frequentam, mas não adotam os comportamentos descritos pela vizinhança).

CONCLUSÃO

Como conclusões, ainda que relativas aos aspectos e limites empíricos enfocados, e parciais, portanto, tem-se que muitos bolivianos procuram se dissociar dos estigmas dirigidos ao seu grupo nos bairros centrais, adotando o discurso do “favoritismo fora do grupo” (BAENINGER; SIMAI, 2010). Mas alguns imigrantes vão além da adoção desse discurso e decidem residir em bairros mais afastados, onde

os bolivianos, por serem em menor número, não são mal vistos pela vizinhança, como é o caso do Grajaú.

Esses imigrados moradores do Grajaú relatam mais tranquilidade e são mais vistos por sua singularidade do que pelos estereótipos. Já no Brás ocorre o processo oposto, eles são vistos mais por seu pertencimento a um grupo (e aqui é importante também o fenótipo como um marcador do estigma) do que por sua singularidade. Entretanto, o preconceito no Brás é impessoal e expresso de forma generalizada. Já nas periferias, como ocorreu com uma entrevistada, pode haver uma curiosidade muito mais pessoalizada pela diferença que o boliviano representa, pois ali ainda não vivem muitos desses estrangeiros.

Assim, não existe um lugar melhor para os bolivianos viverem, pois isso depende do que cada ator social entende por isso. Mas a pesquisa indica uma correlação significativa entre a presença de bolivianos no Grajaú como tentativa de se distanciar dos estigmas associados aos bolivianos de um bairro central, como o Brás. Por outro lado, deve-se registrar que as periferias também se constituem lugares de contingência, seus moradores, de forma geral, submetidos a discriminações, via de regra, por representarem a pobreza e a precariedade. (VÉRAS, 2016)

Assim, o território que abriga concentração desses imigrados, como ponte de acolhimento entre contrerrâneos, que lhes oferece oportunidade de trabalho, como o Brás, paradoxalmente os distingue por discriminação, expondo-os aos comentários de brasileiros e mesmo de outros bolivianos, a rejeitarem hábitos e costumes diferentes. Enquanto na periferia, como se disse, lugar marcado pelas distâncias sociais, em certa segregação motivada pelas leis usuais do mercado imobiliário que afasta para tais regiões desequipadas os segmentos de baixa renda, a heterogeneidade étnica, cultural, de ocupação de seus moradores parece ser mais acolhedora, pela fala dos entrevistados.

Portanto, são estratégias individuais de integração que não apontam para uma “mudança de fronteiras” entre os bolivianos (TRUZZI, 2012), processo esse que ocorre quando um grupo deixa de ser *outsider* para se tornar *estabelecido* (ELIAS; SCOTSON, 2000), ou seja, é um processo lento e duradouro, que ocorre ao longo das gerações.

Essa rejeição dos estigmas associados aos bolivianos parece apontar mais para um “cruzamento de fronteiras” (TRUZZI, 2012), na qual a assimilação que ocorre é a nível individual, sem alterar a estrutura étnica e as relações de poder entre os grupos.

A prevalecer essa estratégia de inserção do boliviano na sociedade receptora, apenas se vislumbrará uma “assimilação segmentada”, que “ênfatiza a consolidação

de um determinado grupo como minoria prejudicada e marginal, impossibilitada de ascender socialmente” (TRUZZI, 2012, p. 547).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BAENINGER, Rosana; SIMAI, Silvia. “Práticas discursivas da negação do racismo em São Paulo”. In: ANPOCS, 35, 2010, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2010.
- BAENINGER, Rosana. *A imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2012.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CARNEIRO, Sandra de Sá. “Tu mora onde? Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca.” In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT’ANNA, Maria Josefina G. (Org.). *Cidade, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 219-239.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Estabelecidos e outsiders*. São Paulo: Zahar, 2000.
- FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos. “A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.): *A globalização e as Ciências Sociais*, 3ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 419-474.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte : UFMG. 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 2000*. Disponível em: < https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/default.shtm>. Acesso em: 08 de maio de 2014.
- . *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 08 de maio de 2014..
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MARQUES, Eduardo. “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005, p. 19-56.
- MUNIZ, Jerônimo. “Um ensaio sobre as causas e características da migração”. In: *UFMG/Cedeplar/Demografia – Avaliação (Componentes de Dinâmica Demográfica)*. Disponível em <http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf> Acesso em 08 de maio de 2014.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais.

Revista Estudos Avançados. São Paulo. v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *INFOCIDADE*. DISPONÍVEL EM: < HTTP://
INFOCIDADE.PREFEITURA.SP.GOV.BR/> ACESSO EM: 07 DE AGO. DE 2017.

PUCCI, Fabio Martinez Serrano. “A Inserção dos Bolivianos nos bairros do Bom Retiro, Brás e Pari e a Produção da Alteridade: como são vistos pela vizinhança”. *Relatório Científico de Iniciação Científica*, São Paulo, CNPq. 316p, 2011.

_____. *Bolivianos em São Paulo: redes, territórios e a produção da alteridade*. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

_____. *Viver “outramente”: moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP, 2016.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

SASAKI, Elisa; ASSIS, Gláucia. “Teorias das migrações internacionais”. In: *Anais do XII Encontro Nacional da ABEP*. Caxambu, outubro de 2000, p. 01-19.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

SILVA, Sidney A. da. Uma face desconhecida da metrópole: os Bolivianos em São Paulo. *Travessia*. São Paulo, nº. 23, set., p.14-19, 1995a.

_____. “Migrações Laborais na América do Sul: o caso dos bolivianos”. In: PATARRA, Neide (Org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 1a edição. Vol. 1. São Paulo: FNUAP, 1995b, p. 181-7.

_____. *Costurando Sonhos – Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. *Clandestinidade e Intolerância: O caso dos Bolivianos em São Paulo*. *Travessia*. São Paulo, nº. 30, jan./abr., 1998a.

_____. “Costureiros hoje ‘oficinistas’ amanhã? Indagações sobre a questão da mobilidade econômica e social entre os imigrantes bolivianos em São Paulo”. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1, 1998, Curitiba. Anais. Curitiba: ed. IPARDES/FNUAP, 1998b, p. 383-94.

_____. “Imigrantes bolivianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo: aspectos do seu processo de reprodução social”. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et alii*. *O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio – Desafios Pastorais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998c, p. 175-90.

- _____. *Virgem/Mãe/Terra: Festas e Tradições Bolivianas na Metrópole*. São Paulo: HUCITEC/ FAPESP, 2003.
- _____. *Bolivianos: A presença da cultura andina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005a.
- _____. “A Praça é Nossa!': Faces do Preconceito num Bairro Paulistano”. *Travessia*. São Paulo, nº. 51, jan./abr., p.39-44, 2005b.
- _____. “A Migração dos Símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol. 19, nº 3, jul./set., p. 77-83, 2005c.
- _____. “Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade”. *Revista de Estudos Avançados da USP*. São Paulo, vol. 20, nº 57, mai./ago., p. 157-170 2006.
- _____. “Etnia, Nação e Regionalismos no jogo identitário entre os imigrantes bolivianos em São Paulo”. In: HEIDEMANN, Heinz; SILVA, Sidney da (Org.). *Simpósio Internacional – Coletânea de Textos – Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo: Humanitas, 2007, p. 123-36.
- SILVEIRA, Cássio; et al. “Processos Migratórios e Saúde: uma breve discussão sobre abordagens teóricas nas análises em saúde dos imigrantes no espaço urbano”. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela, (Org.). *Saúde e História de Migrantes e Imigrantes: Direitos, Instituições e Circularidades*. – São Paulo: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014. p. 73-90.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 11-25.
- _____. “O estrangeiro”. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Simmel – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 34., 1983, p. 182-188.
- SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- SOUCHAUD, Sylvain. “Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo”. In: LANNA, Ana Lúcia; et al. (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 63-88.
- TILLY, Charles. “Migration in Modern European History”. In: MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (Org.). *Human migration, patterns and policies*. Indiana University Press, 1978, p. 48-72.
- _____. “Transplanted Networks”. In: YANS-MCLAUGHL (Org.). *Immigration Reconsidered*. New York: Oxford University Press, p. 79-95, 1990.

- TRUZZI, Oswaldo; SACOMANO NETO, Mário. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. *Rev. Adm. Empres.*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 1-12, 2007.
- _____. “Redes em processos migratórios”. In: LANNA, Ana Lúcia *et ali* (Org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.
- _____. Assimilação resignificada: novas interpretações de um velho conceito. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-553, 2012.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (coord.). *Estrangeiros na Metrópole: espacialização, trajetórias e redes de sociabilidade dos imigrantes em São Paulo*. Relatório de Andamento, São Paulo, CNPq, 2000.
- _____. *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo: EDUC., 2003a.
- _____. “Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais”. In: CHAIA, Miguel e SILVA, Ana Amélia da (Org.). *Sociedade, cultura e política: ensaios críticos*. São Paulo: EDUC., 2003b, p. 323-367.
- _____. “Dimensões Sociais das Desigualdades Urbanas: Moradias da Pobreza, Segregação e Alteridade em São Paulo”. In: *Revista Brasileira de Sociologia*, Sociedade Brasileira de Sociologia, v.4, n. 07, p.186-210, jan/jun., 2016.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 90-113.
- XAVIER, Iara Rolnik. *Projeto migratório e espaço: os bolivianos na região metropolitana de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LISTA DE PARECERISTAS *AD HOC* DO VOLUME 24

Ana Cristina Braga Martes	FGV, São Paulo, SP
Bruna Gisi Martins de Almeida	Doutora em Sociologia, USP, São Paulo, SP
Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos	Doutor em Sociologia, USP, São Paulo, SP
Caio Gonçalves Dias	Doutor em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ
Carlos Henrique Aguiar Serra	UFF, Niterói, RJ
Carolina Martins Pulici	UNIFESP, Guarulhos, SP
Cristina Fróes de Borja Reis	UFABC, São Bernardo do Campo, SP
Demétrio Gaspari Cirne Toledo	UFABC, São Bernardo do Campo, SP
Emerson Giumbelli	UFRGS, Porto Alegre, RS
Enio Passiani	UFRGS, Porto Alegre, RS
Flavia Mateus Rios	UFF, Niterói, RJ
Giane Silvestre	Doutora em Sociologia, UFSCar, São Carlos, SP
Hilton Costa	UEM, Maringá, PR
José Paulo Guedes Pinto	UFABC, São Bernardo do Campo, SP
Leni Beatriz Correia Colares	FURG, Rio Grande, RS
Leonardo José Ostronoff	Doutor em Sociologia, USP, São Paulo, SP
Letícia Nuñez Almeida	Doutora em Sociologia, USP, São Paulo, SP
Luís Antônio Francisco de Souza	UNESP, Marília, SP
Marcelo Campos da Silveira Campos	UFGD, Dourados, MS
Marco Antonio Pasqualini de Andrade	UFU, Uberlândia, MG
Maria Carolina de Vasconcelos e Oliveira	Doutora em Sociologia, USP, São Paulo, SP
Mariana Thorstensen Possas	UFBA, Salvador, BA
Paris Yeros	UFABC, São Bernardo do Campo, SP
Patricia Tavares de Freitas	Doutora em Sociologia, UNICAMP, Campinas, SP
Valéria Lopes Ribeiro	UFABC, São Bernardo do Campo, SP

Comissão Editorial

Plural - Revista de Ciências Sociais do

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315. CEP 05508-900 – São Paulo

São Paulo - Brasil

E-mail: plural@usp.br / Site: <http://revistas.usp.br/plural>